

PROSPECTO PRELIMINAR DE OFERTA PÚBLICA DE DISTRIBUIÇÃO DE DEBÊNTURES SIMPLES, NÃO CONVERSÍVEIS  
EM AÇÕES, DA ESPÉCIE QUIROGRAFÁRIA, DA OITAVA EMISSÃO DE



Companhia Aberta de Capital Autorizado – CVM n.º 4170  
Avenida Graça Aranha 26, CEP 20030-900, Rio de Janeiro, RJ  
CNPJ/MF n.º 33.592.510/0001-54 – NIRE 33.300.019.766

**R\$ 750.000.000,00**

Classificação de Risco Standard & Poor's: "brAAA" / Moody's: "Aaa.br" / Fitch Ratings: "AAA(br)".

Códigos ISIN:  
Debêntures da Primeira Série: BRVALEDBS051  
Debêntures da Segunda Série: BRVALEDBS069  
Debêntures da Terceira Série: BRVALEDBS077  
Debêntures da Quarta Série: BRVALEDBS085

A VALE S.A. ("Vale", "Companhia" ou "Emissora") está realizando uma oferta pública de distribuição de 750.000 debêntures simples, sem considerar as Debêntures Suplementares e as Debêntures Adicionais, conforme definidas neste Prospecto, nominativas, escriturais, não conversíveis em ações, da espécie quirografária, em até quatro séries, da oitava emissão da Emissora, com valor nominal unitário de R\$1.000,00, perfazendo o montante total de R\$750.000.000,00, sem considerar as Debêntures Suplementares e as Debêntures Adicionais, na data de emissão, qual seja, 15 de janeiro de 2014 ("Debêntures" e "Data de Emissão", respectivamente), sob a coordenação do BANCO BRADESCO BBI S.A. ("Coordenador Líder"), do BB-BANCO DE INVESTIMENTO S.A. ("BB-BI") e do BANCO ITAÚ BBA S.A. ("Itaú BBA"), e, em conjunto com o Coordenador Líder e o BB-BI, "Coordenadores", nos termos da Instrução da Comissão de Valores Mobiliários ("CVM") nº 400, de 29 de dezembro de 2003, conforme alterada ("Instrução CVM 400"), e demais disposições legais e regulamentares aplicáveis ("Oferta").

Será adotado o procedimento de coleta de intenções de investimento, organizado pelos Coordenadores, nos termos do artigo 23, parágrafo 1º, e do artigo 44 da Instrução CVM 400, sem recebimento de reservas, sem lotes mínimos ou máximos, para a definição com a Companhia ("Procedimento de Bookbuilding"): (i) da realização da emissão das Debêntures ("Emissão") em série única ou em duas, três ou quatro séries e da emissão e da quantidade de Debêntures da Primeira Série (conforme definido neste Prospecto), de Debêntures da Segunda Série (conforme definido neste Prospecto), de Debêntures da Terceira Série (conforme definido neste Prospecto) e/ou de Debêntures da Quarta Série (conforme definido neste Prospecto), observados os limites previstos na seção "Informações Relativas a Oferta - Características da Emissão e das Debêntures - Séries" na página 58 deste Prospecto; e (ii) da Remuneração da Primeira Série (conforme definido neste Prospecto), observado o limite previsto na seção "Informações Relativas a Oferta - Características da Emissão e das Debêntures - Remuneração da Primeira Série", na página 62 deste Prospecto, da Remuneração da Segunda Série (conforme definido neste Prospecto), observado o limite previsto na seção "Informações Relativas a Oferta - Características da Emissão e das Debêntures - Remuneração da Segunda Série", na página 62 deste Prospecto, da Remuneração da Terceira Série (conforme definido neste Prospecto), observado o limite previsto na seção "Informações Relativas a Oferta - Características da Emissão e das Debêntures - Remuneração da Terceira Série", na página 63 deste Prospecto e/ou da Remuneração da Quarta Série (conforme definido neste Prospecto), observado o limite previsto na seção "Informações Relativas a Oferta - Características da Emissão e das Debêntures - Remuneração da Quarta Série", na página 64 deste Prospecto. O resultado do Procedimento de Bookbuilding será ratificado por meio de aditamento à Escritura de Emissão (conforme abaixo definida), e deverá ser arquivado na Junta Comercial do Estado do Rio de Janeiro ("JUCERJA").

As Debêntures serão distribuídas sob o regime de colocação de garantia firme a ser prestada pelos Coordenadores, sem considerar as Debêntures Suplementares e as Debêntures Adicionais, e sob o regime de melhores esforços, com relação às Debêntures Suplementares e Debêntures Adicionais.

As Debêntures serão registradas para (i) distribuição no mercado primário por meio (a) do MDA - Módulo de Distribuição de Ativos ("MDA"), administrado e operacionalizado pela CETIP S.A. - Mercados Organizados ("CETIP"), sendo a distribuição das Debêntures liquidada financeiramente por meio da CETIP; e (b) do DDA - Sistema de Distribuição de Ativos ("DDA"), administrado e operacionalizado pela BM&FBOVESPA S.A. - Bolsa de Valores, Mercadorias e Futuros ("BM&FBOVESPA"), sendo a distribuição liquidada financeiramente por meio da BM&FBOVESPA; e (ii) negociação no mercado secundário por meio (a) do Módulo CETIP21 - Títulos e Valores Mobiliários ("CETIP21"), administrado e operacionalizado pela CETIP, sendo as negociações das Debêntures liquidadas financeiramente por meio da CETIP e as Debêntures custodiadas eletronicamente na CETIP; e (b) do Sistema de Negociação de Títulos de Renda Fixa BOVESPAFIX ("BOVESPAFIX"), administrado e operacionalizado pela BM&FBOVESPA, sendo as negociações das Debêntures liquidadas financeiramente por meio da BM&FBOVESPA e as Debêntures custodiadas eletronicamente na BM&FBOVESPA.

A Emissão e a Oferta serão realizadas com base nas deliberações da reunião do conselho de administração da Companhia, realizada em 28 de novembro de 2013, cuja ata foi arquivada na JUCERJA em 11 de dezembro de 2013 e será publicada no DOERJ e nos jornais "Valor Econômico" e "Jornal do Comércio".

A Oferta será realizada de acordo com os termos e condições constantes do "Instrumento Particular de Escritura de Emissão Pública de Debêntures Simples, Não Conversíveis em Ações, da Espécie Quirografária, da Oitava Emissão de Vale S.A." ("Escritura de Emissão"), celebrado em 2 de dezembro de 2013 entre a Emissora e Pentágono S.A. Distribuidora de Títulos e Valores Mobiliários ("Agente Fiduciário"). A Escritura de Emissão foi inscrita na JUCERJA em 6 de dezembro de 2013.

Os recursos líquidos obtidos pela Companhia com a Emissão serão integralmente destinados ao uso com ou ao reembolso de gastos, despesas e/ou dívidas relacionadas aos projetos de investimento em infraestrutura da Companhia considerados prioritários, nos termos do artigo 2º da Lei nº 12.431, de 24 de junho de 2011, conforme alterada ("Lei 12.431"), do Decreto n.º 7.603, de 9 de novembro de 2011 ("Decreto 7.603"), e da Portaria do Ministério dos Transportes nº 201, de 12 de dezembro de 2013 publicada no Diário Oficial da União em 13 de dezembro de 2013 ("Portaria do Ministério dos Transportes"), conforme detalhado na seção "Destinação dos Recursos" na página 106 deste Prospecto.

**ESTE PROSPECTO ("PROSPECTO") NÃO DEVE, EM QUALQUER CIRCUNSTÂNCIA, SER CONSIDERADO RECOMENDAÇÃO DE COMPRA DAS DEBÊNTURES. ANTES DE TOMAR A DECISÃO DE INVESTIMENTO NAS DEBÊNTURES QUE VENHAM A SER DISTRIBUÍDAS NO ÂMBITO DA OFERTA, A COMPANHIA E OS COORDENADORES RECOMENDAM AOS POTENCIAIS INVESTIDORES QUE FAÇAM A SUA PRÓPRIA ANÁLISE E AVALIAÇÃO DA CONDIÇÃO FINANCEIRA DA COMPANHIA, DE SUAS ATIVIDADES E DOS RISCOS DECORRENTES DO INVESTIMENTO NAS DEBÊNTURES.**

Este Prospecto foi preparado com base nas informações prestadas pela Emissora, sendo que os Coordenadores tomaram todas as cautelas e agiram com elevados padrões de diligência, respondendo pela falta de diligência ou omissão, para assegurar que: (i) as informações prestadas pela Emissora sejam verdadeiras, consistentes, corretas e suficientes, permitindo aos investidores uma tomada de decisão fundamentada a respeito da Oferta; e (ii) as informações fornecidas ao mercado durante todo o prazo de distribuição, inclusive aquelas eventuais ou periódicas constantes da atualização do registro da Emissora, sejam suficientes, permitindo aos investidores a tomada de decisão fundamentada a respeito da Oferta.

O investimento nas Debêntures não é adequado a investidores que (i) não tenham profundo conhecimento dos riscos envolvidos na operação ou que não tenham acesso à consultoria especializada; (ii) necessitem de liquidez com relação às Debêntures a serem adquiridas, tendo em vista a possibilidade de serem pequenas ou inexistentes as negociações das Debêntures no mercado secundário; e/ou (iii) não estejam dispostos a correr o risco de crédito de empresa do setor privado e/ou dos setores em que a Companhia atua. Para uma avaliação adequada dos riscos associados ao investimento nas Debêntures, os investidores deverão ler a seção "Fatores de Risco Relacionados à Oferta e às Debêntures" na página 45 deste Prospecto Preliminar, bem como as seções relativas aos fatores de risco constantes dos itens "4. Fatores de Risco" e "5. Riscos de Mercado" do Formulário de Referência da Companhia antes de aceitar a Oferta.

Este Prospecto Preliminar deve ser lido em conjunto com as informações apresentadas no Formulário de Referência da Emissora, o qual foi elaborado nos termos da Instrução CVM nº 480, de 7 de dezembro de 2009, conforme alterada ("Instrução CVM 480") e é incorporado por referência a este Prospecto..

**OS INVESTIDORES DEVEM LER AS SEÇÕES "4. FATORES DE RISCO" E "5. RISCOS DE MERCADO" DO FORMULÁRIO DE REFERÊNCIA E A SEÇÃO "FATORES DE RISCO RELACIONADOS À OFERTA E ÀS DEBÊNTURES", NA PÁGINA 45 DESTA PROSPECTO, PARA CIÊNCIA DE CERTOS FATORES DE RISCO QUE DEVEM SER CONSIDERADOS COM RELAÇÃO AO INVESTIMENTO NAS DEBÊNTURES.**

A Oferta foi registrada pela CVM sob o nº CVM/SRE/DEB/2013/[•] [para as Debêntures da Primeira Série, sob o nº CVM/SRE/DEB/2013/[•] para as Debêntures da Segunda Série, sob o nº CVM/SRE/DEB/2013/[•] para as Debêntures da Terceira Série e sob o nº CVM/SRE/DEB/2013/[•] para as Debêntures da Quarta Série], [todos] concedido[s] em [•] de [•] de 2014.

**O REGISTRO DA PRESENTE DISTRIBUIÇÃO NÃO IMPLICA, POR PARTE DA CVM, GARANTIA DE VERACIDADE DAS INFORMAÇÕES PRESTADAS OU EM JULGAMENTO SOBRE A QUALIDADE DA EMISSORA, BEM COMO SOBRE AS DEBÊNTURES A SEREM DISTRIBUÍDAS.**

Coordenadores



**Bradesco BBI**

Coordenador Líder



**BB INVESTIMENTOS**



**Itaú BBA**



A(O) presente oferta pública (programa) foi elaborada(o) de acordo com as normas de Regulação e Melhores Práticas da ANBIMA para as Ofertas Públicas de Distribuição e Aquisição de Valores Mobiliários, atendendo, assim, a(o) presente oferta pública (programa), aos padrões mínimos de informação exigidos pela ANBIMA, não cabendo à ANBIMA qualquer responsabilidade pelas referidas informações, pela qualidade da emissora e/ou ofertantes, das Instituições Participantes e dos valores mobiliários objeto da(o) oferta pública (programa). Este selo não implica recomendação de investimento. O registro ou análise prévia da presente distribuição não implica, por parte da ANBIMA, garantia da veracidade das informações prestadas ou julgamento sobre a qualidade da companhia emissora, bem como sobre os valores mobiliários a serem distribuídos.

A data deste Prospecto Preliminar é 16 de dezembro de 2013

As informações contidas neste Prospecto Preliminar estão sob análise da Comissão de Valores Mobiliários, a qual ainda não se manifestou a seu respeito. O presente Prospecto Preliminar está sujeito a complementação e correção. O Prospecto Definitivo será entregue aos investidores durante o período de distribuição.

(Esta página foi intencionalmente deixada em branco)

## ÍNDICE

<b>CONSIDERAÇÕES SOBRE ESTIMATIVAS E DECLARAÇÕES ACERCA DO FUTURO.....</b>	<b>17</b>
<b>DOCUMENTOS E INFORMAÇÕES INCORPORADOS A ESTE PROSPECTO POR REFERÊNCIA .....</b>	<b>19</b>
<b>APRESENTAÇÃO DAS INFORMAÇÕES FINANCEIRAS, OPERACIONAIS E OUTRAS INFORMAÇÕES.....</b>	<b>21</b>
<b>SUMÁRIO DA OFERTA .....</b>	<b>22</b>
<b>FATORES DE RISCO RELACIONADOS À OFERTA E ÀS DEBÊNTURES.....</b>	<b>45</b>
<b>INFORMAÇÕES CADASTRAIS DA COMPANHIA .....</b>	<b>50</b>
<b>IDENTIFICAÇÃO DA COMPANHIA, DOS COORDENADORES, DOS CONSULTORES JURÍDICOS, DO AGENTE FIDUCIÁRIO, DO BANCO LIQUIDANTE E ESCRITURADOR MANDATÁRIO E DOS AUDITORES INDEPENDENTES.....</b>	<b>52</b>
<b>INFORMAÇÕES RELATIVAS À OFERTA .....</b>	<b>55</b>
Contrato de Formador de Mercado .....	87
Inadequação da Oferta a Certos Investidores.....	87
Manifestação de Revogação da Aceitação à Oferta .....	87
Modificação da Oferta .....	88
Suspensão da Oferta .....	88
Cancelamento ou Revogação da Oferta .....	89
Títulos Privados Incentivados.....	89
Relacionamento da Companhia com o Coordenador Líder .....	91
Relacionamento da Companhia com o BB-BI.....	94
Relacionamento da Companhia com o Itaú BBA .....	96
<b>OPERAÇÕES VINCULADAS À OFERTA.....</b>	<b>100</b>
<b>APRESENTAÇÃO DAS INSTITUIÇÕES INTERMEDIÁRIAS.....</b>	<b>101</b>
<i>Coordenador Líder</i> .....	101
<i>BB-BI</i> .....	102
<i>Itaú BBA</i> .....	103
<b>DESTINAÇÃO DOS RECURSOS .....</b>	<b>106</b>
<b>CAPACIDADE DE PAGAMENTO DA COMPANHIA.....</b>	<b>108</b>
<b>CAPITALIZAÇÃO.....</b>	<b>109</b>
<b>ANEXOS .....</b>	<b>111</b>
Escritura de Emissão das Debêntures .....	113
Atos Societários da Companhia Relativos à Emissão .....	177
Súmulas de Classificação de Risco.....	195
Declarações de Veracidade da Companhia e do Coordenador Líder .....	209
Estatuto Social da Companhia.....	215

(Esta página foi intencionalmente deixada em branco)



## DEFINIÇÕES

Os termos indicados abaixo utilizados neste Prospecto terão o significado a eles atribuídos nesta seção, salvo se de outra forma determinado neste Prospecto ou se o contexto assim exigir. Os termos relacionados especificamente com a Oferta e respectivos significados constam da seção “Sumário da Oferta” deste Prospecto.

<b>Acionista Controlador ou Valepar</b>	Valepar S.A.
<b>Administração</b>	O Conselho de Administração e a Diretoria Executiva da Companhia, quando referidos em conjunto.
<b>Administradores</b>	Membros do Conselho de Administração ou da Diretoria Executiva da Companhia.
<b>Agências de Classificação de Risco</b>	Standard & Poor’s, Moody’s e Fitch, em conjunto.
<b>Agente Fiduciário</b>	Pentágono S.A. Distribuidora de Títulos e Valores Mobiliários.
<b>ANBIMA</b>	ANBIMA - Associação Brasileira das Entidades dos Mercados Financeiro e de Capitais.
<b>Anúncio de Encerramento</b>	Anúncio de encerramento da Oferta a ser publicado no jornal “Valor Econômico” pela Companhia e Coordenador Líder, nos termos do artigo 29 da Instrução CVM 400.
<b>Anúncio de Início</b>	Anúncio de início da Oferta a ser publicado no jornal “Valor Econômico”, nos termos do artigo 23, parágrafo 2º e do artigo 52 da Instrução CVM 400.
<b>Ativo Restrito</b>	(a) Participação da Companhia em qualquer (i) propriedade de mineração ou concessão, autorização ou outro direito concedido com relação a atividades de mineração por qualquer autoridade governamental; (ii) planta industrial ou de processamento, prédio, construção ou outra instalação utilizada no processamento, refino ou produção de minérios, metais ou fertilizantes, em conjunto com o terreno sobre o qual tais ativos tenham sido construídos, assim como as benfeitorias relacionadas; ou (iii) ferrovia, terminal marítimo ou porto, que seja de propriedade da Companhia na Data de Emissão ou venha a ser adquirido ou construído posteriormente; e (b) quaisquer ações, de propriedade da Companhia, representativas do

capital social de uma Controlada que possua participação nos ativos descritos nos itens (i), (ii) ou (iii) da alínea (a) acima.

**Atualização Monetária da Primeira Série**

O Valor Nominal Unitário de cada uma das Debêntures da Primeira Série será atualizado pela variação do IPCA, calculada de forma exponencial e cumulativa *pro rata temporis*, desde a Primeira Data de Integralização das Debêntures da Primeira Série até a data de seu efetivo pagamento, sendo o produto da atualização incorporado ao Valor Nominal Unitário de cada uma das Debêntures da Primeira Série automaticamente.

**Atualização Monetária da Segunda Série**

O Valor Nominal Unitário de cada uma das Debêntures da Segunda Série será atualizado pela variação do IPCA, calculada de forma exponencial e cumulativa *pro rata temporis*, desde a Primeira Data de Integralização das Debêntures da Segunda Série até a data de seu efetivo pagamento, sendo o produto da atualização incorporado ao Valor Nominal Unitário de cada uma das Debêntures da Segunda Série automaticamente.

**Atualização Monetária da Terceira Série**

O Valor Nominal Unitário de cada uma das Debêntures da Terceira Série será atualizado pela variação do IPCA, calculada de forma exponencial e cumulativa *pro rata temporis*, desde a Primeira Data de Integralização das Debêntures da Terceira Série até a data de seu efetivo pagamento, sendo o produto da atualização incorporado ao Valor Nominal Unitário de cada uma das Debêntures da Terceira Série automaticamente.

**Atualização Monetária da Quarta Série**

O Valor Nominal Unitário de cada uma das Debêntures da Quarta Série será atualizado pela variação do IPCA, calculada de forma exponencial e cumulativa *pro rata temporis*, desde a Primeira Data de Integralização das Debêntures da Quarta Série até a data de seu efetivo pagamento, sendo o produto da atualização incorporado ao Valor Nominal Unitário de cada uma das Debêntures da Quarta Série automaticamente.

**Aviso ao Mercado**

Aviso ao mercado sobre a Oferta a ser publicado no jornal “Valor Econômico”, nos termos do artigo 53 da Instrução CVM 400.

<b>Banco Central</b>	Banco Central do Brasil.
<b>Banco Liquidante</b>	A instituição prestadora de serviços de banco liquidante das Debêntures é o Itaú Unibanco S.A., instituição financeira com escritório na Cidade de São Paulo, Estado de São Paulo, na Praça Alfredo Egydio de Souza Aranha 100, Torre Olavo Setubal, inscrita no CNPJ sob o n.º 60.701.190/0001-04.
<b>BB-BI</b>	BB-Banco de Investimento S.A.
<b>BM&amp;FBOVESPA</b>	BM&FBOVESPA S.A. – Bolsa de Valores, Mercadorias e Futuros.
<b>BOVESPAFIX</b>	Sistema de Negociações de Títulos de Renda Fixa da BOVESPAFIX, administrado e operacionalizado pela BM&FBOVESPA.
<b>Brasil ou País</b>	República Federativa do Brasil.
<b>CETIP</b>	CETIP S.A. – Mercados Organizados.
<b>CETIP 21</b>	Módulo CETIP 21 – Títulos e Valores Mobiliários, administrado e operacionalizado pela CETIP.
<b>CFC</b>	Conselho Federal de Contabilidade.
<b>CMN</b>	Conselho Monetário Nacional
<b>CNPJ</b>	Cadastro Nacional da Pessoa Jurídica do Ministério da Fazenda.
<b>Companhia, Emissora ou Vale</b>	Vale S.A.
<b>Conselho de Administração</b>	O conselho de administração da Companhia.
<b>Conselho Fiscal</b>	O conselho fiscal da Companhia.
<b>Contrato de Distribuição</b>	“Contrato de Coordenação e Distribuição Pública de Debêntures Simples, Não Conversíveis em Ações, da Espécie Quirografária, da Oitava Emissão de Vale S.A.”, celebrado entre a Companhia e os Coordenadores.
<b>Contrato de Formador de Mercado</b>	Contrato de formador de mercado tendo por objeto as Debêntures, nos termos da Instrução CVM 384, entre a Companhia e o Banco Bradesco S.A.
<b>Controlada</b>	Qualquer sociedade em que a Companhia (a) seja,

	<p>direta ou indiretamente, titular de mais de 51% dos valores mobiliários com direito a voto em circulação; e</p> <p>(b) tenha o poder de eleger a maioria dos membros do conselho de administração ou outros órgãos de administração.</p>
<b>Controlada Relevante</b>	<p>A qualquer tempo, uma Controlada na qual a participação proporcional da Companhia (incluindo eventuais participações indiretas por meio de outras Controladas) nos ativos totais consolidados da Controlada (após exclusões por conta da consolidação) exceda 10% dos ativos totais consolidados da Companhia ao final do último exercício social encerrado, nos termos das práticas contábeis adotadas no Brasil.</p>
<b>Coordenador Líder ou Bradesco BBI</b>	Banco Bradesco BBI S.A.
<b>Coordenadores</b>	Coordenador Líder, BB-BI e Itaú BBA.
<b>Coordenadores Contratados</b>	Instituições integrantes do sistema de distribuição de valores mobiliários que venham a participar da Oferta e realizem esforços de colocação das Debêntures, e que não sejam consideradas Participantes Especiais.
<b>CPC</b>	Comitê de Pronunciamentos Contábeis.
<b>CVM</b>	Comissão de Valores Mobiliários.
<b>Data de Emissão</b>	Para todos os efeitos legais, a data de emissão das Debêntures será 15 de janeiro de 2014.
<b>Data de Integralização</b>	A data em que ocorrer a subscrição e integralização por meio do MDA e do DDA, à vista, em moeda corrente nacional, das Debêntures, no ato da subscrição.
<b>Data de Vencimento da Primeira Série</b>	O prazo das Debêntures da Primeira Série será de sete anos, contados da Data de Emissão, vencendo-se, portanto, em 15 de janeiro de 2021.
<b>Data de Vencimento da Segunda Série</b>	O prazo das Debêntures da Segunda Série será de dez anos, contados da Data de Emissão, vencendo-se, portanto, em 15 de janeiro de 2024.
<b>Data de Vencimento da Terceira Série</b>	O prazo das Debêntures da Terceira Série será de doze anos, contados da Data de Emissão, vencendo-se, portanto, em 15 de janeiro de 2026.

<b>Data de Vencimento da Quarta Série</b>	O prazo das Debêntures da Quarta Série será de quinze anos, contados da Data de Emissão, vencendo-se, portanto, em 15 de janeiro de 2029.
<b>DDA</b>	DDA - Sistema de Distribuição de Ativos, administrado e operacionalizado pela BM&FBOVESPA.
<b>Debêntures</b>	750.000 debêntures simples, nominativas, escriturais, não conversíveis em ações, da espécie quirografária, em até quatro séries, da oitava emissão da Companhia, com valor nominal unitário de R\$1.000,00, na Data de Emissão, objeto da Oferta, com as demais características previstas na Escritura de Emissão e neste Prospecto.
<b>Debêntures Adicionais</b>	Até 150.000 Debêntures adicionais, nas mesmas condições das Debêntures inicialmente ofertadas, equivalentes a até 20% das Debêntures inicialmente ofertadas (sem considerar as Debêntures Suplementares) que, nos termos do artigo 14, parágrafo 2º, da Instrução CVM 400, poderão ser acrescidas à Oferta e que somente poderão ser emitidas pela Companhia, em comum acordo com os Coordenadores, até a data de conclusão do Procedimento de <i>Bookbuilding</i> . A critério dos Coordenadores e da Companhia, conforme verificado pelo Procedimento de <i>Bookbuilding</i> , as Debêntures Adicionais poderão ser alocadas como Debêntures da Primeira Série, como Debêntures da Segunda Série, como Debêntures da Terceira Série e/ou como Debêntures da Quarta Série.
<b>Debêntures da Primeira Série</b>	Debêntures da primeira série, cuja quantidade será definida no Procedimento de <i>Bookbuilding</i> , observado que o somatório das Debêntures da Primeira Série, das Debêntures da Segunda Série, das Debêntures da Terceira Série e das Debêntures da Quarta Série não poderá exceder a quantidade de 750.000 Debêntures.
<b>Debêntures da Segunda Série</b>	Debêntures da segunda série, cuja quantidade será definida no Procedimento de <i>Bookbuilding</i> , observado que o somatório das Debêntures da Primeira Série, das Debêntures da Segunda Série, das Debêntures da Terceira Série e das Debêntures da Quarta Série não poderá exceder a quantidade de 750.000.
<b>Debêntures da Terceira Série</b>	Debêntures da terceira série, cuja quantidade será definida no Procedimento de <i>Bookbuilding</i> , observado

que o somatório das Debêntures da Primeira Série, das Debêntures da Segunda Série, das Debêntures da Terceira Série e das Debêntures da Quarta Série não poderá exceder a quantidade de 750.000.

**Debêntures da Quarta Série**

Debêntures da quarta série, cuja quantidade será definida no Procedimento de *Bookbuilding*, observado que o somatório das Debêntures da Primeira Série, das Debêntures da Segunda Série, das Debêntures da Terceira Série e das Debêntures da Quarta Série não poderá exceder a quantidade de 750.000 Debêntures.

**Debêntures em circulação**

Todas as Debêntures subscritas e integralizadas e não resgatadas, excluídas as Debêntures mantidas em tesouraria e, ainda, adicionalmente, para fins de constituição de quórum de deliberação em assembleia geral de Debenturistas, excluídas as Debêntures pertencentes, direta ou indiretamente, (i) à Companhia; (ii) a qualquer controladora, a qualquer controlada e/ou a qualquer coligada de qualquer das pessoas indicadas no item anterior; ou (iii) a qualquer diretor, conselheiro, cônjuge, companheiro ou parente até o terceiro grau de qualquer das pessoas referidas nos itens anteriores.

**Debêntures Suplementares**

Até 112.500 Debêntures suplementares, nas mesmas condições das Debêntures inicialmente ofertadas, equivalentes a até 15% das Debêntures inicialmente ofertadas (sem considerar as Debêntures Adicionais), que, nos termos do artigo 24 da Instrução CVM 400, poderão ser acrescidas à Oferta, destinadas a atender a um excesso de demanda que eventualmente seja constatado no decorrer da Oferta, conforme opção a ser outorgada pela Companhia aos Coordenadores no Contrato de Distribuição, que somente poderá ser exercida pelos Coordenadores, em comum acordo com a Companhia, até a data de conclusão do Procedimento de *Bookbuilding*. A critério dos Coordenadores e da Companhia, conforme excesso de demanda verificado pelo Procedimento de *Bookbuilding*, as Debêntures Suplementares poderão ser alocadas como Debêntures da Primeira Série, como Debêntures da Segunda Série, como Debêntures da Terceira Série e/ou como Debêntures da Quarta Série.

**Debenturistas**

Os Debenturistas da Primeira Série, os Debenturistas da Segunda Série, os Debenturistas da Terceira Série e os

	Debenturistas da Quarta Série, em conjunto.
<b>Debenturistas da Primeira Série</b>	Os titulares das Debêntures da Primeira Série.
<b>Debenturistas da Segunda Série</b>	Os titulares das Debêntures da Segunda Série.
<b>Debenturistas da Terceira Série</b>	Os titulares das Debêntures da Terceira Série.
<b>Debenturistas da Quarta Série</b>	Os titulares das Debêntures da Quarta Série.
<b>Decreto 7.603</b>	Decreto Presidencial nº 7.603, de 09 de novembro de 2011.
<b>Dia Útil</b>	Para os fins da Escritura de Emissão, (i) com relação a qualquer obrigação pecuniária realizada por meio da CETIP, qualquer dia que não seja sábado, domingo ou feriado nacional; (ii) com relação a qualquer obrigação pecuniária realizada por meio da BM&FBOVESPA, qualquer dia que não seja sábado, domingo, feriado nacional, ou data que, por qualquer motivo, não haja expediente na BM&FBOVESPA; (iii) com relação a qualquer obrigação pecuniária que não seja realizada por meio da CETIP ou por meio da BM&FBOVESPA, qualquer dia no qual haja expediente nos bancos comerciais na Cidade de São Paulo, Estado de São Paulo, e na Cidade do Rio de Janeiro, Estado do Rio de Janeiro, e que não seja sábado ou domingo; e (iv) com relação a qualquer obrigação não pecuniária prevista na Escritura de Emissão, qualquer dia no qual haja expediente nos bancos comerciais na Cidade de São Paulo, Estado de São Paulo, e na Cidade do Rio de Janeiro, Estado do Rio de Janeiro, e que não seja sábado ou domingo.
<b>Diretoria</b>	A diretoria executiva da Companhia.
<b>DOERJ</b>	Diário Oficial do Estado do Rio de Janeiro.
<b>Dólar, dólar, dólares ou US\$</b>	Moeda corrente dos Estados Unidos da América.
<b>Efeito Adverso Relevante</b>	Qualquer evento ou situação que cause qualquer efeito adverso relevante na situação (financeira ou de outra natureza), nos negócios, nos bens, nos resultados operacionais e/ou nas perspectivas da Companhia que

impacte a capacidade da Companhia de cumprir qualquer de suas obrigações nos termos da Escritura de Emissão.

### **Emissão**

A presente emissão de Debêntures da Companhia, que representa a oitava emissão de debêntures da Companhia.

### **Encargos Moratórios**

Ocorrendo impontualidade no pagamento de qualquer valor devido pela Companhia aos Debenturistas nos termos da Escritura de Emissão, adicionalmente ao pagamento da Remuneração aplicável, calculada *pro rata temporis* desde a Primeira Data de Integralização da respectiva série ou a data de pagamento de Remuneração aplicável imediatamente anterior, conforme o caso, até a data do efetivo pagamento, sobre todos e quaisquer valores em atraso, incidirão, independentemente de aviso, notificação ou interpelação judicial ou extrajudicial, (i) juros de mora de 1% ao mês, calculados *pro rata temporis* desde a data de inadimplemento até a data do efetivo pagamento; e (ii) multa moratória de 2%.

### **Endividamento**

Com relação a qualquer pessoa, qualquer valor devido (seja diretamente de uma obrigação ou indiretamente por meio de uma garantia prestada por tal pessoa) em decorrência de (a) contrato ou instrumento envolvendo ou representando um empréstimo de moeda corrente; (b) venda ou transferência condicional com coobrigação ou com obrigação de recompra; ou (c) arrendamento com substancialmente o mesmo efeito econômico que os contratos ou instrumentos acima descritos e que, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, constituiria um *leasing* financeiro; *observado, entretanto*, que, conforme utilizado na Escritura de Emissão, "Endividamento" não inclui qualquer pagamento realizado pela Companhia em nome de uma Controlada Relevante, relativo a qualquer Endividamento de tal Controlada Relevante que se torne imediatamente devido e exigível em decorrência de um inadimplemento de tal Controlada Relevante, por força de uma garantia ou instrumento similar prestado pela Companhia em relação a tal Endividamento, desde que tal pagamento seja realizado no prazo de cinco Dias Úteis contados da data de notificação à Companhia de que tal pagamento seja devido no âmbito de tal garantia



	ou instrumento similar.
<b>Escritura de Emissão</b>	“Instrumento Particular de Escritura de Emissão Pública de Debêntures Simples, Não Conversíveis em Ações, da Espécie Quirografária, da Oitava Emissão de Vale S.A.”, entre a Companhia e o Agente Fiduciário.
<b>Escriturador</b>	A instituição prestadora de serviços de escrituração das Debêntures é a Itaú Corretora de Valores S.A., instituição financeira com sede na Cidade de São Paulo, Estado de São Paulo, na Avenida Brigadeiro Faria Lima, 3400, 10º andar, inscrita no CNPJ sob o n.º 61.194.353/0001-64.
<b>Estatuto Social</b>	Estatuto Social da Companhia.
<b>Evento de Inadimplemento</b>	Qualquer um dos eventos previstos na seção “Informações Relativas a Oferta – Características da Emissão e das Debêntures – Vencimento Antecipado”, na página 70 deste Prospecto.
<b>Formador de Mercado</b>	Banco Bradesco S.A.
<b>Formulário Cadastral</b>	Formulário cadastral da Companhia, elaborado nos termos da Instrução CVM 480, incorporado por referência a este Prospecto, o qual poderá ser encontrado nos endereços indicados na seção “Documentos e Informações Incorporados a este Prospecto por Referência” deste Prospecto.
<b>Formulário de Referência</b>	Formulário de Referência, elaborado pela Companhia nos termos da Instrução CVM 480 e incorporado por referência a este Prospecto, podendo ser encontrado nos endereços indicados na seção “Documentos e Informações Incorporados a Este Prospecto por Referência” deste Prospecto.
<b>IBGE</b>	Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística.
<b>IFRS</b>	<i>International Financial Reporting Standards</i> , ou normas internacionais de relatório financeiro, emitidos pelo International Accounting Standards Board – IASB.
<b>IGP-M</b>	Índice Geral de Preços – Mercado, divulgado pela Fundação Getúlio Vargas.
<b>Instituições Participantes da Oferta</b>	Os Coordenadores, os Coordenadores Contratados e as Participantes Especiais, em conjunto.

<b>Instrução CVM 325</b>	Instrução da CVM n.º 325, de 27 de janeiro de 2000, e alterações posteriores.
<b>Instrução CVM 384</b>	Instrução da CVM n.º 384, de 17 de março de 2003, e alterações posteriores.
<b>Instrução CVM 400</b>	Instrução da CVM n.º 400, de 29 de dezembro de 2003, e alterações posteriores.
<b>Instrução CVM 409</b>	Instrução da CVM n.º 409, de 18 de agosto de 2004, e alterações posteriores.
<b>Instrução CVM 480</b>	Instrução da CVM n.º 480, de 7 de dezembro de 2009, e alterações posteriores.
<b>IPCA</b>	Índice de Preços ao Consumidor Amplo, divulgado pelo IBGE.
<b>Itaú BBA</b>	Banco Itaú BBA S.A.
<b>JUCERJA</b>	Junta Comercial do Estado do Rio de Janeiro.
<b>Juros da Primeira Série</b>	Um determinado percentual ao ano, base 252 dias úteis, a ser definido de acordo com o Procedimento de <i>Bookbuilding</i> , e, em qualquer caso, limitado a 0,40% ao ano, base 252 dias úteis, acrescidos exponencialmente à média aritmética das taxas internas de retorno da NTN-B com vencimento em 2020, que deverão ser as cotações indicativas divulgadas pela ANBIMA, a serem apuradas no fechamento do terceiro, quarto e quinto Dias Úteis imediatamente anteriores à data de realização do Procedimento de <i>Bookbuilding</i> (excluindo-se a data de realização do Procedimento de <i>Bookbuilding</i> no cômputo de dias).
<b>Juros da Segunda Série</b>	Um determinado percentual ao ano, base 252 dias úteis, a ser definido de acordo com o Procedimento de <i>Bookbuilding</i> , e, em qualquer caso, limitado a 0,55% ao ano, base 252 dias úteis, acrescidos exponencialmente à média aritmética das taxas internas de retorno da NTN-B com vencimento em 2022, que deverão ser as cotações indicativas divulgadas pela ANBIMA, a serem apuradas no fechamento do terceiro, quarto e quinto Dias Úteis imediatamente anteriores à data de realização do Procedimento de <i>Bookbuilding</i> (excluindo-se a data de realização do Procedimento de <i>Bookbuilding</i> no cômputo de dias).

<b>Juros da Terceira Série</b>	Um determinado percentual ao ano, base 252 dias úteis, a ser definido de acordo com o Procedimento de <i>Bookbuilding</i> , e, em qualquer caso, limitado a 0,60% ao ano, base 252 dias úteis, acrescidos exponencialmente à média aritmética das taxas internas de retorno da NTN-B com vencimento em 2024, que deverão ser as cotações indicativas divulgadas pela ANBIMA, a serem apuradas no fechamento do terceiro, quarto e quinto Dias Úteis imediatamente anteriores à data de realização do Procedimento de <i>Bookbuilding</i> (excluindo-se a data de realização do Procedimento de <i>Bookbuilding</i> no cômputo de dias).
<b>Juros da Quarta Série</b>	Um determinado percentual ao ano, base 252 dias úteis, a ser definido de acordo com o Procedimento de <i>Bookbuilding</i> , e, em qualquer caso, limitado a 0,75% ao ano, base 252 dias úteis, acrescidos exponencialmente à média aritmética das taxas internas de retorno da NTN-B com vencimento em 2030, que deverão ser as cotações indicativas divulgadas pela ANBIMA, a serem apuradas no fechamento do terceiro, quarto e quinto Dias Úteis imediatamente anteriores à data de realização do Procedimento de <i>Bookbuilding</i> (excluindo-se a data de realização do Procedimento de <i>Bookbuilding</i> no cômputo de dias).
<b>Lei 12.431</b>	Lei n.º 12.431, de 24 de junho de 2011, e alterações posteriores.
<b>Lei das Sociedades por Ações</b>	Lei n.º 6.404, de 15 de dezembro de 1976, e alterações posteriores.
<b>Lei do Mercado de Valores Mobiliários</b>	Lei n.º 6.385, de 7 de dezembro de 1976, e alterações posteriores.
<b>MDA</b>	MDA – Módulo de Distribuição de Ativos, administrado e operacionalizado pela CETIP.
<b>NTN-B</b>	Nota do Tesouro Nacional, série B – NTN-B.
<b>Oferta</b>	A oferta pública de distribuição de Debêntures, nos termos da Lei do Mercado de Valores Mobiliários, da Instrução CVM 400 e das demais disposições legais e regulamentares aplicáveis.
<b>Ônus</b>	Hipoteca, penhor, usufruto, fideicomisso, encargo ou outro gravame, incluindo, sem limitação, qualquer equivalente aos descritos acima sob a lei brasileira ou

	de qualquer outra jurisdição.
<b>Participantes Especiais</b>	Instituições integrantes do sistema de distribuição de valores mobiliários que venham a participar da Oferta e realizem esforços de colocação das Debêntures.
<b>Pessoas Vinculadas</b>	Investidores que sejam (a) controladores ou administradores da Companhia; (b) controladores ou administradores das Instituições Participantes da Oferta; (c) outras pessoas vinculadas à Oferta; ou (d) cônjuges, companheiros, ascendentes, descendentes e colaterais até o segundo grau de cada uma das pessoas referidas nas alíneas (a), (b) ou (c) acima.
<b>Portaria do Ministério dos Transportes</b>	Portaria do Ministério dos Transportes n.º 201, de 12 de dezembro de 2013, publicada no Diário Oficial da União em 13 de dezembro de 2013.
<b>Práticas Contábeis Adotadas no Brasil</b>	Práticas contábeis adotadas no Brasil, em conformidade com a Lei das Sociedades por Ações, as normas, instruções e regulamentos da CVM, os pronunciamentos contábeis, orientações e interpretações emitidos pelo CPC e aprovados pela CVM e pelo CFC.
<b>Preço de Integralização</b>	Valor Nominal Unitário, acrescido da Remuneração aplicável, calculada <i>pro rata temporis</i> desde a Primeira Data de Integralização da respectiva série até a respectiva Data de Integralização.
<b>Primeira Data de Integralização</b>	A primeira Data de Integralização.
<b>Procedimento de <i>Bookbuilding</i></b>	Procedimento de coleta de intenções de investimento, organizado pelos Coordenadores, nos termos do artigo 23, parágrafo 1º, e do artigo 44 da Instrução CVM 400, sem recebimento de reservas, sem lotes mínimos ou máximos, para a definição, com a Companhia, (i) da realização da Emissão em série única ou em duas, três ou quatro séries, e da emissão e da quantidade de Debêntures da Primeira Série, de Debêntures da Segunda Série, de Debêntures da Terceira Série e/ou de Debêntures da Quarta Série, observados os limites previstos na seção "Informações Relativas a Oferta – Características da Emissão e das Debêntures – Séries" na página 58 deste Prospecto; e (ii) da Remuneração da Primeira Série, observado o limite previsto na seção "Informações Relativas a Oferta – Características da

	<p>Emissão e das Debêntures – Remuneração da Primeira Série", na página 62 deste Prospecto, da Remuneração da Segunda Série, observado o limite previsto na seção "Informações Relativas a Oferta – Características da Emissão e das Debêntures – Remuneração da Segunda Série", na página 62 deste Prospecto, da Remuneração da Terceira Série, observado o limite previsto na seção "Informações Relativas a Oferta – Características da Emissão e das Debêntures – Remuneração da Terceira Série", na página 63 deste Prospecto, e da Remuneração da Quarta Série, observado o limite previsto na seção "Informações Relativas a Oferta – Características da Emissão e das Debêntures – Remuneração da Quarta Série", na página 64 deste Prospecto.</p>
<b>Programa CLN S11D</b>	Programa Capacitação Logística Norte S11D da Vale, que tem a finalidade de ampliar a capacidade logística (ferroviária e portuária) da Vale para suportar o aumento de produção de minério de ferro do sistema norte da Vale. Dentro deste projeto maior encontra-se o Ramal Ferroviário do Sudeste do Pará (RFSP).
<b>Projeto de Investimento</b>	Ramal Ferroviário Sudeste do Pará (RFSP), projeto de infraestrutura da Companhia considerado prioritário, nos termos do artigo 2º da Lei 12.431, do Decreto n.º 7.603, e da Portaria do Ministério dos Transportes.
<b>Prospecto ou Prospecto Preliminar</b>	Este prospecto preliminar da Oferta, em conjunto com o Formulário de Referência.
<b>Prospecto Definitivo</b>	O prospecto definitivo da Oferta, em conjunto com o Formulário de Referência.
<b>Prospectos</b>	Este Prospecto e o Prospecto Definitivo, em conjunto.
<b>Real, reais ou R\$</b>	Moeda corrente do Brasil.
<b>Remuneração</b>	A Remuneração da Primeira Série, a Remuneração da Segunda Série, a Remuneração da Terceira Série e a Remuneração da Quarta Série, em conjunto.
<b>Remuneração da Primeira Série</b>	Os Juros da Primeira Série, em conjunto com a Atualização Monetária da Primeira Série.
<b>Remuneração da Segunda Série</b>	Os Juros da Segunda Série, em conjunto com a Atualização Monetária da Segunda Série.
<b>Remuneração da Terceira</b>	Os Juros da Terceira Série, em conjunto com a

<b>Série</b>	Atualização Monetária da Terceira Série.
<b>Remuneração da Quarta Série</b>	Os Juros da Quarta Série, em conjunto com a Atualização Monetária da Quarta Série.
<b>Resolução CMN 2.689</b>	Resolução do Conselho Monetário Nacional n.º 2.689, de 26 de janeiro de 2000, conforme alterada.
<b>Valor Nominal Unitário</b>	R\$1.000,00 na Data de Emissão.
<b>Valor Total da Emissão</b>	R\$750.000.000,00, na Data de Emissão, sem considerar as Debêntures Suplementares e as Debêntures Adicionais.

## **CONSIDERAÇÕES SOBRE ESTIMATIVAS E DECLARAÇÕES ACERCA DO FUTURO**

Este Prospecto inclui estimativas e declarações acerca do futuro, inclusive nas seções “4. Fatores de Risco”, “5. Riscos de Mercado”, “7. Atividades do Emissor” e “10. Comentários dos Diretores” do Formulário de Referência, o qual é incorporado por referência a este Prospecto. Ver seção “Documentos e Informações Incorporados a Este Prospecto por Referência” deste Prospecto.

As estimativas e declarações futuras da Companhia têm por embasamento, em grande parte, as expectativas atuais, estimativas das projeções futuras e tendências que afetam ou podem potencialmente vir a afetar o setor de atuação, a participação de mercado, a reputação, os negócios operacionais, a situação financeira, o resultado das operações, as margens, o fluxo de caixa, o preço de mercado das ações ordinárias da Companhia e/ou das Debêntures. Embora estas estimativas e declarações futuras encontrem-se baseadas em premissas razoáveis, estas estimativas e declarações estão sujeitas a diversos riscos, incertezas e suposições e são feitas com base nas informações de que a Companhia atualmente dispõe.

As estimativas e declarações futuras da Companhia podem ser influenciadas por diversos fatores, incluindo, exemplificativamente:

- os efeitos da crise financeira e econômica internacional no Brasil;
- conjuntura econômica, política e de negócios no Brasil e, em especial, nos mercados geográficos em que atuamos;
- alterações nas condições gerais da economia, incluindo, exemplificativamente, inflação, variação cambial, flutuações na taxa de juros, nível de emprego, crescimento populacional e confiança do consumidor;
- nossa administração e operações futuras;
- implementação de nossas principais estratégias operacionais, incluindo a potencial participação em processos de privatização de empresas estatais, aquisições ou operações com joint-ventures, bem como outras oportunidades de investimento;
- nossos planos de aquisição ou desinvestimentos;
- implementação de nossa estratégia financeira e planos de investimento de capital;
- a exploração de nossas reservas minerais e desenvolvimento de instalações de mineração;
- o esgotamento e exaustão de nossas minas e reservas minerais;
- tendências dos preços de commodities e demanda por commodities;
- o impacto futuro da concorrência e de alterações na legislação e regulamentação aplicável às nossas operações;

- tendências da indústria, incluindo a direção dos preços e os níveis esperados de oferta e demanda; e
- outros fatores de risco apresentados na seção “Fatores de Risco Relacionados à Oferta e às Debêntures” na página 45 deste Prospecto, e nas seções “4. Fatores de Risco” e “5. Riscos de Mercado” do Formulário de Referência.

Os verbos “acreditar”, “entender”, “poder”, “estimar”, “continuar”, “antecipar”, “prever”, “pretender”, “esperar”, “buscar” e palavras similares têm por objetivo identificar estimativas e perspectivas para o futuro. Tais estimativas referem-se apenas à data em que foram expressas, sendo que a Companhia não pode assegurar que atualizará ou revisará quaisquer dessas estimativas em razão da disponibilização de novas informações, de eventos futuros ou de quaisquer outros fatores. Estas estimativas envolvem riscos e incertezas e não consistem em qualquer garantia de um desempenho futuro, sendo que os reais resultados ou desenvolvimentos podem ser substancialmente diferentes das expectativas descritas nas estimativas e declarações futuras constantes deste Prospecto.

Tendo em vista os riscos e incertezas envolvidos, as estimativas e declarações acerca do futuro constantes deste Prospecto e do Formulário de Referência podem não vir a ocorrer e, ainda, os resultados futuros e o desempenho da Companhia podem diferir substancialmente daqueles previstos em estimativas em razão, inclusive, dos fatores mencionados acima. Por conta dessas incertezas, o investidor não deve se basear nestas estimativas e declarações futuras para tomar uma decisão de investimento.



## **DOCUMENTOS E INFORMAÇÕES INCORPORADOS A ESTE PROSPECTO POR REFERÊNCIA**

Os seguintes documentos, conforme arquivados na CVM, são incorporados por referência a este Prospecto:

- O Formulário de Referência da Companhia;
- As demonstrações financeiras individuais e consolidadas da Companhia relativas aos exercícios sociais encerrados em 31 de dezembro de 2012, 2011 e 2010, acompanhadas do respectivo parecer dos auditores independentes; e
- Os formulários ITRs relativos ao trimestre encerrado em 30 de setembro de 2013.

Os documentos incorporados por referência a este Prospecto podem ser obtidos na sede social da Companhia ou nas páginas na Internet da CVM e da Companhia, conforme segue:

### ***Formulário de Referência***

- [www.cvm.gov.br](http://www.cvm.gov.br), nessa página clicar em “Participantes do Mercado”, depois clicar em “Companhias Abertas”, depois clicar em “ITR, DFP, IAN, IPE e outras Informações”, digitar “Vale S.A.”, posteriormente clicar em “VALE S.A.”, clicar em “Formulário de Referência”, e clicar em “Consulta” ou “Download” da versão mais recente disponível do Formulário de Referência.
- [www.vale.com/brasil/PT/investors/Paginas/default.aspx](http://www.vale.com/brasil/PT/investors/Paginas/default.aspx), nessa página, clicar em “Resultados Trimestrais e Relatórios”, “Formulário de Referência” e “2013”, e acessar a versão mais recente disponível do Formulário de Referência.

### ***Demonstrações Financeiras***

#### ***Exercícios Sociais Encerrados em 31 de dezembro de 2011 e 2012***

- [www.cvm.gov.br](http://www.cvm.gov.br), nessa página clicar em “Participantes do Mercado”, depois clicar em “Companhias Abertas”, depois clicar em “ITR, DFP, IAN, IPE e outras Informações”, digitar “Vale S.A.”, posteriormente clicar em “Vale S.A.”, clicar em “Dados Econômico-Financeiros” e, por fim, consultar os arquivos mais recentes referentes aos exercícios sociais acima mencionados.
- [www.vale.com/brasil/PT/investors/Paginas/default.aspx](http://www.vale.com/brasil/PT/investors/Paginas/default.aspx), nessa página, clicar em “Resultados Trimestrais e Relatórios”, “Demonstrações Contábeis - Vale”, “4o. Trimestre de 2012” e acessar o arquivo “BRGAAP (PT)”.

### *Exercícios Sociais Encerrados em 31 de dezembro de 2010 e 2011*

- [www.cvm.gov.br](http://www.cvm.gov.br), nessa página clicar em “Participantes do Mercado”, depois clicar em “Companhias Abertas”, depois clicar em “ITR, DFP, IAN, IPE e outras Informações”, digitar “Vale S.A.”, posteriormente clicar em “Vale S.A.”, clicar em “Dados Econômico-Financeiros” e, por fim, consultar os arquivos mais recentes referentes aos exercícios sociais acima mencionados.
- [www.vale.com/brasil/PT/investors/Paginas/default.aspx](http://www.vale.com/brasil/PT/investors/Paginas/default.aspx), nessa página, clicar em “Resultados Trimestrais e Relatórios”, “Demonstrações Contábeis - Vale”, “4o. Trimestre de 2011” e acessar o arquivo “BRGAAP (PT)”.

### ***Informações Trimestrais (ITR)***

#### *Trimestre Encerrado em 30 de setembro de 2013*

- [www.cvm.gov.br](http://www.cvm.gov.br), nessa página clicar em “Participantes do Mercado”, depois clicar em “Companhias Abertas”, depois clicar em “ITR, DFP, IAN, IPE e outras Informações”, digitar “Vale S.A.”, posteriormente clicar em “Vale S.A.”, clicar em “ITR” e, por fim, consultar o arquivo mais recente referente ao período de nove meses acima mencionado.
- [www.vale.com/brasil/PT/investors/Paginas/default.aspx](http://www.vale.com/brasil/PT/investors/Paginas/default.aspx), nessa página, clicar em “Resultados Trimestrais e Relatórios”, “Demonstrações Contábeis - Vale”, “3o. Trimestre de 2013” e acessar o arquivo “ITR”.

#### *Trimestre Encerrado em 30 de setembro de 2012*

- [www.cvm.gov.br](http://www.cvm.gov.br), nessa página clicar em “Participantes do Mercado”, depois clicar em “Companhias Abertas”, depois clicar em “ITR, DFP, IAN, IPE e outras Informações”, digitar “Vale S.A.”, posteriormente clicar em “Vale S.A.”, clicar em “ITR” e, por fim, consultar o arquivo mais recente referente ao período de nove meses acima mencionado.
- [www.vale.com/brasil/PT/investors/Paginas/default.aspx](http://www.vale.com/brasil/PT/investors/Paginas/default.aspx), nessa página, clicar em “Resultados Trimestrais e Relatórios”, “Demonstrações Contábeis - Vale”, “3o. Trimestre de 2012” e acessar o arquivo “ITR”.

## **APRESENTAÇÃO DAS INFORMAÇÕES FINANCEIRAS, OPERACIONAIS E OUTRAS INFORMAÇÕES**

### **Informações Financeiras**

A moeda funcional das informações financeiras da Companhia é o Real. Atualmente, a Companhia elabora e apresenta suas demonstrações financeiras em Reais e em dólares americanos. As demonstrações financeiras consolidadas da Companhia são elaboradas de acordo com as Práticas Contábeis Adotadas no Brasil e com o IFRS.

As informações financeiras constantes deste Prospecto foram extraídas das nossas demonstrações financeiras consolidadas auditadas relativas aos exercícios sociais encerrados em 31 de dezembro de 2012, 2011 e 2010 e às nossas informações trimestrais consolidadas relativas ao trimestre encerrado em 30 de setembro de 2013, que se encontram incorporadas por referência a este Prospecto.

### **Informações de Mercado**

As informações constantes deste Prospecto ou do Formulário de Referência, a ele incorporado por referência, sobre o setor de atuação da Companhia, incluindo estimativas, foram extraídas de pesquisas internas e de mercado, dados disponíveis ao público e publicações relativas ao setor de atuação. Essas informações foram obtidas de fontes que consideramos confiáveis, tais como Banco Central, BM&FBOVESPA, o Ministério de Minas e Energia, o Ministério dos Transportes, o DNPM, IBGE, entre outros. Apesar de a Companhia não ter procedido a qualquer investigação independente para verificar a exatidão e retidão dessas informações, ela não possui motivos para acreditar que elas sejam imprecisas ou incorretas em algum aspecto relevante. Contudo, a Companhia não presta qualquer declaração quanto à exatidão e retidão dessas informações e não assume qualquer responsabilidade sobre elas.

### **Arredondamentos**

Alguns valores e percentuais constantes deste Prospecto foram arredondados para facilitar a sua apresentação e, dessa forma, os valores totais apresentados em algumas tabelas constantes deste Prospecto podem não representar a soma exata dos valores que os precedem.

## SUMÁRIO DA OFERTA

*Esta seção não contém todas as informações sobre a Oferta que devem ser analisadas pelo investidor antes de tomar sua decisão de investimento nas Debêntures. O investidor deve ler este Prospecto integralmente e de forma cuidadosa, inclusive o disposto na seção “Fatores de Risco Relacionados à Oferta e às Debêntures”, na página 45 deste Prospecto, nas demonstrações financeiras da Companhia e suas respectivas notas explicativas, e nas seções “4. Fatores de Risco” e “5. Riscos de Mercado” do Formulário de Referência, antes de tomar uma decisão de investimento nas Debêntures.*

<b>Companhia ou Emissora</b>	Vale S.A.
<b>Capital Social da Companhia</b>	O capital social da Emissora, nesta data, é de R\$75.000.000.000,00.
<b>Coordenador Líder</b>	Bradesco BBI
<b>Coordenadores</b>	Coordenador Líder, BB-BI e Itaú BBA.
<b>Agente Fiduciário</b>	Pentágono S.A. Distribuidora de Títulos e Valores Mobiliários.

**Na data de celebração da Escritura de Emissão, o Agente Fiduciário identificou que presta serviços de agente fiduciário nas seguintes emissões:**

- (i) na quinta emissão pública de debêntures de BNDES Participações S.A. – BNDESPAR, consistindo em 3.050.000 debêntures simples, não conversíveis em ações, da espécie quirografária, sem garantias, totalizando R\$2.025.000.000,00, na data de emissão, em três séries, sendo (a) a primeira série composta por 500.000 debêntures, com vencimento em 1º de janeiro de 2014, não tendo ocorrido, com relação à primeira série, eventos de resgate, amortização, repactuação ou inadimplemento no período; (b) a segunda série composta por 1.000.000 de debêntures, com vencimento em 1º de janeiro de 2014, não tendo ocorrido, com relação à segunda série, eventos de resgate, amortização, repactuação ou inadimplemento no período; e (c) a terceira série composta por 525.000 debêntures, com vencimento em 15 de janeiro de 2017, não tendo ocorrido, com relação à terceira série, eventos de resgate, amortização, repactuação ou inadimplemento no período;**
- (ii) na sexta emissão pública de debêntures de**

**BNDES Participações S.A. – BNDESPAR, consistindo em 2.050.000 debêntures simples, não conversíveis em ações, da espécie quirografária, sem garantias, totalizando R\$2.000.000.000,00, na data de emissão, em três séries, sendo (a) a primeira série composta por 409.000 debêntures, com vencimento em 1º de julho de 2016, não tendo ocorrido, com relação à primeira série, eventos de resgate, amortização, repactuação ou inadimplemento no período; (b) a segunda série composta por 302.000 debêntures, com vencimento em 1º de julho de 2016, não tendo ocorrido, com relação à segunda série, eventos de resgate, amortização, repactuação ou inadimplemento no período; e (c) a terceira série composta por 1.289.000 debêntures, com vencimento em 15 de maio de 2019, não tendo ocorrido, com relação à terceira série, eventos de resgate, amortização, repactuação ou inadimplemento no período;**

- (iii) na quinta emissão pública de debêntures de Bradespar S.A., consistindo em 100.000 debêntures simples, não conversíveis em ações, da espécie quirografária, sem garantias, totalizando R\$1.000.000.000,00, na data de emissão, em série única, com vencimento em 6 de julho de 2015, não tendo ocorrido eventos de resgate, amortização, repactuação ou inadimplemento no período;**
- (iv) na primeira emissão pública de debêntures de NCF Participações S.A., consistindo em 2.300 debêntures simples, não conversíveis em ações, da espécie quirografária, sem garantias, totalizando R\$2.300.000.000,00, na data de emissão, em série única, com vencimento em 25 de maio de 2014, tendo ocorrido evento de resgate parcial no período, e não tendo ocorrido eventos de amortização, repactuação ou inadimplemento no período;**
- (v) na quarta emissão pública de debêntures de MRS Logística S.A., consistindo em 30.000 debêntures simples, não conversíveis em ações, da espécie com garantia flutuante, totalizando, R\$300.000.000,00, na data de emissão, em série**

única, com vencimento em 1º de fevereiro de 2020, tendo ocorrido evento de amortização no período, e não tendo ocorrido eventos de resgate, repactuação ou inadimplemento no período;

- (vi) na quinta emissão pública de debêntures de MRS Logística S.A., consistindo em 300.000 debêntures simples, não conversíveis em ações, da espécie quirografária, sem garantias, totalizando, R\$300.000.000,00, na data de emissão, em série única, com vencimento em 18 de julho de 2018, tendo ocorrido evento de amortização no período, e não tendo ocorrido eventos de resgate, repactuação ou inadimplemento no período; e
- (vii) na sexta emissão pública de debêntures de MRS Logística S.A., consistindo em 30.000 debêntures simples, não conversíveis em ações, da espécie quirografária, sem garantias, totalizando R\$300.000.000,00, na data de emissão, em série única, com vencimento no prazo de seis anos contados da data da primeira subscrição e integralização, não tendo ocorrido eventos de resgate, amortização, repactuação ou inadimplemento no período.

<b>Banco Liquidante</b>	Itaú Unibanco S.A.
<b>Escriturador</b>	Itaú Corretora de Valores S.A.
<b>Classificação de Risco</b>	Standard & Poor's: "brAAA" / Moody's: "Aaa.br" / Fitch Ratings: "AAA(bra)". Para mais informações sobre a classificação de risco da Emissão, ver o "Anexo C", deste Prospecto.
<b>Aprovações Societárias</b>	A Emissão e a Oferta serão realizadas com base nas deliberações da reunião do conselho de administração da Companhia, realizada em 28 de novembro de 2013, cuja ata foi arquivada na JUCERJA em 11 de dezembro de 2013 e será publicada no DOERJ e nos jornais "Valor Econômico" e "Jornal do Commercio".
<b>Destinação dos Recursos</b>	Os recursos líquidos obtidos pela Companhia com a Emissão serão integralmente destinados ao uso com ou ao reembolso de gastos, despesas e/ou dívidas relacionados ao Projeto de Investimento, considerado prioritário nos termos do artigo 2º da Lei 12.431, do Decreto n.º 7.603, e da Portaria do Ministério dos Transportes. Para mais informações sobre

a destinação dos recursos, veja a seção “Destinação dos Recursos” na página 106 deste Prospecto.

### **Regime de Colocação**

As Debêntures serão objeto de oferta pública de distribuição, nos termos da Lei do Mercado de Valores Mobiliários, da Instrução CVM 400 e das demais disposições legais e regulamentares aplicáveis, nos termos do Contrato de Distribuição, com a intermediação dos Coordenadores e das demais Instituições Participantes da Oferta, sob (i) o regime de garantia firme de colocação, a ser prestada pelos Coordenadores de forma individual e não solidária, com relação à totalidade das Debêntures, sem considerar as Debêntures Suplementares e as Debêntures Adicionais; e (ii) o regime de melhores esforços de colocação, com relação às Debêntures Suplementares e às Debêntures Adicionais. Para mais informações, vide a seção “Informações Relativas a Oferta – Contrato de Distribuição” na página 78 deste Prospecto.

### **Procedimento de *Bookbuilding***

Será adotado o procedimento de coleta de intenções de investimento, organizado pelos Coordenadores, nos termos do artigo 23, parágrafo 1º, e do artigo 44 da Instrução CVM 400, sem recebimento de reservas, sem lotes mínimos ou máximos, para a definição, com a Companhia: (i) da realização da Emissão em série única ou em duas, três ou quatro séries, e da emissão e da quantidade de Debêntures da Primeira Série, de Debêntures da Segunda Série, de Debêntures da Terceira Série e/ou de Debêntures da Quarta Série, observados os limites previstos na seção “Informações Relativas a Oferta – Características da Emissão e das Debêntures – Séries” na página 58 deste Prospecto; e (ii) da Remuneração da Primeira Série, observado o limite previsto na seção “Informações Relativas a Oferta – Características da Emissão e das Debêntures – Remuneração da Primeira Série” na página 62 deste Prospecto, da Remuneração da Segunda Série, observado o limite previsto na seção “Informações Relativas a Oferta – Características da Emissão e das Debêntures – Remuneração da Segunda Série” na página 62 deste Prospecto, da Remuneração da Terceira Série, observado o limite previsto na seção “Informações Relativas a Oferta – Características da Emissão e das Debêntures – Remuneração da Terceira Série” na página 63 deste Prospecto e/ou da Remuneração da Quarta Série, observado o limite previsto na seção “Informações Relativas a Oferta – Características da Emissão e das Debêntures – Remuneração da Quarta Série”

na página 64 deste Prospecto.

O resultado do Procedimento de *Bookbuilding* será ratificado por meio de aditamento à Escritura de Emissão, a ser celebrado anteriormente à data de concessão do registro da Oferta pela CVM, independentemente de qualquer aprovação societária adicional da Companhia, e será divulgado por meio do Anúncio de Início, nos termos do artigo 23, parágrafo 2º, da Instrução CVM 400.

**Prazo de Subscrição**

Respeitados (i) o atendimento dos requisitos a que se refere a Escritura de Emissão e as disposições do Contrato de Distribuição; (ii) a concessão do registro da Oferta pela CVM; (iii) a publicação do Anúncio de Início; e (iv) a disponibilização, aos investidores, do Prospecto Definitivo, as Debêntures serão subscritas, a qualquer tempo, em até seis meses contados da data de publicação do Anúncio de Início ou até a data de publicação do Anúncio de Encerramento, o que ocorrer primeiro.

**Forma de Subscrição e de Integralização e Preço de Integralização**

As Debêntures serão subscritas e integralizadas por meio do MDA e do DDA, à vista, no ato da subscrição (Data de Integralização), e em moeda corrente nacional, pelo Valor Nominal Unitário, acrescido da Remuneração aplicável, calculada *pro rata temporis* desde a primeira Data de Integralização (Primeira Data de Integralização) da respectiva série até a respectiva Data de Integralização.

**Negociação**

As Debêntures serão registradas para negociação no mercado secundário por meio (i) do CETIP21, sendo as negociações das Debêntures liquidadas financeiramente por meio da CETIP e as Debêntures custodiadas eletronicamente na CETIP; e (ii) do BOVESPAFIX, sendo as negociações das Debêntures liquidadas financeiramente por meio da BM&FBOVESPA e as Debêntures custodiadas eletronicamente na BM&FBOVESPA.

**Valor Total da Emissão**

O valor total da Emissão será de R\$750.000.000,00, na Data de Emissão, sem considerar as Debêntures Suplementares e as Debêntures Adicionais.

**Quantidade**

Serão emitidas 750.000 Debêntures, sem considerar as Debêntures Suplementares e as Debêntures Adicionais, observado o disposto no item "Séries" abaixo.

Nos termos do artigo 24 da Instrução CVM 400, a quantidade de Debêntures inicialmente ofertada (sem considerar as Debêntures Adicionais) poderá ser acrescida em até 15%, ou seja, em até 112.500 Debêntures



suplementares, nas mesmas condições das Debêntures inicialmente ofertadas (Debêntures Suplementares), destinadas a atender a um excesso de demanda que eventualmente seja constatado no decorrer da Oferta, conforme opção a ser outorgada pela Companhia aos Coordenadores no Contrato de Distribuição, que somente poderá ser exercida pelos Coordenadores em comum acordo com a Companhia até a data de conclusão do Procedimento de *Bookbuilding*. A critério dos Coordenadores e da Companhia, conforme excesso de demanda verificado pelo Procedimento de *Bookbuilding*, as Debêntures Suplementares poderão ser alocadas como Debêntures da Primeira Série, como Debêntures da Segunda Série, como Debêntures da Terceira Série e/ou como Debêntures da Quarta Série.

Nos termos do artigo 14, parágrafo 2º, da Instrução CVM 400, a quantidade de Debêntures inicialmente ofertada (sem considerar as Debêntures Suplementares) poderá ser acrescida em até 20%, ou seja, em até 150.000 Debêntures adicionais, nas mesmas condições das Debêntures inicialmente ofertadas (Debêntures Adicionais), que somente poderão ser emitidas pela Companhia em comum acordo com os Coordenadores até a data de conclusão do Procedimento de *Bookbuilding*. A critério dos Coordenadores e da Companhia, conforme verificado pelo Procedimento de *Bookbuilding*, as Debêntures Adicionais poderão ser alocadas como Debêntures da Primeira Série, como Debêntures da Segunda Série, como Debêntures da Terceira Série e/ou como Debêntures da Quarta Série.

**Valor Nominal Unitário**

As Debêntures terão valor nominal unitário de R\$1.000,00, na Data de Emissão.

**Séries**

A Emissão será realizada em até quatro séries, no sistema de vasos comunicantes (Sistema de Vasos Comunicantes), sendo que a quantidade de Debêntures a ser alocada em cada série será definida conforme o Procedimento de *Bookbuilding*, observado que o somatório das Debêntures da Primeira Série, das Debêntures da Segunda Série, das Debêntures da Terceira Série e das Debêntures da Quarta Série não poderá exceder a quantidade prevista no item "Quantidade" acima, sem considerar as Debêntures Suplementares e as Debêntures Adicionais.

De acordo com o Sistema de Vasos Comunicantes, a quantidade de Debêntures emitida em uma das séries deverá ser abatida da quantidade total de Debêntures prevista no item "Quantidade" acima, e também da quantidade total a

ser emitida nas eventuais séries subsequentes. As Debêntures serão alocadas entre as séries de forma a atender a demanda verificada no Procedimento de *Bookbuilding*. Não haverá quantidade mínima ou máxima de Debêntures ou valor mínimo ou máximo para alocação entre séries, sendo que qualquer das séries poderá não ser emitida, caso em que a totalidade das Debêntures será emitida na(s) série(s) remanescente(s), nos termos acordados ao final do Procedimento de *Bookbuilding*.

Ressalvadas as referências expressas às Debêntures da Primeira Série, às Debêntures da Segunda Série, às Debêntures da Terceira Série ou às Debêntures da Quarta Série, todas as referências às "Debêntures" devem ser entendidas como referências às Debêntures da Primeira Série, às Debêntures da Segunda Série, às Debêntures da Terceira Série e às Debêntures da Quarta Série, em conjunto.

**Conversibilidade e Permutabilidade**

As Debêntures não serão conversíveis em ações de emissão da Companhia e nem permutáveis em ações de emissão de outra sociedade.

**Espécie**

As Debêntures serão da espécie quirografária, nos termos do artigo 58 da Lei das Sociedades por Ações, não contando com garantia real ou fidejussória, ou qualquer segregação de bens da Companhia para garantir os Debenturistas em caso de necessidade de execução judicial ou extrajudicial das obrigações da Companhia decorrentes das Debêntures e da Escritura de Emissão, e não conferindo qualquer privilégio, especial ou geral, aos Debenturistas.

**Data de Emissão**

Para todos os efeitos legais, a data de emissão das Debêntures será 15 de janeiro de 2014.

**Prazo e Data de Vencimento**

Ressalvadas as hipóteses de resgate antecipado das Debêntures, conforme aplicável, e/ou de vencimento antecipado das obrigações decorrentes das Debêntures, nos termos previstos na Escritura de Emissão, o prazo:

- I. das Debêntures da Primeira Série será de sete anos, contados da Data de Emissão, vencendo-se, portanto, em 15 de janeiro de 2021 (Data de Vencimento da Primeira Série);
- II. das Debêntures da Segunda Série será de dez anos, contados da Data de Emissão, vencendo-se, portanto, em 15 de janeiro de 2024 (Data de Vencimento da Segunda Série);
- III. das Debêntures da Terceira Série será de doze anos, contados da Data de Emissão, vencendo-se, portanto, em 15 de janeiro de 2026 (Data de Vencimento da Terceira Série); e
- IV. das Debêntures da Quarta Série será de quinze anos, contados da Data de Emissão, vencendo-se,

portanto, em 15 de janeiro de 2029 (Data de Vencimento da Quarta Série).

**Pagamento do Valor Nominal Unitário**

Sem prejuízo dos pagamentos em decorrência de resgate antecipado das Debêntures, conforme aplicável, e/ou de vencimento antecipado das obrigações decorrentes das Debêntures, nos termos previstos na Escritura de Emissão:

- I. o Valor Nominal Unitário de cada uma das Debêntures da Primeira Série, atualizado pela Atualização Monetária da Primeira Série, será amortizado em duas parcelas anuais e sucessivas, na seguinte ordem:
  - (a) a primeira parcela, no valor correspondente a 50% do Valor Nominal Unitário de cada uma das Debêntures da Primeira Série, atualizado pela Atualização Monetária da Primeira Série, devida em 15 de janeiro de 2020; e
  - (b) a segunda parcela, no valor correspondente a 50% do Valor Nominal Unitário de cada uma das Debêntures da Primeira Série, atualizado pela Atualização Monetária da Primeira Série, devida na Data de Vencimento da Primeira Série;
- II. o Valor Nominal Unitário de cada uma das Debêntures da Segunda Série, atualizado pela Atualização Monetária da Segunda Série, será amortizado em três parcelas anuais e sucessivas, na seguinte ordem:
  - (a) a primeira parcela, no valor correspondente a 33,33% do Valor Nominal Unitário de cada uma das Debêntures da Segunda Série, atualizado pela Atualização Monetária da Segunda Série, devida em 15 de janeiro de 2022;
  - (b) a segunda parcela, no valor correspondente a 33,33% do Valor Nominal Unitário de cada uma das Debêntures da Segunda Série, atualizado pela Atualização Monetária da Segunda Série, devida em 15 de janeiro de 2023; e
  - (c) a terceira parcela, no valor correspondente ao saldo devedor do Valor Nominal Unitário de cada uma das Debêntures da Segunda Série, atualizado pela Atualização Monetária da

Segunda Série, devida na Data de Vencimento da Segunda Série;

III. o Valor Nominal Unitário de cada uma das Debêntures da Terceira Série, atualizado pela Atualização Monetária da Terceira Série, será amortizado em três parcelas anuais e sucessivas, na seguinte ordem:

- (a) a primeira parcela, no valor correspondente a 33,33% do Valor Nominal Unitário de cada uma das Debêntures da Terceira Série, atualizado pela Atualização Monetária da Terceira Série, devida em 15 de janeiro de 2024;
- (b) a segunda parcela, no valor correspondente a 33,33% do Valor Nominal Unitário de cada uma das Debêntures da Terceira Série, atualizado pela Atualização Monetária da Terceira Série, devida em 15 de janeiro de 2025; e
- (c) a terceira parcela, no valor correspondente ao saldo devedor do Valor Nominal Unitário de cada uma das Debêntures da Terceira Série, atualizado pela Atualização Monetária da Terceira Série, devida na Data de Vencimento da Terceira Série; e

IV. o Valor Nominal Unitário de cada uma das Debêntures da Quarta Série, atualizado pela Atualização Monetária da Quarta Série, será amortizado em seis parcelas anuais e sucessivas, na seguinte ordem:

- (a) a primeira parcela, no valor correspondente a 16,66% do Valor Nominal Unitário de cada uma das Debêntures da Quarta Série, atualizado pela Atualização Monetária da Quarta Série, devida em 15 de janeiro de 2024;
- (b) a segunda parcela, no valor correspondente a 16,66% do Valor Nominal Unitário de cada uma das Debêntures da Quarta Série, atualizado pela Atualização Monetária da Quarta Série, devida em 15 de janeiro de 2025;
- (c) a terceira parcela, no valor correspondente a

16,66% do Valor Nominal Unitário de cada uma das Debêntures da Quarta Série, atualizado pela Atualização Monetária da Quarta Série, devida em 15 de janeiro de 2026;

- (d) a quarta parcela, no valor correspondente a 16,66% do Valor Nominal Unitário de cada uma das Debêntures da Quarta Série, atualizado pela Atualização Monetária da Quarta Série, devida em 15 de janeiro de 2027;
- (e) a quinta parcela, no valor correspondente a 16,66% do Valor Nominal Unitário de cada uma das Debêntures da Quarta Série, atualizado pela Atualização Monetária da Quarta Série, devida em 15 de janeiro de 2028; e
- (f) a sexta parcela, no valor correspondente ao saldo devedor do Valor Nominal Unitário de cada uma das Debêntures da Quarta Série, atualizado pela Atualização Monetária da Quarta Série, devida na Data de Vencimento da Quarta Série.

**Remuneração da Primeira Série** A remuneração de cada uma das Debêntures da Primeira Série será a seguinte:

- I. *atualização monetária*: o Valor Nominal Unitário de cada uma das Debêntures da Primeira Série será atualizado pela variação do IPCA, calculada de forma exponencial e cumulativa *pro rata temporis*, desde a Primeira Data de Integralização das Debêntures da Primeira Série até a data de seu efetivo pagamento, sendo o produto da atualização incorporado ao Valor Nominal Unitário de cada uma das Debêntures da Primeira Série automaticamente (Atualização Monetária da Primeira Série). O Valor Nominal Unitário das Debêntures da Primeira Série, atualizado pela Atualização Monetária da Primeira Série, será calculado de acordo com a fórmula prevista na Escritura de Emissão; e
- II. *juros remuneratórios*: sobre o saldo devedor do Valor Nominal Unitário de cada uma das Debêntures da Primeira Série, atualizado pela Atualização Monetária da Primeira Série, incidirão

juros remuneratórios prefixados correspondentes a um determinado percentual ao ano, base 252 dias úteis, a ser definido de acordo com o Procedimento de *Bookbuilding*, e, em qualquer caso, limitado a 0,40% ao ano, base 252 dias úteis, acrescidos exponencialmente à média aritmética das taxas internas de retorno da Nota do Tesouro Nacional, série B – NTN-B (NTN-B), com vencimento em 2020, que deverão ser as cotações indicativas divulgadas pela ANBIMA, a serem apuradas no fechamento do terceiro, quarto e quinto Dias Úteis imediatamente anteriores à data de realização do Procedimento de *Bookbuilding* (excluindo-se a data de realização do Procedimento de *Bookbuilding* no cômputo de dias) (Juros da Primeira Série, e, em conjunto com a Atualização Monetária da Primeira Série, Remuneração da Primeira Série), calculados de forma exponencial e cumulativa *pro rata temporis* por dias úteis decorridos, desde a Primeira Data de Integralização das Debêntures da Primeira Série ou a data de pagamento de Juros da Primeira Série imediatamente anterior, conforme o caso, até a data do efetivo pagamento. Sem prejuízo dos pagamentos em decorrência de resgate antecipado das Debêntures, conforme aplicável, e/ou de vencimento antecipado das obrigações decorrentes das Debêntures, nos termos previstos na Escritura de Emissão, os Juros da Primeira Série serão pagos anualmente a partir da Data de Emissão, ocorrendo o primeiro pagamento em 15 de janeiro de 2015 e o último, na Data de Vencimento da Primeira Série. Os Juros da Primeira Série serão calculados de acordo com a fórmula prevista na Escritura de Emissão.

**Remuneração da Segunda Série**

A remuneração de cada uma das Debêntures da Segunda Série será a seguinte:

- I. *atualização monetária:* o Valor Nominal Unitário de cada uma das Debêntures da Segunda Série será atualizado pela variação do IPCA, calculada de forma exponencial e cumulativa *pro rata temporis*, desde a Primeira Data de Integralização das Debêntures da Segunda Série até a data de seu efetivo pagamento, sendo o produto da atualização incorporado ao Valor Nominal Unitário de cada uma das Debêntures da Segunda Série automaticamente

(Atualização Monetária da Segunda Série). O Valor Nominal Unitário das Debêntures da Segunda Série, atualizado pela Atualização Monetária da Segunda Série, será calculado de acordo com a fórmula prevista na Escritura de Emissão; e

- II. *juros remuneratórios*: sobre o saldo devedor do Valor Nominal Unitário de cada uma das Debêntures da Segunda Série, atualizado pela Atualização Monetária da Segunda Série, incidirão juros remuneratórios prefixados correspondentes a um determinado percentual ao ano, base 252 dias úteis, a ser definido de acordo com o Procedimento de *Bookbuilding*, e, em qualquer caso, limitado a 0,55% ao ano, base 252 dias úteis, acrescidos exponencialmente à média aritmética das taxas internas de retorno da NTN-B com vencimento em 2022, que deverão ser as cotações indicativas divulgadas pela ANBIMA, a serem apuradas no fechamento do terceiro, quarto e quinto Dias Úteis imediatamente anteriores à data de realização do Procedimento de *Bookbuilding* (excluindo-se a data de realização do Procedimento de *Bookbuilding* no cômputo de dias) (Juros da Segunda Série, e, em conjunto com a Atualização Monetária da Segunda Série, Remuneração da Segunda Série), calculados de forma exponencial e cumulativa *pro rata temporis* por dias úteis decorridos, desde a Primeira Data de Integralização das Debêntures da Segunda Série ou a data de pagamento de Juros da Segunda Série imediatamente anterior, conforme o caso, até a data do efetivo pagamento. Sem prejuízo dos pagamentos em decorrência de resgate antecipado das Debêntures, conforme aplicável, e/ou de vencimento antecipado das obrigações decorrentes das Debêntures, nos termos previstos na Escritura de Emissão, os Juros da Segunda Série serão pagos anualmente a partir da Data de Emissão, ocorrendo o primeiro pagamento em 15 de janeiro de 2015 e o último, na Data de Vencimento da Segunda Série. Os Juros da Segunda Série serão calculados de acordo com a fórmula prevista na Escritura de Emissão.

**Remuneração da Terceira Série**

A remuneração de cada uma das Debêntures da Terceira Série será a seguinte:

- I. *atualização monetária*: o Valor Nominal Unitário

de cada uma das Debêntures da Terceira Série será atualizado pela variação do IPCA, calculada de forma exponencial e cumulativa *pro rata temporis*, desde a Primeira Data de Integralização das Debêntures da Terceira Série até a data de seu efetivo pagamento, sendo o produto da atualização incorporado ao Valor Nominal Unitário de cada uma das Debêntures da Terceira Série automaticamente (Atualização Monetária da Terceira Série). O Valor Nominal Unitário das Debêntures da Terceira Série, atualizado pela Atualização Monetária da Terceira Série, será calculado de acordo com a fórmula prevista na Escritura de Emissão; e

- II. *juros remuneratórios*: sobre o saldo devedor do Valor Nominal Unitário de cada uma das Debêntures da Terceira Série, atualizado pela Atualização Monetária da Terceira Série, incidirão juros remuneratórios prefixados correspondentes a um determinado percentual ao ano, base 252 dias úteis, a ser definido de acordo com o Procedimento de *Bookbuilding*, e, em qualquer caso, limitado a 0,60% ao ano, base 252 dias úteis, acrescidos exponencialmente à média aritmética das taxas internas de retorno da NTN-B com vencimento em 2024, que deverão ser as cotações indicativas divulgadas pela ANBIMA, a serem apuradas no fechamento do terceiro, quarto e quinto Dias Úteis imediatamente anteriores à data de realização do Procedimento de *Bookbuilding* (excluindo-se a data de realização do Procedimento de *Bookbuilding* no cômputo de dias) (Juros da Terceira Série, e, em conjunto com a Atualização Monetária da Terceira Série, Remuneração da Terceira Série), calculados de forma exponencial e cumulativa *pro rata temporis* por dias úteis decorridos, desde a Primeira Data de Integralização das Debêntures da Terceira Série ou a data de pagamento de Juros da Terceira Série imediatamente anterior, conforme o caso, até a data do efetivo pagamento. Sem prejuízo dos pagamentos em decorrência de resgate antecipado das Debêntures, conforme aplicável, e/ou de vencimento antecipado das obrigações decorrentes das Debêntures, nos termos previstos na Escritura de Emissão, os Juros da Terceira Série serão pagos anualmente a partir da Data de Emissão, ocorrendo o primeiro pagamento em 15 de janeiro de 2015 e o



último, na Data de Vencimento da Terceira Série. Os Juros da Terceira Série serão calculados de acordo com a fórmula prevista na Escritura de Emissão.

#### **Remuneração da Quarta Série**

A remuneração de cada uma das Debêntures da Quarta Série será a seguinte:

- I. *atualização monetária*: o Valor Nominal Unitário de cada uma das Debêntures da Quarta Série será atualizado pela variação do IPCA, calculada de forma exponencial e cumulativa *pro rata temporis*, desde a Primeira Data de Integralização das Debêntures da Quarta Série até a data de seu efetivo pagamento, sendo o produto da atualização incorporado ao Valor Nominal Unitário de cada uma das Debêntures da Quarta Série automaticamente (Atualização Monetária da Quarta Série). O Valor Nominal Unitário das Debêntures da Quarta Série, atualizado pela Atualização Monetária da Quarta Série, será calculado de acordo com a fórmula prevista na Escritura de Emissão; e
- II. *juros remuneratórios*: sobre o saldo devedor do Valor Nominal Unitário de cada uma das Debêntures da Quarta Série, atualizado pela Atualização Monetária da Quarta Série, incidirão juros remuneratórios prefixados correspondentes a um determinado percentual ao ano, base 252 dias úteis, a ser definido de acordo com o Procedimento de *Bookbuilding*, e, em qualquer caso, limitado a 0,75% ao ano, base 252 dias úteis, acrescidos exponencialmente à média aritmética das taxas internas de retorno da NTN-B com vencimento em 2030, que deverão ser as cotações indicativas divulgadas pela ANBIMA, a serem apuradas no fechamento do terceiro, quarto e quinto Dias Úteis imediatamente anteriores à data de realização do Procedimento de *Bookbuilding* (excluindo-se a data de realização do Procedimento de *Bookbuilding* no cômputo de dias) (Juros da Quarta Série, e, em conjunto com a Atualização Monetária da Quarta Série, Remuneração da Quarta Série, e a Remuneração da Primeira Série, a Remuneração da Segunda Série, a Remuneração da Terceira Série e a Remuneração da Quarta Série, quando referidas indistintamente, Remuneração), calculados de forma exponencial e cumulativa *pro rata temporis* por dias

úteis decorridos, desde a Primeira Data de Integralização das Debêntures da Quarta Série ou a data de pagamento de Juros da Quarta Série imediatamente anterior, conforme o caso, até a data do efetivo pagamento. Sem prejuízo dos pagamentos em decorrência de resgate antecipado das Debêntures, conforme aplicável, e/ou de vencimento antecipado das obrigações decorrentes das Debêntures, nos termos previstos na Escritura de Emissão, os Juros da Quarta Série serão pagos anualmente a partir da Data de Emissão, ocorrendo o primeiro pagamento em 15 de janeiro de 2015 e o último, na Data de Vencimento da Quarta Série. Os Juros da Quarta Série serão calculados de acordo com a fórmula prevista na Escritura de Emissão.

**Repactuação Programada** Não haverá repactuação programada.

**Resgate Antecipado Facultativo** É vedada a liquidação antecipada das Debêntures por meio de resgate ou pré-pagamento facultativo, salvo na forma que vier a ser regulamentada pelo CMN, em conformidade com o disposto no artigo 1º, parágrafo 1º, inciso II, da Lei 12.431, e exclusivamente por meio da Oferta Facultativa de Resgate Antecipado (conforme previsto no item "Oferta Facultativa de Resgate Antecipado" abaixo). Entende-se por resgate antecipado facultativo a opção da Companhia de resgatar as Debêntures, a seu exclusivo critério, de forma compulsória, ou seja, sem possibilidade de manifestação dos Debenturistas.

**Amortização Antecipada Facultativa** A Companhia não poderá, voluntariamente, realizar a amortização antecipada facultativa de qualquer das Debêntures. Entende-se por amortização antecipada facultativa a opção da Companhia de amortizar as Debêntures, a seu exclusivo critério, de forma compulsória, ou seja, sem possibilidade de manifestação dos Debenturistas.

**Oferta Facultativa de Resgate Antecipado**

Caso seja legalmente permitido à Companhia realizar o resgate antecipado das Debêntures em circulação, nos termos das disposições legais e regulamentares aplicáveis, inclusive em virtude da regulamentação, pelo CMN, da possibilidade de resgate prevista no artigo 1º, parágrafo 1º, inciso II, combinado com o artigo 2º, parágrafo 1º, da Lei 12.431, a Companhia poderá, a seu exclusivo critério, realizar, a qualquer tempo, oferta facultativa de resgate antecipado, total ou parcial, das Debêntures em circulação, em geral ou por série, conforme definido pela Companhia, com o consequente cancelamento de tais Debêntures, que será endereçada a todos os Debenturistas, em geral ou por série, conforme definido pela Companhia, sem distinção, assegurada a igualdade de condições a todos os Debenturistas, em geral ou por série, conforme definido pela Companhia, para aceitar o resgate antecipado das Debêntures de que forem titulares, de acordo com os termos e condições previstos no item "Informações Relativas a Oferta – Oferta Facultativa de Resgate Antecipado", na página 66 deste Prospecto.

**Aquisição Facultativa**

É vedada a recompra das Debêntures em circulação pela Companhia e/ou por suas partes relacionadas nos dois primeiros anos contados da Data de Emissão, nos termos do artigo 1º, parágrafo 1º, da Lei 12.431. Após o decurso de tal prazo de dois anos, nos termos do artigo 55, parágrafo 3º, da Lei das Sociedades por Ações, é facultado à Companhia e/ou a suas partes relacionadas, a seu exclusivo critério e a qualquer tempo, adquirir as Debêntures em circulação (i) por valor igual ou inferior ao Valor Nominal Unitário, devendo tal fato constar do relatório da administração e das demonstrações financeiras da Companhia; ou (ii) por valor superior ao Valor Nominal Unitário, desde que observadas as regras expedidas pela CVM. As Debêntures adquiridas pela Companhia poderão, a critério da Companhia, permanecer em tesouraria ou ser novamente colocadas no mercado. As Debêntures adquiridas pela Companhia para permanência em tesouraria nos termos deste item, se e quando recolocadas no mercado, farão jus à mesma Remuneração aplicável às demais Debêntures em circulação. Alternativamente, as Debêntures adquiridas pela Companhia nos termos deste item poderão ser canceladas, na forma que vier a ser regulamentada pelo CMN, em conformidade com o disposto no artigo 1º, parágrafo 1º, inciso II, da Lei 12.431.

**Imunidade Tributária**

As Debêntures gozam do tratamento tributário previsto no

artigo 2º da Lei 12.431, e, consequentemente, também gozam do tratamento tributário previsto no artigo 1º da Lei 12.431. Caso qualquer Debenturista tenha imunidade ou isenção tributária diferente daquelas previstas na Lei 12.431, este deverá encaminhar ao Escriturador e ao Banco Liquidante, no prazo mínimo de dez Dias Úteis anteriores à data prevista para recebimento de valores relativos às Debêntures, documentação comprobatória da referida imunidade ou isenção tributária julgada apropriada pelo Escriturador e pelo Banco Liquidante, sob pena de ter descontado de seus pagamentos os valores devidos nos termos da legislação tributária em vigor.

**Eventos de  
Inadimplemento e  
Vencimento Antecipado**

As Debêntures estão sujeitas a determinados Eventos de Inadimplemento que podem acarretar o seu vencimento antecipado. Para mais informações, *vide* seção "Informações Relativas a Oferta – Características da Emissão e das Debêntures – Vencimento Antecipado", na página 70 deste Prospecto e "Fatores de Risco Relacionados à Oferta e às Debêntures – As obrigações da Emissora constantes da Escritura de Emissão estão sujeitas a hipóteses de vencimento antecipado", na página 46 deste Prospecto.

**Quóruns de Deliberação**

Os Debenturistas poderão, a qualquer tempo, reunir-se em assembleia geral, de acordo com o disposto no artigo 71 da Lei das Sociedades por Ações, a fim de deliberarem sobre matéria de interesse da comunhão dos Debenturistas, observado que:

- I. quando o assunto a ser deliberado for comum a todas as séries de Debêntures, os Debenturistas de todas as séries deverão, a qualquer tempo, reunir-se em assembleia geral conjunta, de acordo com o disposto no artigo 71 da Lei das Sociedades por Ações, a fim de deliberarem sobre matéria de interesse da comunhão dos Debenturistas de todas as séries; e
- II. quando o assunto a ser deliberado for específico a uma determinada série, os Debenturistas da Primeira Série, os Debenturistas da Segunda Série, os Debenturistas da Terceira Série ou os Debenturistas da Quarta Série, conforme o caso, poderão, a qualquer tempo, de acordo com o disposto no artigo 71 da Lei das Sociedades por Ações, reunir-se em assembleia geral, que se realizará em separado, computando-se em separado os respectivos quóruns de convocação, de instalação e de deliberação, a fim

de deliberarem sobre matéria de interesse da comunhão dos Debenturistas da Primeira Série, dos Debenturistas da Segunda Série, dos Debenturistas da Terceira Série ou dos Debenturistas da Quarta Série, conforme o caso.

Para os fins da Escritura de Emissão, o assunto a ser deliberado será considerado específico a determinada série sempre que e somente se se referir a alterações (i) da Remuneração aplicável; (ii) de quaisquer datas de pagamento de quaisquer valores previstos na Escritura de Emissão relativos à respectiva série; e/ou (iii) do prazo de vigência das Debêntures da respectiva série.

Os procedimentos previstos neste item serão aplicáveis às assembleias gerais de Debenturistas de todas as séries e às assembleias gerais de Debenturistas da Primeira Série, às assembleias gerais de Debenturistas da Segunda Série, às assembleias gerais de Debenturistas da Terceira Série ou às assembleias gerais de Debenturistas da Quarta Série, conforme o caso, e os quóruns previstos deverão ser calculados levando-se em consideração o total de Debêntures de todas as séries ou o total de Debêntures da respectiva série, conforme o caso.

As assembleias gerais de Debenturistas poderão ser convocadas pelo Agente Fiduciário, pela Companhia, por Debenturistas que representem, no mínimo, 10% das Debêntures em circulação ou das Debêntures da respectiva série em circulação, conforme o caso, ou pela CVM.

A convocação das assembleias gerais de Debenturistas dar-se-á mediante anúncio publicado pelo menos três vezes nos termos do item "Publicidade" acima, respeitadas outras regras relacionadas à publicação de anúncio de convocação de assembleias gerais constantes da Lei das Sociedades por Ações, da regulamentação aplicável e da Escritura de Emissão, ficando dispensada a convocação no caso da presença da totalidade dos Debenturistas ou dos Debenturistas da respectiva série, conforme o caso.

As assembleias gerais de Debenturistas instalar-se-ão, em primeira convocação, com a presença de titulares de, no mínimo, metade das Debêntures em circulação ou das Debêntures da respectiva série em circulação, conforme o caso, e, em segunda convocação, com qualquer quórum.

A presidência e a secretaria das assembleias gerais de Debenturistas caberão aos Debenturistas eleitos por estes

próprios ou àqueles que forem designados pela CVM.

Nas deliberações das assembleias gerais de Debenturistas, a cada uma das Debêntures em circulação caberá um voto, admitida a constituição de mandatário, Debenturista ou não. Observado o disposto acima, exceto pelo disposto no parágrafo abaixo, todas as deliberações a serem tomadas em assembleia geral de Debenturistas dependerão de aprovação de Debenturistas representando, no mínimo, a maioria simples das Debêntures em circulação.

Observado o disposto acima, não estão incluídos no quórum previsto no parágrafo acima:

- I. os quóruns expressamente previstos em outras cláusulas da Escritura de Emissão;
- II. as alterações, que somente poderão ser propostas pela Companhia, que deverão ser aprovadas por Debenturistas representando, no mínimo, 90% das Debêntures em circulação, (a) das disposições deste item; (b) de qualquer dos quóruns previstos na Escritura de Emissão; (c) da Remuneração; (d) de quaisquer datas de pagamento de quaisquer valores previstos na Escritura de Emissão; (e) do prazo de vigência das Debêntures; (f) da espécie das Debêntures; (g) da criação de evento de repactuação; (h) das disposições relativas a resgate antecipado facultativo; (i) das disposições relativas a amortizações antecipadas facultativas; (j) das disposições relativas à Oferta Facultativa de Resgate Antecipado; ou (k) da redação de qualquer Evento de Inadimplemento.
- III. as deliberações relativas a renúncia ou a perdão temporário a um Evento de Inadimplemento (pedido de *waiver*), que deverão ser aprovadas (a) em assembleia geral de Debenturistas instalada em primeira convocação, por Debenturistas representando, no mínimo, a maioria das Debêntures em circulação; ou (b) em assembleia geral de Debenturistas instalada em segunda convocação, por Debenturistas representando, no mínimo, a maioria simples das Debêntures em circulação.

Para mais informações, veja a seção "Informações Relativas a Oferta – Características da Emissão e das Debêntures – Assembleia Geral de Debenturistas", na página 76 deste Prospecto.

**Local de Pagamento**

Os pagamentos referentes às Debêntures e a quaisquer outros valores eventualmente devidos pela Companhia, nos termos da Escritura de Emissão, serão realizados pela Companhia (i) no que se refere a pagamentos referentes ao Valor Nominal Unitário, à Remuneração, a prêmio de resgate antecipado (se houver, no âmbito da Oferta Facultativa de Resgate Antecipado) e aos Encargos Moratórios, e com relação às Debêntures que estejam custodiadas eletronicamente na CETIP, por meio da CETIP; (ii) no que se refere a pagamentos referentes ao Valor Nominal Unitário, à Remuneração, a prêmio de resgate antecipado (se houver, no âmbito da Oferta Facultativa de Resgate Antecipado) e aos Encargos Moratórios, e com relação às Debêntures que estejam custodiadas na BM&FBOVESPA, por meio da BM&FBOVESPA; ou (iii) nos demais casos, por meio do Escriturador ou, com relação aos pagamentos que não possam ser realizados por meio do Escriturador, na sede da Companhia, conforme o caso.

**Público Alvo da Oferta**

Observado o disposto na seção "Informações Relativas a Oferta – Contrato de Distribuição – Plano da Oferta" na página 79 deste Prospecto, a Oferta será realizada para o público alvo da Oferta que é composto por (a) investidores que sejam considerados institucionais ou qualificados, nos termos da Instrução CVM 409, incluindo pessoas físicas e jurídicas, residentes, domiciliadas ou com sede no Brasil, clubes de investimento, fundos de investimento, carteiras administradas, entidades administradoras de recursos de terceiros registradas na CVM, entidades autorizadas a funcionar pelo Banco Central do Brasil, condomínios destinados à aplicação em carteiras de títulos e valores mobiliários registrados na CVM e/ou na BM&FBOVESPA, fundos de pensão, entidades abertas ou fechadas de previdência complementar e de capitalização e seguradoras; e (b) investidores não residentes devidamente registrados perante a CVM que invistam no Brasil, nos termos da Resolução CMN 2.689 e da Instrução CVM 325, levando-se sempre em conta o perfil de risco dos destinatários da Oferta.

**Pessoas Vinculadas**

Poderá ser aceita a participação de investidores que sejam (a) controladores ou administradores da Companhia; (b) controladores ou administradores das Instituições Participantes da Oferta; (c) outras pessoas vinculadas à Oferta; ou (d) cônjuges, companheiros, ascendentes, descendentes e colaterais até o segundo grau de cada uma

das pessoas referidas nas alíneas (a), (b) ou (c) acima (em conjunto, Pessoas Vinculadas), no Procedimento de *Bookbuilding*.

Caso seja verificado excesso de demanda superior a 1/3 das Debêntures (sem considerar as Debêntures Suplementares e as Debêntures Adicionais), não será permitida a colocação de Debêntures perante investidores que sejam Pessoas Vinculadas, sendo as intenções de investimento apresentadas por investidores que sejam Pessoas Vinculadas automaticamente canceladas, nos termos do artigo 55 da Instrução CVM 400, exceto pela colocação de Debêntures perante o Formador de Mercado, caso tenha apresentado intenções de investimento nos termos do Contrato de Distribuição.

O investidor deve ler a seção "Fatores de Risco Relacionados à Oferta e às Debêntures – A participação de investidores que sejam considerados Pessoas Vinculadas no Procedimento de *Bookbuilding* poderá impactar adversamente a definição da Remuneração das Debêntures, e o investimento nas Debêntures por investidores que sejam Pessoas Vinculadas poderá ter um impacto adverso na liquidez das Debêntures no mercado secundário", na página 47 deste Prospecto.

#### **Formador de Mercado**

Conforme permitido no artigo 55, parágrafo único, da Instrução CVM 400, o montante equivalente a até 6,67% das Debêntures inicialmente ofertadas (sem considerar as Debêntures Suplementares ou as Debêntures Adicionais) será preferencialmente destinado à colocação ao Formador de Mercado, a fim de possibilitar-lhe a atuação, no CETIP21, como formador de mercado (*market maker*), garantindo a existência e a permanência de ofertas firmes diárias de compra e venda para as Debêntures durante a vigência do Contrato de Formador de Mercado, nos termos da legislação aplicável e do Contrato de Formador de Mercado.

#### **Inadequação da Oferta a Certos Investidores**

**O investimento nas Debêntures não é adequado a investidores que (i) não tenham profundo conhecimento dos riscos envolvidos na operação ou que não tenham acesso à consultoria especializada; (ii) necessitem de liquidez com relação às Debêntures a serem adquiridas, tendo em vista a possibilidade de serem pequenas ou inexistentes as negociações das Debêntures no mercado secundário; e/ou (iii) não estejam dispostos a correr o risco de crédito de empresa do setor privado e/ou dos**



setores em que a Companhia atua. Para uma avaliação adequada dos riscos associados ao investimento nas Debêntures, os investidores deverão ler a seção "Fatores de Risco Relacionados à Oferta e às Debêntures" na página 45 deste Prospecto, bem como as seções relativas aos fatores de risco constantes dos itens "4. Fatores de Risco" e "5. Riscos de Mercado" do Formulário de Referência antes de aceitar a Oferta.

**Fatores de Risco**

Para uma descrição dos fatores que devem ser considerados antes da decisão de investimento nas Debêntures, veja a seção "Fatores de Risco Relacionados à Oferta e às Debêntures" na página 45 deste Prospecto, além de outras informações incluídas neste Prospecto.

**Cronograma Estimado das Etapas da Oferta**

Para informações acerca dos principais eventos e datas relacionados à Oferta, vide a seção "Sumário da Oferta – Cronograma Estimado das Etapas da Oferta" na página 44 deste Prospecto.

**Informações Adicionais**

Quaisquer outras informações ou esclarecimentos sobre a Emissora ou a Oferta poderão ser obtidas com os Coordenadores e na CVM, nos endereços indicados na seção "Identificação da Companhia, dos Coordenadores, dos Consultores Jurídicos, do Agente Fiduciário, do Banco Liquidante e Escriturador Mandatário e dos Auditores Independentes", na página 52 deste Prospecto.

O pedido de registro da Oferta foi apresentado à CVM em 16 de dezembro de 2013, estando a Oferta sujeita à prévia aprovação pela CVM.

## Cronograma Estimado das Etapas da Oferta

Encontra-se abaixo um cronograma estimado das principais etapas da Oferta:

N.º	Evento	Data de Realização/ Data Prevista <sup>(1) (2)</sup> <sub>(3)</sub>
1.	Protocolo na CVM Publicação do Aviso ao Mercado Disponibilização do Prospecto Preliminar Início das apresentações para potenciais investidores	16/12/2013
2.	Encerramento das apresentações para potenciais investidores Procedimento de <i>Bookbuilding</i>	28/01/2014
3.	Registro da Oferta pela CVM	06/02/2014
4.	Publicação do Anúncio de Início com a divulgação do resultado do Procedimento de <i>Bookbuilding</i> Disponibilização do Prospecto Definitivo	10/02/2014
5.	Data de Liquidação das Debêntures	12/02/2014 a 14/02/2014
6.	Data de Início da Negociação das Debêntures	13/02/2014 a 17/02/2014
7.	Publicação do Anúncio de Encerramento	18/02/2014

<sup>(1)</sup> As datas previstas para os eventos futuros são meramente indicativas e estão sujeitas a alterações, atrasos e antecipações sem aviso prévio, a critério da Companhia e dos Coordenadores. Qualquer modificação no cronograma da distribuição deverá ser comunicada à CVM e poderá ser analisada como modificação de Oferta, seguindo o disposto nos artigos 25 e 27 da Instrução CVM 400.

<sup>(2)</sup> Caso ocorram alterações das circunstâncias, suspensão, prorrogação, revogação ou modificação da Oferta, tal cronograma poderá ser alterado. Para informações sobre manifestação de aceitação à Oferta, manifestação de revogação da aceitação à Oferta, modificação da Oferta, suspensão da Oferta e cancelamento ou revogação da Oferta, ver seções "Informações Relativas a Oferta – Manifestação de Revogação da Aceitação da Oferta", "Informações Relativas a Oferta – Modificação da Oferta", "Informações Relativas a Oferta – Suspensão da Oferta" e "Informações Relativas a Oferta – Cancelamento ou Revogação da Oferta", nas páginas 87, 88, 88 e 89, respectivamente, deste Prospecto.

<sup>(3)</sup> Para informações sobre o prazo para exercício da garantia firme e venda das Debêntures Objeto da Garantia Firme, pelos Coordenadores, ver seção "Informações Relativas a Oferta – Contrato de Distribuição – Regime de Colocação", na página 78 deste Prospecto.

Quaisquer comunicados ao mercado relativos à Oferta serão informados por meio de publicação de aviso no jornal “Valor Econômico” e na página da Emissora na rede mundial de computadores (<http://www.vale.com/brasil/PT/investors/Paginas/default.aspx>).

## **FATORES DE RISCO RELACIONADOS À OFERTA E ÀS DEBÊNTURES**

*O investimento nas Debêntures envolve a exposição a determinados riscos. Antes de tomar qualquer decisão de investimento nas Debêntures, os potenciais investidores devem analisar cuidadosamente todas as informações contidas neste Prospecto e no Formulário de Referência, incluindo os riscos mencionados abaixo e os riscos constantes da seção “Sumário da Companhia – Principais Fatores de Risco Relacionados à Companhia” deste Prospecto, das seções “4. Fatores de Risco” e “5. Riscos de Mercado” do Formulário de Referência, incorporado por referência a este Prospecto. Os negócios, a situação financeira, os resultados operacionais, o fluxo de caixa, a liquidez e/ou os negócios atuais e futuros da Companhia podem ser afetados de maneira adversa por qualquer dos fatores de risco mencionados abaixo e nas seções “4. Fatores de Risco” e “5. Riscos de Mercado” do Formulário de Referência, incorporado por referência a este Prospecto. O preço de mercado das Debêntures pode diminuir em razão de qualquer desses e/ou de outros fatores de risco, hipóteses em que os potenciais investidores poderão perder parte substancial ou a totalidade de seu investimento nas Debêntures. Os riscos descritos abaixo na seção “Sumário da Companhia – Principais Fatores de Risco Relacionados à Companhia” e nas seções “4. Fatores de Risco” e “5. Riscos de Mercado” do Formulário de Referência são aqueles que a Companhia conhece e que acredita que atualmente podem afetá-la de maneira adversa, de modo que riscos adicionais não conhecidos pela Companhia atualmente ou que a Companhia considera atualmente irrelevantes também podem afetá-la de forma adversa.*

*Para os fins desta seção, exceto se expressamente indicado de maneira diversa ou se o contexto assim o exigir, a menção ao fato de que um risco, incerteza ou problema poderá causar ou ter ou causará ou terá “efeito adverso” ou “efeito negativo” para a Companhia, ou expressões similares, significa que tal risco, incerteza ou problema poderá ou poderia causar efeito adverso relevante nos negócios, na situação financeira, nos resultados operacionais, no fluxo de caixa, na liquidez e/ou nos negócios atuais e futuros da Companhia, bem como no preço das Debêntures. Expressões similares incluídas nesta seção devem ser compreendidas nesse contexto.*

***A percepção de riscos em outros países, especialmente nos países de economia emergente, poderá afetar o valor de mercado de títulos e de valores mobiliários brasileiros, incluindo as Debêntures.***

Investir em títulos de mercados emergentes, tais como o Brasil, envolve um risco maior do que investir em títulos de emissores de países mais desenvolvidos, e tais investimentos são tidos como sendo de natureza especulativa. Os investimentos brasileiros, tal como as Debêntures, estão sujeitos a riscos econômicos e políticos, envolvendo, dentre outros:

- mudanças nos ambientes regulatório, fiscal, econômico e político que podem afetar a capacidade dos investidores de receber pagamentos, no todo ou em parte, com relação a seus investimentos; e
- restrições a investimentos estrangeiros e a repatriação de capital investido.

Os mercados de títulos brasileiros são substancialmente menores, menos líquidos, mais concentrados e mais voláteis do que os principais mercados de títulos americanos e europeus, e não são tão regulamentados ou supervisionados como estes.

***As obrigações da Emissora constantes da Escritura de Emissão estão sujeitas a hipóteses de vencimento antecipado.***

A Escritura de Emissão estabelece hipóteses que ensejam o vencimento antecipado (automático ou não) das obrigações da Emissora com relação às Debêntures, tais como (i) pedido de recuperação judicial ou de autofalência pela Emissora; (ii) não cumprimento de obrigações previstas na Escritura de Emissão; e (iii) vencimento antecipado de outras dívidas. Não há garantias de que a Emissora disporá de recursos suficientes em caixa para fazer face ao pagamento das Debêntures na hipótese de ocorrência de vencimento antecipado de suas obrigações, hipótese na qual a Emissora poderá sofrer um impacto negativo relevante nos seus resultados e operações.

***A baixa liquidez do mercado secundário brasileiro de debêntures pode dificultar o desinvestimento nas Debêntures por seus titulares.***

Atualmente, o mercado secundário brasileiro apresenta baixa liquidez para negociações de debêntures. Os subscritores das Debêntures não têm nenhuma garantia de que no futuro terão um mercado líquido em que possam negociar a alienação desses títulos, caso queiram optar pelo desinvestimento. Isso pode trazer dificuldades aos titulares de Debêntures que queiram vendê-las no mercado secundário.

***Eventual rebaixamento na classificação de risco das Debêntures poderá acarretar redução de liquidez das Debêntures para negociação no mercado secundário.***

Para se realizar uma classificação de risco (*rating*), certos fatores relativos à Emissora são levados em consideração, tais como sua condição financeira, sua administração e seu desempenho. São analisadas, também, as características das Debêntures, assim como as obrigações assumidas pela Emissora e os fatores político-econômicos que podem afetar a condição financeira da Emissora. Dessa forma, as avaliações representam uma opinião quanto às condições da Emissora de honrar seus compromissos financeiros, tais como pagamento do principal e juros no prazo estipulado. Um eventual rebaixamento em classificações de risco obtidas com relação à Oferta e/ou à Emissora durante a vigência das Debêntures poderá afetar negativamente o preço dessas Debêntures e sua negociação no mercado secundário.

Adicionalmente, alguns dos principais investidores que adquirem valores mobiliários por meio de ofertas públicas no Brasil (tais como entidades de previdência complementar) estão sujeitos a regulamentações específicas que condicionam seus investimentos em valores mobiliários a determinadas classificações de risco. Assim, o rebaixamento de classificações de risco obtidas com relação às Debêntures pode obrigar esses investidores a alienar suas Debêntures no mercado secundário, podendo vir a afetar negativamente o preço dessas Debêntures e sua negociação no mercado secundário.

### ***A espécie das Debêntures é quirografária.***

As Debêntures são da espécie quirografária, não contando com nenhuma garantia ou preferência. Dessa forma, na hipótese de falência da Companhia, os titulares das Debêntures estarão subordinados aos demais credores da Companhia que contarem com garantia real ou privilégio (em atendimento ao critério legal de classificação dos créditos na falência). Em razão das características das Debêntures, os titulares das Debêntures somente preferirão aos titulares de créditos subordinados aos demais credores, se houver, e acionistas da Companhia em relação à ordem de recebimento de seus créditos. Em caso de falência, não há garantia de que os titulares das Debêntures receberão a totalidade ou mesmo parte dos seus créditos.

***A participação de investidores que sejam considerados Pessoas Vinculadas no Procedimento de Bookbuilding poderá impactar adversamente a definição da Remuneração das Debêntures, e o investimento nas Debêntures por investidores que sejam Pessoas Vinculadas poderá ter um impacto adverso na liquidez das Debêntures no mercado secundário.***

A remuneração das Debêntures será definida com base no Procedimento de *Bookbuilding*, no qual serão aceitas intenções de investimento de investidores que sejam Pessoas Vinculadas, sem limite máximo de participação em relação ao valor da Oferta. A participação de investidores que sejam Pessoas Vinculadas no Procedimento de *Bookbuilding* poderá promover a má formação na taxa de remuneração final das Debêntures e o investimento nas Debêntures por investidores que sejam Pessoas Vinculadas poderá ter um impacto adverso na liquidez das Debêntures no mercado secundário.

Adicionalmente, de acordo com a legislação em vigor, caso não seja verificado excesso de demanda superior em 1/3 das Debêntures inicialmente ofertadas, investidores que sejam Pessoas Vinculadas poderão investir nas Debêntures, o que poderá promover a má formação na taxa de remuneração final das Debêntures a ser apurada no Procedimento de *Bookbuilding* e na liquidez esperada das Debêntures.

***Caso as Debêntures deixem de satisfazer determinadas características que as enquadrem como Debêntures Incentivadas, não podemos garantir que elas continuarão a receber o tratamento tributário diferenciado previsto na Lei 12.431.***

Nos termos da Lei 12.431, foi reduzida para 0% a alíquota do imposto de renda incidente sobre os rendimentos auferidos por pessoas residentes ou domiciliadas no exterior que tenham se utilizado dos mecanismos de investimento da Resolução CMN 2.689 e que não sejam residentes ou domiciliados em país que não tribute a renda ou a tribute à alíquota máxima inferior a 20% (“Pessoas Residentes no Exterior”) em decorrência da titularidade de, dentre outros, debêntures que atendam a determinadas características (“Debêntures Incentivadas”), como as Debêntures dessa Oferta, e que tenham sido objeto de oferta pública de distribuição por pessoas jurídicas de direito privado não classificadas como instituições financeiras e regulamentadas pelo CMN ou CVM, como a Companhia.

Adicionalmente, a Lei 12.431 estabeleceu que os rendimentos auferidos por pessoas físicas residentes ou domiciliadas no Brasil (“Pessoas Físicas Residentes no Brasil” e, em conjunto com as Pessoas Residentes no Exterior, “Pessoas Elegíveis”) em decorrência de sua titularidade de Debêntures Incentivadas, como as Debêntures, que tenham sido emitidas por concessionárias, permissionárias, autorizatárias ou arrendatárias, constituídas sob a forma de sociedade por ações, para implementar projetos de investimento na área de infraestrutura, como a Companhia, sujeitam-se à incidência do imposto sobre a renda na fonte a alíquota de 0%, desde que os projetos de investimento na área de infraestrutura sejam considerados como prioritários na forma regulamentada pelo Governo Federal.

São consideradas Debêntures Incentivadas as debêntures que, além dos requisitos descritos acima, apresentem, cumulativamente, as seguintes características: (1) sejam remuneradas por taxa de juros prefixada, vinculada a índice de preço ou à taxa referencial, (2) não admitam a pactuação total ou parcial de taxa de juros pós-fixada, (3) apresentem prazo médio ponderado superior a quatro anos, (4) não admitam a sua recompra pelo respectivo emissor nos dois primeiros anos após a sua emissão, tampouco a sua liquidação antecipada por meio de resgate ou pré-pagamento, (5) não estabeleçam compromisso de revenda assumido pelo respectivo titular, (6) apresentem prazo de pagamento periódico de rendimentos, se existente, com intervalos de, no mínimo, 180 dias, (7) comprove-se a sua negociação em mercados regulamentados de valores mobiliários no Brasil, e (8) os recursos com elas captados sejam alocados em Projetos de Investimento. Para informações adicionais sobre as Debêntures Incentivadas, ver seção “Informações Relativas a Oferta — Debêntures Incentivadas” deste Prospecto.

Dessa forma, caso as Debêntures deixem de satisfazer qualquer uma das características relacionadas nos itens (1) a (7) do parágrafo anterior, não podemos garantir que as Debêntures continuarão a receber o tratamento tributário diferenciado previsto na Lei 12.431.

Nessa hipótese, não podemos garantir que os rendimentos auferidos em decorrência da titularidade das Debêntures pelas Pessoas Elegíveis continuarão a ser tributados a alíquota de 0%, passando a ser tributados a alíquota variável de 15% a 22,5% para Pessoas Físicas Residentes no Brasil e 15% ou 25%, conforme as Pessoas Residentes do Exterior sejam ou não residentes ou domiciliados em país que não tribute a renda ou a tribute à alíquota máxima inferior a 20%. Da mesma forma, não podemos garantir que os rendimentos auferidos desde a Data de Subscrição e Integralização das Debêntures não serão cobrados pelas autoridades brasileiras competentes, acrescido de juros calculados segundo a taxa SELIC e multa.

Além disso, não podemos garantir que a Lei 12.431 não será novamente alterada, questionada, extinta ou substituída por leis mais restritivas, o que poderia afetar ou comprometer o tratamento tributário diferenciado previsto na Lei 12.431 conferido às Debêntures.

Adicionalmente, na hipótese de não aplicação dos recursos oriundos da Oferta nos Projetos de Investimento, é estabelecida uma penalidade de 20% sobre o valor não destinado aos

Projetos de Investimento, sendo mantido o tratamento tributário diferenciado previsto na Lei 12.431 aos investidores nas Debêntures que sejam Pessoas Elegíveis. Não podemos garantir que teremos recursos suficientes para o pagamento dessa penalidade ou, se tivermos, que isso não terá um efeito adverso para a Companhia.

***A Oferta será realizada em até quatro séries, sendo que a alocação das Debêntures entre as séries será definida no Procedimento de Bookbuilding, o que poderá afetar a liquidez da série com menor demanda.***

O número de Debêntures a ser alocado em cada série da Emissão será definido de acordo com a demanda das Debêntures pelos investidores apurada em Procedimento de *Bookbuilding*, observado que a alocação das Debêntures entre as séries ocorrerá por meio do sistema de vasos comunicantes, de acordo com o plano de distribuição elaborado pelos Coordenadores, o que poderá afetar a liquidez da série com menor demanda.

## INFORMAÇÕES CADASTRAIS DA COMPANHIA

<b>Identificação</b>	Vale S.A., sociedade por ações de capital aberto, com atos constitutivos arquivados perante a JUCERJA sob o NIRE 33.300.019.766 e com inscrição no Cadastro Nacional da Pessoa Jurídica – CNPJ sob o nº 33.592.510/0001-54.
<b>Sede</b>	A sede da Companhia está localizada na Avenida Graça Aranha nº 26, 19º andar, CEP 20030-900, na Cidade do Rio de Janeiro, Estado do Rio de Janeiro.
<b>Diretoria de Relações com Investidores</b>	A Diretoria de Relações com Investidores da Companhia está localizada na Avenida Graça Aranha nº 26, 18º andar, CEP 20030-900, na Cidade do Rio de Janeiro, Estado do Rio de Janeiro. O Diretor de Relações com Investidores é o Sr. Luciano Siani Pires. Nosso Departamento de Relações com Investidores pode ser contatado pelo telefone (21) 3814-4540, fac-símile (21) 3814-9935 e correio eletrônico <a href="mailto:rio@vale.com">rio@vale.com</a> .
<b>Banco Liquidante</b>	Itaú Unibanco S.A.
<b>Escriturador Mandatário</b>	Itaú Corretora de Valores S.A.
<b>Auditores Independentes</b>	PricewaterhouseCoopers Auditores Independentes, localizada na Av. José da Silva Azevedo Neto, 200, Torre Evolution 4, 2º andar, CEP 22775-056, na cidade do Rio de Janeiro, Estado do Rio de Janeiro, telefone (21) 3232-6112.
<b>Atendimento aos Debenturistas</b>	O atendimento aos Debenturistas é feito pelo Departamento de Relações com Investidores, na sede da Emissora, por meio do telefone (21) 3814-4540 e correio eletrônico <a href="mailto:rio@vale.com">rio@vale.com</a> .
<b>Jornais</b>	A Companhia divulga as informações societárias no DOERJ e nos jornais “Jornal do Commercio” e “Valor Econômico”.
<b>Página na Internet</b>	<a href="http://www.vale.com/brasil/pt/Paginas/default.aspx">www.vale.com/brasil/pt/Paginas/default.aspx</a> . Exceto conforme expressamente mencionado neste Prospecto, as informações constantes da página na Internet não são parte integrante deste Prospecto, nem devem ser a ele incorporadas por referência.



**Informações Adicionais**

Informações complementares sobre a Companhia, sobre a Oferta e as Debêntures poderão ser obtidas com a própria Companhia, com os Coordenadores, com a BM&FBOVESPA e com a CVM, nos endereços e páginas da Internet indicados na seção “Identificação da Companhia, dos Coordenadores, dos Consultores Jurídicos, do Agente Fiduciário, do Banco Liquidante e Escriturador Mandatário e dos Auditores Independentes” deste Prospecto.

**Formulário de Referência**

Informações detalhadas sobre a Companhia, seus negócios e operações poderão ser encontradas no Formulário de Referência, incorporado por referência a este Prospecto. Ver seção “Documentos e Informações Incorporados a Este Prospecto por Referência” deste Prospecto.

**IDENTIFICAÇÃO DA COMPANHIA, DOS COORDENADORES, DOS  
CONSULTORES JURÍDICOS, DO AGENTE FIDUCIÁRIO, DO BANCO  
LIQUIDANTE E ESCRITURADOR MANDATÁRIO E DOS AUDITORES  
INDEPENDENTES**

Para fins do disposto no item 2 do Anexo III da Instrução CVM 400, esclarecimentos sobre a Companhia e sobre a Oferta poderão ser obtidos nos seguintes endereços e páginas da Internet:

**Companhia**

**Vale S.A.**

Avenida Graça Aranha, 26, 18º andar  
20030-900 Rio de Janeiro, RJ  
Diretoria de Relações com Investidores  
At.: Sr. Luciano Siani Pires  
Telefone: (21) 3814-4540  
Fac-símile: (21) 3814-9935  
E-mail: rio@vale.com  
www.vale.com

**Coordenadores**

**Coordenador Líder**

**Banco Bradesco BBI S.A.**

Avenida Paulista, 1.450, 8º andar  
01310-917 São Paulo, SP  
At.: Sr. Leandro de Miranda  
Telefone: (11) 2178-4800  
Fac-símile: (11) 2178-4880  
E-mail: leandro.miranda@bradescobbi.com.br  
www.bradescobbi.com.br

A pessoa acima é o responsável designado pelo Coordenador Líder, de acordo com o artigo 33, parágrafo 3º, inciso III, da Instrução CVM 400.

**Banco Itaú BBA S.A.**

Avenida Brigadeiro Faria Lima, 3.400, 3º a 8º, 11º e 12º andares  
04538-132 São Paulo, SP  
At.: Sr. Felipe Weil Wilberg  
Telefone: (11) 3708-8507  
Fac-símile: (11) 3708-2533  
E-mail: felipe.wilberg@itaubba.com  
www.itaubba.com.br

**BB - Banco de Investimento S.A.**

Rua Senador Dantas, 105, 36º andar  
20231-204 Rio de Janeiro, RJ

At.: Sr. Erison Furtado  
Telefone: (21) 3808-3625 / (11) 3149-8570  
Fac-símile: (21) 2262-3862 / (11) 3149-8529  
E-mail: erisonfurtado@bb.com.br / rendafixa@bb.com.br  
www.bb.com.br

## **Consultores Jurídicos**

### ***Consultor Jurídico da Companhia***

#### **Machado, Meyer, Sendacz e Opice Advogados**

Avenida Brigadeiro Faria Lima, 3.144, 11º andar  
01451-000 São Paulo, SP

At.: Sra. Cristina Tomiyama  
Telefone: (11) 3150-7010  
Fac-símile: (11) 3150-7071

### ***Consultor Jurídico dos Coordenadores***

#### **Pinheiro Guimarães Advogados**

Avenida Paulista, 1.842, 24º andar  
01310-923 São Paulo, SP

At.: Sr. Francisco J. Pinheiro Guimarães/Sra. Ivie Moura Alves  
Telefone: (11) 4501-5000  
Fac-símile: (11) 4501-5025

## **Agente Fiduciário**

### **Pentágono S.A. Distribuidora de Títulos e Valores Mobiliários**

Avenida das Américas, 4.200, sala 514, bloco 04  
22640-102 Rio de Janeiro, RJ

At.: Sra. Nathalia Machado Loureiro  
Srta. Marcelle Motta Santoro  
Sr. Marco Aurélio Ferreira  
Telefone: (21) 3385-4565  
Fac-símile: (21) 3385-4046

## **Banco Liquidante da Emissão**

### **Itaú Unibanco S.A.**

Praça Alfredo Egydio de Souza Aranha, 100  
04344-902 São Paulo, SP

At.: Sr. Luiz Petito  
Telefone: (11) 2797-4431  
Fac-símile: (11) 2797-3140

### **Escriturador Mandatário**

#### **Itaú Corretora de Valores S.A.**

Avenida Brigadeiro Faria Lima, 3.400

04538-132 São Paulo, SP

At.: Sr. Luiz Petito

Telefone: (11) 2797-4431

Fac-símile: (11) 2797-3140

### **Auditores Independentes**

#### **PricewaterhouseCoopers Auditores Independentes**

Avenida José da Silva Azevedo Neto, 200, Torre Evolution 4, 2º andar

22775-056 Rio de Janeiro, RJ

At.: Sr. João César de Oliveira Lima Junior

Telefone: (21) 3232-6112

Fac-símile: (21) 2516-6591

### **Declarações de Veracidade das Informações**

A Companhia e o Coordenador Líder prestaram declarações de veracidade das informações, nos termos do artigo 56 da Instrução CVM 400. Essas declarações de veracidade estão anexas a este Prospecto.

## INFORMAÇÕES RELATIVAS À OFERTA

### Autorizações Societárias

A Emissão e a Oferta serão realizadas com base nas deliberações da reunião do conselho de administração da Companhia realizada em 28 de novembro de 2013, cuja ata foi arquivada na JUCERJA em 11 de dezembro de 2013 e será publicada no DOERJ e nos jornais “Valor Econômico” e “Jornal do Commercio”.

### Composição do Capital Social

Em 30 de setembro de 2013, o capital social da Emissora, subscrito e integralizado, é de R\$75.000.000.000,00, representado por 3.256.724.482 ações ordinárias e 2.108.579.618 ações preferenciais, todas nominativas, escriturais e sem valor nominal, totalizando 5.365.304.100 ações.

A tabela abaixo demonstra a distribuição do capital social da Companhia em 30 de setembro de 2013.

<b>Sociedade do Grupo</b>	<b>Participação na Companhia</b>
Valepar S.A.	32,4%
BNDES Participações S.A.	5,1%
Aberdeen Asset Management PLC	3,7%
Outros	58,8%
<b>Total</b>	<b>100,0%</b>

Para mais informações sobre o capital social da Emissora, vide a seção 17, "Capital Social", do Formulário de Referência da Companhia.

### Características da Oferta

#### *Colocação*

As Debêntures serão objeto de oferta pública de distribuição, nos termos da Lei do Mercado de Valores Mobiliários, da Instrução CVM 400 e das demais disposições legais e regulamentares aplicáveis, nos termos do Contrato de Distribuição, com a intermediação dos Coordenadores e das demais Instituições Participantes da Oferta, sob (i) o regime de garantia firme de colocação, a ser prestada pelos Coordenadores de forma individual e não solidária, com relação à totalidade das Debêntures, sem considerar as Debêntures Suplementares e as Debêntures Adicionais; e (ii) o regime de melhores esforços de colocação, com relação às Debêntures Suplementares e às Debêntures Adicionais. Para mais informações, vide a seção "Informações Relativas a Oferta – Contrato de Distribuição" na página 78 deste Prospecto.

#### *Procedimento de Bookbuilding*

Será adotado o procedimento de coleta de intenções de investimento, organizado pelos Coordenadores, nos termos do artigo 23, parágrafo 1º, e do artigo 44 da

Instrução CVM 400, sem recebimento de reservas, sem lotes mínimos ou máximos, para a definição com a Companhia (Procedimento de *Bookbuilding*): (i) da realização da Emissão em série única, ou em duas, três ou quatro séries, e da emissão e da quantidade de Debêntures da Primeira Série, de Debêntures da Segunda Série, de Debêntures da Terceira Série e/ou de Debêntures da Quarta Série, observados os limites previstos na seção "Informações Relativas a Oferta – Características da Emissão e das Debêntures – Séries" na página 58 deste Prospecto; (ii) da Remuneração da Primeira Série, observado o limite previsto na seção "Informações Relativas a Oferta – Características da Emissão e das Debêntures – Remuneração da Primeira Série" na página 62 deste Prospecto, da Remuneração da Segunda Série, observado o limite previsto na seção "Informações Relativas a Oferta – Características da Emissão e das Debêntures – Remuneração da Segunda Série" na página 62 deste Prospecto, da Remuneração da Terceira Série, observado o limite previsto na seção "Informações Relativas a Oferta – Características da Emissão e das Debêntures – Remuneração da Terceira Série" na página 63 deste Prospecto e/ou da Remuneração da Quarta Série, observado o limite previsto na seção "Informações Relativas a Oferta – Características da Emissão e das Debêntures – Remuneração da Quarta Série" na página 64 deste Prospecto.

O resultado do Procedimento de *Bookbuilding* será ratificado por meio de aditamento à Escritura de Emissão, a ser celebrado anteriormente à data de concessão do registro da Oferta pela CVM, independentemente de qualquer aprovação societária adicional da Companhia, e será divulgado por meio do Anúncio de Início, nos termos do artigo 23, parágrafo 2º, da Instrução CVM 400.

Poderão participar do Procedimento de *Bookbuilding* os investidores do público alvo da Oferta (ver a seção "Informações Relativas a Oferta – Características da Emissão e das Debêntures – Contrato de Distribuição – Público Alvo da Oferta", na página 82 deste Prospecto), incluindo Pessoas Vinculadas (ver a seção "Informações Relativas a Oferta – Características da Emissão e das Debêntures – Contrato de Distribuição – Pessoas Vinculadas", na página 83 deste Prospecto).

Caso seja verificado excesso de demanda superior a 1/3 das Debêntures (sem considerar as Debêntures Suplementares e as Debêntures Adicionais), não será permitida a colocação de Debêntures perante investidores que sejam Pessoas Vinculadas, sendo as intenções de investimento apresentadas por investidores que sejam Pessoas Vinculadas automaticamente canceladas, nos termos do artigo 55 da Instrução CVM 400, exceto pela colocação de Debêntures perante o Formador de Mercado, caso tenha apresentado intenções de investimento nos termos do Contrato de Distribuição.

**A participação de investidores que sejam considerados Pessoas Vinculadas no Procedimento de *Bookbuilding* poderá impactar adversamente a definição da Remuneração das Debêntures, e o investimento nas Debêntures por investidores que sejam Pessoas Vinculadas poderá ter um impacto adverso na liquidez das Debêntures no mercado secundário. (Para mais informações, vide seção "Fatores de Risco Relacionados à Oferta e às Debêntures - A participação de investidores que sejam considerados Pessoas Vinculadas no Procedimento de *Bookbuilding* poderá impactar adversamente a definição da Remuneração das Debêntures, e o investimento nas Debêntures por investidores que sejam Pessoas Vinculadas poderá ter um impacto**

**adverso na liquidez das Debêntures no mercado secundário” – na página 47 deste Prospecto).**

### ***Prazo de Subscrição***

Respeitados (i) o atendimento dos requisitos a que se refere a Escritura de Emissão e as disposições do Contrato de Distribuição; (ii) a concessão do registro da Oferta pela CVM; (iii) a publicação do Anúncio de Início; e (iv) a disponibilização, aos investidores, do Prospecto Definitivo, as Debêntures serão subscritas, a qualquer tempo, em até seis meses contados da data de publicação do Anúncio de Início, ou até a data de publicação do Anúncio de Encerramento, o que ocorrer primeiro.

### ***Forma de Subscrição e de Integralização e Preço de Integralização***

As Debêntures serão subscritas e integralizadas por meio do MDA e do DDA, à vista, no ato da subscrição (Data de Integralização), e em moeda corrente nacional, pelo Valor Nominal Unitário, acrescido da Remuneração aplicável, calculada *pro rata temporis* desde a primeira Data de Integralização (Primeira Data de Integralização) da respectiva série até a respectiva Data de Integralização.

### ***Negociação***

As Debêntures serão registradas para negociação no mercado secundário por meio (i) do CETIP21, sendo as negociações das Debêntures liquidadas financeiramente por meio da CETIP e as Debêntures custodiadas eletronicamente na CETIP; e (ii) do BOVESPAFIX, sendo as negociações das Debêntures liquidadas financeiramente por meio da BM&FBOVESPA e as Debêntures custodiadas eletronicamente na BM&FBOVESPA.

## **Características Da Emissão e Das Debêntures**

### ***Número da Emissão***

As Debêntures representam a oitava emissão pública de debêntures da Companhia.

### ***Valor Total da Emissão***

O valor total da Emissão será de R\$750.000.000,00, na Data de Emissão, sem considerar as Debêntures Suplementares e as Debêntures Adicionais.

### ***Quantidade***

Serão emitidas 750.000 Debêntures, sem considerar as Debêntures Suplementares e as Debêntures Adicionais, observado o disposto no item "Séries" abaixo.

Nos termos do artigo 24 da Instrução CVM 400, a quantidade de Debêntures inicialmente ofertada (sem considerar as Debêntures Adicionais) poderá ser acrescida em até 15%, ou seja, em até 112.500 Debêntures suplementares, nas mesmas condições das Debêntures inicialmente ofertadas (Debêntures Suplementares), destinadas a atender a um excesso de demanda que eventualmente seja constatado no decorrer da Oferta, conforme opção a ser outorgada pela Companhia aos Coordenadores no Contrato de Distribuição, que somente poderá ser exercida pelos Coordenadores em comum acordo com a Companhia até a data

de conclusão do Procedimento de *Bookbuilding*. A critério dos Coordenadores e da Companhia, conforme excesso de demanda verificado pelo Procedimento de *Bookbuilding*, as Debêntures Suplementares poderão ser alocadas como Debêntures da Primeira Série, como Debêntures da Segunda Série, como Debêntures da Terceira Série e/ou como Debêntures da Quarta Série.

Nos termos do artigo 14, parágrafo 2º, da Instrução CVM 400, a quantidade de Debêntures inicialmente ofertada (sem considerar as Debêntures Suplementares) poderá ser acrescida em até 20%, ou seja, em até 150.000 Debêntures adicionais, nas mesmas condições das Debêntures inicialmente ofertadas (Debêntures Adicionais), que somente poderão ser emitidas pela Companhia em comum acordo com os Coordenadores até a data de conclusão do Procedimento de *Bookbuilding*. A critério dos Coordenadores e da Companhia, conforme verificado pelo Procedimento de *Bookbuilding*, as Debêntures Adicionais poderão ser alocadas como Debêntures da Primeira Série, como Debêntures da Segunda Série, como Debêntures da Terceira Série e/ou como Debêntures da Quarta Série.

### ***Valor Nominal Unitário***

As Debêntures terão valor nominal unitário de R\$1.000,00, na Data de Emissão (Valor Nominal Unitário).

### ***Séries***

A Emissão será realizada em até quatro séries, no sistema de vasos comunicantes (Sistema de Vasos Comunicantes), sendo que a quantidade de Debêntures a ser alocada em cada série será definida conforme o Procedimento de *Bookbuilding*, nos termos do item "Procedimento de *Bookbuilding*" acima, observado que o somatório das Debêntures da Primeira Série, das Debêntures da Segunda Série, das Debêntures da Terceira Série e das Debêntures da Quarta Série não poderá exceder a quantidade prevista no item "Quantidade" acima, sem considerar as Debêntures Suplementares e as Debêntures Adicionais.

De acordo com o Sistema de Vasos Comunicantes, a quantidade de Debêntures emitida em uma das séries deverá ser abatida da quantidade total de Debêntures prevista no item "Quantidade" acima, e também da quantidade total a ser emitida nas eventuais séries subsequentes. As Debêntures serão alocadas entre as séries de forma a atender a demanda verificada no Procedimento de *Bookbuilding*. Não haverá quantidade mínima ou máxima de Debêntures ou valor mínimo ou máximo para alocação entre séries, sendo que qualquer das séries poderá não ser emitida, caso em que a totalidade das Debêntures será emitida na(s) série(s) remanescente(s), nos termos acordados ao final do Procedimento de *Bookbuilding*.

Ressalvadas as referências expressas às Debêntures da Primeira Série, às Debêntures da Segunda Série, às Debêntures da Terceira Série ou às Debêntures da Quarta Série, todas as referências às "Debêntures" devem ser entendidas como referências às Debêntures da Primeira Série, às Debêntures da Segunda Série, às Debêntures da Terceira Série e às Debêntures da Quarta Série, em conjunto.



### ***Forma e Comprovação de Titularidade***

As Debêntures serão emitidas sob a forma nominativa, escritural, sem emissão de certificados ou cautelas, sendo que, para todos os fins de direito, a titularidade das Debêntures será comprovada pelo extrato de conta de depósito emitido pelo Escriturador, e, adicionalmente, (i) com relação às Debêntures que estiverem custodiadas eletronicamente na CETIP, será expedido por este extrato em nome do Debenturista, que servirá de comprovante de titularidade de tais Debêntures; e (ii) com relação às Debêntures que estiverem custodiadas eletronicamente na BM&FBOVESPA, será expedido por este extrato em nome do Debenturista, que servirá de comprovante de titularidade de tais Debêntures.

### ***Conversibilidade e Permutabilidade***

As Debêntures não serão conversíveis em ações de emissão da Companhia e nem permutáveis em ações de emissão de outra sociedade.

### ***Espécie***

As Debêntures serão da espécie quirografária, nos termos do artigo 58 da Lei das Sociedades por Ações, não contando com garantia real ou fidejussória, ou qualquer segregação de bens da Companhia para garantir os Debenturistas em caso de necessidade de execução judicial ou extrajudicial das obrigações da Companhia decorrentes das Debêntures e da Escritura de Emissão, e não conferindo qualquer privilégio, especial ou geral, aos Debenturistas.

### ***Data de Emissão***

Para todos os efeitos legais, a data de emissão das Debêntures será 15 de janeiro de 2014 (Data de Emissão).

### ***Prazo e Data de Vencimento***

Ressalvadas as hipóteses de resgate antecipado das Debêntures, conforme aplicável, e/ou de vencimento antecipado das obrigações decorrentes das Debêntures, nos termos previstos na Escritura de Emissão, o prazo:

- I. das Debêntures da Primeira Série será de sete anos, contados da Data de Emissão, vencendo-se, portanto, em 15 de janeiro de 2021 (Data de Vencimento da Primeira Série);
- II. das Debêntures da Segunda Série será de dez anos, contados da Data de Emissão, vencendo-se, portanto, em 15 de janeiro de 2024 (Data de Vencimento da Segunda Série);
- III. das Debêntures da Terceira Série será de doze anos, contados da Data de Emissão, vencendo-se, portanto, em 15 de janeiro de 2026 (Data de Vencimento da Terceira Série); e
- IV. das Debêntures da Quarta Série será de quinze anos, contados da Data de Emissão, vencendo-se, portanto, em 15 de janeiro de 2029 (Data de Vencimento

da Quarta Série).

***Pagamento do Valor Nominal Unitário***

Sem prejuízo dos pagamentos em decorrência de resgate antecipado das Debêntures, conforme aplicável, e/ou de vencimento antecipado das obrigações decorrentes das Debêntures, nos termos previstos na Escritura de Emissão:

- I. o Valor Nominal Unitário de cada uma das Debêntures da Primeira Série, atualizado pela Atualização Monetária da Primeira Série, será amortizado em duas parcelas anuais e sucessivas, na seguinte ordem:
  - (a) a primeira parcela, no valor correspondente a 50% do Valor Nominal Unitário de cada uma das Debêntures da Primeira Série, atualizado pela Atualização Monetária da Primeira Série, devida em 15 de janeiro de 2020; e
  - (b) a segunda parcela, no valor correspondente a 50% do Valor Nominal Unitário de cada uma das Debêntures da Primeira Série, atualizado pela Atualização Monetária da Primeira Série, devida na Data de Vencimento da Primeira Série;
- II. o Valor Nominal Unitário de cada uma das Debêntures da Segunda Série, atualizado pela Atualização Monetária da Segunda Série, será amortizado em três parcelas anuais e sucessivas, na seguinte ordem:
  - (a) a primeira parcela, no valor correspondente a 33,33% do Valor Nominal Unitário de cada uma das Debêntures da Segunda Série, atualizado pela Atualização Monetária da Segunda Série, devida em 15 de janeiro de 2022;
  - (b) a segunda parcela, no valor correspondente a 33,33% do Valor Nominal Unitário de cada uma das Debêntures da Segunda Série, atualizado pela Atualização Monetária da Segunda Série, devida em 15 de janeiro de 2023; e
  - (c) a terceira parcela, no valor correspondente ao saldo devedor do Valor Nominal Unitário de cada uma das Debêntures da Segunda Série, atualizado pela Atualização Monetária da Segunda Série, devida na Data de Vencimento da Segunda Série;
- III. o Valor Nominal Unitário de cada uma das Debêntures da Terceira Série, atualizado pela Atualização Monetária da Terceira Série, será amortizado em três parcelas anuais e sucessivas, na seguinte ordem:
  - (a) a primeira parcela, no valor correspondente a 33,33% do Valor Nominal Unitário de cada uma das Debêntures da Terceira Série, atualizado pela Atualização Monetária da Terceira Série, devida em 15 de janeiro de 2024;

- (b) a segunda parcela, no valor correspondente a 33,33% do Valor Nominal Unitário de cada uma das Debêntures da Terceira Série, atualizado pela Atualização Monetária da Terceira Série, devida em 15 de janeiro de 2025; e
- (c) a terceira parcela, no valor correspondente ao saldo devedor do Valor Nominal Unitário de cada uma das Debêntures da Terceira Série, atualizado pela Atualização Monetária da Terceira Série, devida na Data de Vencimento da Terceira Série; e

IV. o Valor Nominal Unitário de cada uma das Debêntures da Quarta Série, atualizado pela Atualização Monetária da Quarta Série, será amortizado em seis parcelas anuais e sucessivas, na seguinte ordem:

- (a) a primeira parcela, no valor correspondente a 16,66% do Valor Nominal Unitário de cada uma das Debêntures da Quarta Série, atualizado pela Atualização Monetária da Quarta Série, devida em 15 de janeiro de 2024;
- (b) a segunda parcela, no valor correspondente a 16,66% do Valor Nominal Unitário de cada uma das Debêntures da Quarta Série, atualizado pela Atualização Monetária da Quarta Série, devida em 15 de janeiro de 2025;
- (c) a terceira parcela, no valor correspondente a 16,66% do Valor Nominal Unitário de cada uma das Debêntures da Quarta Série, atualizado pela Atualização Monetária da Quarta Série, devida em 15 de janeiro de 2026;
- (d) a quarta parcela, no valor correspondente a 16,66% do Valor Nominal Unitário de cada uma das Debêntures da Quarta Série, atualizado pela Atualização Monetária da Quarta Série, devida em 15 de janeiro de 2027;
- (e) a quinta parcela, no valor correspondente a 16,66% do Valor Nominal Unitário de cada uma das Debêntures da Quarta Série, atualizado pela Atualização Monetária da Quarta Série, devida em 15 de janeiro de 2028; e
- (f) a sexta parcela, no valor correspondente ao saldo devedor do Valor Nominal Unitário de cada uma das Debêntures da Quarta Série, atualizado pela Atualização Monetária da Quarta Série, devida na Data de Vencimento da Quarta Série.

## **Remuneração**

### **Remuneração da Primeira Série**

A remuneração de cada uma das Debêntures da Primeira Série será a seguinte:

- I. *atualização monetária:* o Valor Nominal Unitário de cada uma das Debêntures da Primeira Série será atualizado pela variação do IPCA, calculada de forma exponencial e cumulativa *pro rata temporis*, desde a Primeira Data de Integralização das Debêntures da Primeira Série até a data de seu efetivo pagamento, sendo o produto da atualização incorporado ao Valor Nominal Unitário de cada uma das Debêntures da Primeira Série automaticamente (Atualização Monetária da Primeira Série). O Valor Nominal Unitário das Debêntures da Primeira Série, atualizado pela Atualização Monetária da Primeira Série, será calculado de acordo com a fórmula prevista na Escritura de Emissão; e
- II. *juros remuneratórios:* sobre o saldo devedor do Valor Nominal Unitário de cada uma das Debêntures da Primeira Série, atualizado pela Atualização Monetária da Primeira Série, incidirão juros remuneratórios prefixados correspondentes a um determinado percentual ao ano, base 252 dias úteis, a ser definido de acordo com o Procedimento de *Bookbuilding*, e, em qualquer caso, limitado a 0,40% ao ano, base 252 dias úteis, acrescidos exponencialmente à média aritmética das taxas internas de retorno da Nota do Tesouro Nacional, série B – NTN-B (NTN-B), com vencimento em 2020, que deverão ser as cotações indicativas divulgadas pela ANBIMA, a serem apuradas no fechamento do terceiro, quarto e quinto Dias Úteis imediatamente anteriores à data de realização do Procedimento de *Bookbuilding* (excluindo-se a data de realização do Procedimento de *Bookbuilding* no cômputo de dias) (Juros da Primeira Série, e, em conjunto com a Atualização Monetária da Primeira Série, Remuneração da Primeira Série), calculados de forma exponencial e cumulativa *pro rata temporis* por dias úteis decorridos, desde a Primeira Data de Integralização das Debêntures da Primeira Série ou a data de pagamento de Juros da Primeira Série imediatamente anterior, conforme o caso, até a data do efetivo pagamento. Sem prejuízo dos pagamentos em decorrência de resgate antecipado das Debêntures, conforme aplicável, e/ou de vencimento antecipado das obrigações decorrentes das Debêntures, nos termos previstos na Escritura de Emissão, os Juros da Primeira Série serão pagos anualmente a partir da Data de Emissão, ocorrendo o primeiro pagamento em 15 de janeiro de 2015 e o último, na Data de Vencimento da Primeira Série. Os Juros da Primeira Série serão calculados de acordo com a fórmula prevista na Escritura de Emissão.

### **Remuneração da Segunda Série**

A remuneração de cada uma das Debêntures da Segunda Série será a seguinte:

- I. *atualização monetária:* o Valor Nominal Unitário de cada uma das Debêntures da Segunda Série será atualizado pela variação do IPCA, calculada de forma exponencial e cumulativa *pro rata temporis*, desde a Primeira Data de

Integralização das Debêntures da Segunda Série até a data de seu efetivo pagamento, sendo o produto da atualização incorporado ao Valor Nominal Unitário de cada uma das Debêntures da Segunda Série automaticamente (Atualização Monetária da Segunda Série). O Valor Nominal Unitário das Debêntures da Segunda Série, atualizado pela Atualização Monetária da Segunda Série, será calculado de acordo com a fórmula prevista na Escritura de Emissão; e

- II. *juros remuneratórios*: sobre o saldo devedor do Valor Nominal Unitário de cada uma das Debêntures da Segunda Série, atualizado pela Atualização Monetária da Segunda Série, incidirão juros remuneratórios prefixados correspondentes a um determinado percentual ao ano, base 252 dias úteis, a ser definido de acordo com o Procedimento de *Bookbuilding*, e, em qualquer caso, limitado a 0,55% ao ano, base 252 dias úteis, acrescidos exponencialmente à média aritmética das taxas internas de retorno da NTN-B com vencimento em 2022, que deverão ser as cotações indicativas divulgadas pela ANBIMA, a serem apuradas no fechamento do terceiro, quarto e quinto Dias Úteis imediatamente anteriores à data de realização do Procedimento de *Bookbuilding* (excluindo-se a data de realização do Procedimento de *Bookbuilding* no cômputo de dias) (Juros da Segunda Série, e, em conjunto com a Atualização Monetária da Segunda Série, Remuneração da Segunda Série), calculados de forma exponencial e cumulativa *pro rata temporis* por dias úteis decorridos, desde a Primeira Data de Integralização das Debêntures da Segunda Série ou a data de pagamento de Juros da Segunda Série imediatamente anterior, conforme o caso, até a data do efetivo pagamento. Sem prejuízo dos pagamentos em decorrência de resgate antecipado das Debêntures, conforme aplicável, e/ou de vencimento antecipado das obrigações decorrentes das Debêntures, nos termos previstos na Escritura de Emissão, os Juros da Segunda Série serão pagos anualmente a partir da Data de Emissão, ocorrendo o primeiro pagamento em 15 de janeiro de 2015 e o último, na Data de Vencimento da Segunda Série. Os Juros da Segunda Série serão calculados de acordo com a fórmula prevista na Escritura de Emissão.

#### *Remuneração da Terceira Série*

A remuneração de cada uma das Debêntures da Terceira Série será a seguinte:

- I. *atualização monetária*: o Valor Nominal Unitário de cada uma das Debêntures da Terceira Série será atualizado pela variação do IPCA, calculada de forma exponencial e cumulativa *pro rata temporis*, desde a Primeira Data de Integralização das Debêntures da Terceira Série até a data de seu efetivo pagamento, sendo o produto da atualização incorporado ao Valor Nominal Unitário de cada uma das Debêntures da Terceira Série automaticamente (Atualização Monetária da Terceira Série). O Valor Nominal Unitário das Debêntures da Terceira Série, atualizado pela Atualização Monetária da Terceira Série, será calculado de acordo com a fórmula prevista na Escritura de Emissão; e
- II. *juros remuneratórios*: sobre o saldo devedor do Valor Nominal Unitário de cada

uma das Debêntures da Terceira Série, atualizado pela Atualização Monetária da Terceira Série, incidirão juros remuneratórios prefixados correspondentes a um determinado percentual ao ano, base 252 dias úteis, a ser definido de acordo com o Procedimento de *Bookbuilding*, e, em qualquer caso, limitado a 0,60% ao ano, base 252 dias úteis, acrescidos exponencialmente à média aritmética das taxas internas de retorno da NTN-B com vencimento em 2024, que deverão ser as cotações indicativas divulgadas pela ANBIMA, a serem apuradas no fechamento do terceiro, quarto e quinto Dias Úteis imediatamente anteriores à data de realização do Procedimento de *Bookbuilding* (excluindo-se a data de realização do Procedimento de *Bookbuilding* no cômputo de dias) (Juros da Terceira Série, e, em conjunto com a Atualização Monetária da Terceira Série, Remuneração da Terceira Série), calculados de forma exponencial e cumulativa *pro rata temporis* por dias úteis decorridos, desde a Primeira Data de Integralização das Debêntures da Terceira Série ou a data de pagamento de Juros da Terceira Série imediatamente anterior, conforme o caso, até a data do efetivo pagamento. Sem prejuízo dos pagamentos em decorrência de resgate antecipado das Debêntures, conforme aplicável, e/ou de vencimento antecipado das obrigações decorrentes das Debêntures, nos termos previstos na Escritura de Emissão, os Juros da Terceira Série serão pagos anualmente a partir da Data de Emissão, ocorrendo o primeiro pagamento em 15 de janeiro de 2015 e o último, na Data de Vencimento da Terceira Série. Os Juros da Terceira Série serão calculados de acordo com a fórmula prevista na Escritura de Emissão.

#### *Remuneração da Quarta Série*

A remuneração de cada uma das Debêntures da Quarta Série será a seguinte:

- I. *atualização monetária*: o Valor Nominal Unitário de cada uma das Debêntures da Quarta Série será atualizado pela variação do IPCA, calculada de forma exponencial e cumulativa *pro rata temporis*, desde a Primeira Data de Integralização das Debêntures da Quarta Série até a data de seu efetivo pagamento, sendo o produto da atualização incorporado ao Valor Nominal Unitário de cada uma das Debêntures da Quarta Série automaticamente (Atualização Monetária da Quarta Série). O Valor Nominal Unitário das Debêntures da Quarta Série, atualizado pela Atualização Monetária da Quarta Série, será calculado de acordo com a fórmula prevista na Escritura de Emissão; e
- II. *juros remuneratórios*: sobre o saldo devedor do Valor Nominal Unitário de cada uma das Debêntures da Quarta Série, atualizado pela Atualização Monetária da Quarta Série, incidirão juros remuneratórios prefixados correspondentes a um determinado percentual ao ano, base 252 dias úteis, a ser definido de acordo com o Procedimento de *Bookbuilding*, e, em qualquer caso, limitado a 0,75% ao ano, base 252 dias úteis, acrescidos exponencialmente à média aritmética das taxas internas de retorno da NTN-B com vencimento em 2030, que deverão ser as cotações indicativas divulgadas pela ANBIMA, a serem apuradas no fechamento do terceiro, quarto e quinto Dias Úteis imediatamente anteriores à data de realização do Procedimento de *Bookbuilding* (excluindo-se a data de realização

do Procedimento de *Bookbuilding* no cômputo de dias) (Juros da Quarta Série, e, em conjunto com a Atualização Monetária da Quarta Série, Remuneração da Quarta Série, e a Remuneração da Primeira Série, a Remuneração da Segunda Série, a Remuneração da Terceira Série e a Remuneração da Quarta Série, quando referidas indistintamente, Remuneração), calculados de forma exponencial e cumulativa *pro rata temporis* por dias úteis decorridos, desde a Primeira Data de Integralização das Debêntures da Quarta Série ou a data de pagamento de Juros da Quarta Série imediatamente anterior, conforme o caso, até a data do efetivo pagamento. Sem prejuízo dos pagamentos em decorrência de resgate antecipado das Debêntures, conforme aplicável, e/ou de vencimento antecipado das obrigações decorrentes das Debêntures, nos termos previstos na Escritura de Emissão, os Juros da Quarta Série serão pagos anualmente a partir da Data de Emissão, ocorrendo o primeiro pagamento em 15 de janeiro de 2015 e o último, na Data de Vencimento da Quarta Série. Os Juros da Quarta Série serão calculados de acordo com a fórmula prevista na Escritura de Emissão.

#### *Extinção, limitação e/ou não divulgação do IPCA*

Observado o disposto no parágrafo abaixo, se, quando do cálculo de quaisquer obrigações pecuniárias relativas às Debêntures da Primeira Série, às Debêntures da Segunda Série, às Debêntures da Terceira Série e/ou às Debêntures da Quarta Série, previstas na Escritura de Emissão, o IPCA não estiver disponível, será utilizado, em sua substituição, o percentual correspondente ao último IPCA divulgado oficialmente até a data do cálculo, não sendo devidas quaisquer compensações financeiras, multas ou penalidades entre a Companhia, os Debenturistas da Primeira Série, os Debenturistas da Segunda Série, os Debenturistas da Terceira Série e/ou os Debenturistas da Quarta Série, conforme o caso, quando da divulgação posterior do IPCA.

Na hipótese de extinção, limitação e/ou não divulgação do IPCA por mais de dois meses consecutivos após a data esperada para sua apuração e/ou divulgação, ou no caso de impossibilidade de aplicação do IPCA às Debêntures, por proibição legal ou judicial, será utilizado o novo parâmetro legalmente estabelecido em substituição ao IPCA. Caso não haja um novo parâmetro legalmente estabelecido, será utilizado o mesmo índice que vier a ser utilizado pelo Banco Central do Brasil para o acompanhamento dos objetivos estabelecidos nos sistema de metas de inflação para o balizamento da política monetária no Brasil (Taxa Substitutiva). Até a divulgação da Taxa Substitutiva, será utilizada, para o cálculo do valor de quaisquer obrigações pecuniárias previstas na Escritura de Emissão relativas às Debêntures, a mesma taxa diária produzida pelo último IPCA divulgado oficialmente, não cabendo, porém, quando da divulgação da Taxa Substitutiva quaisquer compensações financeiras, multas ou penalidades, tanto por parte da Companhia quanto pelos Debenturistas. Caso o IPCA venha a ser divulgado antes da divulgação da Taxa Substitutiva, referida Taxa Substitutiva não será mais utilizada, e o IPCA, a partir da data de sua divulgação, voltará a ser utilizado para o cálculo da Atualização Monetária da Primeira Série, da Atualização Monetária da Segunda Série, da Atualização Monetária da Terceira Série e da Atualização Monetária da Quarta Série.

### ***Repactuação Programada***

Não haverá repactuação programada.

### ***Resgate Antecipado Facultativo***

É vedada a liquidação antecipada das Debêntures por meio de resgate ou pré-pagamento facultativo, salvo na forma que vier a ser regulamentada pelo CMN, em conformidade com o disposto no artigo 1º, parágrafo 1º, inciso II, da Lei 12.431, e exclusivamente por meio da Oferta Facultativa de Resgate Antecipado (conforme previsto no item "Oferta Facultativa de Resgate Antecipado" abaixo). Entende-se por resgate antecipado facultativo a opção da Companhia de resgatar as Debêntures, a seu exclusivo critério, de forma compulsória, ou seja, sem possibilidade de manifestação dos Debenturistas.

### ***Amortização Antecipada Facultativa***

A Companhia não poderá, voluntariamente, realizar a amortização antecipada facultativa de qualquer das Debêntures. Entende-se por amortização antecipada facultativa a opção da Companhia de amortizar as Debêntures, a seu exclusivo critério, de forma compulsória, ou seja, sem possibilidade de manifestação dos Debenturistas.

### ***Oferta Facultativa de Resgate Antecipado***

Caso seja legalmente permitido à Companhia realizar o resgate antecipado das Debêntures em circulação, nos termos das disposições legais e regulamentares aplicáveis, inclusive em virtude da regulamentação, pelo CMN, da possibilidade de resgate prevista no artigo 1º, parágrafo 1º, inciso II, combinado com o artigo 2º, parágrafo 1º, da Lei 12.431, a Companhia poderá, a seu exclusivo critério, realizar, a qualquer tempo, oferta facultativa de resgate antecipado, total ou parcial, das Debêntures em circulação, em geral ou por série, conforme definido pela Companhia, com o consequente cancelamento de tais Debêntures, que será endereçada a todos os Debenturistas, em geral ou por série, conforme definido pela Companhia, sem distinção, assegurada a igualdade de condições a todos os Debenturistas, em geral ou por série, conforme definido pela Companhia, para aceitar o resgate antecipado das Debêntures de que forem titulares, de acordo com os termos e condições previstos abaixo (Oferta Facultativa de Resgate Antecipado):

- I. a Companhia realizará a Oferta Facultativa de Resgate Antecipado por meio de comunicação ao Agente Fiduciário e, na mesma data, por meio de publicação de anúncio nos termos da Escritura de Emissão (Edital de Oferta Facultativa de Resgate Antecipado), o qual deverá descrever os termos e condições da Oferta Facultativa de Resgate Antecipado, incluindo (a) se a Oferta Facultativa de Resgate Antecipado será relativa à totalidade ou a parte das Debêntures em circulação e se abrangerá todas as séries ou determinada série a ser especificada; (b) caso a Oferta Facultativa de Resgate Antecipado se refira a parte das Debêntures em circulação, a quantidade de Debêntures em circulação objeto da Oferta Facultativa de Resgate Antecipado, incluindo o montante correspondente a cada série a ser resgatado, conforme o caso, observado o disposto no inciso IV abaixo; (c) se a Oferta Facultativa de Resgate Antecipado estará condicionada à aceitação desta por uma quantidade mínima de Debêntures; (d) o valor do prêmio



de resgate antecipado, caso exista, que não poderá ser negativo; (e) a forma e o prazo de manifestação, à Companhia, pelos Debenturistas que optarem pela adesão à Oferta Facultativa de Resgate Antecipado; (f) a data efetiva para o resgate antecipado e o pagamento das Debêntures indicadas por seus respectivos titulares em adesão à Oferta Facultativa de Resgate Antecipado, que será a mesma para todas as Debêntures indicadas por seus respectivos titulares em adesão à Oferta Facultativa de Resgate Antecipado e que deverá ocorrer no prazo de, no mínimo, dez dias contados da data de publicação do Edital de Oferta Facultativa de Resgate Antecipado; e (g) demais informações necessárias para a tomada de decisão pelos Debenturistas e à operacionalização do resgate antecipado das Debêntures indicadas por seus respectivos titulares em adesão à Oferta Facultativa de Resgate Antecipado;

- II. a Companhia deverá (a) na respectiva data de término do prazo de adesão à Oferta Facultativa de Resgate Antecipado, confirmar ao Agente Fiduciário a respectiva data do resgate antecipado; e (b) com antecedência mínima de 2 (dois) Dias Úteis da respectiva data do resgate antecipado, comunicar ao Escriturador, ao Banco Liquidante, à CETIP e à BM&FBOVESPA a respectiva data do resgate antecipado;
- III. o valor a ser pago em relação a cada uma das Debêntures indicadas por seus respectivos titulares em adesão à Oferta Facultativa de Resgate Antecipado será equivalente ao saldo devedor do Valor Nominal Unitário, acrescido (a) da Remuneração aplicável, calculada *pro rata temporis* desde a Primeira Data de Integralização da respectiva série ou a data de pagamento de Remuneração aplicável imediatamente anterior, conforme o caso, até a data do efetivo pagamento; e (b) se for o caso, de prêmio de resgate antecipado a ser oferecido aos Debenturistas, a exclusivo critério da Companhia, o qual não poderá ser negativo;
- IV. caso a Oferta Facultativa de Resgate Antecipado se refira a parte das Debêntures em circulação, e a quantidade de Debêntures que tenham sido indicadas em adesão à Oferta Facultativa de Resgate Antecipado seja maior do que a quantidade à qual a Oferta Facultativa de Resgate Antecipado foi originalmente direcionada, então o resgate antecipado será feito mediante sorteio, coordenado pelo Agente Fiduciário e cujo procedimento será definido pela Companhia no Edital de Oferta Facultativa de Resgate Antecipado. Os Debenturistas sorteados serão informados, por escrito, com, no mínimo, dois Dias Úteis de antecedência da data de resgate sobre o resultado do sorteio;
- V. o pagamento das Debêntures resgatadas antecipadamente por meio da Oferta Facultativa de Resgate Antecipado será realizado nos termos da Escritura de Emissão; e
- VI. com relação às Debêntures (a) que estejam custodiadas eletronicamente na CETIP, o resgate antecipado (seja total ou parcial) será realizado em conformidade com os procedimentos operacionais da CETIP, sendo que todas as etapas desse processo, tais como habilitação dos Debenturistas, qualificação, sorteio, apuração, rateio e validação da quantidade de Debêntures a serem resgatadas antecipadamente serão realizadas fora do âmbito da CETIP; (b) que estejam custodiadas eletronicamente na BM&FBOVESPA, o resgate antecipado

parcial será realizado em conformidade com os procedimentos operacionais da BM&FBOVESPA; e (c) que não estejam custodiadas eletronicamente na CETIP ou na BM&FBOVESPA, será realizado em conformidade com os procedimentos operacionais do Escriurador.

### ***Aquisição Facultativa***

É vedada a recompra das Debêntures em circulação pela Companhia e/ou por suas partes relacionadas nos dois primeiros anos contados da Data de Emissão, nos termos do artigo 1º, parágrafo 1º, da Lei 12.431. Após o decurso de tal prazo de dois anos, nos termos do artigo 55, parágrafo 3º, da Lei das Sociedades por Ações, é facultado à Companhia e/ou a suas partes relacionadas, a seu exclusivo critério e a qualquer tempo, adquirir as Debêntures em circulação (i) por valor igual ou inferior ao Valor Nominal Unitário, devendo tal fato constar do relatório da administração e das demonstrações financeiras da Companhia; ou (ii) por valor superior ao Valor Nominal Unitário, desde que observadas as regras expedidas pela CVM. As Debêntures adquiridas pela Companhia poderão, a critério da Companhia, permanecer em tesouraria ou ser novamente colocadas no mercado. As Debêntures adquiridas pela Companhia para permanência em tesouraria nos termos deste parágrafo, se e quando recolocadas no mercado, farão jus à mesma Remuneração aplicável às demais Debêntures em circulação. Alternativamente, as Debêntures adquiridas pela Companhia nos termos desta Cláusula poderão ser canceladas, na forma que vier a ser regulamentada pelo CMN, em conformidade com o disposto no artigo 1º, parágrafo 1º, inciso II, da Lei 12.431.

### ***Direito ao Recebimento dos Pagamentos***

Farão jus ao recebimento de qualquer valor devido aos Debenturistas nos termos da Escritura de Emissão aqueles que forem Debenturistas no encerramento do Dia Útil imediatamente anterior à respectiva data de pagamento.

### ***Local de Pagamento***

Os pagamentos referentes às Debêntures e a quaisquer outros valores eventualmente devidos pela Companhia, nos termos da Escritura de Emissão, serão realizados pela Companhia (i) no que se refere a pagamentos referentes ao Valor Nominal Unitário, à Remuneração, a prêmio de resgate antecipado (se houver, no âmbito da Oferta Facultativa de Resgate Antecipado) e aos Encargos Moratórios, e com relação às Debêntures que estejam custodiadas eletronicamente na CETIP, por meio da CETIP; (ii) no que se refere a pagamentos referentes ao Valor Nominal Unitário, à Remuneração, a prêmio de resgate antecipado (se houver, no âmbito da Oferta Facultativa de Resgate Antecipado) e aos Encargos Moratórios, e com relação às Debêntures que estejam custodiadas na BM&FBOVESPA, por meio da BM&FBOVESPA; ou (iii) nos demais casos, por meio do Escriurador ou, com relação aos pagamentos que não possam ser realizados por meio do Escriurador, na sede da Companhia, conforme o caso.

### ***Prorrogação dos Prazos***

Considerar-se-ão automaticamente prorrogados os prazos referentes ao pagamento de qualquer obrigação prevista na Escritura de Emissão até o primeiro Dia Útil subsequente, se

o seu vencimento coincidir com dia que não seja Dia Útil, não sendo devido qualquer acréscimo aos valores a serem pagos. Para os fins da Escritura de Emissão, "Dia Útil" significa (i) com relação a qualquer obrigação pecuniária realizada por meio da CETIP, qualquer dia que não seja sábado, domingo ou feriado nacional; (ii) com relação a qualquer obrigação pecuniária realizada por meio da BM&FBOVESPA, qualquer dia que não seja sábado, domingo, feriado nacional, ou data que, por qualquer motivo, não haja expediente na BM&FBOVESPA; (iii) com relação a qualquer obrigação pecuniária que não seja realizada por meio da CETIP ou por meio da BM&FBOVESPA, qualquer dia no qual haja expediente nos bancos comerciais na Cidade de São Paulo, Estado de São Paulo, e na Cidade do Rio de Janeiro, Estado do Rio de Janeiro, e que não seja sábado ou domingo; e (iv) com relação a qualquer obrigação não pecuniária prevista na Escritura de Emissão, qualquer dia no qual haja expediente nos bancos comerciais na Cidade de São Paulo, Estado de São Paulo, e na Cidade do Rio de Janeiro, Estado do Rio de Janeiro, e que não seja sábado ou domingo.

### ***Encargos Moratórios***

Ocorrendo impontualidade no pagamento de qualquer valor devido pela Companhia aos Debenturistas nos termos da Escritura de Emissão, adicionalmente ao pagamento da Remuneração aplicável, calculada *pro rata temporis* desde a Primeira Data de Integralização da respectiva série ou a data de pagamento de Remuneração aplicável imediatamente anterior, conforme o caso, até a data do efetivo pagamento, sobre todos e quaisquer valores em atraso, incidirão, independentemente de aviso, notificação ou interpelação judicial ou extrajudicial, (i) juros de mora de 1% ao mês, calculados *pro rata temporis* desde a data de inadimplemento até a data do efetivo pagamento; e (ii) multa moratória de 2% (Encargos Moratórios).

### ***Decadência dos Direitos aos Acréscimos***

O não comparecimento do Debenturista para receber o valor correspondente a quaisquer obrigações pecuniárias nas datas previstas na Escritura de Emissão ou em qualquer comunicação realizada ou aviso publicado nos termos da Escritura de Emissão não lhe dará o direito a qualquer acréscimo no período relativo ao atraso no recebimento (incluindo a Remuneração e os Encargos Moratórios correspondentes), assegurados, todavia, os direitos adquiridos até a data do respectivo vencimento ou pagamento (incluindo a Remuneração e os Encargos Moratórios correspondentes), no caso de impontualidade no pagamento.

### ***Imunidade Tributária***

As Debêntures gozam do tratamento tributário previsto no artigo 2º da Lei 12.431, e, consequentemente, também gozam do tratamento tributário previsto no artigo 1º da Lei 12.431. Caso qualquer Debenturista tenha imunidade ou isenção tributária diferente daquelas previstas na Lei 12.431, este deverá encaminhar ao Escriturador e ao Banco Liquidante, no prazo mínimo de dez Dias Úteis anteriores à data prevista para recebimento de valores relativos às Debêntures, documentação comprobatória da referida imunidade ou isenção tributária julgada apropriada pelo Escriturador e pelo Banco Liquidante, sob pena de ter descontado de seus pagamentos os valores devidos nos termos da legislação tributária em vigor.

### ***Vencimento Antecipado***

Sujeito ao disposto na Escritura de Emissão, o Agente Fiduciário deverá declarar antecipadamente vencidas as obrigações decorrentes das Debêntures, e exigir o imediato pagamento, pela Companhia, do saldo devedor do Valor Nominal Unitário das Debêntures em circulação, acrescido da Remuneração aplicável, calculada *pro rata temporis* desde a Primeira Data de Integralização da respectiva série ou a data de pagamento de Remuneração aplicável imediatamente anterior, conforme o caso, até a data do efetivo pagamento, sem prejuízo, quando for o caso, dos Encargos Moratórios, na ocorrência de qualquer dos eventos previstos abaixo (cada evento, um "Evento de Inadimplemento"):

Constituem Eventos de Inadimplemento que acarretam o vencimento automático das obrigações decorrentes das Debêntures, independentemente de aviso ou notificação, judicial ou extrajudicial, aplicando-se o disposto na Escritura de Emissão:

- I. inadimplemento, pela Companhia, de qualquer obrigação pecuniária devida aos Debenturistas nos termos da Escritura de Emissão, na respectiva data de pagamento, não sanado no prazo de dois Dias Úteis contados da data do respectivo inadimplemento;
- II. cessão, promessa de cessão ou qualquer forma de transferência ou promessa de transferência a terceiros, no todo ou em parte, pela Companhia, de qualquer de suas obrigações nos termos da Escritura de Emissão, exceto se previamente autorizado por Debenturistas representando, no mínimo, 90% das Debêntures em circulação;
- III. liquidação, dissolução ou extinção da Companhia, exceto se a liquidação, dissolução e/ou extinção decorrer de uma operação societária que não constitua um Evento de Inadimplemento, nos termos permitidos pelo inciso VII do parágrafo abaixo (itens de vencimento não automático);
- IV. (a) decretação de falência da Companhia e/ou de qualquer Controlada Relevante; (b) pedido de autofalência formulado pela Companhia e/ou por qualquer Controlada Relevante; (c) pedido de falência da Companhia e/ou de qualquer Controlada Relevante, formulado por terceiros, não elidido no prazo legal; ou (d) pedido de recuperação judicial ou de recuperação extrajudicial da Companhia e/ou de qualquer Controlada Relevante, independentemente do deferimento do respectivo pedido; ou
- V. transformação da forma societária da Companhia de sociedade por ações para sociedade limitada, nos termos dos artigos 220 a 222 da Lei das Sociedades por Ações.

Constituem Eventos de Inadimplemento que acarretam o vencimento não automático das obrigações decorrentes das Debêntures, aplicando-se o disposto na Escritura de Emissão, qualquer dos eventos previstos em lei e/ou qualquer dos seguintes Eventos de Inadimplemento:

- I. inadimplemento, pela Companhia, de qualquer obrigação não pecuniária prevista na Escritura de Emissão, não sanado no prazo de sessenta dias contados da data do respectivo inadimplemento, sendo que o prazo previsto neste inciso não se aplica às obrigações para as quais tenha sido estipulado prazo de cura específico ou para qualquer dos demais Eventos de Inadimplemento;
- II. redução de capital social da Companhia, exceto se previamente autorizado por Debenturistas representando, no mínimo, a maioria das Debêntures em circulação, conforme disposto no artigo 174, parágrafo 3º, da Lei das Sociedades por Ações;
- III. alteração do objeto social da Companhia, conforme disposto em seu estatuto social vigente na Data de Emissão, desde que, como resultado, a Companhia deixe de exercer atividades de mineração;
- IV. comprovação de que qualquer das declarações prestadas pela Companhia na Escritura de Emissão é falsa ou incorreta em qualquer aspecto relevante;
- V. ocorrência de inadimplemento ou de evento de inadimplemento pela Companhia ou por qualquer Controlada Relevante, que não esteja sanado, de qualquer contrato, instrumento ou documento evidenciando Endividamento em aberto em valor igual ou superior a R\$250.000.000,00, atualizados anualmente, a partir da Data de Emissão, pela variação positiva do IGP-M, ou seu equivalente em outras moedas, desde que tal inadimplemento ou evento de inadimplemento resulte no efetivo vencimento antecipado do referido Endividamento;
- VI. descumprimento, pela Companhia, de qualquer decisão judicial transitada em julgado e/ou de qualquer decisão arbitral não sujeita a recurso, contra a Companhia, que cause um Efeito Adverso Relevante;
- VII. cisão, fusão, incorporação (somente quando a Companhia for a incorporada) ou incorporação de ações (somente quando as ações de emissão da Companhia forem incorporadas) da Companhia, exceto:
  - (a) se previamente autorizado por Debenturistas representando, no mínimo, a maioria das Debêntures em circulação; ou
  - (b) se tiver sido assegurado aos Debenturistas que o desejarem, durante o prazo mínimo de seis meses contados da data de publicação das atas dos atos societários relativos à operação, o resgate das Debêntures de que forem titulares, mediante o pagamento do saldo devedor do Valor Nominal Unitário, acrescido da Remuneração aplicável, calculada *pro rata temporis* desde a Primeira Data de Integralização da respectiva série ou a data de pagamento de Remuneração aplicável imediatamente anterior, conforme o caso, até a data do efetivo pagamento;
- VIII. venda, pela Companhia, de todos ou substancialmente todos os seus ativos, ou de suas propriedades de mineração, exceto:

- (a) se previamente autorizado por Debenturistas representando, no mínimo, a maioria das Debêntures em circulação; ou
- (b) se tiver sido assegurado aos Debenturistas que o desejarem, durante o prazo mínimo de seis meses contados da data de publicação das atas dos atos societários relativos à operação, o resgate das Debêntures de que forem titulares, mediante o pagamento do saldo devedor do Valor Nominal Unitário, acrescido da Remuneração aplicável, calculada *pro rata temporis* desde a Primeira Data de Integralização da respectiva série ou a data de pagamento de Remuneração aplicável imediatamente anterior, conforme o caso, até a data do efetivo pagamento; ou
- (c) se os seguintes requisitos tiverem sido cumulativamente satisfeitos:
  - (i) a entidade ou pessoa receptora de todos ou substancialmente todos os ativos da Companhia, ou das propriedades de mineração da Companhia (Sucessora) assuma expressamente o integral e pontual pagamento devido de todas as obrigações relacionadas às Debêntures, assim como o cumprimento de todos os compromissos e obrigações da Companhia relacionados às Debêntures; (ii) imediatamente após a realização de tal venda não tenha ocorrido e não esteja existente qualquer dos Eventos de Inadimplemento; (iii) a Companhia entregue ao Agente Fiduciário uma declaração assinada por dois de seus diretores e uma opinião legal de um escritório de advocacia externo, independente e de reputação, ambas afirmando que tal venda atende às disposições desta alínea (c); e (iv) a Sucessora concorde expressamente em indenizar os Debenturistas com relação a qualquer tributo, tarifa, emolumento ou taxa governamental devida no Brasil ou na jurisdição da Sucessora que venha a ser devido com relação a qualquer pagamento relativo às Debêntures em decorrência de tal venda e a pagar tais valores adicionais que sejam necessários para assegurar que os valores líquidos recebidos pelos Debenturistas após tais retenções ou deduções sejam equivalentes aos valores que seriam recebidos pelos Debenturistas caso tal venda não tivesse ocorrido; ou

IX. constituição ou assunção de qualquer Ônus sobre qualquer Ativo Restrito, em garantia de qualquer Endividamento, exceto:

- (a) por Ônus constituídos sobre, ou relacionados a, qualquer Ativo Restrito adquirido pela Companhia após a Data de Emissão, para garantir o preço de aquisição de tal Ativo Restrito, ou para garantir o Endividamento incorrido exclusivamente para o financiamento da aquisição de tal Ativo Restrito, observado, entretanto, que a soma máxima garantida por tal Ônus não poderá exceder o preço de aquisição de tal Ativo Restrito ou o Endividamento incorrido exclusivamente para financiar a aquisição de tal Ativo Restrito;

- (b) por Ônus constituídos sobre, ou relacionados a, qualquer Ativo Restrito (incluindo qualquer melhoria em, ou relacionada a um Ativo Restrito existente), após a Data de Emissão, para garantir o pagamento da totalidade ou parte do custo de desenvolvimento, expansão ou construção de, ou melhoria relacionada a, tal Ativo Restrito, ou para garantir o Endividamento incorrido exclusivamente para financiar a totalidade ou parte do custo de desenvolvimento, expansão ou construção de, ou melhoria relacionada a, tal Ativo Restrito, observado, entretanto, que a soma máxima garantida por tal Ônus não poderá exceder o maior entre o custo ou o valor de mercado de tal desenvolvimento, expansão, construção, ou melhoria;
- (c) por Ônus existentes na Data de Emissão e qualquer prorrogação, renovação ou substituição relacionadas a tal Ônus, observado que o valor total do Endividamento garantido por tal Ônus não poderá exceder o montante garantido por tal Ônus na Data de Emissão;
- (d) por Ônus constituídos em decorrência de exigência legal, tais como tributários, comerciais, marítimos ou outros Ônus similares, constituídos no curso normal dos negócios da Companhia;
- (e) por Ônus constituídos no curso normal dos negócios da Companhia, relacionados ao financiamento de exportações, importações ou outras operações comerciais, em garantia ao Endividamento da Companhia;
- (f) por Ônus constituídos em garantia de, ou para pagamento de, Endividamento incorrido no âmbito de financiamento da totalidade ou de parte da propriedade, aquisição, construção, desenvolvimento ou operação de qualquer projeto, pela Companhia, por qualquer Controlada ou por qualquer consórcio ou outro tipo de empreendimento no qual a Companhia possua qualquer propriedade ou participação similar, observado que tal Ônus somente se estende a
  - (i) Ativos Restritos (que podem incluir Ativos Restritos já existentes em qualquer local pré-existente, selecionado para expansão, e qualquer concessão, autorização ou outro direito concedido por qualquer autoridade governamental) que sejam objeto de tal projeto;
  - (ii) quaisquer receitas provenientes de tais Ativos Restritos;
  - (iii) quaisquer valores decorrentes de reivindicações ou demandas da Companhia, de qualquer Controlada ou de qualquer consórcio ou outro tipo de empreendimento no qual a Companhia possua qualquer propriedade ou participação similar, decorrentes da operação, falha no atendimento de especificações, falha na conclusão, exploração, venda ou perda de, ou dano causado a, tal Ativo Restrito; ou
  - (iv) ações ou outro tipo de participação na, e qualquer reivindicação de dívida subordinada contra a, sociedade cujos principais ativos e atividades tenham sido constituídos por tal projeto;

- (g) por Ônus constituídos sobre, ou relacionados a, qualquer Ativo Restrito existente ou futuro da Companhia, para garantir financiamentos de, ou financiado direta ou indiretamente por, ou realizado indiretamente por meio de intermediários de, (i) qualquer agência de crédito do governo brasileiro (incluindo, sem limitação, Tesouro Nacional, Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social – BNDES, BNDES Participações S.A., Financiadora de Estudos e Projetos – FINEP e Agência Especial de Financiamento Industrial); (ii) qualquer instituição financeira oficial (incluindo, sem limitação, Banco da Amazônia S.A. – BASA e Banco do Nordeste do Brasil S.A. – BNB); (iii) qualquer banco estrangeiro oficial de importação e exportação ou seguradora oficial de crédito de importação e exportação; ou (iv) o International Finance Corporation ou qualquer agência estrangeira multilateral ou patrocinada pelo governo;
- (h) por Ônus existentes sobre qualquer ativo anteriormente à aquisição de tal ativo pela Companhia, seja por meio de fusão, incorporação, compra de ativos ou de qualquer outra forma, e que não tenha sido constituído em decorrência de tal aquisição;
- (i) por Ônus constituídos sobre, ou relacionados a, qualquer ativo da Companhia não contemplado nas alíneas (a) a (h) acima, observado que o montante agregado do Endividamento garantido com base nesta alínea (i) não deverá, na data em que tal Endividamento for incorrido, exceder um montante equivalente a 10% do patrimônio líquido da Companhia (calculado com base no que for mais recente entre as últimas demonstrações financeiras trimestrais não consolidadas da Companhia com revisão limitada pelo Auditor Independente, ou as últimas demonstrações financeiras anuais não consolidadas da Companhia auditadas pelo Auditor Independente, em ambos os casos, preparadas de acordo com a Lei das Sociedades por Ações, com os princípios contábeis geralmente aceitos no Brasil e com as regras emitidas pela CVM); ou
- (j) se tal Ônus, antes ou no momento da constituição, for também constituído igualmente e proporcionalmente em garantia das Debêntures.

Ocorrendo qualquer dos Eventos de Inadimplemento que acarretam o vencimento automático das obrigações decorrentes das Debêntures, previstos acima, as obrigações decorrentes das Debêntures tornar-se-ão automaticamente vencidas, independentemente de aviso ou notificação, judicial ou extrajudicial.

Ocorrendo qualquer dos Eventos de Inadimplemento que acarretam o vencimento não automático das obrigações decorrentes das Debêntures, previstos acima, o Agente Fiduciário deverá, inclusive para fins do disposto na Escritura de Emissão, convocar, no prazo máximo de cinco Dias Úteis contados da data em que constatar sua ocorrência,



assembleia geral de Debenturistas, a se realizar no prazo mínimo previsto em lei. Se, na referida assembleia geral de Debenturistas, Debenturistas representando, no mínimo, 2/3 das Debêntures em circulação, decidirem por não considerar o vencimento antecipado das obrigações decorrentes das Debêntures, ou, ainda, caso os trabalhos da referida assembleia geral de Debenturistas forem suspensos para data posterior, o Agente Fiduciário não deverá declarar o vencimento antecipado das obrigações decorrentes das Debêntures; caso contrário, ou em caso de não instalação, em segunda convocação, da referida assembleia geral de Debenturistas, o Agente Fiduciário deverá, imediatamente, declarar o vencimento antecipado das obrigações decorrentes das Debêntures.

Na ocorrência do vencimento antecipado das obrigações decorrentes das Debêntures, a Companhia se obriga a resgatar a totalidade das Debêntures em circulação, com o seu consequente cancelamento, mediante o pagamento do saldo devedor do Valor Nominal Unitário das Debêntures em circulação, acrescido da Remuneração aplicável, calculada *pro rata temporis* desde a Primeira Data de Integralização da respectiva série ou a data de pagamento de Remuneração aplicável imediatamente anterior, conforme o caso, até a data do efetivo pagamento, sem prejuízo do pagamento dos Encargos Moratórios, quando for o caso, e de quaisquer outros valores eventualmente devidos pela Companhia nos termos da Escritura de Emissão, no prazo de até cinco Dias Úteis contados da data da declaração do vencimento antecipado, sob pena de, em não o fazendo, ficar obrigada, ainda, ao pagamento dos Encargos Moratórios.

Na ocorrência do vencimento antecipado das obrigações decorrentes das Debêntures, os recursos recebidos em pagamento das obrigações decorrentes das Debêntures, na medida em que forem sendo recebidos, deverão ser imediatamente aplicados na amortização ou quitação do saldo devedor das obrigações decorrentes das Debêntures. Caso os recursos recebidos em pagamento das obrigações decorrentes das Debêntures, não sejam suficientes para quitar simultaneamente todas as obrigações decorrentes das Debêntures, tais recursos deverão ser imputados na seguinte ordem, de tal forma que, uma vez quitados os valores referentes ao primeiro item, os recursos sejam alocados para o item imediatamente seguinte, e assim sucessivamente: (i) quaisquer valores devidos pela Companhia nos termos da Escritura de Emissão (incluindo as despesas incorridas pelo Agente Fiduciário), que não sejam os valores a que se referem os itens (ii), (iii) e (iv) abaixo; (ii) Remuneração, Encargos Moratórios e demais encargos devidos sob as obrigações decorrentes das Debêntures; (iii) saldo devedor do Valor Nominal Unitário de cada uma das Debêntures em circulação; e (iv) remuneração devida ao Agente Fiduciário. A Companhia permanecerá responsável pelo saldo devedor das obrigações decorrentes das Debêntures que não tiverem sido pagas, sem prejuízo dos acréscimos de Remuneração, Encargos Moratórios e outros encargos incidentes sobre o saldo devedor das obrigações decorrentes das Debêntures enquanto não forem pagas, declarando a Companhia, neste ato, se tratar de dívida líquida e certa, passível de cobrança extrajudicial ou por meio de processo de execução judicial.

### **Publicidade**

Todos os atos e decisões relativos às Debêntures (sem considerar os avisos e anúncios relativos à Oferta) deverão ser comunicados, na forma de aviso, no DOERJ e nos jornais "Valor Econômico" e "Jornal do Commercio", sempre imediatamente após a realização ou ocorrência do ato a ser divulgado. A Companhia poderá alterar os jornais acima por outros

jornais de grande circulação e de edição nacional que venham a ser adotados para suas publicações societárias, mediante comunicação por escrito ao Agente Fiduciário e a publicação, na forma de aviso, nos jornais a serem substituídos.

### ***Assembleia Geral de Debenturistas***

Os Debenturistas poderão, a qualquer tempo, reunir-se em assembleia geral, de acordo com o disposto no artigo 71 da Lei das Sociedades por Ações, a fim de deliberarem sobre matéria de interesse da comunhão dos Debenturistas, observado que:

- I. quando o assunto a ser deliberado for comum a todas as séries de Debêntures, os Debenturistas de todas as séries deverão, a qualquer tempo, reunir-se em assembleia geral conjunta, de acordo com o disposto no artigo 71 da Lei das Sociedades por Ações, a fim de deliberarem sobre matéria de interesse da comunhão dos Debenturistas de todas as séries; e
- II. quando o assunto a ser deliberado for específico a uma determinada série, os Debenturistas da Primeira Série, os Debenturistas da Segunda Série, os Debenturistas da Terceira Série ou os Debenturistas da Quarta Série, conforme o caso, poderão, a qualquer tempo, de acordo com o disposto no artigo 71 da Lei das Sociedades por Ações, reunir-se em assembleia geral, que se realizará em separado, computando-se em separado os respectivos quóruns de convocação, de instalação e de deliberação, a fim de deliberarem sobre matéria de interesse da comunhão dos Debenturistas da Primeira Série, dos Debenturistas da Segunda Série, dos Debenturistas da Terceira Série ou dos Debenturistas da Quarta Série, conforme o caso.

Para os fins da Escritura de Emissão, o assunto a ser deliberado será considerado específico a determinada série sempre que e somente se se referir a alterações (i) da Remuneração aplicável; (ii) de quaisquer datas de pagamento de quaisquer valores previstos na Escritura de Emissão relativos à respectiva série; e/ou (iii) do prazo de vigência das Debêntures da respectiva série.

Os procedimentos previstos neste item "Assembleia Geral de Debenturistas" serão aplicáveis às assembleias gerais de Debenturistas de todas as séries e às assembleias gerais de Debenturistas da Primeira Série, às assembleias gerais de Debenturistas da Segunda Série, às assembleias gerais de Debenturistas da Terceira Série ou às assembleias gerais de Debenturistas da Quarta Série, conforme o caso, e os quóruns aqui previstos deverão ser calculados levando-se em consideração o total de Debêntures de todas as séries ou o total de Debêntures da respectiva série, conforme o caso.

As assembleias gerais de Debenturistas poderão ser convocadas pelo Agente Fiduciário, pela Companhia, por Debenturistas que representem, no mínimo, 10% das Debêntures em circulação ou das Debêntures da respectiva série em circulação, conforme o caso, ou pela CVM.

A convocação das assembleias gerais de Debenturistas dar-se-á mediante anúncio publicado pelo menos três vezes nos termos do item "Publicidade" acima, respeitadas outras regras relacionadas à publicação de anúncio de convocação de assembleias gerais

constantes da Lei das Sociedades por Ações, da regulamentação aplicável e da Escritura de Emissão, ficando dispensada a convocação no caso da presença da totalidade dos Debenturistas ou dos Debenturistas da respectiva série, conforme o caso.

As assembleias gerais de Debenturistas instalar-se-ão, em primeira convocação, com a presença de titulares de, no mínimo, metade das Debêntures em circulação ou das Debêntures da respectiva série em circulação, conforme o caso, e, em segunda convocação, com qualquer quórum.

A presidência e a secretaria das assembleias gerais de Debenturistas caberão aos Debenturistas eleitos por estes próprios ou àqueles que forem designados pela CVM.

Nas deliberações das assembleias gerais de Debenturistas, a cada uma das Debêntures em circulação caberá um voto, admitida a constituição de mandatário, Debenturista ou não. Observado o disposto acima, exceto pelo disposto no parágrafo abaixo, todas as deliberações a serem tomadas em assembleia geral de Debenturistas, dependerão de aprovação de Debenturistas representando, no mínimo, a maioria simples das Debêntures em circulação.

Observado o disposto acima, não estão incluídos no quórum a que se refere o parágrafo acima:

- I. os quóruns expressamente previstos em outras Cláusulas da Escritura de Emissão; e
- II. as alterações, que somente poderão ser propostas pela Companhia, que deverão ser aprovadas por Debenturistas representando, no mínimo, 90% das Debêntures em circulação, (a) das disposições deste parágrafo; (b) de qualquer dos quóruns previstos na Escritura de Emissão; (c) da Remuneração; (d) de quaisquer datas de pagamento de quaisquer valores previstos na Escritura de Emissão; (e) do prazo de vigência das Debêntures; (f) da espécie das Debêntures; (g) da criação de evento de repactuação; (h) das disposições relativas a resgate antecipado facultativo; (i) das disposições relativas a amortizações antecipadas facultativas; (j) das disposições relativas à Oferta Facultativa de Resgate Antecipado; ou (k) da redação de qualquer Evento de Inadimplemento; e
- III. as deliberações relativas a renúncia ou a perdão temporário a um Evento de Inadimplemento (pedido de *wavier*), que deverão ser aprovadas (a) em assembleia geral de Debenturistas instalada em primeira convocação, por Debenturistas representando, no mínimo, a maioria das Debêntures em circulação; ou (b) em assembleia geral de Debenturistas instalada em segunda convocação, por Debenturistas representando, no mínimo, a maioria simples das Debêntures em circulação.

Para os fins da Escritura de Emissão, "Debêntures em circulação" significam todas as Debêntures subscritas e integralizadas e não resgatadas, excluídas as Debêntures mantidas em tesouraria e, ainda, adicionalmente, para fins de constituição de quórum, excluídas as Debêntures pertencentes, direta ou indiretamente, (i) à Companhia; (ii) a qualquer

controladora, a qualquer controlada e/ou a qualquer coligada de qualquer das pessoas indicadas no item anterior; ou (iii) a qualquer diretor, conselheiro, cônjuge, companheiro ou parente até o terceiro grau de qualquer das pessoas referidas nos itens anteriores.

As deliberações tomadas pelos Debenturistas, no âmbito de sua competência legal, observados os quóruns previstos na Escritura de Emissão, serão válidas e eficazes perante a Companhia e obrigarão todos os Debenturistas, independentemente de seu comparecimento ou voto na respectiva assembleia geral de Debenturistas.

O Agente Fiduciário deverá comparecer às assembleias gerais de Debenturistas e prestar aos Debenturistas as informações que lhe forem solicitadas.

Aplica-se às assembleias gerais de Debenturistas, no que couber, o disposto na Lei das Sociedades por Ações, sobre a assembleia geral de acionistas.

## **Contrato de Distribuição**

### ***Regime de Colocação***

Observadas as condições previstas no Contrato de Distribuição, as Debêntures serão objeto de oferta pública de distribuição sob (i) o regime de garantia firme de colocação, a ser prestada pelos Coordenadores de forma individual e não solidária, com relação à totalidade das Debêntures, sem considerar as Debêntures Suplementares e as Debêntures Adicionais; e (ii) o regime de melhores esforços de colocação, com relação às Debêntures Suplementares e às Debêntures Adicionais.

Observadas as condições previstas no Contrato de Distribuição, cada um dos Coordenadores, de forma individual e não solidária, realizará a Oferta, em regime de garantia firme de colocação, com relação à totalidade das Debêntures, sem considerar as Debêntures Suplementares e as Debêntures Adicionais, e exclusivamente caso a demanda pelas Debêntures apurada durante o Procedimento de *Bookbuilding* seja inferior à quantidade de Debêntures inicialmente ofertada, no prazo de até 5 Dias Úteis contados da data de publicação do Anúncio de Início (Prazo de Colocação), na seguinte proporção (Garantia Firme):

- I. Coordenador Líder: 250.000 Debêntures, no valor total de R\$250.000.000,00 (Debêntures Objeto da Garantia Firme do Coordenador Líder);
- II. BB-BI: 250.000 Debêntures, no valor total de R\$250.000.000,00 (Debêntures Objeto da Garantia Firme do BB-BI); e
- III. Itaú BBA: 250.000 Debêntures, no valor total de R\$250.000.000,00 (Debêntures Objeto da Garantia Firme do Itaú BBA, e, em conjunto com as Debêntures Objeto da Garantia Firme do Coordenador Líder e as Debêntures Objeto da Garantia Firme do BB-BI, Debêntures Objeto da Garantia Firme).

Se, ao final do Procedimento de *Bookbuilding*, as Debêntures não tiverem sido totalmente alocadas a investidores, os Coordenadores deverão, na Primeira Data de Integralização de cada série, subscrever e integralizar as respectivas Debêntures Objeto da Garantia Firme que não forem alocadas para investidores durante o Procedimento de *Bookbuilding*,

selecionando, a seu exclusivo critério, a série em que a respectiva garantia firme será exercida, observado que, em qualquer caso, a garantia firme será sempre exercida na taxa limite da Remuneração aplicável, conforme prevista na seção "Informações Relativas a Oferta – Características da Emissão e das Debêntures – Remuneração", na página 62 deste Prospecto.

Para os fins do disposto no item 5 do Anexo VI à Instrução CVM 400, caso qualquer dos Coordenadores eventualmente (i) venha a subscrever Debêntures por força da Garantia Firme; e (ii) tenha interesse em vender tais Debêntures antes da publicação do Anúncio de Encerramento, o preço de revenda de tais Debêntures será limitado ao Valor Nominal Unitário, acrescido da Remuneração aplicável, calculada *pro rata temporis* desde a Primeira Data de Integralização da respectiva série até a data da respectiva venda. A revenda das Debêntures por qualquer dos Coordenadores, após a publicação do Anúncio de Encerramento, poderá ser feita pelo preço a ser apurado de acordo com as condições de mercado verificadas à época. A revenda das Debêntures, conforme aqui mencionada, deverá ser efetuada respeitada a regulamentação aplicável.

Desde que todas as Condições Suspensivas tenham sido satisfeitas ou tenham sido expressamente renunciadas pelos Coordenadores, e observados os demais termos e condições do Contrato de Distribuição, cada um dos Coordenadores, de forma individual e não solidária, realizará a Oferta, em regime de melhores esforços de colocação, com relação às Debêntures Suplementares e às Debêntures Adicionais (Melhores Esforços) (Debêntures Objeto dos Melhores Esforços).

Se, ao final do Procedimento de *Bookbuilding*, as Debêntures Suplementares e/ou as Debêntures Adicionais não tiverem sido total ou parcialmente alocadas a investidores, os Coordenadores não se responsabilizarão pelo saldo não colocado.

### ***Plano da Oferta***

Observadas as disposições da regulamentação aplicável, os Coordenadores realizarão a Oferta conforme o plano da Oferta adotado em conformidade com o disposto no artigo 33, parágrafo 3º, da Instrução CVM 400, o qual leva em consideração as relações com clientes e outras considerações de natureza comercial ou estratégica dos Coordenadores e da Companhia, devendo assegurar (i) que o tratamento conferido aos investidores seja justo e equitativo, (ii) a adequação do investimento ao perfil de risco do público alvo da Oferta, e (iii) que os representantes dos Coordenadores e as demais Instituições Participantes da Oferta recebam previamente exemplares do Prospecto Preliminar e do Prospecto Definitivo para leitura obrigatória e que suas dúvidas possam ser esclarecidas por pessoa designada pelo Coordenador Líder (Plano da Oferta). O Plano da Oferta será fixado nos seguintes termos:

- I. as Debêntures serão objeto de oferta pública de distribuição, com intermediação dos Coordenadores e das demais Instituições Participantes da Oferta;
- II. os Coordenadores realizarão a Oferta de acordo com o disposto no Contrato de Distribuição, por si e/ou por meio (a) de instituições integrantes do sistema de distribuição de valores mobiliários que venham a participar da Oferta e realizem esforços de colocação das Debêntures, e que não sejam consideradas Participantes

Especiais (Coordenadores Contratados); e/ou (b) de instituições integrantes do sistema de distribuição de valores mobiliários que venham a participar da Oferta e realizem esforços de colocação das Debêntures (Participantes Especiais, e, em conjunto com os Coordenadores e os Coordenadores Contratados, Instituições Participantes da Oferta);

- III. o público alvo da Oferta é composto por (a) investidores que sejam considerados institucionais ou qualificados, nos termos da Instrução CVM 409, incluindo pessoas físicas e jurídicas, residentes, domiciliadas ou com sede no Brasil, clubes de investimento, fundos de investimento, carteiras administradas, entidades administradoras de recursos de terceiros registradas na CVM, entidades autorizadas a funcionar pelo Banco Central do Brasil, condomínios destinados à aplicação em carteiras de títulos e valores mobiliários registrados na CVM e/ou na BM&FBOVESPA, fundos de pensão, entidades abertas ou fechadas de previdência complementar e de capitalização e seguradoras; e (b) investidores não residentes devidamente registrados perante a CVM que invistam no Brasil, nos termos da Resolução CMN 2.689 e da Instrução CVM 325, levando-se sempre em conta o perfil de risco dos destinatários da Oferta;
- IV. após o protocolo do pedido de registro da Oferta, a publicação do Aviso ao Mercado e a disponibilização do Prospecto Preliminar, poderão ser realizadas apresentações para potenciais investidores (*road show* e/ou *one-on-ones*) (Apresentações para Potenciais Investidores), conforme determinado pelos Coordenadores de comum acordo com a Companhia;
- V. os materiais publicitários ou documentos de suporte às Apresentações para Potenciais Investidores eventualmente utilizados serão, conforme o caso, submetidos à aprovação prévia da CVM, nos termos do artigo 50 da Instrução CVM 400, ou encaminhados à CVM previamente à sua utilização, nos termos do artigo 50, parágrafo 5º, da Instrução CVM 400;
- VI. não haverá recebimento de reservas ou lotes mínimos ou máximos, devendo a Oferta ser efetivada de acordo com o resultado do Procedimento de *Bookbuilding*, podendo ser levadas em consideração as relações com clientes e outras considerações de natureza comercial ou estratégica dos Coordenadores e da Companhia, observado, entretanto, que os Coordenadores se comprometem a direcionar a Oferta a investidores que tenham perfil de risco adequado, bem como a observar tratamento justo e equitativo quanto aos mesmos;
- VII. poderá ser aceita a participação de investidores que sejam (a) controladores ou administradores da Companhia; (b) controladores ou administradores das Instituições Participantes da Oferta; (c) outras pessoas vinculadas à Oferta; ou (d) cônjuges, companheiros, ascendentes, descendentes e colaterais até o segundo grau de cada uma das pessoas referidas nas alíneas (a), (b) ou (c) acima (em conjunto, Pessoas Vinculadas), no Procedimento de *Bookbuilding*; **A participação de investidores que sejam considerados Pessoas Vinculadas no Procedimento de *Bookbuilding* poderá impactar adversamente a definição da Remuneração das Debêntures, e o investimento nas Debêntures por**

**investidores que sejam Pessoas Vinculadas poderá ter um impacto adverso na liquidez das Debêntures no mercado secundário. (Para mais informações, vide seção "Fatores de Risco Relacionados à Oferta e às Debêntures - A participação de investidores que sejam considerados Pessoas Vinculadas no Procedimento de *Bookbuilding* poderá impactar adversamente a definição da Remuneração das Debêntures, e o investimento nas Debêntures por investidores que sejam Pessoas Vinculadas poderá ter um impacto adverso na liquidez das Debêntures no mercado secundário" na página 47 deste Prospecto).**

- VIII. conforme permitido no artigo 55, parágrafo único, da Instrução CVM 400, o montante equivalente a até 6,67% das Debêntures inicialmente ofertadas (sem considerar as Debêntures Suplementares ou as Debêntures Adicionais) será preferencialmente destinado à colocação ao Formador de Mercado, a fim de possibilitar-lhe a atuação, no CETIP21, como formador de mercado (*market maker*), garantindo a existência e a permanência de ofertas firmes diárias de compra e venda para as Debêntures durante a vigência do Contrato de Formador de Mercado, nos termos da legislação aplicável e do Contrato de Formador de Mercado;
- IX. encerrado o Procedimento de *Bookbuilding*, os Coordenadores consolidarão as intenções de investimento dos investidores para subscrição das Debêntures;
- X. caso seja verificado excesso de demanda superior a 1/3 das Debêntures (sem considerar as Debêntures Suplementares e as Debêntures Adicionais), não será permitida a colocação de Debêntures perante investidores que sejam Pessoas Vinculadas, sendo as intenções de investimento apresentadas por investidores que sejam Pessoas Vinculadas automaticamente canceladas, nos termos do artigo 55 da Instrução CVM 400, exceto pela colocação de Debêntures perante o Formador de Mercado, caso tenha apresentado intenções de investimento nos termos do VIII acima;
- XI. desde que todas as condições suspensivas previstas no Contrato de Distribuição tenham sido satisfeitas, ou tenham sido expressamente renunciadas pelos Coordenadores, e observados os demais termos e condições do Contrato de Distribuição, a Oferta somente terá início após (a) a concessão do registro da Oferta pela CVM; (b) a publicação do Anúncio de Início; e (c) a disponibilização do Prospecto Definitivo aos investidores;
- XII. iniciada a Oferta, os investidores interessados na subscrição das Debêntures deverão fazê-la por meio da assinatura do boletim de subscrição, na respectiva Data de Integralização, pelo Preço de Integralização;
- XIII. caso a Oferta seja modificada, nos termos dos artigos 25 a 27 da Instrução CVM 400, (a) a modificação deverá ser divulgada imediatamente através de meios ao menos iguais aos utilizados para a divulgação da Oferta; (b) as Instituições Participantes da Oferta deverão se acautelar e se certificar, no momento do recebimento das aceitações da Oferta, de que o investidor está

ciente de que a Oferta foi alterada e de que tem conhecimento das novas condições; (c) os investidores que já tiverem aderido à Oferta deverão ser comunicados diretamente a respeito da modificação efetuada, para que confirmem, até as 16 horas do quinto Dia Útil subsequente à data em que foi comunicada, de forma direta ao investidor, por escrito, a modificação da Oferta, o interesse em revogar sua aceitação à Oferta, presumindo-se, na falta da manifestação, o interesse do investidor em não revogar sua aceitação. Se o investidor revogar sua aceitação e se o investidor já tiver efetuado o pagamento do Preço de Integralização, referido Preço de Integralização será devolvido sem juros ou correção monetária, sem reembolso e com dedução dos valores relativos aos tributos e encargos incidentes, se existentes, no prazo de três Dias Úteis contados da data da respectiva revogação;

- XIV. caso (a) seja verificada divergência relevante entre as informações constantes do Prospecto Preliminar e do Prospecto Definitivo que altere substancialmente o risco assumido pelo investidor ou a sua decisão de investimento, nos termos do artigo 45, parágrafo 4º, da Instrução CVM 400; ou (b) a Oferta seja suspensa, nos termos dos artigos 19 e 20 da Instrução CVM 400; o investidor poderá revogar sua aceitação à Oferta, devendo, para tanto, informar sua decisão à Instituição Participante da Oferta com quem tenha realizado sua intenção de investimento (i) até as 16 horas do quinto Dia Útil subsequente à data de disponibilização do Prospecto Definitivo, no caso da alínea (a) acima; e (ii) até as 16 horas do quinto Dia Útil subsequente à data em que foi comunicada, de forma direta ao investidor, por escrito, a suspensão da Oferta, no caso da alínea (b) acima, presumindo-se, na falta da manifestação, o interesse do investidor em não revogar sua aceitação. Se o investidor revogar sua aceitação e se o investidor já tiver efetuado o pagamento do Preço de Integralização, referido Preço de Integralização será devolvido sem juros ou correção monetária, sem reembolso e com dedução dos valores relativos aos tributos e encargos incidentes, se existentes, no prazo de três Dias Úteis contados da data da respectiva revogação; e
- XV. caso (a) a Oferta seja cancelada, nos termos dos artigos 19 e 20 da Instrução CVM 400; (b) a Oferta seja revogada, nos termos dos artigos 25 a 27 da Instrução CVM 400; ou (c) o Contrato de Distribuição seja resilido, todos os atos de aceitação serão cancelados e as Instituições Participantes da Oferta e a Companhia comunicarão tal evento aos investidores, que poderá ocorrer, inclusive, mediante publicação de aviso ao mercado. Se o investidor já tiver efetuado o pagamento do Preço de Integralização, referido Preço de Integralização será devolvido sem juros ou correção monetária, sem reembolso e com dedução dos valores relativos aos tributos e encargos incidentes, se existentes, no prazo de três Dias Úteis contados da data da comunicação do cancelamento ou revogação da Oferta.

### ***Público Alvo da Oferta***

Observado o disposto na seção "Informações Relativas a Oferta – Contrato de Distribuição – Plano da Oferta" na página 79 deste Prospecto, a Oferta será realizada para o



público alvo da Oferta é composto por (a) investidores que sejam considerados institucionais ou qualificados, nos termos da Instrução CVM 409, incluindo pessoas físicas e jurídicas, residentes, domiciliadas ou com sede no Brasil, clubes de investimento, fundos de investimento, carteiras administradas, entidades administradoras de recursos de terceiros registradas na CVM, entidades autorizadas a funcionar pelo Banco Central do Brasil, condomínios destinados à aplicação em carteiras de títulos e valores mobiliários registrados na CVM e/ou na BM&FBOVESPA, fundos de pensão, entidades abertas ou fechadas de previdência complementar e de capitalização e seguradoras; e (b) investidores não residentes devidamente registrados perante a CVM que invistam no Brasil, nos termos da Resolução CMN 2.689 e da Instrução CVM 325, levando-se sempre em conta o perfil de risco dos destinatários da Oferta.

### ***Pessoas Vinculadas***

Poderá ser aceita a participação de investidores que sejam (a) controladores ou administradores da Companhia; (b) controladores ou administradores das Instituições Participantes da Oferta; (c) outras pessoas vinculadas à Oferta; ou (d) cônjuges, companheiros, ascendentes, descendentes e colaterais até o segundo grau de cada uma das pessoas referidas nas alíneas (a), (b) ou (c) acima (em conjunto, Pessoas Vinculadas), no Procedimento de *Bookbuilding*.

Caso seja verificado excesso de demanda superior a 1/3 das Debêntures (sem considerar as Debêntures Suplementares e as Debêntures Adicionais), não será permitida a colocação de Debêntures perante investidores que sejam Pessoas Vinculadas, sendo as intenções de investimento apresentadas por investidores que sejam Pessoas Vinculadas automaticamente canceladas, nos termos do artigo 55 da Instrução CVM 400, exceto pela colocação de Debêntures perante o Formador de Mercado, caso tenha apresentado intenções de investimento nos termos do Contrato de Distribuição.

**A participação de investidores que sejam considerados Pessoas Vinculadas no Procedimento de *Bookbuilding* poderá impactar adversamente a definição da Remuneração das Debêntures, e o investimento nas Debêntures por investidores que sejam Pessoas Vinculadas poderá ter um impacto adverso na liquidez das Debêntures no mercado secundário. (Para mais informações, vide seção "Fatores de Risco Relacionados à Oferta e às Debêntures - A participação de investidores que sejam considerados Pessoas Vinculadas no Procedimento de *Bookbuilding* poderá impactar adversamente a definição da Remuneração das Debêntures, e o investimento nas Debêntures por investidores que sejam Pessoas Vinculadas poderá ter um impacto adverso na liquidez das Debêntures no mercado secundário" na página 47 deste Prospecto).**

### ***Classificação de Risco***

Foram contratadas como agências de classificação de risco da Oferta a Standard & Poor's, a Moody's e a Fitch Ratings, as quais atribuíram a classificação de risco (*rating*) "brAAA", "Aaa.br" e "AAA(br)" às Debêntures, respectivamente. Para mais informações sobre as

classificações de risco da Emissão, ver as Súmulas de Classificação de Risco, constantes do Anexo C a este Prospecto Preliminar.

### ***Remuneração dos Coordenadores***

Observado o disposto no Contrato de Distribuição, a título de remuneração pelo desempenho das obrigações previstas no Contrato de Distribuição, a Companhia pagará aos Coordenadores, na Primeira Data de Integralização da última série das Debêntures, as seguintes comissões (em conjunto, Comissionamento):

- I. *comissão de estruturação e coordenação*: 0,05%, calculados sobre o Preço de Integralização na Primeira Data de Integralização da respectiva série, multiplicado pela quantidade de Debêntures emitidas, incluindo as Debêntures Suplementares e as Debêntures Adicionais emitidas, devida aos Coordenadores, na proporção das respectivas Debêntures Objeto da Garantia Firme (Comissão de Estruturação e Coordenação);
- II. *comissão de colocação*: 0,05%, calculados sobre o Preço de Integralização na Primeira Data de Integralização da respectiva série, multiplicado pela quantidade de Debêntures emitidas, incluindo as Debêntures Suplementares e as Debêntures Adicionais emitidas, devida aos Coordenadores, na proporção das respectivas Debêntures Objeto da Garantia Firme (Comissão de Colocação);
- III. *comissão de distribuição*: com relação a cada uma das séries, 0,15% ao ano, calculados sobre o Preço de Integralização na Primeira Data de Integralização da respectiva série, multiplicado pelo prazo médio da respectiva série e pela quantidade de Debêntures emitidas da respectiva série, incluindo as Debêntures Suplementares e as Debêntures Adicionais alocadas à respectiva série, devida aos Coordenadores, na proporção das respectivas Debêntures Objeto da Garantia Firme (Comissão de Distribuição);
- IV. *prêmio de garantia firme*: 0,05%, calculados sobre o Preço de Integralização na Primeira Data de Integralização da respectiva série, multiplicado pela quantidade de Debêntures Objeto da Garantia Firme emitidas, independentemente do exercício da Garantia Firme, devida aos Coordenadores, na proporção das respectivas Debêntures Objeto da Garantia Firme (Prêmio de Garantia Firme); e
- V. *comissão de sucesso*: com relação a cada uma das séries, 25% do valor presente da economia gerada pela Diferença de *Spread*, aplicável sobre o Preço de Integralização na Primeira Data de Integralização da respectiva série, multiplicado pela quantidade de Debêntures emitidas da respectiva série, incluindo as Debêntures Suplementares e as Debêntures Adicionais alocadas à respectiva série (Comissão de Sucesso), devida aos Coordenadores, na proporção das respectivas Debêntures Objeto da Garantia Firme. “Diferença de Spread” significa a diferença entre (a) a sobretaxa limite da Remuneração aplicável, conforme prevista na Escritura de Emissão; e (b) a sobretaxa da Remuneração aplicável, conforme estabelecida no Procedimento de *Bookbuilding*.

A critério exclusivo dos Coordenadores, a Comissão de Colocação, a Comissão de Distribuição e/ou a Comissão de Sucesso poderá(ão) ser, total ou parcialmente, repassada(s) aos Coordenadores Contratados e/ou aos Participantes Especiais. Não haverá qualquer incremento nos custos para a Companhia, já que toda e qualquer remuneração a tais Coordenadores Contratados e/ou a tais Participantes Especiais será descontada do Comissionamento.

Todos os pagamentos resultantes do Comissionamento deverão ser acrescidos dos valores relativos ao Imposto de Renda e Proventos de Qualquer Natureza Retido na Fonte – IR Fonte, ao Imposto Sobre Serviços de Qualquer Natureza – ISSQN, à Contribuição para o Programa de Integração Social – PIS, à Contribuição para o Financiamento da Seguridade Social – COFINS, à Contribuição Social Sobre o Lucro Líquido – CSLL e a todos os tributos incidentes exclusivamente sobre o Comissionamento, incluindo quaisquer juros, adicionais de impostos, multas ou penalidades correlatas que porventura venham a incidir sobre as operações da espécie, com exceção dos juros, adicionais, multas ou penalidades que resultem de ato ou omissão imputável aos Coordenadores, bem como quaisquer majorações das alíquotas já existentes.

#### ***Cópia do Contrato de Distribuição***

A cópia do Contrato de Distribuição estará disponível aos investidores, para consulta ou reprodução, na CVM, na sede da Companhia e dos Coordenadores.

### ***Custos Estimados da Oferta***

As tabelas abaixo demonstram os custos, total e unitário, da Oferta, calculada com base no valor da Oferta na Data de Emissão, assumindo a colocação da totalidade das Debêntures inicialmente ofertadas, podendo haver alterações em eventual emissão de Debêntures Suplementares e/ou Adicionais.

<b>Descrição</b>	<b>Valor Total (R\$)</b>	<b>Valor por Debênture (R\$)<sup>(1)</sup></b>	<b>% do Valor Total da Oferta</b>
<b>Valor Total</b>	750.000.000,00	1.000,00	100%
<b>Custo Total</b>	13.267.140,40	17,69	1,77%
Comissões dos Coordenadores	11.188.150,40	14,92	1,49%
Prêmio de Garantia Firme	375.000,00	0,50	0,05%
Estruturação e Coordenação	375.000,00	0,50	0,05%
Colocação	375.000,00	0,50	0,05%
Distribuição	8.983.493,89	11,98	1,20%
Sucesso <sup>(2)</sup>	-	-	0,00%
Tributos Incidentes Sobre o Comissionamento	1.079.656,51	1,44	0,14%
Taxa de Registro na CVM	331.480,00	0,44	0,04%
Advogados	770.000,00	1,03	0,10%
Auditores	500.000,00	0,67	0,07%
Formador de Mercado	48.000,00	0,06	0,01%
Escriturador Mandatário e Banco Liquidante <sup>(3)</sup>	23.760,00	0,03	0,00%
Agente Fiduciário <sup>(3)</sup>	2.500,00	0,00	0,00%
Classificação de Risco	216.250,00	0,29	0,03%
Outras <sup>(4)</sup>	187.000,00	0,25	0,02%
<b>Valor Líquido para Emissora</b>	<b>736.732.859,60</b>	<b>982,31</b>	<b>98,23%</b>

<sup>(1)</sup> O custo da Oferta por Debêntures corresponde ao quociente obtido pela divisão do custo total da Oferta pelo número de Debêntures.

<sup>(2)</sup> A comissão de sucesso, calculada de acordo com a seção “Informações Relativas à Oferta - Contrato de Distribuição - Remuneração dos Coordenadores”, na página 84 deste Prospecto, se houver, só poderá ser aferida após a realização do Procedimento de *Bookbuilding*, e será divulgada no Prospecto Definitivo.

<sup>(3)</sup> Valor anual.

<sup>(4)</sup> Inclui despesas gerais, impressão de prospectos, publicações de anúncios, avisos e apresentações para potenciais investidores (*road show* e/ou *one-on-ones*).

A tabela abaixo apresenta o custo estimado para a Emissora da Oferta por Debênture:

	<b>Valor Nominal Unitário</b>	<b>Custo da Distribuição</b>	<b>Valor Líquido<sup>(1)</sup></b>
Por Debênture.....	R\$1.000,00	R\$17,69	R\$982,31

<sup>(1)</sup> Líquido de comissões e de todas as despesas da Oferta.

## **Contrato de Formador de Mercado**

Em 13 de dezembro de 2013, a Companhia celebrou com o Banco Bradesco S.A. (Formador de Mercado) contrato de formador de mercado tendo por objeto as Debêntures, nos termos da Instrução CVM 384, visando a garantir a existência e a permanência de ofertas firmes diárias de compra e venda para as Debêntures, no CETIP21, pelo prazo de um ano, renovável mediante acordo prévio entre Companhia e o Formador de Mercado, com no mínimo 30 dias de antecedência da data de término do prazo de vigência, podendo ser denunciado a qualquer momento mediante notificação com antecedência de 30 dias, desde que respeitado o período inicial mínimo de um ano (Contrato de Formador de Mercado).

O Contrato de Formador de Mercado foi celebrado com a finalidade de fomentar a liquidez das Debêntures no mercado secundário mediante a existência de ofertas firmes diárias de compra e venda para esses valores mobiliários, nos termos da legislação aplicável e conforme o Contrato de Formador de Mercado. Nos termos do Contrato de Formador de Mercado, o Formador de Mercado obriga-se a registrar diariamente ofertas de compra e venda de Debêntures em valor não inferior a R\$500.000,00.

O Formador de Mercado fará jus a remuneração mensal por parte da Companhia equivalente a R\$4.000,00, em decorrência da prestação dos serviços de formador de mercado.

O Contrato de Formador de Mercado está disponível para cópia na sede da CETIP, cujo endereço é Avenida Brigadeiro Faria Lima 1.663, 1º andar, São Paulo, Estado de São Paulo.

## **Inadequação da Oferta a Certos Investidores**

**O investimento nas Debêntures não é adequado a investidores que (i) não tenham profundo conhecimento dos riscos envolvidos na operação ou que não tenham acesso à consultoria especializada; (ii) necessitem de liquidez com relação às Debêntures a serem adquiridas, tendo em vista a possibilidade de serem pequenas ou inexistentes as negociações das Debêntures no mercado secundário; e/ou (iii) não estejam dispostos a correr o risco de crédito de empresa do setor privado e/ou dos setores em que a Companhia atua. Para uma avaliação adequada dos riscos associados ao investimento nas Debêntures, os investidores deverão ler a seção "Fatores de Risco Relacionados à Oferta e às Debêntures" na página 45 deste Prospecto, bem como as seções relativas aos fatores de risco constantes dos itens "4. Fatores de Risco" e "5. Riscos de Mercado" do Formulário de Referência antes de aceitar a Oferta.**

## **Manifestação de Revogação da Aceitação à Oferta**

Caso (a) seja verificada divergência relevante entre as informações constantes do Prospecto Preliminar e do Prospecto Definitivo que altere substancialmente o risco assumido pelo investidor ou a sua decisão de investimento, nos termos do artigo 45, parágrafo 4º, da Instrução CVM 400; ou; (b) a Oferta seja suspensa, nos termos dos artigos 19 e 20 da Instrução CVM 400, o investidor poderá revogar sua aceitação à Oferta, devendo, para tanto, informar sua decisão à Instituição Participante da Oferta com quem tenha realizado sua intenção de investimento (i) até as 16 horas do quinto dia útil

subsequente à data de disponibilização do Prospecto Definitivo, no caso da alínea (a) acima; e (ii) até as 16 horas do quinto Dia Útil subsequente à data em que foi comunicada, de forma direta ao investidor, por escrito, a suspensão da Oferta, no caso da alínea (b) acima, presumindo-se, na falta da manifestação, o interesse do investidor em não revogar sua aceitação. Se o investidor revogar sua aceitação e se o investidor já tiver efetuado o pagamento do Preço de Integralização, referido Preço de Integralização será devolvido sem juros ou correção monetária, sem reembolso e com dedução dos valores relativos aos tributos e encargos incidentes, se existentes, no prazo de três Dias Úteis contados da data da respectiva revogação.

### **Modificação da Oferta**

Nos termos do artigo 25 e seguintes da Instrução CVM 400, havendo, a juízo da CVM, alteração substancial, posterior e imprevisível nas circunstâncias de fato existentes quando da apresentação do pedido de registro da Oferta, ou que o fundamentem, acarretando aumento relevante dos riscos assumidos pela Companhia e inerentes à própria Oferta, a CVM poderá acolher pleito de modificação da Oferta. O pleito de modificação da Oferta presumir-se-á deferido caso não haja manifestação da CVM em sentido contrário no prazo de dez dias úteis, contado do seu protocolo na CVM. Tendo sido deferida a modificação, a CVM poderá, por sua própria iniciativa ou a requerimento do ofertante, prorrogar o prazo da Oferta por até 90 dias. É sempre permitida a modificação da Oferta para melhorá-la em favor dos investidores ou para renúncia a condição da Oferta estabelecida pela Companhia.

Caso a Oferta seja modificada, nos termos dos artigos 25 a 27 da Instrução CVM 400, (a) a modificação deverá ser divulgada imediatamente através de meios ao menos iguais aos utilizados para a divulgação da Oferta; (b) as Instituições Participantes da Oferta deverão se acautelar e se certificar, no momento do recebimento das aceitações da Oferta, de que o investidor está ciente de que a Oferta foi alterada e de que tem conhecimento das novas condições; (c) os investidores que já tiverem aderido à Oferta deverão ser comunicados diretamente a respeito da modificação efetuada, para que confirmem, até as 16 horas do quinto Dia Útil subsequente à data em que foi comunicada, de forma direta ao investidor, por escrito, a modificação da Oferta, o interesse em revogar sua aceitação à Oferta, presumindo-se, na falta da manifestação, o interesse do investidor em não revogar sua aceitação. Se o investidor revogar sua aceitação e se o investidor já tiver efetuado o pagamento do Preço de Integralização, referido Preço de Integralização será devolvido sem juros ou correção monetária, sem reembolso e com dedução dos valores relativos aos tributos e encargos incidentes, se existentes, no prazo de três Dias Úteis contados da data da respectiva revogação;

### **Suspensão da Oferta**

Nos termos do artigo 19 da Instrução CVM 400, a CVM (i) poderá suspender, a qualquer tempo, a Oferta se (a) estiver se processando em condições diversas das constantes da Instrução CVM 400 ou do registro da Oferta; ou (b) for havida por ilegal, contrária à regulamentação da CVM ou fraudulenta, ainda que após obtido o respectivo registro da Oferta; e (ii) deverá suspender a Oferta quando verificar ilegalidade ou violação de regulamento sanáveis. O prazo de suspensão da Oferta não poderá ser superior a 30 dias, durante o qual a irregularidade apontada deverá ser sanada. Findo tal prazo sem que

tenham sido sanados os vícios que determinaram a suspensão, a CVM deverá ordenar a retirada da Oferta e cancelar o respectivo registro, aplicando-se, neste caso, o disposto na seção "Informações Relativas a Oferta – Cancelamento ou Revogação da Oferta", na página 89 deste Prospecto. A Companhia deverá dar conhecimento da suspensão aos investidores que já tenham aceitado a Oferta, facultando-lhes a possibilidade de revogar a aceitação até as 16 horas do quinto dia útil subsequente à data em que foi comunicada, de forma direta ao investidor, por escrito a suspensão da Oferta, o interesse em revogar sua aceitação à Oferta, presumindo-se, na falta da manifestação, o interesse do investidor em não revogar sua aceitação. Se o investidor revogar sua aceitação e se o investidor já tiver efetuado o pagamento do Preço de Integralização, o referido Preço de Integralização será devolvido sem juros ou correção monetária, sem reembolso e com dedução dos valores relativos aos tributos e encargos incidentes, se existentes, no prazo de três dias úteis contados da data da respectiva revogação.

### **Cancelamento ou Revogação da Oferta**

Nos termos dos artigos 19 e 20 da Instrução CVM 400, a CVM poderá cancelar, a qualquer tempo, a Oferta se (i) estiver se processando em condições diversas das constantes da Instrução CVM 400 ou do registro da Oferta; ou (ii) for havida por ilegal, contrária à regulamentação da CVM ou fraudulenta, ainda que após obtido o respectivo registro da Oferta. A rescisão do Contrato de Distribuição importará no cancelamento do registro da Oferta. Nos termos do artigo 25 e seguintes da Instrução CVM 400, havendo, a juízo da CVM, alteração substancial, posterior e imprevisível nas circunstâncias de fato existentes quando da apresentação do pedido de registro da Oferta, ou que o fundamentem, acarretando aumento relevante dos riscos assumidos pela Companhia e inerentes à própria Oferta, a CVM poderá acolher pleito de revogação da oferta.

Se o investidor revogar sua aceitação e se o investidor já tiver efetuado o pagamento do Preço de Integralização, referido Preço de Integralização será devolvido sem juros ou correção monetária, sem reembolso e com dedução dos valores relativos aos tributos e encargos incidentes, se existentes, no prazo de três dias úteis contados da data da respectiva revogação.

### **Títulos Privados Incentivados**

A Lei 12.431 criou as chamadas debêntures incentivadas ou debêntures de infraestrutura ("Debêntures Incentivadas"), que podem ser emitidas para financiar projetos de infraestrutura de longo prazo, considerados prioritários pelo Governo Federal. Desde que tais debêntures atendam aos requisitos previstos na Lei 12.431 e demais normativos aplicáveis, seus investidores (pessoas físicas ou jurídicas), residentes ou domiciliados no Brasil e/ou no exterior, possuem um tratamento tributário favorecido.

Os rendimentos auferidos por investidores sujeitam-se à incidência do imposto de renda, exclusivamente na fonte, às seguintes alíquotas: (i) investidores localizados no exterior encontram-se sujeitos a alíquota de 0% (desde que invistam no Brasil nos termos da Resolução CMN 2.689 e não estejam localizados em países de tributação favorecida); (ii) investidores pessoas físicas localizadas no país ficam também sujeitos a alíquota de 0%; e

(iii) investidores pessoas jurídicas localizadas no país encontram-se sujeitos à alíquota reduzida de 15% para o Imposto de Renda da Pessoa Jurídica.

#### *Sociedade Emissora*

As Debêntures Incentivadas podem ser emitidas por concessionárias, permissionárias ou autorizatárias de serviços públicos, constituídas sob a forma de sociedade por ações, que desenvolvam projetos de investimento na área de infraestrutura ou de produção econômica intensiva em pesquisa, desenvolvimento e inovação, considerados como “prioritários”.

#### *Projetos Prioritários*

Para fins de caracterização de um projeto como “prioritário”, os projetos devem: (i) ser voltados a investimentos na área de infraestrutura ou de produção econômica intensiva em pesquisa, desenvolvimento e inovação; (ii) ser aprovados pelo Ministério setorial responsável; e (iii) visar à implementação, ampliação, manutenção, recuperação, adequação ou modernização, entre outros, dos seguintes setores:

- (a) Logística e transporte;
- (b) Mobilidade urbana;
- (c) Energia;
- (d) Telecomunicações;
- (e) Radiodifusão;
- (f) Saneamento básico; e
- (g) Irrigação.

A submissão dos projetos deve ser realizada pela sociedade interessada perante o respectivo ministério setorial competente. A confirmação de que determinado projeto será considerado como “prioritário” para fins da Lei 12.431 ocorrerá através da publicação de portaria de aprovação editada pelo Ministério setorial responsável.

#### *Características das Debêntures Incentivadas e da Sua Oferta*

As principais características das Debêntures Incentivadas podem ser resumidas da seguinte forma:

- (a) Remuneração por taxa de juros deve ser prefixada, vinculada a índice de preço ou à taxa referencial (TR);
- (b) Vedada a pactuação total ou parcial de taxa de juros pós-fixada;
- (c) Prazo médio ponderado superior a 4 anos;
- (d) Vedação à recompra nos 2 primeiros anos após a sua emissão e à liquidação antecipada por meio de resgate ou pré-pagamento, salvo na forma a ser regulamentada pelo Conselho Monetário Nacional;
- (e) Inexistência de compromisso de revenda assumido pelo comprador;
- (f) Prazo de pagamento periódico de rendimentos, se existente, com intervalos de, no mínimo, 180 dias;



- (g) Comprovação de que a debênture esteja registrada em sistema de registro devidamente autorizado pelo Banco Central do Brasil ou pela CVM, nas suas respectivas áreas de competência; e
- (h) Alocação dos recursos da oferta em projeto prioritários de infraestrutura.

As Debêntures Incentivadas podem ser objeto de oferta pública nos termos da Instrução CVM 400, bem como de oferta pública de esforços restritos, nos termos da Instrução CVM 476. No caso de descumprimento quanto à implementação de projetos de investimento na forma aprovada, a sociedade emissora fica sujeita à multa equivalente a 20% do valor da Emissão não alocado ao projeto de investimento.

As ofertas de Debêntures Incentivadas devem ser realizadas até a data limite de 31 de dezembro de 2015.

## **Relacionamento entre a Companhia e os Coordenadores**

### ***Relacionamento da Companhia com o Coordenador Líder***

Sociedades integrantes do conglomerado econômico do Bradesco BBI eventualmente possuem títulos e valores mobiliários de emissão da Companhia, diretamente ou em fundos de investimento administrados e/ou geridos por tais sociedades, adquiridas em operações regulares em bolsa de valores a preços e condições de mercado.

Além do relacionamento referente à Oferta, uma das sociedades controladoras indiretas da Companhia é a Bradespar S.A. Em 30 de setembro de 2013, a Bradespar S.A. era titular de participação correspondente a 17,17% do capital social da Valepar S.A., empresa que detém o controle direto da Companhia com 32,4% do capital social. Para mais detalhes sobre tal participação, ver o item "15. Controle" do Formulário de Referência.

Em 30 de setembro de 2013, o Bradesco BBI e seu respectivo conglomerado econômico é credor da Companhia e de suas controladas nas seguintes operações financeiras:

- operações de desconto de saque com a Vale Fertilizantes S.A., contratadas entre dezembro de 2012 e março de 2013, com vencimentos entre novembro de 2013 e fevereiro de 2014, no montante total de US\$137,2 milhões, e taxas de juros entre 1,44% e 1,68% ao ano;
- carta de crédito com a Vale Soluções em Energia S.A, emitida em setembro de 2011 e com vencimento em agosto de 2014, no montante de US\$0,7 milhões, e comissão de 2,10% ao ano;
- carta de crédito com a Companhia, emitida em maio de 2013, com vencimento em maio de 2014, no montante de US\$25 milhões, e comissão de 0,50% flat;
- operações de prestação de fiança com a Companhia, emitidas entre março de 1999 e setembro de 2013, com prazos de vencimento indeterminados, contratadas no montante total de R\$1.200 milhões, e taxas de juros entre 0,40% e 1,20% ao ano;

- operações de prestação de fiança com a Ferrovia Centro-Atlântica S.A., contratadas entre fevereiro de 2011 e outubro 2011, com prazos de vencimento indeterminados, contratadas no montante de R\$71,5 milhões, e taxas de juros entre 0,80% e 1,50% ao ano;
- operação de prestação de fiança com a Mineração Corumbaense Reunida S.A., contratada em maio de 2008, com vencimento indeterminado, contratada no montante de R\$7,5 milhões, e taxas de juros entre 0,80% e 1,50% ao ano;
- operações de prestação de fiança com a Minerações Brasileiras Reunidas S.A., contratadas entre agosto de 2002 e agosto de 2013, com prazos de vencimento indeterminados, contratadas no montante de R\$240,3 milhões, e taxas de juros entre 0,80% e 1,50% ao ano;
- operação de prestação de fiança com a Vale Fertilizantes S.A., contratada em setembro de 2011, com vencimento em janeiro 2018, contratada no montante de R\$7,4 milhões, e taxa de juros de 0,80% ao ano;
- operações de FINAME com a Vale Soluções em Energia S.A., contratadas em janeiro de 2010, com vencimento em dezembro de 2015, no montante de R\$0,5 milhão, e taxa de juros de 4,50% ao ano;
- operações de prestação de fiança com a Vale Soluções em Energia, contratadas entre novembro de 2009 e dezembro de 2011, com vencimentos entre novembro de 2013 e fevereiro de 2021, no montante de R\$208,1 milhões e taxa de juros entre 0,60% e 2,20% ao ano;
- operações de antecipação de pagamentos a fornecedores, no montante de R\$20,5 milhões, e taxas de juros de 1,35% ao mês;
- cartões de crédito com a Aços Laminados do Pará S.A., com limite total máximo mensal de R\$0,8 milhão, sem anuidade;
- cartões de crédito com a Companhia Portuária da Baía de Sepetiba, com limite total máximo mensal de R\$0,8 milhão, sem anuidade;
- cartões de crédito com a Ferrovia Centro-Atlântica S.A., com limite total máximo mensal de R\$9,6, sem anuidade;
- cartões de crédito com a Ferrovia Norte Sul S.A., com limite total máximo mensal de R\$4,4 milhões, sem anuidade;
- cartões de crédito com a Mineração Corumbaense Reunida S.A., com limite total máximo mensal de R\$1,1 milhão, sem anuidade;
- cartões de crédito com a Vale Fertilizantes S.A., com limite total máximo mensal de R\$2,7 milhões, sem anuidade;

- cartões de crédito com a Vale Manganês S.A., com limite total máximo mensal de R\$5,0 milhões, sem anuidade;
- cartões de crédito com a Vale Soluções em Energia S.A., com limite total máximo mensal de R\$2,2 milhões, sem anuidade;
- cartões de crédito com a Salobo Metais S.A., com limite total máximo mensal de R\$1,7 milhão, sem anuidade;
- prestação de serviços de cobrança para a Companhia e as sociedades controladas pela Companhia dos últimos 12 meses foi de aproximadamente R\$466 milhões;
- prestação de serviços de pagamentos para a Companhia e as sociedades controladas pela Companhia, cujo valor total pago nos últimos 12 meses foi de aproximadamente R\$ 7 bilhões;
- operação de financiamento de equipamentos com a Companhia, no valor de R\$49,1 milhões, celebrada em junho de 2010, com vencimento em julho de 2020, e taxa de juros de 4,5% ao ano; e
- serviço de emissão de cartões de crédito internacionais corporativos, cartões de compras e cartões de crédito virtuais de passagens aéreas e hospedagem, destinados para compras institucionais de serviços e itens de consumo, no montante total de R\$822,2 milhões.

Em 30 de setembro de 2013, o Bradesco BBI e seu respectivo conglomerado econômico detém as seguintes aplicações financeiras com a Companhia e suas controladas:

- 49 CDBs emitidos em favor da Companhia e suas controladas, no valor de R\$192,7 milhões, celebrada em novembro de 2011, com vencimentos entre outubro de 2013 e setembro de 2014 e taxa de juros de 92,91% do CDI (média das operações em aberto);
- 75 CDBs emitidos em favor da Companhia e suas controladas, no valor de R\$282,8 milhões, celebrada em novembro de 2011, com vencimentos até setembro de 2014 e taxa de juros de 84,23% do CDI (média das operações em aberto);
- 3 aplicações em *time deposits* contratadas pela Companhia e suas controladas, no valor de R\$36,7 milhões, entre julho e setembro de 2013, com vencimentos em outubro e novembro de 2013 e taxa de juros de 0,50% ao ano (média das operações em aberto); e
- 5 aplicações em *time deposits* contratadas pela Companhia e suas controladas, no valor de R\$1.784,0 milhões, entre agosto e setembro de 2013, com vencimentos em outubro de 2013 e taxa de juros de 0,39% ao ano (média das operações em aberto).

Em 30 de setembro de 2013, além do disposto acima, a Companhia e sociedades controladas pela Companhia não tinham qualquer outro relacionamento com o Bradesco BBI e seu respectivo conglomerado econômico. A Companhia e sociedades controladas pela Companhia poderão, no futuro, contratar o Bradesco BBI ou sociedades de seu conglomerado econômico para a realização de operações financeiras, incluindo, entre outras, investimentos, emissões de valores mobiliários, prestação de serviços de banco de investimento, formador de mercado, crédito, consultoria financeira ou quaisquer outras operações financeiras necessárias à condução das atividades da Companhia e de sociedades controladas pela Companhia.

Exceto pela remuneração prevista no item "Informações sobre a Oferta — Custos Estimados da Oferta" deste Prospecto, não há qualquer outra a ser paga pela Companhia ao Bradesco BBI cujo cálculo esteja relacionado ao Preço de Integralização.

Na data deste Prospecto, não havia operações vinculadas à Oferta em relação ao Bradesco BBI.

Não há qualquer conflito de interesse referente à atuação do Bradesco BBI como instituição intermediária da Oferta.

#### ***Relacionamento da Companhia com o BB-BI***

Na data deste Prospecto, além do relacionamento referente à Oferta, uma das sociedades controladoras indiretas da Companhia é a Litel Participações S.A., sociedade *holding* controlada pelo BB Carteira Ativa (79,00%). Em 30 de setembro de 2013, a Litel Participações S.A. é titular de participação correspondente a 50,38% do capital social da Valepar S.A., empresa que detém o controle direto da Companhia com 32,4% do capital social. Para mais detalhes sobre tal participação, ver o item "15. Controle" do Formulário de Referência.

Em 30 de setembro de 2013, o BB-BI e seu respectivo conglomerado econômico são credores da Companhia e suas controladas ou coligadas nas operações financeiras descritas abaixo:

- Emissora: uma operação de FINEM, no valor de R\$175,8 milhões, celebrada em junho de 2010, com vencimento em julho de 2020, taxa de juros de 4,5% ao ano e saldo devedor total em aberto de R\$171,7 milhões, em 30 de setembro de 2013;
- Emissora: três operações de FINAME, no valor total de R\$94,4 milhões, celebradas em junho de 2010, todas com vencimentos em julho de 2020, taxas de juros de 4,5% ao ano e saldo devedor total em aberto R\$76,5 milhões, em 30 de setembro de 2013;
- Emissora: quatro operações de capital de giro, no valor total de R\$5.500,0 milhões, celebradas entre novembro de 2006 e outubro de 2012, com vencimentos entre novembro de 2014 e outubro de 2022, acrescido de Taxa DI com acréscimos entre 0,40% e 0,45% ou de 103,5% a 112,0% da Taxa DI e saldo total devedor em aberto R\$5.500,0 milhões, em 30 de setembro de 2013;

- Emissora: uma operação de financiamento à exportação (pré-pagamento), no valor de USD500,0 milhões, celebrada em junho de 2010, com vencimento em junho de 2020, acrescido de Taxa Libor com acréscimo de 2,10% ao ano e saldo devedor total em aberto de R\$1,1 bilhão, em 30 de setembro de 2013;
- Emissora: uma operação de aquisição BNDES Finame, no valor de R\$57,2 milhões, celebrada em junho de 2010, com vencimento em julho de 2020, taxa de juros de 4,5% ao ano e saldo devedor total em aberto de R\$40,9 milhões, em 30 de setembro de 2013;
- Emissora: nove operações de swap fluxo a termo, no valor total de R\$897,0 milhões, celebradas entre setembro de 2010 e outubro de 2012, com vencimentos entre novembro de 2013 e outubro de 2016, taxas contratuais de Taxa DI acrescida de 0,25% para variação cambial acrescida de 3,05% ou 112% da Taxa DI para variação cambial acrescida de 3,30%, e saldo total devedor em aberto R\$98,7 milhões em 30 de setembro de 2013;
- VLI Multimodal S.A.: uma operação de FINEM, no valor de R\$ 90,9 milhões, celebrada em dezembro de 2012, com vencimento em janeiro de 2023, taxa de juros de 2,5% ao ano e saldo devedor total em aberto de R\$ 90,9 milhões, em 30 de setembro de 2013;
- Log-in Logística Intermodal S.A.: uma carta de crédito *standby*, no valor total de USD 22,0 milhões, celebrada em outubro de 2011, com vencimento em 1.490 dias, comissão de 0,70% e saldo devedor total em aberto de R\$36,4 milhões, em 30 de setembro de 2013;
- Log-in Logística Intermodal S.A.: uma operação de empréstimo direto, no valor total de R\$22,0 milhões, celebrada em setembro de 2011, com vencimento em agosto de 2015, acrescido de Taxa Libor (3M) com acréscimo de 3,5% ao ano e saldo devedor total em aberto de R\$32,4 milhões, em 30 de setembro de 2013; e
- Log-in Logística Intermodal S.A.: quatro operações de capital de giro, no valor total de R\$ 151 milhões, celebradas entre maio de 2012 e junho de 2013, com vencimentos entre abril de 2016 e julho de 2016, taxa de 108% do DI e saldo total devedor em aberto R\$ 142,1 milhões, em 30 de setembro de 2013.

Na data deste Prospecto, além do disposto acima e do relacionamento referente à Oferta, a Companhia e sociedades controladas pela Companhia não tinham qualquer outro relacionamento com o BB-BI e seu respectivo conglomerado econômico. A Companhia e sociedades controladas pela Companhia poderão, no futuro, contratar o BB-BI ou sociedades de seu conglomerado econômico para a realização de operações financeiras, incluindo, entre outras, investimentos, emissões de valores mobiliários, prestação de serviços de banco de investimento, formador de mercado, crédito, consultoria financeira ou quaisquer outras operações financeiras necessárias à condução das atividades da Companhia e de sociedades controladas pela Companhia.

Exceto pela remuneração prevista no item "Informações sobre a Oferta — Custos Estimados da Oferta" deste Prospecto, não há qualquer outra a ser paga por nós ao BB-BI cujo cálculo esteja relacionado ao Preço de Integralização.

Na data deste Prospecto, não havia operações vinculadas à Oferta em relação ao BB-BI.

Não há qualquer conflito de interesse referente à atuação do BB-BI como instituição intermediária da Oferta.

### ***Relacionamento da Companhia com o Itaú BBA***

Em 26 de setembro de 2013, o Itaú BBA e seu respectivo conglomerado econômico é credor da Companhia e de suas controladas nas seguintes operações financeiras:

- Companhia Paulista de Ferro-Ligas - CPFL: duas fianças, no valor total de R\$14,0 milhões, celebradas em dezembro de 2012 e outubro de 2013, com vencimentos em outubro de 2022 e agosto de 2023, e taxas de juros de 0,95% e 1,1% ao ano, respectivamente;
- Companhia Nipo-Brasileira de Pelotização – NIBRASCO: uma fiança, no valor de R\$7,848 milhões, celebrada em outubro de 2012, com vencimento em setembro de 2022, e taxa de juros de 1,3% ao ano;
- Docepar S.A.: uma fiança, no valor de R\$3,8 milhões, celebrada em dezembro de 2012, com vencimento em outubro de 2014, e taxa de juros de 0,5% ao ano;
- Companhia: 66 duplicatas, no valor total de R\$14,1 milhões, celebradas entre abril de 2013 e outubro de 2013, com vencimentos entre outubro de 2013 a março de 2014, e taxas de juros entre 0,85% e 2,51% ao mês;
- Companhia: 81 fianças no valor total de R\$1.152,8 milhões, celebradas entre junho de 1997 e outubro de 2013, com vencimentos de março de 2014 a vencimentos indeterminados, e taxas de juros entre 0,48% e 2,50% ao ano;
- Ferrovia Centro Atlântica S.A.: dez fianças, no valor total de R\$24,9 milhões, celebradas entre dezembro de 2007 e outubro de 2013, com vencimentos entre e outubro de 2014 a janeiro de 2023, e taxas de juros entre 0,75% e 1,50% ao ano;
- Minerações Brasileiras Reunidas S.A. – MBR: nove fianças, no valor total de R\$81,7 milhões, celebradas entre agosto de 2011 e maio de 2013, com vencimentos entre e junho de 2021 a abril de 2023, e taxas de juros entre 0,95% e 1,20% ao ano;
- Ultrafertil S.A: uma fiança, no valor de R\$0,419 milhões, celebrada em novembro de 2007, com vencimento em outubro de 2014, e taxa de juros de 1,0% ao ano;

- Companhia Paulista de Ferro-Ligas - CPFL: duas fianças, no valor total de R\$14,046 milhões, celebradas em dezembro de 2012 e outubro de 2013, com vencimentos em outubro de 2022 e agosto de 2023, e taxas de juros de 0,95% e 1,1% ao ano, respectivamente;
- Vale Energia S.A.: duas fianças, no valor total de R\$7,997 milhões, celebradas em junho de 2011 e agosto de 2012, com vencimentos em janeiro de 2015 e janeiro de 2013, e taxas de juros de 1,0% e 1,0% ao ano, respectivamente;
- Vale Manganês S.A.: cinco fianças, no valor total de R\$42,2 milhões, celebradas entre março de 2011 e fevereiro de 2013, com vencimentos entre julho de 2017 a dezembro de 2022, e taxas de juros entre 0,80% e 1,10% ao ano;
- Vale Mina do Azul S.A.: duas fianças, no valor total de R\$38,6 milhões, celebradas em abril de 2013, com vencimentos em fevereiro de 2023, e taxa de juros de 0,95% ao ano; e
- Vale Potássio Nordeste S.A.: uma fiança, no valor de R\$0,963 milhões, celebrada em agosto de 2011, com vencimento em agosto de 2016, e taxa de juros de 0,8% ao ano.

O Itaú BBA e seu respectivo conglomerado econômico também é credor, em 26 de setembro de 2013, da Companhia em 45 operações de derivativos (*swaps*) no valor total de R\$3.310,7 milhões, celebradas entre dezembro de 2010 e agosto de 2013, com vencimentos entre janeiro de 2016 a julho de 2023.

Em 26 de setembro de 2013 o Itaú BBA e seu conglomerado econômico mantém com a Companhia o seguinte relacionamento comercial: processamento da folha de pagamento, no valor médio mensal de R\$5.000,00 milhões para aproximadamente 3.000 funcionários do grupo.

Na data deste Prospecto, além do disposto acima e do relacionamento referente à Oferta, a Companhia e sociedades controladas pela Companhia não tinham qualquer outro relacionamento com o Itaú BBA e seu respectivo conglomerado econômico. A Companhia e sociedades controladas pela Companhia poderão, no futuro, contratar o Itaú BBA ou sociedades de seu conglomerado econômico para a realização de operações financeiras, incluindo, entre outras, investimentos, emissões de valores mobiliários, prestação de serviços de banco de investimento, formador de mercado, crédito, consultoria financeira ou quaisquer outras operações financeiras necessárias à condução das atividades da Companhia e de sociedades controladas pela Companhia.

Exceto pela remuneração prevista no item "Informações Relativas a Oferta — Custos Estimados da Oferta" deste Prospecto, não há qualquer outra a ser paga por nós ao Itaú BBA cujo cálculo esteja relacionado ao Preço de Integralização.

Na data deste Prospecto, não havia operações vinculadas à Oferta em relação ao Itaú BBA.

Não há qualquer conflito de interesse referente à atuação do Itaú BBA como instituição intermediária da Oferta.

### **Informações Adicionais**

O investimento nas Debêntures não é adequado a investidores que (i) não tenham profundo conhecimento dos riscos envolvidos na operação ou que não tenham acesso à consultoria especializada; (ii) necessitem de liquidez com relação às Debêntures a serem adquiridas, tendo em vista a possibilidade de serem pequenas ou inexistentes as negociações das Debêntures no mercado secundário; e/ou (iii) não estejam dispostos a correr o risco de crédito de empresa do setor privado e/ou dos setores em que a Companhia atua. Para uma avaliação adequada dos riscos associados ao investimento nas Debêntures, os investidores deverão ler a seção "Fatores de Risco Relacionados à Oferta e às Debêntures" na página 45 deste Prospecto, bem como as seções relativas aos fatores de risco constantes dos itens "4. Fatores de Risco" e "5. Riscos de Mercado" do Formulário de Referência antes de aceitar a Oferta.

Os Coordenadores recomendam aos investidores, antes de tomar qualquer decisão de investimento relativa à Oferta, a consulta deste Prospecto.

O Prospecto Preliminar, que incorpora por referência o Formulário de Referência, está disponível nos seguintes endereços e páginas da Internet:

- **Companhia – Vale S.A.**, Avenida Graça Aranha 26, CEP 20030-900, Rio de Janeiro, RJ ([www.vale.com/brasil/PT/investors/equity-debt/Stock-price-history/Paginas/default.aspx](http://www.vale.com/brasil/PT/investors/equity-debt/Stock-price-history/Paginas/default.aspx), em tal página, em “Ações, Dividendos e Dívidas”, clicar em “Debêntures não conversíveis – 8ª emissão” e em “Prospecto preliminar de distribuição pública de debêntures quirografárias e não conversíveis em ações da oitava emissão pública da Vale”).
- **Coordenador Líder – Banco Bradesco BBI S.A.**, Avenida Paulista 1450, 8º andar, CEP 01310-917, São Paulo, SP ([http://www.bradescobbi.com.br/Site/Ofertas\\_Publicas/](http://www.bradescobbi.com.br/Site/Ofertas_Publicas/), em tal página, escolha o tipo de oferta "Debêntures", em seguida, em "Vale", selecione o item "Prospecto Preliminar").
- **BB-Banco de Investimento S.A.**, Rua Senador Dantas 105, 36º andar, CEP 20031-204, Rio de Janeiro, RJ (<http://www.bb.com.br/ofertapublica>, em tal página, clicar em "Vale S.A.", e, em seguida, no item "Prospecto Preliminar").
- **Banco Itaú BBA S.A.**, Avenida Brigadeiro Faria Lima 3400, 3º a 8º, 11º e 12º andares, CEP 04538-132, São Paulo, SP (<http://www.itaubba.com.br/portugues/atividades/prospectos-to-iubb.asp>, em tal página clicar em "Vale S.A. – Prospecto Preliminar da 8ª Emissão de Debêntures").
- **CETIP S.A. – Mercados Organizados**, Avenida Brigadeiro Faria Lima 1663, 1º andar, CEP 01452-001, São Paulo, SP (<http://www.cetip.com.br>, em tal página, selecionar o link "Prospectos" na seção "Comunicados e Documentos", em seguida,



"Prospectos de Debêntures", digitar "Vale" e o ano "2013" e clicar em "Buscar", na sequência, acessar o link referente ao Prospecto Preliminar).

- **BM&FBOVESPA S.A. – Bolsa de Valores, Mercadorias e Futuros**, Praça Antonio Prado 48, CEP 01010-901, São Paulo, SP (<http://www.bmfbovespa.com.br/cias-listadas/empresas-listadas/ResumoEmpresaPrincipal.aspx?codigoCvm=4170&idioma=pt-br>, em tal página, acessar "Informações Relevantes", clicar em "Prospecto de Distribuição Pública").
- **Comissão de Valores Mobiliários – CVM**, Rua Sete de Setembro 111, 5º andar, CEP 20159-900, Rio de Janeiro, RJ, e Rua Cincinato Braga 340, 2º, 3º e 4º andares, CEP 01333-010, São Paulo, SP (<http://www.cvm.gov.br>, em tal página, acessar no item "Acesso Rápido", "ITR, DFP, IAN, IPE, FC, FR e outras Informações", no link, digitar "Vale" e clicar em "Continuar". Em seguida, clicar em "Vale S.A." e selecionar "Prospecto de Distribuição Pública". Clicar em *download* do Prospecto com a data mais recente).

O Formulário de Referência está disponível nos endereços e página da Internet da CVM, indicados acima.

Quaisquer outras informações ou esclarecimentos sobre a Emissora ou a Oferta poderão ser obtidas com os Coordenadores e na CVM, nos endereços indicados na seção "Identificação da Companhia, dos Coordenadores, dos Consultores Jurídicos, do Agente Fiduciário, do Banco Liquidante e Escriturador Mandatário e dos Auditores Independentes", na página 52 deste Prospecto.

O pedido de registro da Oferta foi apresentado à CVM em 16 de dezembro de 2013, estando a Oferta sujeita à prévia aprovação pela CVM.

## **OPERAÇÕES VINCULADAS À OFERTA**

A seção “Informações Relativas a Oferta – Relacionamento entre a Companhia e os Coordenadores”, que se inicia na página 91 deste Prospecto, trata dos relacionamentos existentes entre a Companhia, suas controladas e os Coordenadores, além do proveniente da presente Oferta.

Na data deste Prospecto, não havia operações vinculadas à Oferta em relação aos Coordenadores e a Companhia, seus controladores diretos e indiretos e suas controladas.

Exceto pela remuneração a ser paga em decorrência da Oferta, conforme previsto na seção “Informações Relativas a Oferta – Custos Estimados da Oferta”, na página 86 deste Prospecto, não há qualquer remuneração a ser paga pela Companhia aos Coordenadores ou sociedades dos seus respectivos conglomerados econômicos, cujo cálculo esteja relacionado à Oferta.

## APRESENTAÇÃO DAS INSTITUIÇÕES INTERMEDIÁRIAS

### *Coordenador Líder*

Banco de Investimento do Bradesco, o Bradesco BBI é responsável pela originação e execução de fusões e aquisições e pela originação, estruturação, sindicalização e distribuição de operações de renda fixa e renda variável, no Brasil e exterior.

O Bradesco BBI foi eleito o “Best Investment Bank 2012 in Brazil” pela Global Finance Magazine, tendo assessorado, até o terceiro trimestre de 2013, transações de Investment Banking com volume de aproximadamente R\$ 78,340 bilhões.

O Bradesco BBI obteve os seguintes destaques no terceiro trimestre de 2013:

- O Bradesco BBI até o fim do terceiro trimestre de 2013 marcou presença nos IPOs e Follow-ons que foram a mercado. Considerando as ofertas públicas registradas na CVM no período, o Bradesco BBI participou como Coordenador e Joint Bookrunner de 10 ofertas, que somadas representaram um volume de R\$17,3 bilhões. Dentre elas, podemos destacar: Follow-on da Estácio Participações, no valor de R\$ 768,7 milhões; Follow-on da Multiplan Empreendimentos Imobiliários, no valor de R\$ 626,4 milhões; IPO da Biosev, no valor de R\$ 709,4 milhões; Follow-on da BHG S.A., no valor de R\$ 355,5 milhões; IPO da BB Seguridade, no valor de R\$ 11.475 milhões; IPO da Smiles, no valor de R\$ 1.132,2 milhões; Follow-on da Abril Educação, no valor de R\$ 521,9 milhões; e Follow-on da Iguatemi no valor de R\$ 425,4 milhões.
- Com importantes transações realizadas, o Bradesco BBI finaliza o terceiro trimestre de 2013 com grande destaque em Renda Fixa. No período coordenou 85 operações no Mercado Doméstico, em ofertas que totalizaram mais de R\$ 14,9 bilhões. O Bradesco BBI também ocupa posição de destaque em Securitizações, segundo o Ranking de Setembro de 2013 da ANBIMA, no qual conquistou a segunda colocação em valor de operações. No mercado internacional, o Bradesco BBI está constantemente ampliando sua presença em distribuição no exterior, tendo atuado no período como Joint Bookrunner em 15 emissões de Bonds que ultrapassaram o montante de US\$ 8,8 bilhões. Em Project Finance, o Bradesco BBI apresenta posição de destaque no ranking ANBIMA na categoria Estruturador – Consolidado, obtendo a segunda colocação por volume de operações. Atualmente, o Bradesco BBI está envolvido em assessoria e estruturação financeira em cerca de 60 projetos que totalizaram cerca de R\$ 150 bilhões em investimentos. Até o fim do terceiro trimestre de 2013, o Bradesco BBI concluiu transações nos setores de geração de energia, petróleo & gás, mineração, logística portuária, aeroportos e mobilidade urbana.
- Nos primeiros nove meses de 2013, o Bradesco BBI classificou-se entre os principais bancos que assessoraram M&A no Brasil. No período, o Bradesco BBI teve 15 transações anunciadas com valor de, aproximadamente, R\$ 16.740 milhões. Destacamos dentre elas: Assessoria à LLX na venda do controle da companhia para a EIG, no valor de R\$ 1.300,00 milhões; Assessoria à CMAA na venda à IndoAgri, no valor de R\$ 500 milhões; Assessoria à CCPR na associação e venda de 50% a Vigor, no valor de R\$ 410 milhões; Assessoria ao FIP Multisetorial na aquisição do Grupo BR Towers, no valor de R\$ 100 milhões; Assessoria à Redentor Energia na OPA para fechamento de capital, no

valor de R\$ 24,9 milhões; Assessoria à COMGAS na OPA de troca de controle, no valor de R\$ 143,5 milhões; Brennand Cimentos, no valor de R\$ 210 milhões; Haztec, no valor de R\$ 60 milhões; e Log Commercial Properties, no valor de 128 milhões.

Ademais, o Bradesco, controlador do Bradesco BBI, é atualmente um dos maiores bancos múltiplos privados do país e está presente em todos os municípios brasileiros e em diversas localidades no exterior. O Bradesco mantém uma rede de atendimento alicerçada em modernos padrões de eficiência e tecnologia que atende a mais de 26,3 milhões de correntistas. Clientes e usuários têm à disposição 71,7 mil pontos de atendimento, destacando-se 4,69 mil agências. No terceiro trimestre de 2013, o lucro líquido foi de R\$ 3,082 bilhões, enquanto o ativo total e patrimônio líquido totalizaram R\$ 907,69 bilhões e R\$ 67,03 bilhões, respectivamente, segundo o Relatório de Análise Econômica e Financeira da instituição.

### *BB-BI*

O BB-BI é controlado pelo Banco do Brasil S.A. ("Banco do Brasil"), empresa com mais de 200 anos de existência. Sua marca é uma das mais conhecidas e valiosas do país, razão pela qual figurou entre as marcas mais lembradas pelo consumidor brasileiro em 2012, segundo pesquisa realizada pelo Instituto Data Folha (prêmio Top of Mind 2012), sendo também a instituição financeira mais lembrada pelos brasileiros na nova categoria "Finanças".

O Banco do Brasil encerrou o ano de 2012 com 64,2 mil pontos de atendimento, entre rede própria, compartilhada e correspondentes, abrangendo 97,5% dos municípios brasileiros (5.425). A rede própria conta com 5.362 agências, 13.782 pontos de atendimento e 44.393 terminais de autoatendimento. De acordo com o site do BACEN, no item Relatório de Evolução do SFN, quadro oito, o Banco do Brasil possui a maior rede de agências do País, com participação de 24,1%. A rede de correspondentes, identificada pela marca MaisBB, encerrou o período com 11.719 pontos de atendimento e estabelecimentos conveniados, aos quais somam-se os 6.195 pontos do Banco Postal. Neste mesmo ano, o autoatendimento pela internet atingiu a marca de mais de 1.752,5 milhões de transações efetivadas por pessoas físicas, correspondendo a 19,7% do total das transações. Mais de 13,6 milhões de clientes estão habilitados a utilizar o canal.

No exterior, o Banco do Brasil tem 49 pontos distribuídos em 24 países (Alemanha, Angola, Argentina, Áustria, Bolívia, Chile, China, Cingapura, Coréia do Sul, Emirados Árabes Unidos, Espanha, Estados Unidos, França, Ilhas Cayman, Inglaterra, Itália, Japão, México, Panamá, Paraguai, Peru, Portugal, Uruguai e Venezuela).

Com objetivo de oferecer soluções diferenciadas e fortalecer o vínculo com as empresas brasileiras, o Banco do Brasil criou o BB-BI, subsidiária integral para executar atividades de banco de investimento.

No mercado doméstico de capitais, o BB-BI oferece serviço de compra e venda de ações por meio da sua rede de agências, internet (*home broker*) e dispositivos *mobile*. O volume movimentado em 2012 foi de R\$21,25 bilhões e 827 mil negócios, dos quais R\$19,55 bilhões foram pelo novo *home broker*.

O Banco do Brasil, no ano de 2012, por intermédio do BB-BI:

- (i) coordenou 78 emissões de debêntures e notas promissórias, totalizando R\$20.806 milhões de volume originado;
- (ii) realizou operações de CRI e FIDC, que geraram um volume de R\$473,17 milhões no mercado de securitização;
- (iii) coordenou sete ofertas públicas, que somaram R\$10,15 bilhões no mercado de renda variável. Em termos de distribuição, o BB-BI alcançou o 5º lugar no *ranking* acumulado de Distribuição de Renda Variável referente ao ano de 2012 divulgado pela ANBIMA, com 9,3% de participação de mercado; e
- (iv) no mercado de fusões e aquisições, o BB-BI participou de oito operações que somaram R\$2.584 milhões.

No 1º semestre de 2013, as principais realizações do BB-BI no semestre foram:

- (i) coordenou 56 emissões de títulos de renda fixa, totalizando volume de R\$15.332 milhões, ficando em 1º lugar no ranking de originação consolidado e 34,9% de participação de mercado;
- (ii) coordenou 52 emissões de debêntures e notas promissórias, totalizando R\$14,1 bilhões de volume originado;
- (iii) realizou operações de Certificado de Recebíveis Imobiliários (CRI) e FIDC com um volume de R\$1,2 bilhão no mercado de securitização; e
- (iv) coordenou três ofertas públicas que somaram R\$13,3 bilhões no mercado de renda variável. Em termos de distribuição, o BB alcançou o 1º lugar no ranking e 22,6% de participação de mercado.

#### *Itaú BBA*

O Itaú BBA é uma instituição financeira autorizada a funcionar pelo BACEN, constituída sob a forma de sociedade por ações, com sede na Cidade de São Paulo, Estado de São Paulo, na Avenida Brigadeiro Faria Lima nº 3.400, 3º ao 8º andar, CEP 04538-132, Bairro Itaim Bibi.

O Itaú BBA é um banco de atacado brasileiro com ativos na ordem de R\$301,1 bilhões e uma carteira de crédito de R\$169,3 bilhões em 30 de setembro de 2013. O banco faz parte do grupo Itaú Unibanco, sendo controlado diretamente pelo Itaú Unibanco Holding S.A. O Itaú BBA é responsável por prover serviços financeiros para grandes empresas. O Itaú BBA possui sucursais no Rio de Janeiro, Campinas, Porto Alegre, Belo Horizonte, Curitiba, Salvador, Montevidéu, Buenos Aires, Santiago, Bogotá, Lisboa, além de escritórios de representação em Lima, Bogotá, Nova Iorque, Frankfurt, Paris, Luxemburgo, Madri, Londres e Xangai.

A área de Investment Banking oferece assessoria a clientes corporativos e investidores na estruturação de produtos de banco de investimento, incluindo renda fixa, renda variável, além de fusões e aquisições.

De acordo com a ANBIMA, o Itaú BBA tem apresentado liderança consistente no ranking de distribuição de operações de renda fixa no mercado doméstico, tendo ocupado o primeiro lugar nos anos de 2004 a 2012, com participação de mercado entre 19% e 55%. Até outubro de 2013 o Itaú BBA ocupava o segundo lugar no ranking de distribuição de operações de renda fixa no mercado doméstico. Adicionalmente, o Itaú BBA tem sido reconhecido como um dos melhores bancos de investimento do Brasil por instituições como Global Finance, Latin Finance e Euromoney. Em 2012, o Itaú BBA foi escolhido como o Banco mais inovador da América Latina pela The Banker e também como melhor banco de investimento da América Latina pela Global Finance. Em 2013 o Itaú BBA foi escolhido como melhor banco de investimento e de títulos de dívida da América Latina pela Global Finance.

Dentre as emissões de debêntures coordenadas pelo Itaú BBA recentemente, destacam-se as ofertas de debêntures conversíveis de Iochpe-Maxion (R\$320 milhões), debêntures de BR Towers SPE1 (R\$300 milhões), Raízen (R\$750 milhões), Comgás (R\$ 540 milhões), Intervias (R\$600 milhões), Autoban (R\$450 milhões), entre outras. Em operações de notas promissórias recentemente coordenadas pelo Banco Itaú BBA, destacam-se as operações da Nattca (duas operações, de R\$180 milhões e R\$160 milhões), BR Malls (R\$ 500 milhões), Ecorodovias Infraestrutura e Logística (R\$ 550 milhões), Natura (R\$400 milhões) e da Contax (R\$ 120 milhões). Destacam-se ainda as operações de FIDC de Chemical (R\$ 490 milhões), do Banco Topázio (R\$ 100 milhões), do Banco Volkswagen (R\$ 930 milhões), da CEDAE (R\$1,14 bilhões), FIDC Insumos Básicos da Indústria Petroquímica II (R\$500 milhões), CRI RB Capital com risco BR Malls (R\$500 milhões), CRI Brazilian Securities com risco Direcional Engenharia (R\$101 milhões) e CRI RB Capital com risco Petrobrás Distribuidora (R\$512 milhões). No segmento de renda fixa internacional, em 2013, até 30 de novembro, o Itaú BBA participou como joint-bookrunner de 23 ofertas de bonds, cujo montante total alcançou mais de US\$24 bilhões. Dentre as operações recentes em que o Itaú BBA atuou como sole-bookrunner ou joint-bookrunner, destacam-se as ofertas de Pacific Rubiales (US\$1,3 bilhões e US\$300 milhões), OAS (US\$375 milhões), Embotelladora Andina (US\$575 milhões), BNDES (US\$2,5 bilhões), Odebrecht Oil&Gas (US\$1,69 bilhões) BR Foods (US\$500 milhões + R\$500 milhões), Petrobras (US\$11 bilhões), Aralco (US\$250 milhões), Falabella (US\$500 milhões), entre outras. Em renda variável, o Itaú BBA oferece serviços para estruturação de ofertas públicas primárias e secundárias de ações e de deposit receipts, ofertas públicas para aquisição e permuta de ações, além de assessoria na condução de processos de reestruturação societária de companhias abertas e trocas de participações acionárias. A condução das operações é realizada em conjunto com a Itaú Corretora de Valores S.A., que tem relacionamento com investidores domésticos e internacionais e possui reconhecida e premiada estrutura independente de pesquisa, conforme divulgado pela agência “Institutional Investor”.

Em 2012, o Itaú BBA atuou como coordenador e bookrunner de ofertas públicas iniciais e subsequentes que totalizaram R\$13,7 bilhões. No ranking da ANBIMA, o banco fechou o ano de 2012 em primeiro lugar em número de ofertas com participação no mercado de 53,8%, e até outubro de 2013 apresentava a liderança em tal ranking.

No segmento de renda fixa, o Itaú BBA conta com equipe dedicada para prover aos clientes diversos produtos no mercado doméstico e internacional, tais como: notas promissórias,

debêntures, commercial papers, fixed e floating rate notes, fundos de investimento em direitos creditórios (FIDC) e certificados de recebíveis imobiliários (CRI). Em 2013, até 31 de outubro, o Itaú BBA participou de operações de debêntures, notas promissórias e securitização que totalizaram R\$21,7 bilhões. De acordo com o ranking da ANBIMA, até outubro de 2013, o Itaú BBA estava classificado em segundo lugar no ranking 2013 de distribuição de operações em renda fixa e securitização. A participação de mercado somou 21%. Com equipe especializada, a área de fusões e aquisições do Itaú BBA oferece aos clientes estruturas e soluções eficientes para assessoria, coordenação, execução e negociação de aquisições, desinvestimentos, fusões e reestruturações societárias. A área detém acesso a investidores para assessorar clientes na viabilização de movimentos societários

Na área de fusões e aquisições, o Itaú BBA prestou assessoria financeira a 38 transações até novembro de 2013, ocupando o 2º lugar no ranking Thomson Reuters em volume de operações e acumulando um total de US\$10,8 bilhões.

## DESTINAÇÃO DOS RECURSOS

Os recursos líquidos que a Companhia estima receber com a Oferta correspondem a R\$736.732.859,60, sem considerar as Debêntures Suplementares e as Debêntures Adicionais, e após a dedução das comissões e das despesas que a Companhia antecipa ter de pagar no âmbito da Oferta.

A Companhia pretende utilizar a totalidade dos recursos líquidos a serem auferidos por ela em decorrência da Oferta para reembolso e/ou pagamento futuro de gastos, despesas e/ou dívidas diretamente relacionadas ao Projeto de Investimento.

As atividades do Programa CLN S11D, programa do qual faz parte o Projeto de Investimento, iniciaram-se em 2010, com desenvolvimento de engenharia e alguns trabalhos preliminares. O início do Projeto de Investimento está previsto para setembro de 2016 e, o encerramento, para fevereiro de 2017.

A Emissora estima que a Emissão, sem considerar as Debêntures Adicionais e as Debêntures Suplementares, deva representar aproximadamente 21% das necessidades de recursos financeiros do Projeto de Investimento, as quais totalizam aproximadamente R\$3.650.000.000,00.

<b>Projeto</b>	Ramal Ferroviário Sudeste do Pará (RFSP).
<b>Objetivo do Projeto</b>	<p>Ligação da futura mina S11D da Vale, localizada na cidade de Canaã dos Carajás, estado do Pará, à estrada de ferro Carajás (EFC), na altura do município de Parauapebas, estado do Pará, para permitir o escoamento da produção de projetos minerários da Vale localizados na região sudeste do Pará até o Terminal Portuário de Ponta da Madeira, localizado no estado do Maranhão, bem como o transporte de insumos e equipamentos para os empreendimentos da Vale localizados na região sudeste do Pará e a manutenção do próprio ramal ferroviário.</p> <p>A RFSP possuirá aproximadamente 100 quilômetros de extensão (sem incluir as linhas de pátio) e terá capacidade máxima de transportar 138 milhões de toneladas por ano de minerais metálicos. A RFSP possuirá pêra ferroviária de carregamento, pátios de cruzamento e manutenção, obras de arte especiais (pontes, viadutos e túneis), além de prédios para apoio às atividades de operação e manutenção.</p>
<b>Prazo Estimado para seu Início e Encerramento</b>	O início do Projeto de Investimento está previsto para setembro de 2016 e, o encerramento, para fevereiro de 2017.



**Volume Estimado para R\$3.650.000.000,00  
realização do Projeto Objeto  
da Portaria do Ministério dos  
Transportes**

**Percentual dos Recursos 20,18%.  
Líquidos Estimados  
decorrentes das Debêntures  
frente às necessidades  
financeiras do Projeto**

Os recursos necessários para a Companhia atingir os objetivos indicados acima poderão decorrer de uma combinação dos recursos líquidos que esta vier a receber com a Oferta e outras fontes decorrentes de financiamentos adicionais e do caixa decorrente das suas atividades operacionais.

A destinação dos recursos líquidos que a Companhia vier a receber com a Oferta baseia-se em suas análises, perspectivas atuais, projeções sobre eventos futuros e tendências. Alterações nesses e em outros fatores podem obrigar a Companhia a rever a destinação dos recursos líquidos da Oferta quando de sua efetiva utilização, a seu exclusivo critério, no âmbito do Projeto de Investimento descrito no quadro acima.

O impacto dos recursos líquidos da Oferta sobre a sua capitalização total encontra-se descrito na seção “Capitalização” deste Prospecto.

## CAPACIDADE DE PAGAMENTO DA COMPANHIA

Os Administradores, com base em análise dos indicadores de desempenho e da geração operacional de caixa da Companhia, entendem que a Companhia possui plenas condições para honrar as obrigações de curto, médio e longo prazos existentes, incluindo as Debêntures. De acordo com os Administradores, a geração de caixa da Companhia confere a ela margem de conforto para honrar todas as obrigações existentes (considerando o endividamento líquido da Companhia, assim entendido como seus passivos de curto, médio e longo prazo deduzidos de seu saldo de caixa e equivalentes de caixa).

Segue abaixo a descrição dos fluxos de caixa da Companhia nos períodos de nove meses encerrados em 30 de setembro de 2012 e 2013 e nos exercícios sociais findos em 31 de dezembro de 2010, 2011 e 2012.

	<b>Período de 9 meses encerrado em 30.09.2012</b>	<b>Período de 9 meses encerrado em 30.09.2013</b>	<b>Exercício Social findo em 31.12.2010</b>	<b>Exercício Social findo em 31.12.2011</b>	<b>Exercício Social findo em 31.12.2012</b>
	(em milhões de R\$)				
Recursos líquidos provenientes das atividades operacionais .....	26.523	28.265	35.375	39.689	33.081
Recursos líquidos provenientes das (utilizados nas) atividades de investimentos .....	(22.843)	(20.180)	(31.585)	(21.665)	(30.093)
Recursos líquidos provenientes das (utilizados nas) atividades de financiamentos .....	5.744	(4.295)	(3.473)	(23.694)	2.240
Efeito de variações da taxa de câmbio no caixa e equivalentes de caixa.....	88	802	(69)	(373)	97
Aumento (redução) no caixa e equivalentes de caixa.....	9.424	3.159	317	(5.670)	5.228

Os dados acima deverão ser lidos em conjunto com a seção “10.1 (a) Condições financeiras e patrimoniais gerais” do Formulário de Referência, que pode ser obtido seguindo-se as instruções constantes da seção “Documentos e Informações Incorporados a Este Prospecto por Referência” deste Prospecto. O investidor deve ler esta seção em conjunto com as demonstrações financeiras consolidadas auditadas da Companhia relativas aos períodos de nove meses encerrados em 30 de setembro de 2012 e 2013 e exercícios sociais encerrados em 31 de dezembro de 2010, 2011 e 2012, e suas notas explicativas incorporadas por referência a este Prospecto.

## CAPITALIZAÇÃO

A tabela abaixo apresenta na coluna “Efetivo” a capitalização total da Companhia com base nas informações trimestrais encerradas em 30 de setembro de 2013; e na coluna “Ajustado pela Oferta”, a capitalização da Companhia ajustada para refletir os recursos líquidos que a Companhia estima receber com a Oferta, no montante de R\$736.732.859,60, sem considerar as Debêntures Suplementares e as Debêntures Adicionais, e após a dedução das comissões e despesas que a Companhia antecipa ter de pagar no âmbito da Oferta.

Os potenciais investidores devem ler essa seção em conjunto com as demonstrações financeiras e informações trimestrais da Companhia e respectivas notas explicativas incorporadas por referência a este Prospecto, e as seções “3. Informações Financeiras Seleccionadas” e “10. Comentários dos Diretores” do Formulário de Referência também incorporado por referência a este Prospecto.

	<b>Em 30 de setembro de 2013</b>	
	<b>Efetivo</b>	<b>Ajustado pela Oferta</b>
	(em milhões de R\$)	
Empréstimos e Financiamentos – Circulante <sup>(1)</sup> .....	6.853	6.853
Empréstimos e Financiamentos – Não Circulante.....	58.971	59.708
Patrimônio Líquido .....	168.592	168.592
Capitalização Total <sup>(2)</sup> .....	234.416	235.153

<sup>(1)</sup> Corresponde à parcela circulante do “Empréstimos e Financiamentos – Não Circulante”.

<sup>(2)</sup> A capitalização total é a soma do “Empréstimos e Financiamentos – Circulante” e do “Empréstimos e Financiamentos – Não Circulante” com o “Patrimônio Líquido” da Companhia.

(Esta página foi intencionalmente deixada em branco)

## **ANEXOS**

---

Escritura de Emissão das Debêntures

Atos Societários da Companhia Relativos à Emissão

Súmulas de Classificação de Risco

Declarações de Veracidade da Companhia e do Coordenador Líder

Estatuto Social da Companhia

(Esta página foi intencionalmente deixada em branco)

---

**Escritura de Emissão das Debêntures**

(Esta página foi intencionalmente deixada em branco)





08

INSTRUMENTO PARTICULAR DE ESCRITURA DE EMISSÃO PÚBLICA DE  
DEBÊNTURES SIMPLES, NÃO CONVERSÍVEIS EM AÇÕES, DA  
ESPÉCIE QUIROGRAFÁRIA, DA OITAVA EMISSÃO DE VALE S.A.

Celebram este "Instrumento Particular de Escritura de Emissão Pública de Debêntures Simples, Não Conversíveis em Ações, da Espécie Quirografária, da Oitava Emissão de Vale S.A." ("Escritura de Emissão"):

- I. como emissora e ofertante das debêntures objeto desta Escritura de Emissão ("Debêntures");

VALE S.A., sociedade por ações com registro de emissor de valores mobiliários perante a Comissão de Valores Mobiliários ("CVM"), com sede na Cidade do Rio de Janeiro, Estado do Rio de Janeiro, na Avenida Graça Aranha 26, inscrita no Cadastro Nacional da Pessoa Jurídica do Ministério da Fazenda ("CNPJ") sob o n.º 33.592.510/0001-54, com seus atos constitutivos registrados perante a Junta Comercial do Estado do Rio de Janeiro ("JUCERJA") sob o NIRE 33.300.019.766, neste ato representada nos termos de seu estatuto social ("Companhia"); e

- II. como agente fiduciário, nomeado nesta Escritura de Emissão, representando a comunhão dos titulares das Debêntures da Primeira Série (conforme definido abaixo) ("Debenturistas da Primeira Série"), dos titulares das Debêntures da Segunda Série (conforme definido abaixo) ("Debenturistas da Segunda Série"), dos titulares das Debêntures da Terceira Série (conforme definido abaixo) ("Debenturistas da Terceira Série") e dos titulares das Debêntures da Quarta Série (conforme definido abaixo) ("Debenturistas da Quarta Série", e, em conjunto com os Debenturistas da Primeira Série, os Debenturistas da Segunda Série e os Debenturistas da Terceira Série, "Debenturistas"), observado o disposto nesta Escritura de Emissão:

PENTÁGONO S.A. DISTRIBUIDORA DE TÍTULOS E VALORES MOBILIÁRIOS, instituição financeira com sede na Cidade do Rio de Janeiro, Estado do Rio de Janeiro, na Avenida das Américas 4200, bloco 4, sala 514, Barra da Tijuca, inscrita no CNPJ sob o n.º 17.343.682/0001-38, neste ato representada nos termos de seu estatuto social ("Agente Fiduciário");

que resolvem celebrar esta Escritura de Emissão, de acordo com os seguintes termos e condições:

1. AUTORIZAÇÃO

- 1.1 A emissão das Debêntures, nos termos da Lei n.º 6.404, de 15 de dezembro de 1976, conforme alterada ("Lei das Sociedades por Ações") ("Emissão"), a oferta pública de distribuição das Debêntures, nos

Junta Comercial do Estado do Rio de Janeiro  
Empresa: VALE SA  
Nire: 33300019766  
Protocolo: 0020135543347 - 04/12/2013  
CERTIFICADO O DEFERIMENTO EM 08/12/2013, E O REGISTRO SOB O NIRE E DATA ASSINADO  
Autenticação: 482831DA32EC0A79D15DE55EE268E5FE426A24E80F9C47BFF66E5C9FED9172D4C  
Arquivamento: ED000472 - 0000

Valério G. M. Serra  
Secretário Geral





08

termos da Lei n.º 6.385, de 7 de dezembro de 1976, conforme alterada ("Lei do Mercado de Valores Mobiliários"), da Instrução CVM n.º 400, de 29 de dezembro de 2003, conforme alterada ("Instrução CVM 400"), e das demais disposições legais e regulamentares aplicáveis ("Oferta"), e a celebração desta Escritura de Emissão e do Contrato de Distribuição (conforme definido abaixo), serão realizadas com base nas deliberações da reunião do conselho de administração da Companhia realizada em 28 de novembro de 2013 ("RCA").

## 2. REQUISITOS

2.1 A Emissão, a Oferta e a celebração desta Escritura de Emissão e do Contrato de Distribuição serão realizadas com observância aos seguintes requisitos:

- I. *arquivamento e publicação das atas dos atos societários.* Nos termos do artigo 62, inciso I, da Lei das Sociedades por Ações, a ata da RCA será arquivada na JUCERJA e publicada no Diário Oficial do Estado do Rio de Janeiro ("DOERJ") e nos jornais "Valor Econômico" e "Jornal do Commercio";
- II. *inscrição desta Escritura de Emissão.* Nos termos do artigo 62, inciso II e parágrafo 3º, da Lei das Sociedades por Ações, esta Escritura de Emissão e seus aditamentos serão inscritos na JUCERJA;
- III. *registro para distribuição.* As Debêntures serão registradas para distribuição no mercado primário por meio (a) do MDA – Módulo de Distribuição de Ativos ("MDA"), administrado e operacionalizado pela CETIP S.A. – Mercados Organizados ("CETIP"), sendo a distribuição das Debêntures liquidada financeiramente por meio da CETIP; e (b) do DDA – Sistema de Distribuição de Ativos ("DDA"), administrado e operacionalizado pela BM&FBOVESPA S.A. – Bolsa de Valores, Mercadorias e Futuros ("BM&FBOVESPA"), sendo a distribuição liquidada financeiramente por meio da BM&FBOVESPA;
- IV. *registro para negociação e custódia eletrônica.* As Debêntures serão registradas para negociação no mercado secundário por meio (a) do Módulo CETIP21 – Títulos e Valores Mobiliários ("CETIP21"), administrado e operacionalizado pela CETIP, sendo as negociações das Debêntures liquidadas financeiramente por meio da CETIP e as Debêntures custodiadas eletronicamente na CETIP; e (b) do Sistema de Negociação de Títulos de Renda Fixa BOVESPAFIX ("BOVESPAFIX"), administrado e operacionalizado pela BM&FBOVESPA, sendo as negociações das

Junta Comercial do Estado do Rio de Janeiro  
Empresa: VALE SA  
Nire: 33300019788  
Protocolo: 0020135543347 - 04/12/2013  
CERTIFICADO O DEFERIMENTO EM 08/12/2013, E O REGISTRO SOB O NIRE E DATA ABaixo.  
Autenticação: 482831DA32EC0A79D15DE55EE268E5FE428A24E80F9C47BF68E9C9FB09172D4C  
Arquivamento: ED000472 - 0000

2

Valéria G. M. Serra  
Secretária Geral



21



10

Debêntures liquidadas financeiramente por meio da BM&FBOVESPA e as Debêntures custodiadas eletronicamente na BM&FBOVESPA;

- V. *registro pela CVM.* A Oferta será registrada pela CVM, nos termos da Lei do Mercado de Valores Mobiliários, da Instrução CVM 400 e das demais disposições legais e regulamentares aplicáveis, observado especialmente o procedimento de concessão automática de registro de oferta pública de distribuição de valores mobiliários emitidos por emissoras com grande exposição ao mercado, conforme o disposto nos artigos 6º-A e 6º-B da Instrução CVM 400;
- VI. *registro pela ANBIMA.* A Oferta será objeto de registro pela ANBIMA – Associação Brasileira das Entidades dos Mercados Financeiro e de Capitais ("ANBIMA"), no âmbito do "Código ANBIMA de Regulação e Melhores Práticas para as Ofertas Públicas de Distribuição e Aquisição de Valores Mobiliários" ("Código ANBIMA"); e
- VII. *enquadramento das Debêntures no artigo 2º da Lei 12.431.* As características das Debêntures se enquadram nos termos do artigo 2º da Lei n.º 12.431, de 24 de junho de 2011, conforme alterada ("Lei 12.431"), possuindo as Debêntures todas as características necessárias para atender aos requisitos previstos na Lei 12.431.

3. OBJETO SOCIAL DA COMPANHIA

- 3.1 A Companhia tem por objeto social (i) realizar o aproveitamento de jazidas minerais no território nacional e no exterior, através da pesquisa, exploração, extração, beneficiamento, industrialização, transporte, embarque e comércio de bens minerais; (ii) construir ferrovias, operar e explorar o tráfego ferroviário próprio ou de terceiros; (iii) construir e operar terminais marítimos próprios ou de terceiros, bem como explorar as atividades de navegação e de apoio portuário; (iv) prestar serviços de logística integrada de transporte de carga, compreendendo a captação, armazenagem, transbordo, distribuição e entrega no contexto de um sistema multimodal de transporte; (v) produzir, beneficiar, transportar, industrializar e comercializar toda e qualquer fonte e forma de energia, podendo, ainda, atuar na produção, geração, transmissão, distribuição e comercialização de seus produtos, derivados e subprodutos; (vi) exercer, no País ou no exterior, outras atividades que possam interessar, direta ou indiretamente, à realização do objeto social, inclusive pesquisa, industrialização, compra e venda, importação e exportação, bem como a exploração, industrialização e comercialização de recursos florestais e a prestação de serviços de qualquer natureza; e (vii) constituir ou participar, sob qualquer modalidade, de outras sociedades, consórcios ou entidades cujos

Junta Comercial do Estado do Rio de Janeiro  
Empresa: VALE SA  
Nire: 33300019768  
Protocolo: 0020135543347 - 04/12/2013  
CERTIFICADO DE DEFERIMENTO EM 08/12/2013, E O REGISTRO SOB O NIRE E DATA ABaixo  
Autenticação: 482831DA32EC0A79D15DE55EE288E5FE428A24E80F9C47BFB8E8C9F8047D4C  
Arquivamento: ED000472 - 0000

3

Valéria G. M. Serra  
Secretária Geral





objetos sociais sejam direta ou indiretamente, vinculados, acessórios ou instrumentais ao seu objeto social.

4. DESTINAÇÃO DOS RECURSOS E PROCEDIMENTO SIMPLIFICADO DE ALOCAÇÃO DE RECURSOS

- 4.1 Os recursos líquidos obtidos pela Companhia com a Emissão serão integralmente destinados ao uso com ou ao reembolso de gastos, despesas e/ou dívidas relacionados aos projetos de investimento em infraestrutura da Companhia considerados prioritários, nos termos do artigo 2º da Lei 12.431, do Decreto n.º 7.603, de 9 de novembro de 2011, e da Portaria do Ministério dos Transportes a ser emitida e publicada no Diário Oficial da União, descritos nos Prospectos (conforme definido abaixo).

5. CARACTERÍSTICAS DA OFERTA

- 5.1 *Colocação.* As Debêntures serão objeto de oferta pública de distribuição, nos termos da Lei do Mercado de Valores Mobiliários, da Instrução CVM 400 e das demais disposições legais e regulamentares aplicáveis, nos termos do "Contrato de Coordenação e Distribuição Pública de Debêntures Simples, Não Conversíveis em Ações, da Espécie Quirografária, da Oitava Emissão de Vale S.A." ("Contrato de Distribuição"), com a intermediação de instituições integrantes do sistema de distribuição de valores mobiliários ("Coordenadores", sendo a instituição intermediária líder, "Coordenador Líder") e das demais Instituições Participantes da Oferta (conforme definido no Contrato de Distribuição), sob (i) o regime de garantia firme de colocação, a ser prestada pelos Coordenadores de forma individual e não solidária, com relação à totalidade das Debêntures, sem considerar as Debêntures Suplementares (conforme definido abaixo) e as Debêntures Adicionais (conforme definido abaixo); e (ii) o regime de melhores esforços de colocação, com relação às Debêntures Suplementares e às Debêntures Adicionais.
- 5.2 *Coleta de Intenções de Investimento.* Será adotado o procedimento de coleta de intenções de investimento, organizado pelos Coordenadores, nos termos do artigo 23, parágrafo 1º, e do artigo 44 da Instrução CVM 400, sem recebimento de reservas, sem lotes mínimos ou máximos, para a definição, com a Companhia ("Procedimento de Bookbuilding"):
- I. da realização da Emissão em série única ou em 2 (duas), 3 (três) ou 4 (quatro) séries, e da emissão e da quantidade de Debêntures da Primeira Série, de Debêntures da Segunda Série, de Debêntures da Terceira Série e/ou de Debêntures da Quarta Série, observados os limites previstos na Cláusula 6.5 abaixo; e

Junta Comercial do Estado do Rio de Janeiro  
Empresa: VALE SA  
NIRE: 33300019798  
Protocolo: 0020135543347 - 04/12/2013  
CERTIFICO O DEFERIMENTO EM 06/12/2013, E O REGISTRO SOB O NIRE E DATA ABAXO.  
Autenticação: 482831DA32EC0A79D15DE55EE268E5FE428A24E80F9C47BF88E8C9FB0A92D4C  
Arquivamento: ED000472 - 0000

4

Valéria G. M. Serra  
Secretária Geral





12

- II. da Remuneração da Primeira Série (conforme definido abaixo), observado o limite previsto na Cláusula 6.14 abaixo, inciso II, da Remuneração da Segunda Série (conforme definido abaixo), observado o limite previsto na Cláusula 6.15 abaixo, inciso II, da Remuneração da Terceira Série (conforme definido abaixo), observado o limite previsto na Cláusula 6.16 abaixo, inciso II, e da Remuneração da Quarta Série (conforme definido abaixo), observado o limite previsto na Cláusula 6.17 abaixo, inciso II.
- 5.2.1 O resultado do Procedimento de *Bookbuilding* será ratificado por meio de aditamento a esta Escritura de Emissão, a ser celebrado anteriormente à data de concessão do registro da Oferta pela CVM, independentemente de qualquer aprovação societária adicional da Companhia, e será divulgado por meio do anúncio de início da Oferta ("Anúncio de Início"), nos termos do artigo 23, parágrafo 2º, da Instrução CVM 400.
- 5.3 *Prazo de Subscrição.* Respeitados (i) o atendimento dos requisitos a que se refere a Cláusula 2 acima e as disposições do Contrato de Distribuição; (ii) a concessão do registro da Oferta pela CVM; (iii) a publicação do Anúncio de Início; e (iv) a disponibilização, aos investidores, do prospecto definitivo da Oferta, que incorpora por referência o formulário de referência, elaborado pela Companhia em conformidade com a Instrução CVM n.º 480, de 7 de dezembro de 2009, conforme alterada ("Instrução CVM 480") ("Formulário de Referência") (em conjunto, "Prospecto Definitivo"), as Debêntures serão subscritas, a qualquer tempo, em até 6 (seis) meses contados da data de publicação do Anúncio de Início ou até a data de publicação do anúncio de encerramento da Oferta, o que ocorrer primeiro.
- 5.4 *Forma de Subscrição e de Integralização e Preço de Integralização.* As Debêntures serão subscritas e integralizadas por meio do MDA e do DDA, à vista, no ato da subscrição ("Data de Integralização"), e em moeda corrente nacional, pelo Valor Nominal Unitário (conforme definido abaixo), acrescido da Remuneração (conforme definido abaixo) aplicável, calculada *pro rata temporis* desde a 1ª (primeira) Data de Integralização ("Primeira Data de Integralização") da respectiva série até a respectiva Data de Integralização.
- 5.5 *Negociação.* As Debêntures serão registradas para negociação no mercado secundário por meio do CETIP21 e do BOVESPAFIX.
6. CARACTERÍSTICAS DA EMISSÃO E DAS DEBÊNTURES
- 6.1 *Número da Emissão.* As Debêntures representam a oitava emissão pública de debêntures da Companhia.
- 6.2 *Valor Total da Emissão.* O valor total da Emissão será de R\$750.000.000,00 (setecentos e cinquenta milhões de reais), na Data de Emissão (conforme

5

Junta Comercial do Estado do Rio de Janeiro  
Empresa: VALE SA  
Nire: 33300019768  
Protocolo: 0020135543347 - 04/12/2013  
CERTIFICO O DEFERIMENTO EM 08/12/2013, E O REGISTRO SOB O NIRE E DATA ABAIXO  
Autenticação: 482831DA32EC0A79D15DE55EE288E5FE428A24E80F9C47BF68E6C9FB091720C  
Arquivamento: ED000472 - 0000

Valéria G. M. Serra  
Secretária Geral





B

definido abaixo), sem considerar as Debêntures Suplementares e as Debêntures Adicionais.

- 6.3 *Quantidade.* Serão emitidas 750.000 (setecentos e cinquenta mil) Debêntures, sem considerar as Debêntures Suplementares e as Debêntures Adicionais, observado o disposto na Cláusula 6.5 abaixo.
- 6.3.1 Nos termos do artigo 24 da Instrução CVM 400, a quantidade de Debêntures inicialmente ofertada (sem considerar as Debêntures Adicionais) poderá ser acrescida em até 15% (quinze por cento), ou seja, em até 112.500 (cento e doze mil e quinhentos) Debêntures suplementares, nas mesmas condições das Debêntures inicialmente ofertadas ("Debêntures Suplementares"), destinadas a atender a um excesso de demanda que eventualmente seja constatado no decorrer da Oferta, conforme opção a ser outorgada pela Companhia aos Coordenadores no Contrato de Distribuição, que somente poderá ser exercida pelos Coordenadores em comum acordo com a Companhia até a data de conclusão do Procedimento de *Bookbuilding*. A critério dos Coordenadores e da Companhia, conforme excesso de demanda verificado pelo Procedimento de *Bookbuilding*, as Debêntures Suplementares poderão ser alocadas como Debêntures da Primeira Série, como Debêntures da Segunda Série, como Debêntures da Terceira Série e/ou como Debêntures da Quarta Série.
- 6.3.2 Nos termos do artigo 14, parágrafo 2º, da Instrução CVM 400, a quantidade de Debêntures inicialmente ofertada (sem considerar as Debêntures Suplementares) poderá ser acrescida em até 20% (vinte por cento), ou seja, em até 150.000 (cento e cinquenta mil) Debêntures adicionais, nas mesmas condições das Debêntures inicialmente ofertadas ("Debêntures Adicionais"), que somente poderão ser emitidas pela Companhia em comum acordo com os Coordenadores até a data de conclusão do Procedimento de *Bookbuilding*. A critério dos Coordenadores e da Companhia, conforme verificado pelo Procedimento de *Bookbuilding*, as Debêntures Adicionais poderão ser alocadas como Debêntures da Primeira Série, como Debêntures da Segunda Série, como Debêntures da Terceira Série e/ou como Debêntures da Quarta Série.
- 6.4 *Valor Nominal Unitário.* As Debêntures terão valor nominal unitário de R\$1.000,00 (um mil reais), na Data de Emissão ("Valor Nominal Unitário").
- 6.5 *Séries.* A Emissão será realizada em até 4 (quatro) séries, no sistema de vasos comunicantes ("Sistema de Vasos Comunicantes"), sendo que a quantidade de Debêntures a ser alocada em cada série será definida conforme o Procedimento de *Bookbuilding*, nos termos da Cláusula 5.2 acima, observado que o somatório das Debêntures da primeira série ("Debêntures da Primeira Série"), das Debêntures da segunda série ("Debêntures da Segunda Série"), das Debêntures da terceira série ("Debêntures da Terceira Série") e das Debêntures da quarta série ("Debêntures da Quarta Série") não poderá

Junta Comercial do Estado do Rio de Janeiro  
Empresa: VALE SA  
Nire: 33300019788  
Protocolo: 0020135543347 - 04/12/2013  
CERTIFICADO O DEFERIMENTO EM 06/12/2013, E O REGISTRO SOB O NIRE E DATA ABAIXO.  
Autenticação: 482831DA32EC0A79D15DE55EE268E5FE428A24E80F9C47BF66E8B5EB09472D4C  
Arquivamento: ED000472 - 0000

6

Valérie G. M. Serra  
Secretária Geral



13



14

- exceder a quantidade prevista na Cláusula 6.3 acima, sem considerar as Debêntures Suplementares e as Debêntures Adicionais.
- 6.5.1 De acordo com o Sistema de Vasos Comunicantes, a quantidade de Debêntures emitida em uma das séries deverá ser abatida da quantidade total de Debêntures prevista na Cláusula 6.3 acima, e também da quantidade total a ser emitida nas eventuais séries subsequentes. As Debêntures serão alocadas entre as séries de forma a atender a demanda verificada no Procedimento de *Bookbuilding*. Não haverá quantidade mínima ou máxima de Debêntures ou valor mínimo ou máximo para alocação entre séries, sendo que qualquer das séries poderá não ser emitida, caso em que a totalidade das Debêntures será emitida na(s) série(s) remanescente(s), nos termos acordados ao final do Procedimento de *Bookbuilding*.
- 6.5.2 Ressalvadas as referências expressas às Debêntures da Primeira Série, às Debêntures da Segunda Série, às Debêntures da Terceira Série ou às Debêntures da Quarta Série, todas as referências às "Debêntures" devem ser entendidas como referências às Debêntures da Primeira Série, às Debêntures da Segunda Série, às Debêntures da Terceira Série e às Debêntures da Quarta Série, em conjunto.
- 6.6 *Forma e Comprovação de Titularidade.* As Debêntures serão emitidas sob a forma nominativa, escritural, sem emissão de certificados ou cautelas, sendo que, para todos os fins de direito, a titularidade das Debêntures será comprovada pelo extrato de conta de depósito emitido pelo Escriturador (conforme definido abaixo), e, adicionalmente, (i) com relação às Debêntures que estiverem custodiadas eletronicamente na CETIP, será expedido por esta extrato em nome do Debenturista, que servirá de comprovante de titularidade de tais Debêntures; e (ii) com relação às Debêntures que estiverem custodiadas eletronicamente na BM&FBOVESPA, será expedido por esta extrato em nome do Debenturista, que servirá de comprovante de titularidade de tais Debêntures.
- 6.7 *Escriturador Mandatário.* A instituição prestadora de serviços de escrituração das Debêntures é a Itaú Corretora de Valores S.A., instituição financeira com sede na Cidade de São Paulo, Estado de São Paulo, na Avenida Brigadeiro Faria Lima 3400, 10º andar, inscrita no CNPJ sob o n.º 61.194.353/0001-64 ("Escriturador").
- 6.8 *Banco Liquidante.* A instituição prestadora de serviços de banco liquidante das Debêntures é o Itaú Unibanco S.A., instituição financeira com escritório na Cidade de São Paulo, Estado de São Paulo, na Praça Alfredo Egydio de Souza Aranha 100, Torre Olavo Setubal, inscrita no CNPJ sob o n.º 60.701.190/0001-04 ("Banco Liquidante").

Junta Comercial do Estado do Rio de Janeiro  
Empresa: VALE SA  
NIRE: 33300019786  
Protocolo: 0020135843347 - 04/12/2013  
CERTIFICADO DE DEFERIMENTO EM 06/12/2013, E O REGISTRO SOB O NIRE E DATA  
Autenticação: 482831DA32EC0A79D15DE5SEE268E5FE428A24E80FBC47BF86EBC9F805172D4C  
Arquivamento: ED000472 - 0000

7



  
Valéria G. M. Serra  
Secretária Geral







15/8

- 6.9 *Conversibilidade e Permutabilidade.* As Debêntures não serão conversíveis em ações de emissão da Companhia e nem permutáveis em ações de emissão de outra sociedade.
- 6.10 *Espécie.* As Debêntures serão da espécie quirografária, nos termos do artigo 58 da Lei das Sociedades por Ações, não contando com garantia real ou fidejussória, ou qualquer segregação de bens da Companhia para garantir os Debenturistas em caso de necessidade de execução judicial ou extrajudicial das obrigações da Companhia decorrentes das Debêntures e desta Escritura de Emissão, e não conferindo qualquer privilégio, especial ou geral, aos Debenturistas.
- 6.11 *Data de Emissão.* Para todos os efeitos legais, a data de emissão das Debêntures será 15 de janeiro de 2014 ("Data de Emissão").
- 6.12 *Prazo e Data de Vencimento.* Ressalvadas as hipóteses de resgate antecipado das Debêntures, conforme aplicável, e/ou de vencimento antecipado das obrigações decorrentes das Debêntures, nos termos previstos nesta Escritura de Emissão, o prazo:
- I. das Debêntures da Primeira Série será de 7 (sete) anos, contados da Data de Emissão, vencendo-se, portanto, em 15 de janeiro de 2021 ("Data de Vencimento da Primeira Série");
  - II. das Debêntures da Segunda Série será de 10 (dez) anos, contados da Data de Emissão, vencendo-se, portanto, em 15 de janeiro de 2024 ("Data de Vencimento da Segunda Série");
  - III. das Debêntures da Terceira Série será de 12 (doze) anos, contados da Data de Emissão, vencendo-se, portanto, em 15 de janeiro de 2026 ("Data de Vencimento da Terceira Série"); e
  - IV. das Debêntures da Quarta Série será de 15 (quinze) anos, contados da Data de Emissão, vencendo-se, portanto, em 15 de janeiro de 2029 ("Data de Vencimento da Quarta Série").
- 6.13 *Pagamento do Valor Nominal Unitário.* Sem prejuízo dos pagamentos em decorrência de resgate antecipado das Debêntures, conforme aplicável, e/ou de vencimento antecipado das obrigações decorrentes das Debêntures, nos termos previstos nesta Escritura de Emissão:
- I. o Valor Nominal Unitário de cada uma das Debêntures da Primeira Série, atualizado pela Atualização Monetária da Primeira Série, será amortizado em 2 (duas) parcelas anuais e sucessivas, na seguinte ordem:
    - (a) a primeira parcela, no valor correspondente a 50% (cinquenta por cento) do Valor Nominal Unitário de cada uma das Debêntures da Primeira Série, atualizado pela Atualização

8

Junta Comercial do Estado do Rio de Janeiro  
Empresa: VALE SA  
Nire: 33300019788  
Protocolo: 0020135543347 - 04/12/2013  
CERTIFICADO O DEFERIMENTO EM 06/12/2013, E O REGISTRO SOB O NIRE E DATA ABACO  
Autenticação: 482831DA32EC0A79D15DE5EE268E5FE428A24E80F8C47BF86E8C9FB9772D4C  
Arquivamento: ED000472 - 0000

Valéria G. M. Serra  
Secretária Geral



15/8





16

Monetária da Primeira Série, devida em 15 de janeiro de 2020;  
e

- (b) a segunda parcela, no valor correspondente a 50% (cinquenta por cento) do Valor Nominal Unitário de cada uma das Debêntures da Primeira Série, atualizado pela Atualização Monetária da Primeira Série, devida na Data de Vencimento da Primeira Série;

II. o Valor Nominal Unitário de cada uma das Debêntures da Segunda Série, atualizado pela Atualização Monetária da Segunda Série, será amortizado em 3 (três) parcelas anuais e sucessivas, na seguinte ordem:

- (a) a primeira parcela, no valor correspondente a 33,33% (trinta e três inteiros e trinta e três centésimos por cento) do Valor Nominal Unitário de cada uma das Debêntures da Segunda Série, atualizado pela Atualização Monetária da Segunda Série, devida em 15 de janeiro de 2022;
- (b) a segunda parcela, no valor correspondente a 33,33% (trinta e três inteiros e trinta e três centésimos por cento) do Valor Nominal Unitário de cada uma das Debêntures da Segunda Série, atualizado pela Atualização Monetária da Segunda Série, devida em 15 de janeiro de 2023; e
- (c) a terceira parcela, no valor correspondente ao saldo devedor do Valor Nominal Unitário de cada uma das Debêntures da Segunda Série, atualizado pela Atualização Monetária da Segunda Série, devida na Data de Vencimento da Segunda Série;

III. o Valor Nominal Unitário de cada uma das Debêntures da Terceira Série, atualizado pela Atualização Monetária da Terceira Série, será amortizado em 3 (três) parcelas anuais e sucessivas, na seguinte ordem:

- (a) a primeira parcela, no valor correspondente a 33,33% (trinta e três inteiros e trinta e três centésimos por cento) do Valor Nominal Unitário de cada uma das Debêntures da Terceira Série, atualizado pela Atualização Monetária da Terceira Série, devida em 15 de janeiro de 2024;
- (b) a segunda parcela, no valor correspondente a 33,33% (trinta e três inteiros e trinta e três centésimos por cento) do Valor Nominal Unitário de cada uma das Debêntures da Terceira Série, atualizado pela Atualização Monetária da Terceira Série, devida em 15 de janeiro de 2025; e

9

Junta Comercial do Estado do Rio de Janeiro  
Empresa : VALE SA  
Nire : 33300019788  
Protocolo : 0020135543347 - 04/12/2013  
CERTIFICADO O DEFERIMENTO EM 06/12/2013, E O REGISTRO SOB O NIRE E DATA ABaixo  
Autenticação : 482831DA32EC0A79D15DE55EE288E5FE428A24E80F9C47BF66E8C9FB0B77294C  
Arquivamento : ED000472 - 0000

Valéria G. M. Serra  
Secretária Geral



16



17

- (c) a terceira parcela, no valor correspondente ao saldo devedor do Valor Nominal Unitário de cada uma das Debêntures da Terceira Série, atualizado pela Atualização Monetária da Terceira Série, devida na Data de Vencimento da Terceira Série; e

IV. o Valor Nominal Unitário de cada uma das Debêntures da Quarta Série, atualizado pela Atualização Monetária da Quarta Série, será amortizado em 6 (seis) parcelas anuais e sucessivas, na seguinte ordem:

- (a) a primeira parcela, no valor correspondente a 16,66% (dezesesseis inteiros e sessenta e seis centésimos por cento) do Valor Nominal Unitário de cada uma das Debêntures da Quarta Série, atualizado pela Atualização Monetária da Quarta Série, devida em 15 de janeiro de 2024;
- (b) a segunda parcela, no valor correspondente a 16,66% (dezesesseis inteiros e sessenta e seis centésimos por cento) do Valor Nominal Unitário de cada uma das Debêntures da Quarta Série, atualizado pela Atualização Monetária da Quarta Série, devida em 15 de janeiro de 2025;
- (c) a terceira parcela, no valor correspondente a 16,66% (dezesesseis inteiros e sessenta e seis centésimos por cento) do Valor Nominal Unitário de cada uma das Debêntures da Quarta Série, atualizado pela Atualização Monetária da Quarta Série, devida em 15 de janeiro de 2026;
- (d) a quarta parcela, no valor correspondente a 16,66% (dezesesseis inteiros e sessenta e seis centésimos por cento) do Valor Nominal Unitário de cada uma das Debêntures da Quarta Série, atualizado pela Atualização Monetária da Quarta Série, devida em 15 de janeiro de 2027;
- (e) a quinta parcela, no valor correspondente a 16,66% (dezesesseis inteiros e sessenta e seis centésimos por cento) do Valor Nominal Unitário de cada uma das Debêntures da Quarta Série, atualizado pela Atualização Monetária da Quarta Série, devida em 15 de janeiro de 2028; e
- (f) a sexta parcela, no valor correspondente ao saldo devedor do Valor Nominal Unitário de cada uma das Debêntures da Quarta Série, atualizado pela Atualização Monetária da Quarta Série, devida na Data de Vencimento da Quarta Série.

6.14 *Remuneração da Primeira Série.* A remuneração de cada uma das Debêntures da Primeira Série será a seguinte:

10

Junta Comercial do Estado do Rio de Janeiro  
Empresa: VALE SA  
NIRE: 33300016786  
Protocolo: 0020135543347 - 04/12/2013  
CERTIFICO O DEFERIMENTO EM 08/12/2013, E O REGISTRO SOB O NIRE E DATA ABAIXO  
Autenticação: 482831DA32EC0A79D15DE55EE268E5FE428A24E80F9C47BF86E5C9FB08172D4C  
Arquivamento: ED000472 - 0000

Valéria G. M. Serra  
Secretária Geral



17



18 f

1. atualização monetária: o Valor Nominal Unitário de cada uma das Debêntures da Primeira Série será atualizado pela variação do Índice Nacional de Preços ao Consumidor Amplo, divulgado pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística ("IPCA"), calculada de forma exponencial e cumulativa *pro rata temporis*, desde a Primeira Data de Integralização das Debêntures da Primeira Série até a data de seu efetivo pagamento, sendo o produto da atualização incorporado ao Valor Nominal Unitário de cada uma das Debêntures da Primeira Série automaticamente ("Atualização Monetária da Primeira Série"). O Valor Nominal Unitário das Debêntures da Primeira Série, atualizado pela Atualização Monetária da Primeira Série, será calculado de acordo com a seguinte fórmula:

$$VNa = VNe \times C, \text{ onde:}$$

VNa = Valor Nominal Unitário ou saldo devedor do Valor Nominal Unitário, conforme o caso, de cada uma das Debêntures da Primeira Série, atualizado pela Atualização Monetária da Primeira Série, calculado com 8 (oito) casas decimais, sem arredondamento;

VNe = Valor Nominal Unitário ou saldo devedor do Valor Nominal Unitário, conforme o caso, de cada uma das Debêntures da Primeira Série, calculado com 8 (oito) casas decimais, sem arredondamento;

C = fator acumulado das variações mensais do IPCA, calculado com 8 (oito) casas decimais, sem arredondamento, apurado da seguinte forma:

$$C = \prod_{k=1}^n \left[ \left( \frac{NI_k}{NI_{k-1}} \right)^{\frac{360}{at}} \right], \text{ onde:}$$

n = número total de números-índices do IPCA considerados na atualização monetária de cada uma das Debêntures da Primeira Série, sendo "n" um número inteiro;

NI<sub>k</sub> = valor do número-índice do IPCA do mês anterior ao mês de atualização, caso a atualização seja em data anterior ou na própria data de aniversário das Debêntures da Primeira Série. Após a data de aniversário, o valor do número-índice do IPCA do mês de atualização;

NI<sub>k-1</sub> = valor do número-índice do IPCA do mês anterior ao mês "k";

11

Junta Comercial do Estado do Rio de Janeiro  
Empresa : VALE SA  
Nire : 33300019798  
Protocolo : 0020135543347 - 04/12/2013  
CERTIFICO O DEFERIMENTO EM 06/12/2013, E O REGISTRO SOB O NIRE E DATA ABAIXO.  
Autenticação : 482831DA32EC0A79D15DE55EE288E5FE426A24E80F9C47BF68E6C9FB09172D4C  
Arquivamento : ED000472 - 0000

Valéria G. M. Serra  
Secretária Geral



18 f



19

dup = número de dias úteis entre a Primeira Data de Integralização das Debêntures da Primeira Série ou a última data de aniversário, conforme o caso, e a data de cálculo, limitado ao número total de dias úteis de vigência do IPCA, sendo "dup" um número inteiro; e

dut = número de dias úteis entre a última data de aniversário e a data de aniversário imediatamente subsequente, sendo "dut" um número inteiro.

A aplicação da Atualização Monetária da Primeira Série incidirá no menor período permitido pela legislação em vigor, sem necessidade de ajuste a esta Escritura de Emissão ou qualquer outra formalidade.

$$\left( \frac{NI_k}{NI_{k-1}} \right)^{\frac{dup}{360}}$$

Os fatores resultantes das expressões  $\left( \frac{NI_k}{NI_{k-1}} \right)^{\frac{dup}{360}}$  são considerados com 8 (oito) casas decimais, sem arredondamento. O produtório é executado a partir do fator mais recente, acrescentando-se, em seguida, os mais remotos. Os resultados intermediários são calculados com 16 (dezesesseis) casas decimais, sem arredondamento.

Considera-se data de aniversário todo dia 15 (quinze) de cada mês.

Considera-se como mês de atualização o período mensal compreendido entre duas datas de aniversário consecutivas.

Os valores dos finais de semana ou feriados serão iguais ao valor do Dia Útil (conforme definido abaixo) subsequente.

O IPCA deverá ser utilizado considerando idêntico número de casas decimais ao divulgado pelo órgão responsável por seu cálculo; e

- II. juros remuneratórios: sobre o saldo devedor do Valor Nominal Unitário de cada uma das Debêntures da Primeira Série, atualizado pela Atualização Monetária da Primeira Série, incidirão juros remuneratórios prefixados correspondentes a um determinado percentual ao ano, base 252 (duzentos e cinquenta e dois) dias úteis, a ser definido de acordo com o Procedimento de *Bookbuilding*, e, em qualquer caso, limitado a 0,40% (quarenta centésimos por cento) ao ano, base 252 (duzentos e cinquenta e dois) dias úteis, acrescidos exponencialmente à média aritmética das taxas internas de retorno da Nota do Tesouro Nacional, série B – NTN-B ("NTN-B"), com vencimento em 2020, que deverão ser as cotações indicativas divulgadas pela ANBIMA, a serem apuradas no fechamento do 3º (terceiro), 4º (quarto) e 5º (quinto) Dias Úteis imediatamente anteriores à data de realização do Procedimento de *Bookbuilding* (excluindo-se a data de realização do Procedimento de *Bookbuilding* no cômputo de dias) ("Juros da Primeira Série", e, em conjunto com

12

Junta Comercial do Estado do Rio de Janeiro  
Empresa: VALE SA  
NIRE: 33300019788  
Protocolo: 0020135543347 - 04/12/2013  
CERTIFICO O DEFERIMENTO EM 08/12/2013, E O REGISTRO SOB O NIRE E DATA ABAIXO.  
Autenticação: 482631DA32EC0A79D15DESSEEE268E5FE428A24E80F9C47BF88E8C9FB091720AC  
Arquivamento: ED000472 - 0000

Valéria G. M. Serra  
Secretária Geral





20 f

a Atualização Monetária da Primeira Série, "Remuneração da Primeira Série"), calculados de forma exponencial e cumulativa *pro rata temporis* por dias úteis decorridos, desde a Primeira Data de Integralização das Debêntures da Primeira Série ou a data de pagamento de Juros da Primeira Série imediatamente anterior, conforme o caso, até a data do efetivo pagamento. Sem prejuízo dos pagamentos em decorrência de resgate antecipado das Debêntures, conforme aplicável, e/ou de vencimento antecipado das obrigações decorrentes das Debêntures, nos termos previstos nesta Escritura de Emissão, os Juros da Primeira Série serão pagos anualmente a partir da Data de Emissão, ocorrendo o primeiro pagamento em 15 de janeiro de 2015 e o último, na Data de Vencimento da Primeira Série. Os Juros da Primeira Série serão calculados de acordo com a seguinte fórmula:

$$J = \{VNa \times [FatorJuros - 1]\}$$

Sendo que:

J = valor unitário dos Juros da Primeira Série devidos em cada data de pagamento de Juros da Primeira Série, calculado com 8 (oito) casas decimais, sem arredondamento;

VNa = Valor Nominal Unitário ou saldo devedor do Valor Nominal Unitário, conforme o caso, de cada uma das Debêntures da Primeira Série, atualizado pela Atualização Monetária da Primeira Série, calculado com 8 (oito) casas decimais, sem arredondamento;

FatorJuros = fator de juros fixos calculado com 9 (nove) casas decimais, com arredondamento, apurado da seguinte forma:

$$FatorJuros = \left\{ \left[ \left( \frac{taxa}{100} + 1 \right)^{\frac{DP}{252}} \right] \right\}$$

Sendo que:

taxa = taxa de juros fixa, conforme definida no Procedimento de *Bookbuilding*, informada com 4 (quatro) casas decimais; e

DP = número de dias úteis entre a Primeira Data de Integralização das Debêntures da Primeira Série ou a data de pagamento de Juros da Primeira Série imediatamente anterior, conforme o caso, e a data de cálculo, sendo "DP" um número inteiro.

6.15 *Remuneração da Segunda Série.* A remuneração de cada uma das Debêntures da Segunda Série será a seguinte:

13

Junta Comercial do Estado do Rio de Janeiro  
Empresa: VALE SA  
Nire: 33300019766  
Protocolo: 0020135543347 - 04/12/2013  
CERTIFICO O DEFERIMENTO EM 08/12/2013, E O REGISTRO SOB O NIRE E DATA ABAIXO.  
Autenticação: 482631DA32EC0A79D15DE55EE288E5FE428A24E80F9C47BF66E6C9F509172D4C  
Arquivamento: ED000472 - 0000

Valéria G. M. Serra  
Secretária Geral



10/0



21

- I. atualização monetária: o Valor Nominal Unitário de cada uma das Debêntures da Segunda Série será atualizado pela variação do IPCA, calculada de forma exponencial e cumulativa *pro rata temporis*, desde a Primeira Data de Integralização das Debêntures da Segunda Série até a data de seu efetivo pagamento, sendo o produto da atualização incorporado ao Valor Nominal Unitário de cada uma das Debêntures da Segunda Série automaticamente ("Atualização Monetária da Segunda Série"). O Valor Nominal Unitário das Debêntures da Segunda Série, atualizado pela Atualização Monetária da Segunda Série, será calculado de acordo com a seguinte fórmula:

$$VNa = VNe \times C, \text{ onde:}$$

VNa = Valor Nominal Unitário ou saldo devedor do Valor Nominal Unitário, conforme o caso, de cada uma das Debêntures da Segunda Série, atualizado pela Atualização Monetária da Segunda Série, calculado com 8 (oito) casas decimais, sem arredondamento;

VNe = Valor Nominal Unitário ou saldo devedor do Valor Nominal Unitário, conforme o caso, de cada uma das Debêntures da Segunda Série, calculado com 8 (oito) casas decimais, sem arredondamento;

C = fator acumulado das variações mensais do IPCA, calculado com 8 (oito) casas decimais, sem arredondamento, apurado da seguinte forma:

$$C = \prod_{k=1}^n \left[ \left( \frac{NI_k}{NI_{k-1}} \right)^{\frac{dup}{360}} \right], \text{ onde:}$$

n = número total de números-índices do IPCA considerados na atualização monetária de cada uma das Debêntures da Segunda Série, sendo "n" um número inteiro;

$NI_k$  = valor do número-índice do IPCA do mês anterior ao mês de atualização, caso a atualização seja em data anterior ou na própria data de aniversário das Debêntures da Segunda Série. Após a data de aniversário, o valor do número-índice do IPCA do mês de atualização;

$NI_{k-1}$  = valor do número-índice do IPCA do mês anterior ao mês "k";

dup = número de dias úteis entre a Primeira Data de Integralização das Debêntures da Segunda Série ou a última data de aniversário,

Junta Comercial do Estado do Rio de Janeiro  
Empresa : VALE SA  
Nire : 33300019768  
Protocolo : 0020135543347 - 04/12/2013  
CERTIFICO O DEFERIMENTO EM 08/12/2013, E O REGISTRO SOB O NIRE E DATA ABAIXO  
Autenticação : 482831DA32EC0A79D15DE55EE268E5FE428A24E80F9C47BF86C9FB09172D4C  
Arquivamento : ED000472 - 0000

14

Valéria G. M. Serra  
Secretária Geral



22

conforme o caso, e a data de cálculo, limitado ao número total de dias úteis de vigência do IPCA, sendo "dup" um número inteiro; e

dut = número de dias úteis entre a última data de aniversário e a data de aniversário imediatamente subsequente, sendo "dut" um número inteiro.

A aplicação da Atualização Monetária da Segunda Série incidirá no menor período permitido pela legislação em vigor, sem necessidade de ajuste a esta Escritura de Emissão ou qualquer outra formalidade.

Os fatores resultantes das expressões  $\left( \frac{NI_k}{NI_{k-1}} \right)^{\frac{360}{365}}$  são considerados com 8 (oito) casas decimais, sem arredondamento. O produtório é executado a partir do fator mais recente, acrescentando-se, em seguida, os mais remotos. Os resultados intermediários são calculados com 16 (dezesseis) casas decimais, sem arredondamento.

Considera-se data de aniversário todo dia 15 (quinze) de cada mês.

Considera-se como mês de atualização o período mensal compreendido entre duas datas de aniversário consecutivas.

Os valores dos finais de semana ou feriados serão iguais ao valor do Dia Útil subsequente.

O IPCA deverá ser utilizado considerando idêntico número de casas decimais ao divulgado pelo órgão responsável por seu cálculo; e

- II. *juros remuneratórios*: sobre o saldo devedor do Valor Nominal Unitário de cada uma das Debêntures da Segunda Série, atualizado pela Atualização Monetária da Segunda Série, incidirão juros remuneratórios prefixados correspondentes a um determinado percentual ao ano, base 252 (duzentos e cinquenta e dois) dias úteis, a ser definido de acordo com o Procedimento de *Bookbuilding*, e, em qualquer caso, limitado a 0,55% (cinquenta e cinco centésimos por cento) ao ano, base 252 (duzentos e cinquenta e dois) dias úteis, acrescidos exponencialmente à média aritmética das taxas internas de retorno da NTN-B com vencimento em 2022, que deverão ser as cotações indicativas divulgadas pela ANBIMA, a serem apuradas no fechamento do 3º (terceiro), 4º (quarto) e 5º (quinto) Dias Úteis imediatamente anteriores à data de realização do Procedimento de *Bookbuilding* (excluindo-se a data de realização do Procedimento de *Bookbuilding* no cômputo de dias) ("Juros da Segunda Série", e, em conjunto com a Atualização Monetária da Segunda Série, "Remuneração da Segunda Série"), calculados de forma exponencial e cumulativa *pro rata temporis* por dias úteis

15

Junta Comercial do Estado do Rio de Janeiro  
Empresa: VALE SA  
NIRE: 33300019766  
Protocolo: 0020135543347 - 04/12/2013  
CERTIFICO O DEFERIMENTO EM 06/12/2013, E O REGISTRO SOB O NIRE E DATA ABAIXO.  
Autenticação: 482831DA32EC0A79D15DE55EE268E5FE426A24E80F9C47BF88E8C9F809172D4C  
Arquivamento: ED000472 - 0000

Valéria G. M. Serra  
Secretária Geral





23

decorridos, desde a Primeira Data de Integralização das Debêntures da Segunda Série ou a data de pagamento de Juros da Segunda Série imediatamente anterior, conforme o caso, até a data do efetivo pagamento. Sem prejuízo dos pagamentos em decorrência de resgate antecipado das Debêntures, conforme aplicável, e/ou de vencimento antecipado das obrigações decorrentes das Debêntures, nos termos previstos nesta Escritura de Emissão, os Juros da Segunda Série serão pagos anualmente a partir da Data de Emissão, ocorrendo o primeiro pagamento em 15 de janeiro de 2015 e o último, na Data de Vencimento da Segunda Série. Os Juros da Segunda Série serão calculados de acordo com a seguinte fórmula:

$$J = \{VNa \times [FatorJuros - 1]\}$$

Sendo que:

J = valor unitário dos Juros da Segunda Série devidos em cada data de pagamento de Juros da Segunda Série, calculado com 8 (oito) casas decimais, sem arredondamento;

VNa = Valor Nominal Unitário ou saldo devedor do Valor Nominal Unitário, conforme o caso, de cada uma das Debêntures da Segunda Série, atualizado pela Atualização Monetária da Segunda Série, calculado com 8 (oito) casas decimais, sem arredondamento;

FatorJuros = fator de juros fixos calculado com 9 (nove) casas decimais, com arredondamento, apurado da seguinte forma:

$$FatorJuros = \left\{ \left[ \left( \frac{taxa}{100} + 1 \right)^{\frac{DP}{252}} \right] \right\}$$

Sendo que:

taxa = taxa de juros fixa, conforme definida no Procedimento de *Bookbuilding*, informada com 4 (quatro) casas decimais; e

DP = número de dias úteis entre a Primeira Data de Integralização das Debêntures da Segunda Série ou a data de pagamento de Juros da Segunda Série imediatamente anterior, conforme o caso, e a data de cálculo, sendo "DP" um número inteiro.

6.16 *Remuneração da Terceira Série.* A remuneração de cada uma das Debêntures da Terceira Série será a seguinte:

- I. *atualização monetária:* o Valor Nominal Unitário de cada uma das Debêntures da Terceira Série será atualizado pela variação do IPCA, calculada de forma exponencial e cumulativa *pro rata temporis*, desde a Primeira Data de Integralização das Debêntures da Terceira





24

Série até a data de seu efetivo pagamento, sendo o produto da atualização incorporado ao Valor Nominal Unitário de cada uma das Debêntures da Terceira Série automaticamente ("Atualização Monetária da Terceira Série"). O Valor Nominal Unitário das Debêntures da Terceira Série, atualizado pela Atualização Monetária da Terceira Série, será calculado de acordo com a seguinte fórmula:

$$VNa = VNe \times C, \text{ onde:}$$

VNa = Valor Nominal Unitário ou saldo devedor do Valor Nominal Unitário, conforme o caso, de cada uma das Debêntures da Terceira Série, atualizado pela Atualização Monetária da Terceira Série, calculado com 8 (oito) casas decimais, sem arredondamento;

VNe = Valor Nominal Unitário ou saldo devedor do Valor Nominal Unitário, conforme o caso, de cada uma das Debêntures da Terceira Série, calculado com 8 (oito) casas decimais, sem arredondamento;

C = fator acumulado das variações mensais do IPCA, calculado com 8 (oito) casas decimais, sem arredondamento, apurado da seguinte forma:

$$C = \prod_{k=1}^n \left[ \left( \frac{NI_k}{NI_{k-1}} \right)^{\frac{dup}{dut}} \right], \text{ onde:}$$

n = número total de números-índices do IPCA considerados na atualização monetária de cada uma das Debêntures da Terceira Série, sendo "n" um número inteiro;

NI<sub>k</sub> = valor do número-índice do IPCA do mês anterior ao mês de atualização, caso a atualização seja em data anterior ou na própria data de aniversário das Debêntures da Terceira Série. Após a data de aniversário, o valor do número-índice do IPCA do mês de atualização;

NI<sub>k-1</sub> = valor do número-índice do IPCA do mês anterior ao mês "k";

dup = número de dias úteis entre a Primeira Data de Integralização das Debêntures da Terceira Série ou a última data de aniversário, conforme o caso, e a data de cálculo, limitado ao número total de dias úteis de vigência do IPCA, sendo "dup" um número inteiro; e

dut = número de dias úteis entre a última data de aniversário e a data de aniversário imediatamente subsequente, sendo "dut" um número inteiro.

17

Junta Comercial do Estado do Rio de Janeiro  
Empresa: VALE SA  
NIRE: 33300019789  
Protocolo: 0020135543347 - 04/12/2013  
CERTIFICO O DEFERIMENTO EM 06/12/2013, E O REGISTRO SOB O NIRE E DATA ABAIXO.  
Autenticação: 482831DA32EC0A76D15DE55EE268E5FE428A24E80F9C47BF88EC9FB06172D4C  
Arquivamento: ED000472 - 0000

Valéria G. M. Serra  
Secretária Geral



24



25

A aplicação da Atualização Monetária da Terceira Série incidirá no menor período permitido pela legislação em vigor, sem necessidade de ajuste a esta Escritura de Emissão ou qualquer outra formalidade.

Os fatores resultantes das expressões  $\left( \frac{NI_k}{NI_{k-1}} \right)^{\frac{360}{365}}$  são considerados com 8 (oito) casas decimais, sem arredondamento. O produtório é executado a partir do fator mais recente, acrescentando-se, em seguida, os mais remotos. Os resultados intermediários são calculados com 16 (dezesesseis) casas decimais, sem arredondamento.

Considera-se data de aniversário todo dia 15 (quinze) de cada mês.

Considera-se como mês de atualização o período mensal compreendido entre duas datas de aniversário consecutivas.

Os valores dos finais de semana ou feriados serão iguais ao valor do Dia Útil subsequente.

O IPCA deverá ser utilizado considerando idêntico número de casas decimais ao divulgado pelo órgão responsável por seu cálculo; e

- II. *juros remuneratórios*: sobre o saldo devedor do Valor Nominal Unitário de cada uma das Debêntures da Terceira Série, atualizado pela Atualização Monetária da Terceira Série, incidirão juros remuneratórios prefixados correspondentes a um determinado percentual ao ano, base 252 (duzentos e cinquenta e dois) dias úteis, a ser definido de acordo com o Procedimento de *Bookbuilding*, e, em qualquer caso, limitado a 0,60% (sessenta centésimos por cento) ao ano, base 252 (duzentos e cinquenta e dois) dias úteis, acrescidos exponencialmente à média aritmética das taxas internas de retorno da NTN-B com vencimento em 2024, que deverão ser as cotações indicativas divulgadas pela ANBIMA, a serem apuradas no fechamento do 3º (terceiro), 4º (quarto) e 5º (quinto) Dias Úteis imediatamente anteriores à data de realização do Procedimento de *Bookbuilding* (excluindo-se a data de realização do Procedimento de *Bookbuilding* no cômputo de dias) ("Juros da Terceira Série", e, em conjunto com a Atualização Monetária da Terceira Série, "Remuneração da Terceira Série"), calculados de forma exponencial e cumulativa *pro rata temporis* por dias úteis decorridos, desde a Primeira Data de Integralização das Debêntures da Terceira Série ou a data de pagamento de Juros da Terceira Série imediatamente anterior, conforme o caso, até a data do efetivo pagamento. Sem prejuízo dos pagamentos em decorrência de resgate antecipado das Debêntures, conforme aplicável, e/ou de vencimento antecipado das obrigações decorrentes das Debêntures, nos termos previstos nesta

18

Junta Comercial do Estado do Rio de Janeiro  
Empresa: VALE SA  
NIRE: 33300019788  
Protocolo: 0020135543347 - 04/12/2013  
CERTIFICO O DEFERIMENTO EM 08/12/2013, E O REGISTRO SOB O NIRE E DATA ABAIXO.  
Autenticação: 482831DA32EC0A79D15DE5EE268E5FE428A24E80F9C47BF88E6C9FB09172D4C  
Arquivamento: ED000472 - 0000

Valéria G. M. Serra  
Secretária Geral



Handwritten signature



26

Escritura de Emissão, os Juros da Terceira Série serão pagos anualmente a partir da Data de Emissão, ocorrendo o primeiro pagamento em 15 de janeiro de 2015 e o último, na Data de Vencimento da Terceira Série. Os Juros da Terceira Série serão calculados de acordo com a seguinte fórmula:

$$J = \{VNa \times [FatorJuros - 1]\}$$

Sendo que:

J = valor unitário dos Juros da Terceira Série devidos em cada data de pagamento de Juros da Terceira Série, calculado com 8 (oito) casas decimais, sem arredondamento;

VNa = Valor Nominal Unitário ou saldo devedor do Valor Nominal Unitário, conforme o caso, de cada uma das Debêntures da Terceira Série, atualizado pela Atualização Monetária da Terceira Série, calculado com 8 (oito) casas decimais, sem arredondamento;

FatorJuros = fator de juros fixos calculado com 9 (nove) casas decimais, com arredondamento, apurado da seguinte forma:

$$FatorJuros = \left\{ \left[ \left( \frac{taxa}{100} + 1 \right)^{\frac{DP}{252}} \right] \right\}$$

Sendo que:

taxa = taxa de juros fixa, conforme definida no Procedimento de Bookbuilding, informada com 4 (quatro) casas decimais; e

DP = número de dias úteis entre a Primeira Data de Integralização das Debêntures da Terceira Série ou a data de pagamento de Juros da Terceira Série imediatamente anterior, conforme o caso, e a data de cálculo, sendo "DP" um número inteiro.

6.17 *Remuneração da Quarta Série.* A remuneração de cada uma das Debêntures da Quarta Série será a seguinte:

- I. *atualização monetária:* o Valor Nominal Unitário de cada uma das Debêntures da Quarta Série será atualizado pela variação do IPCA, calculada de forma exponencial e cumulativa *pro rata temporis*, desde a Primeira Data de Integralização das Debêntures da Quarta Série até a data de seu efetivo pagamento, sendo o produto da atualização incorporado ao Valor Nominal Unitário de cada uma das Debêntures da Quarta Série automaticamente ("Atualização Monetária da Quarta Série"). O Valor Nominal Unitário das Debêntures da Quarta Série, atualizado pela Atualização Monetária da Quarta Série, será calculado de acordo com a seguinte fórmula:



27



27

$VNa = VNe \times C$ , onde:

VNa = Valor Nominal Unitário ou saldo devedor do Valor Nominal Unitário, conforme o caso, de cada uma das Debêntures da Quarta Série, atualizado pela Atualização Monetária da Quarta Série, calculado com 8 (oito) casas decimais, sem arredondamento;

VNe = Valor Nominal Unitário ou saldo devedor do Valor Nominal Unitário, conforme o caso, de cada uma das Debêntures da Quarta Série, calculado com 8 (oito) casas decimais, sem arredondamento;

C = fator acumulado das variações mensais do IPCA, calculado com 8 (oito) casas decimais, sem arredondamento, apurado da seguinte forma:

$$C = \prod_{k=1}^n \left[ \left( \frac{NI_k}{NI_{k-1}} \right)^{\frac{dup}{360}} \right], \text{ onde:}$$

n = número total de números-índices do IPCA considerados na atualização monetária de cada uma das Debêntures da Quarta Série, sendo "n" um número inteiro;

$NI_k$  = valor do número-índice do IPCA do mês anterior ao mês de atualização, caso a atualização seja em data anterior ou na própria data de aniversário das Debêntures da Quarta Série. Após a data de aniversário, o valor do número-índice do IPCA do mês de atualização;

$NI_{k-1}$  = valor do número-índice do IPCA do mês anterior ao mês "k";

dup = número de dias úteis entre a Primeira Data de Integralização das Debêntures da Quarta Série ou a última data de aniversário, conforme o caso, e a data de cálculo, limitado ao número total de dias úteis de vigência do IPCA, sendo "dup" um número inteiro; e

dut = número de dias úteis entre a última data de aniversário e a data de aniversário imediatamente subsequente, sendo "dut" um número inteiro.

A aplicação da Atualização Monetária da Quarta Série incidirá no menor período permitido pela legislação em vigor, sem necessidade de ajuste a esta Escritura de Emissão ou qualquer outra formalidade.

20

Junta Comercial do Estado do Rio de Janeiro  
Empresa: VALE SA  
NIRE: 33300019786  
Protocolo: 0020135543347 - 04/12/2013  
CERTIFICO O DEFERIMENTO EM 08/12/2013, E O REGISTRO SOB O NIRE E DATA ABAIXO.  
Autenticação: 482631DA32E0A79D15DE55EE268E5FE428A24E80F9C47BF86E8C9FB09172D4C  
Arquivamento: ED000472 - 0000

Valéria G. M. Serra  
Secretária Geral





28

$$\left( \frac{NI_k}{NI_{k-1}} \right)^{\frac{360}{365}}$$

Os fatores resultantes das expressões  $\left( \frac{NI_k}{NI_{k-1}} \right)^{\frac{360}{365}}$  são considerados com 8 (oito) casas decimais, sem arredondamento. O produtório é executado a partir do fator mais recente, acrescentando-se, em seguida, os mais remotos. Os resultados intermediários são calculados com 16 (dezesesseis) casas decimais, sem arredondamento.

Considera-se data de aniversário todo dia 15 (quinze) de cada mês.

Considera-se como mês de atualização o período mensal compreendido entre duas datas de aniversário consecutivas.

Os valores dos finais de semana ou feriados serão iguais ao valor do Dia Útil subsequente.

O IPCA deverá ser utilizado considerando idêntico número de casas decimais ao divulgado pelo órgão responsável por seu cálculo; e

## II.

**juros remuneratórios:** sobre o saldo devedor do Valor Nominal Unitário de cada uma das Debêntures da Quarta Série, atualizado pela Atualização Monetária da Quarta Série, incidirão juros remuneratórios prefixados correspondentes a um determinado percentual ao ano, base 252 (duzentos e cinquenta e dois) dias úteis, a ser definido de acordo com o Procedimento de *Bookbuilding*, e, em qualquer caso, limitado a 0,75% (setenta e cinco centésimos por cento) ao ano, base 252 (duzentos e cinquenta e dois) dias úteis, acrescidos exponencialmente à média aritmética das taxas internas de retorno da NTN-B com vencimento em 2030, que deverão ser as cotações indicativas divulgadas pela ANBIMA, a serem apuradas no fechamento do 3º (terceiro), 4º (quarto) e 5º (quinto) Dias Úteis imediatamente anteriores à data de realização do Procedimento de *Bookbuilding* (excluindo-se a data de realização do Procedimento de *Bookbuilding* no cômputo de dias) ("**Juros da Quarta Série**", e, em conjunto com a Atualização Monetária da Quarta Série, "**Remuneração da Quarta Série**", e a Remuneração da Primeira Série, a Remuneração da Segunda Série, a Remuneração da Terceira Série e a Remuneração da Quarta Série, quando referidas indistintamente, "**Remuneração**"), calculados de forma exponencial e cumulativa *pro rata temporis* por dias úteis decorridos, desde a Primeira Data de Integralização das Debêntures da Quarta Série ou a data de pagamento de Juros da Quarta Série imediatamente anterior, conforme o caso, até a data do efetivo pagamento. Sem prejuízo dos pagamentos em decorrência de resgate antecipado das Debêntures, conforme aplicável, e/ou de vencimento antecipado das obrigações decorrentes das Debêntures, nos termos previstos nesta

21

Junta Comercial do Estado do Rio de Janeiro  
Empresa : VALE SA  
Nire : 33300019798  
Protocolo : 0020135543347 - 04/12/2013  
CERTIFICO O DEFERIMENTO EM 08/12/2013, E O REGISTRO SOB O NIRE E DATA ABAIXO.  
Autenticação : 482831DA32EC0A79D15DE55EE268E5FE426A24E80F9C47BF86E8C9FB09172D4C  
Arquivamento : ED0000472 - 0000

Valéria G. M. Serra  
Secretária Geral



1/a



29

Escritura de Emissão, os Juros da Quarta Série serão pagos anualmente a partir da Data de Emissão, ocorrendo o primeiro pagamento em 15 de janeiro de 2015 e o último, na Data de Vencimento da Quarta Série. Os Juros da Quarta Série serão calculados de acordo com a seguinte fórmula:

$$J = \{VNa \times [FatorJuros - 1]\}$$

Sendo que:

J = valor unitário dos Juros da Quarta Série devidos em cada data de pagamento de Juros da Quarta Série, calculado com 8 (oito) casas decimais, sem arredondamento;

VNa = Valor Nominal Unitário ou saldo devedor do Valor Nominal Unitário, conforme o caso, de cada uma das Debêntures da Quarta Série, atualizado pela Atualização Monetária da Quarta Série, calculado com 8 (oito) casas decimais, sem arredondamento;

FatorJuros = fator de juros fixos calculado com 9 (nove) casas decimais, com arredondamento, apurado da seguinte forma:

$$FatorJuros = \left\{ \left[ \left( \frac{taxa}{100} + 1 \right)^{\frac{DP}{360}} \right] \right\}$$

Sendo que:

taxa = taxa de juros fixa, conforme definida no Procedimento de *Bookbuilding*, informada com 4 (quatro) casas decimais; e

DP = número de dias úteis entre a Primeira Data de Integralização das Debêntures da Quarta Série ou a data de pagamento de Juros da Quarta Série imediatamente anterior, conforme o caso, e a data de cálculo, sendo "DP" um número inteiro.

- 6.18 *Indisponibilidade Temporária do IPCA.* Observado o disposto na Cláusula 6.19 abaixo, se, quando do cálculo de quaisquer obrigações pecuniárias relativas às Debêntures da Primeira Série, às Debêntures da Segunda Série, às Debêntures da Terceira Série e/ou às Debêntures da Quarta Série, previstas nesta Escritura de Emissão, o IPCA não estiver disponível, será utilizado, em sua substituição, o percentual correspondente ao último IPCA divulgado oficialmente até a data do cálculo, não sendo devidas quaisquer compensações financeiras, multas ou penalidades entre a Companhia, os Debenturistas da Primeira Série, os Debenturistas da Segunda Série, os Debenturistas da Terceira Série e/ou os Debenturistas da Quarta Série, conforme o caso, quando da divulgação posterior do IPCA.

22

Junta Comercial do Estado do Rio de Janeiro  
Empresa: VALE S.A.  
Nire: 33300019786  
Protocolo: 0020135543347 - 04/12/2013  
CERTIFICADO O DEFERIMENTO EM 06/12/2013, E O REGISTRO SOB O NIRE E DATA ABAIXO.  
Autenticação: 482831DA32EC0A79D15DE55EE268E5FE426A24E80F9C47BF86E8CFB09172D4C  
Arquivamento: ED000472 - 0000

Valéria G. M. Serra  
Secretária Geral



Handwritten signature



30

- 6.19 *Indisponibilidade do IPCA.* Na hipótese de extinção, limitação e/ou não divulgação do IPCA por mais de 2 (dois) meses consecutivos após a data esperada para sua apuração e/ou divulgação, ou no caso de impossibilidade de aplicação do IPCA às Debêntures, por proibição legal ou judicial, será utilizado o novo parâmetro legalmente estabelecido em substituição ao IPCA. Caso não haja um novo parâmetro legalmente estabelecido, será utilizado o mesmo índice que vier a ser utilizado pelo Banco Central do Brasil para o acompanhamento dos objetivos estabelecidos nos sistema de metas de inflação para o balizamento da política monetária no Brasil ("Taxa Substitutiva"). Até a divulgação da Taxa Substitutiva, será utilizada, para o cálculo do valor de quaisquer obrigações pecuniárias previstas nesta Escritura de Emissão relativas às Debêntures, a mesma taxa diária produzida pelo último IPCA divulgado oficialmente, não cabendo, porém, quando da divulgação da Taxa Substitutiva quaisquer compensações financeiras, multas ou penalidades, tanto por parte da Companhia quanto pelos Debenturistas. Caso o IPCA venha a ser divulgado antes da divulgação da Taxa Substitutiva, referida Taxa Substitutiva não será mais utilizada, e o IPCA, a partir da data de sua divulgação, voltará a ser utilizado para o cálculo da Atualização Monetária da Primeira Série, da Atualização Monetária da Segunda Série, da Atualização Monetária da Terceira Série e da Atualização Monetária da Quarta Série.
- 6.20 *Repactuação Programada.* Não haverá repactuação programada.
- 6.21 *Resgate Antecipado Facultativo.* É vedada a liquidação antecipada das Debêntures por meio de resgate ou pré-pagamento facultativo, salvo na forma que vier a ser regulamentada pelo CMN, em conformidade com o disposto no artigo 1º, parágrafo 1º, inciso II, da Lei 12.431, e exclusivamente por meio da Oferta Facultativa de Resgate Antecipado (conforme definido abaixo). Entende-se por resgate antecipado facultativo a opção da Companhia de resgatar as Debêntures, a seu exclusivo critério, de forma compulsória, ou seja, sem possibilidade de manifestação dos Debenturistas.
- 6.22 *Amortização Antecipada Facultativa.* A Companhia não poderá, voluntariamente, realizar a amortização antecipada facultativa de qualquer das Debêntures. Entende-se por amortização antecipada facultativa a opção da Companhia de amortizar as Debêntures, a seu exclusivo critério, de forma compulsória, ou seja, sem possibilidade de manifestação dos Debenturistas.
- 6.23 *Oferta Facultativa de Resgate Antecipado.* Caso seja legalmente permitido à Companhia realizar o resgate antecipado das Debêntures em circulação, nos termos das disposições legais e regulamentares aplicáveis, inclusive em virtude da regulamentação, pelo CMN, da possibilidade de resgate prevista no artigo 1º, parágrafo 1º, inciso II, combinado com o artigo 2º, parágrafo 1º, da Lei 12.431, a Companhia poderá, a seu exclusivo critério, realizar, a qualquer

23

Junta Comercial do Estado do Rio de Janeiro  
Empresa: VALE SA  
NIRE: 33300019786  
Protocolo: 0020135543347 - 04/12/2013  
CERTIFICO O DEFERIMENTO EM 09/12/2013, E O REGISTRO SOB O NIRE E DATA ABAIXO.  
Autenticação: 482831DA32EC0A78D15DE55EE268E5FE426A24E80F9C47BF88E8C9FB09172D4C  
Arquivamento: ED000472 - 0000

Valéria G. M. Serra  
Secretária Geral



31

tempo, oferta facultativa de resgate antecipado, total ou parcial, das Debêntures em circulação, em geral ou por série, conforme definido pela Companhia, com o consequente cancelamento de tais Debêntures, que será endereçada a todos os Debenturistas, em geral ou por série, conforme definido pela Companhia, sem distinção, assegurada a igualdade de condições a todos os Debenturistas, em geral ou por série, conforme definido pela Companhia, para aceitar o resgate antecipado das Debêntures de que forem titulares, de acordo com os termos e condições previstos abaixo ("Oferta Facultativa de Resgate Antecipado"):

- I. a Companhia realizará a Oferta Facultativa de Resgate Antecipado por meio de comunicação ao Agente Fiduciário e, na mesma data, por meio de publicação de anúncio nos termos da Cláusula 6.32 abaixo ("Edital de Oferta Facultativa de Resgate Antecipado"), o qual deverá descrever os termos e condições da Oferta Facultativa de Resgate Antecipado, incluindo (a) se a Oferta Facultativa de Resgate Antecipado será relativa à totalidade ou a parte das Debêntures em circulação e se abrangerá todas as séries ou determinada série a ser especificada; (b) caso a Oferta Facultativa de Resgate Antecipado se refira a parte das Debêntures em circulação, a quantidade de Debêntures em circulação objeto da Oferta Facultativa de Resgate Antecipado, incluindo o montante correspondente a cada série a ser resgatado, conforme o caso, observado o disposto no inciso IV abaixo; (c) se a Oferta Facultativa de Resgate Antecipado estará condicionada à aceitação desta por uma quantidade mínima de Debêntures; (d) o valor do prêmio de resgate antecipado, caso exista, que não poderá ser negativo; (e) a forma e o prazo de manifestação, à Companhia, pelos Debenturistas que optarem pela adesão à Oferta Facultativa de Resgate Antecipado; (f) a data efetiva para o resgate antecipado e o pagamento das Debêntures indicadas por seus respectivos titulares em adesão à Oferta Facultativa de Resgate Antecipado, que será a mesma para todas as Debêntures indicadas por seus respectivos titulares em adesão à Oferta Facultativa de Resgate Antecipado e que deverá ocorrer no prazo de, no mínimo, 10 (dez) dias contados da data de publicação do Edital de Oferta Facultativa de Resgate Antecipado; e (g) demais informações necessárias para a tomada de decisão pelos Debenturistas e à operacionalização do resgate antecipado das Debêntures indicadas por seus respectivos titulares em adesão à Oferta Facultativa de Resgate Antecipado;
- II. a Companhia deverá (a) na respectiva data de término do prazo de adesão à Oferta Facultativa de Resgate Antecipado, confirmar ao Agente Fiduciário a respectiva data do resgate antecipado; e (b) com

Junta Comercial do Estado do Rio de Janeiro  
Empresa: VALE SA  
NIRE: 33300019786  
Protocolo: 0020135543347 - 04/12/2013  
CERTIFICADO DE DEFERIMENTO EM 06/12/2013, E O REGISTRO SOB O NIRE E DATA ABAIXO  
Autenticação: 482831DA32EC0A79D15DE55EE268E5FE426A24E80F9C47BF68E8C9FB08172D4C  
Arquivamento: ED000472 - 0000

24

Valério G. M. Serra  
Secretário Geral







32

antecedência mínima de 2 (dois) Dias Úteis da respectiva data do resgate antecipado, comunicar ao Escriturador, ao Banco Liquidante, à CETIP e à BM&FBOVESPA a respectiva data do resgate antecipado;

- III. o valor a ser pago em relação a cada uma das Debêntures indicadas por seus respectivos titulares em adesão à Oferta Facultativa de Resgate Antecipado será equivalente ao saldo devedor do Valor Nominal Unitário, acrescido (a) da Remuneração aplicável, calculada *pro rata temporis* desde a Primeira Data de Integralização da respectiva série ou a data de pagamento de Remuneração aplicável imediatamente anterior, conforme o caso, até a data do efetivo pagamento; e (b) se for o caso, de prêmio de resgate antecipado a ser oferecido aos Debenturistas, a exclusivo critério da Companhia, o qual não poderá ser negativo;
- IV. caso a Oferta Facultativa de Resgate Antecipado se refira a parte das Debêntures em circulação, e a quantidade de Debêntures que tenham sido indicadas em adesão à Oferta Facultativa de Resgate Antecipado seja maior do que a quantidade à qual a Oferta Facultativa de Resgate Antecipado foi originalmente direcionada, então o resgate antecipado será feito mediante sorteio, coordenado pelo Agente Fiduciário e cujo procedimento será definido pela Companhia no Edital de Oferta Facultativa de Resgate Antecipado. Os Debenturistas sorteados serão informados, por escrito, com, no mínimo, 2 (dois) Dias Úteis de antecedência da data de resgate sobre o resultado do sorteio;
- V. o pagamento das Debêntures resgatadas antecipadamente por meio da Oferta Facultativa de Resgate Antecipado será realizado nos termos da Cláusula 6.26 abaixo; e
- VI. com relação às Debêntures (a) que estejam custodiadas eletronicamente na CETIP, o resgate antecipado (seja total ou parcial) será realizado em conformidade com os procedimentos operacionais da CETIP, sendo que todas as etapas desse processo, tais como habilitação dos Debenturistas, qualificação, sorteio, apuração, rateio e validação da quantidade de Debêntures a serem resgatadas antecipadamente serão realizadas fora do âmbito da CETIP; (b) que estejam custodiadas eletronicamente na BM&FBOVESPA, o resgate antecipado parcial será realizado em conformidade com os procedimentos operacionais da BM&FBOVESPA; e (c) que não estejam custodiadas eletronicamente na CETIP ou na BM&FBOVESPA, será realizado

25

Junta Comercial do Estado do Rio de Janeiro  
Empresa : VALE SA  
Nire : 33300019788  
Protocolo : 0020135543347 - 04/12/2013  
CERTIFICO O DEFERIMENTO EM 08/12/2013, E O REGISTRO SOB O NIRE E DATA ABACAO  
Autenticação : 482831DA32EC0A79D15DE55EE268E5FE426A24E80F9C47BF88ESC8FB69172D4C  
Arquivamento : ED000472 - 0000

Valéria G. M. Serra  
Secretária Geral





33

em conformidade com os procedimentos operacionais do Escriturador.

- 6.24 *Aquisição Facultativa.* É vedada a recompra das Debêntures em circulação pela Companhia e/ou por suas partes relacionadas nos 2 (dois) primeiros anos contados da Data de Emissão, nos termos do artigo 1º, parágrafo 1º, da Lei 12.431. Após o decurso de tal prazo de 2 (dois) anos, nos termos do artigo 55, parágrafo 3º, da Lei das Sociedades por Ações, é facultado à Companhia e/ou a suas partes relacionadas, a seu exclusivo critério e a qualquer tempo, adquirir as Debêntures em circulação (i) por valor igual ou inferior ao Valor Nominal Unitário, devendo tal fato constar do relatório da administração e das demonstrações financeiras da Companhia; ou (ii) por valor superior ao Valor Nominal Unitário, desde que observadas as regras expedidas pela CVM. As Debêntures adquiridas pela Companhia poderão, a critério da Companhia, permanecer em tesouraria ou ser novamente colocadas no mercado. As Debêntures adquiridas pela Companhia para permanência em tesouraria nos termos desta Cláusula, se e quando recolocadas no mercado, farão jus à mesma Remuneração aplicável às demais Debêntures em circulação. Alternativamente, as Debêntures adquiridas pela Companhia nos termos desta Cláusula poderão ser canceladas, na forma que vier a ser regulamentada pelo CMN, em conformidade com o disposto no artigo 1º, parágrafo 1º, inciso II, da Lei 12.431.
- 6.25 *Direito ao Recebimento dos Pagamentos.* Farão jus ao recebimento de qualquer valor devido aos Debenturistas nos termos desta Escritura de Emissão aqueles que forem Debenturistas no encerramento do Dia Útil imediatamente anterior à respectiva data de pagamento.
- 6.26 *Local de Pagamento.* Os pagamentos referentes às Debêntures e a quaisquer outros valores eventualmente devidos pela Companhia, nos termos desta Escritura de Emissão, serão realizados pela Companhia (i) no que se refere a pagamentos referentes ao Valor Nominal Unitário, à Remuneração, a prêmio de resgate antecipado (se houver, no âmbito da Oferta Facultativa de Resgate Antecipado) e aos Encargos Moratórios, e com relação às Debêntures que estejam custodiadas eletronicamente na CETIP, por meio da CETIP; (ii) no que se refere a pagamentos referentes ao Valor Nominal Unitário, à Remuneração, a prêmio de resgate antecipado (se houver, no âmbito da Oferta Facultativa de Resgate Antecipado) e aos Encargos Moratórios, e com relação às Debêntures que estejam custodiadas na BM&FBOVESPA, por meio da BM&FBOVESPA; ou (iii) nos demais casos, por meio do Escriturador ou, com relação aos pagamentos que não possam ser realizados por meio do Escriturador, na sede da Companhia, conforme o caso.
- 6.27 *Prorrogação dos Prazos.* Considerar-se-ão automaticamente prorrogados os prazos referentes ao pagamento de qualquer obrigação prevista nesta

Junta Comercial do Estado do Rio de Janeiro  
Empresa: VALE SA  
Nire: 33300019788  
Protocolo: 0020135543347 - 04/12/2013  
CERTIFICO O DEFERIMENTO EM 06/12/2013, E O REGISTRO SOB O NIRE E DATA ABAIXO  
Autenticação: 482831DA32EC0A79D15DE55EE288E5FE428A24E80F9C479F88E8C9FB9172D4C  
Arquivamento: ED000472 - 0000

26

Valéria G. M. Serra  
Secretária Geral



Handwritten signature

Handwritten signature



34

Escritura de Emissão até o 1º (primeiro) Dia Útil subsequente, se o seu vencimento coincidir com dia que não seja Dia Útil, não sendo devido qualquer acréscimo aos valores a serem pagos. Para os fins desta Escritura de Emissão, "Dia Útil" significa (i) com relação a qualquer obrigação pecuniária realizada por meio da CETIP, qualquer dia que não seja sábado, domingo ou feriado nacional; (ii) com relação a qualquer obrigação pecuniária realizada por meio da BM&FBOVESPA, qualquer dia que não seja sábado, domingo, feriado nacional, ou data que, por qualquer motivo, não haja expediente na BM&FBOVESPA; (iii) com relação a qualquer obrigação pecuniária que não seja realizada por meio da CETIP ou por meio da BM&FBOVESPA, qualquer dia no qual haja expediente nos bancos comerciais na Cidade de São Paulo, Estado de São Paulo, e na Cidade do Rio de Janeiro, Estado do Rio de Janeiro, e que não seja sábado ou domingo; e (iv) com relação a qualquer obrigação não pecuniária prevista nesta Escritura de Emissão, qualquer dia no qual haja expediente nos bancos comerciais na Cidade de São Paulo, Estado de São Paulo, e na Cidade do Rio de Janeiro, Estado do Rio de Janeiro, e que não seja sábado ou domingo.

- 6.28 *Encargos Moratórios.* Ocorrendo impontualidade no pagamento de qualquer valor devido pela Companhia aos Debenturistas nos termos desta Escritura de Emissão, adicionalmente ao pagamento da Remuneração aplicável, calculada *pro rata temporis* desde a Primeira Data de Integralização da respectiva série ou a data de pagamento de Remuneração aplicável imediatamente anterior, conforme o caso, até a data do efetivo pagamento, sobre todos e quaisquer valores em atraso, incidirão, independentemente de aviso, notificação ou interpelação judicial ou extrajudicial, (i) juros de mora de 1% (um por cento) ao mês, calculados *pro rata temporis* desde a data de inadimplemento até a data do efetivo pagamento; e (ii) multa moratória de 2% (dois por cento) ("Encargos Moratórios").
- 6.29 *Decadência dos Direitos aos Acréscimos.* O não comparecimento do Debenturista para receber o valor correspondente a quaisquer obrigações pecuniárias nas datas previstas nesta Escritura de Emissão ou em qualquer comunicação realizada ou aviso publicado nos termos desta Escritura de Emissão não lhe dará o direito a qualquer acréscimo no período relativo ao atraso no recebimento (incluindo a Remuneração e os Encargos Moratórios correspondentes), assegurados, todavia, os direitos adquiridos até a data do respectivo vencimento ou pagamento (incluindo a Remuneração e os Encargos Moratórios correspondentes), no caso de impontualidade no pagamento.
- 6.30 *Imunidade Tributária.* As Debêntures gozam do tratamento tributário previsto no artigo 2º da Lei 12.431, e, consequentemente, também gozam do tratamento tributário previsto no artigo 1º da Lei 12.431. Caso qualquer Debenturista tenha imunidade ou isenção tributária diferente daquelas

Junta Comercial do Estado do Rio de Janeiro  
Empresa: VALE SA  
Nire: 33300019788  
Protocolo: 0020135543347 - 04/12/2013  
CERTIFICO O DEFERIMENTO EM 06/12/2013, E O REGISTRO SOB O NIRE E DATA ABAIXO.  
Autenticação: 482631DA32EC0A79D15DE55EE268E5FE428A24E80F9C47BF68E8C9F809172D4C  
Arquivamento: ED000472 - 0000

27

Valéria G. M. Serra  
Secretária Geral

04/12





35

previstas na Lei 12.431, este deverá encaminhar ao Escriturador e ao Banco Liquidante, no prazo mínimo de 10 (dez) Dias Úteis anteriores à data prevista para recebimento de valores relativos às Debêntures, documentação comprobatória da referida imunidade ou isenção tributária julgada apropriada pelo Escriturador e pelo Banco Liquidante, sob pena de ter descontado de seus pagamentos os valores devidos nos termos da legislação tributária em vigor.

6.31 *Vencimento Antecipado.* Sujeito ao disposto nas Cláusulas 6.31.1 a 6.31.6 abaixo, o Agente Fiduciário deverá declarar antecipadamente vencidas as obrigações decorrentes das Debêntures, e exigir o imediato pagamento, pela Companhia, do saldo devedor do Valor Nominal Unitário das Debêntures em circulação, acrescido da Remuneração aplicável, calculada *pro rata temporis* desde a Primeira Data de Integralização da respectiva série ou a data de pagamento de Remuneração aplicável imediatamente anterior, conforme o caso, até a data do efetivo pagamento, sem prejuízo, quando for o caso, dos Encargos Moratórios, na ocorrência de qualquer dos eventos previstos nas Cláusulas 6.31.1 abaixo e 6.31.2 abaixo (cada evento, um "Evento de Inadimplemento").

6.31.1 Constituem Eventos de Inadimplemento que acarretam o vencimento automático das obrigações decorrentes das Debêntures, independentemente de aviso ou notificação, judicial ou extrajudicial, aplicando-se o disposto na Cláusula 6.31.3 abaixo:

- I. inadimplemento, pela Companhia, de qualquer obrigação pecuniária devida aos Debenturistas nos termos desta Escritura de Emissão, na respectiva data de pagamento, não sanado no prazo de 2 (dois) Dias Úteis contados da data do respectivo inadimplemento;
- II. cessão, promessa de cessão ou qualquer forma de transferência ou promessa de transferência a terceiros, no todo ou em parte, pela Companhia, de qualquer de suas obrigações nos termos desta Escritura de Emissão, exceto se previamente autorizado por Debenturistas representando, no mínimo, 90% (noventa por cento) das Debêntures em circulação;
- III. liquidação, dissolução ou extinção da Companhia, exceto se a liquidação, dissolução e/ou extinção decorrer de uma operação societária que não constitua um Evento de Inadimplemento, nos termos permitidos pela Cláusula 6.31.2 abaixo, inciso VII;
- IV. (a) decretação de falência da Companhia e/ou de qualquer Controlada Relevante (conforme definido abaixo); (b) pedido de autofalência formulado pela Companhia e/ou por qualquer Controlada Relevante; (c) pedido de falência da Companhia e/ou de qualquer Controlada Relevante, formulado por terceiros, não elidido

28

Junta Comercial do Estado do Rio de Janeiro  
Empresa : VALE SA  
Nire : 33300019786  
Protocolo : 0020135543347 - 04/12/2013  
CERTIFICADO O DEFERIMENTO EM 08/12/2013, E O REGISTRO SOB O NIRE E DATA ABAIXO  
Autenticação : 482831DA32EC0A79D15DE55EE268E5FE426A24E80F9C47BF86E8C9FB09172D4C  
Arquivamento : ED000472 - 0000

  
Valéria G. M. Serra  
Secretária Geral




36

no prazo legal; ou (d) pedido de recuperação judicial ou de recuperação extrajudicial da Companhia e/ou de qualquer Controlada Relevante, independentemente do deferimento do respectivo pedido; ou

- V. transformação da forma societária da Companhia de sociedade por ações para sociedade limitada, nos termos dos artigos 220 a 222 da Lei das Sociedades por Ações.

6.31.2 Constituem Eventos de Inadimplemento que acarretam o vencimento não automático das obrigações decorrentes das Debêntures, aplicando-se o disposto na Cláusula 6.31.4 abaixo, qualquer dos eventos previstos em lei e/ou qualquer dos seguintes Eventos de Inadimplemento:

- I. inadimplemento, pela Companhia, de qualquer obrigação não pecuniária prevista nesta Escritura de Emissão, não sanado no prazo de 60 (sessenta) dias contados da data do respectivo inadimplemento, sendo que o prazo previsto neste inciso não se aplica às obrigações para as quais tenha sido estipulado prazo de cura específico ou para qualquer dos demais Eventos de Inadimplemento;
- II. redução de capital social da Companhia, exceto se previamente autorizado por Debenturistas representando, no mínimo, a maioria das Debêntures em circulação, conforme disposto no artigo 174, parágrafo 3º, da Lei das Sociedades por Ações;
- III. alteração do objeto social da Companhia, conforme disposto em seu estatuto social vigente na Data de Emissão, desde que, como resultado, a Companhia deixe de exercer atividades de mineração;
- IV. comprovação de que qualquer das declarações prestadas pela Companhia nesta Escritura de Emissão é falsa ou incorreta em qualquer aspecto relevante;
- V. ocorrência de inadimplemento ou de evento de inadimplemento pela Companhia ou por qualquer Controlada Relevante, que não esteja sanado, de qualquer contrato, instrumento ou documento evidenciando Endividamento em aberto em valor igual ou superior a R\$250.000.000,00 (duzentos e cinquenta milhões de reais), atualizados anualmente, a partir da Data de Emissão, pela variação positiva do Índice Geral de Preços – Mercado, divulgado pela Fundação Getúlio Vargas ("IGPM"), ou seu equivalente em outras moedas, desde que tal inadimplemento ou evento de inadimplemento resulte no efetivo vencimento antecipado do referido Endividamento;

29

Junta Comercial do Estado do Rio de Janeiro  
Empresa : VALE SA  
Nire : 33300019796  
Protocolo : 0020135543347 - 04/12/2013  
CERTIFICO O DEFERIMENTO EM 06/12/2013, E O REGISTRO SOB O NIRE E DATA ABAIXO.  
Autenticação : 482831DA32EC0A79D15DE55EE268E5FE426A24E80F9C47BF68E8C9FB08172D40  
Arquivamento : ED000472 - 0000

Valéria G. M. Serra  
Secretária Geral

02/0





37

- VI. descumprimento, pela Companhia, de qualquer decisão judicial transitada em julgado e/ou de qualquer decisão arbitral não sujeita a recurso, contra a Companhia, que cause um Efeito Adverso Relevante (conforme definido abaixo);
- VII. cisão, fusão, incorporação (somente quando a Companhia for a incorporada) ou incorporação de ações (somente quando as ações de emissão da Companhia forem incorporadas) da Companhia, exceto:
- (a) se previamente autorizado por Debenturistas representando, no mínimo, a maioria das Debêntures em circulação; ou
  - (b) se tiver sido assegurado aos Debenturistas que o desejarem, durante o prazo mínimo de 6 (seis) meses contados da data de publicação das atas dos atos societários relativos à operação, o resgate das Debêntures de que forem titulares, mediante o pagamento do saldo devedor do Valor Nominal Unitário, acrescido da Remuneração aplicável, calculada *pro rata temporis* desde a Primeira Data de Integralização da respectiva série ou a data de pagamento de Remuneração aplicável imediatamente anterior, conforme o caso, até a data do efetivo pagamento;
- VIII. venda, pela Companhia, de todos ou substancialmente todos os seus ativos, ou de suas propriedades de mineração, exceto:
- (a) se previamente autorizado por Debenturistas representando, no mínimo, a maioria das Debêntures em circulação; ou
  - (b) se tiver sido assegurado aos Debenturistas que o desejarem, durante o prazo mínimo de 6 (seis) meses contados da data de publicação das atas dos atos societários relativos à operação, o resgate das Debêntures de que forem titulares, mediante o pagamento do saldo devedor do Valor Nominal Unitário, acrescido da Remuneração aplicável, calculada *pro rata temporis* desde a Primeira Data de Integralização da respectiva série ou a data de pagamento de Remuneração aplicável imediatamente anterior, conforme o caso, até a data do efetivo pagamento; ou
  - (c) se os seguintes requisitos tiverem sido cumulativamente satisfeitos: (i) a entidade ou pessoa receptora de todos ou substancialmente todos os ativos da Companhia, ou das propriedades de mineração da Companhia ("Sucessora") assuma expressamente o integral e pontual pagamento devido de todas as obrigações relacionadas às Debêntures, assim como o cumprimento de todos os compromissos e obrigações da

30

Junta Comercial do Estado do Rio de Janeiro  
Empresa: VALE SA  
Nire: 33300019788  
Protocolo: 0020135543347 - 04/12/2013  
CERTIFICADO DE DEFERIMENTO EM 08/12/2013, E O REGISTRO SOB O NIRE E DATA ABAIXO.  
Autenticação: 4B2631DA32EC0A79D15DE55EE268E5FE426A24E80F9C47BF66E8C9F80917204C  
Arquivamento: ED000472 - 0000

Valéria G. M. Serra  
Secretária Geral





38

Companhia relacionados às Debêntures; (ii) imediatamente após a realização de tal venda não tenha ocorrido e não esteja existente qualquer dos Eventos de Inadimplemento; (iii) a Companhia entregue ao Agente Fiduciário uma declaração assinada por dois de seus diretores e uma opinião legal de um escritório de advocacia externo, independente e de reputação, ambas afirmando que tal venda atende às disposições desta alínea (c); e (iv) a Sucessora concorde expressamente em indenizar os Debenturistas com relação a qualquer tributo, tarifa, emolumento ou taxa governamental devida no Brasil ou na jurisdição da Sucessora que venha a ser devido com relação a qualquer pagamento relativo às Debêntures em decorrência de tal venda e a pagar tais valores adicionais que sejam necessários para assegurar que os valores líquidos recebidos pelos Debenturistas após tais retenções ou deduções sejam equivalentes aos valores que seriam recebidos pelos Debenturistas caso tal venda não tivesse ocorrido; ou

IX. constituição ou assunção de qualquer Ônus (conforme definido abaixo) sobre qualquer Ativo Restrito (conforme definido abaixo), em garantia de qualquer Endividamento (conforme definido abaixo), exceto:

- (a) por Ônus constituídos sobre, ou relacionados a, qualquer Ativo Restrito adquirido pela Companhia após a Data de Emissão, para garantir o preço de aquisição de tal Ativo Restrito, ou para garantir o Endividamento incorrido exclusivamente para o financiamento da aquisição de tal Ativo Restrito, observado, entretanto, que a soma máxima garantida por tal Ônus não poderá exceder o preço de aquisição de tal Ativo Restrito ou o Endividamento incorrido exclusivamente para financiar a aquisição de tal Ativo Restrito;
- (b) por Ônus constituídos sobre, ou relacionados a, qualquer Ativo Restrito (incluindo qualquer melhoria em, ou relacionada a, um Ativo Restrito existente), após a Data de Emissão, para garantir o pagamento da totalidade ou parte do custo de desenvolvimento, expansão ou construção de, ou melhoria relacionada a, tal Ativo Restrito, ou para garantir o Endividamento incorrido exclusivamente para financiar a totalidade ou parte do custo de desenvolvimento, expansão ou construção de, ou melhoria relacionada a, tal Ativo Restrito, observado, entretanto, que a soma máxima garantida por tal Ônus não poderá exceder o maior entre o custo ou o valor de

Junta Comercial do Estado do Rio de Janeiro  
Empresa : VALE SA  
Nire : 33300019788  
Protocolo : 0020135543347 - 04/12/2013  
CERTIFICO O DEFERIMENTO EM 06/12/2013, E O REGISTRO SOB O NIRE E DATA ABAIXO.  
Autenticação : 482831DA32EC0A79D15DE55EE288E5FE426A24E80F9C47BF66E8C9FB09172D4C  
Arquivamento : ED000472 - 0000

31

Valéria G. M. Serra  
Secretária Geral

02/10





39

mercado de tal desenvolvimento, expansão, construção, ou melhoria;

- (c) por Ônus existentes na Data de Emissão e qualquer prorrogação, renovação ou substituição relacionadas a tal Ônus, observado que o valor total do Endividamento garantido por tal Ônus não poderá exceder o montante garantido por tal Ônus na Data de Emissão;
- (d) por Ônus constituídos em decorrência de exigência legal, tais como tributários, comerciais, marítimos ou outros Ônus similares, constituídos no curso normal dos negócios da Companhia;
- (e) por Ônus constituídos no curso normal dos negócios da Companhia, relacionados ao financiamento de exportações, importações ou outras operações comerciais, em garantia ao Endividamento da Companhia;
- (f) por Ônus constituídos em garantia de, ou para pagamento de, Endividamento incorrido no âmbito de financiamento da totalidade ou de parte da propriedade, aquisição, construção, desenvolvimento ou operação de qualquer projeto, pela Companhia, por qualquer Controlada ou por qualquer consórcio ou outro tipo de empreendimento no qual a Companhia possua qualquer propriedade ou participação similar, observado que tal Ônus somente se estende a (i) Ativos Restritos (que podem incluir Ativos Restritos já existentes em qualquer local pré-existente, selecionado para expansão, e qualquer concessão, autorização ou outro direito concedido por qualquer autoridade governamental) que sejam objeto de tal projeto; (ii) quaisquer receitas provenientes de tais Ativos Restritos; (iii) quaisquer valores decorrentes de reivindicações ou demandas da Companhia, de qualquer Controlada ou de qualquer consórcio ou outro tipo de empreendimento no qual a Companhia possua qualquer propriedade ou participação similar, decorrentes da operação, falha no atendimento de especificações, falha na conclusão, exploração, venda ou perda de, ou dano causado a, tal Ativo Restrito; ou (iv) ações ou outro tipo de participação na, e qualquer reivindicação de dívida subordinada contra a sociedade cujos principais ativos e atividades tenham sido constituídos por tal projeto;
- (g) por Ônus constituídos sobre, ou relacionados a, qualquer Ativo Restrito existente ou futuro da Companhia, para garantir financiamentos de, ou financiado direta ou indiretamente por,

32

Junta Comercial do Estado do Rio de Janeiro  
Empresa: VALE SA  
Nire: 33300019788  
Protocolo: 0020135543347 - 04/12/2013  
CERTIFICO O DEFERIMENTO EM 08/12/2013, E O REGISTRO SOB O NIRE E DATA ABAIXO.  
Autenticação: 482831DA32EC0A79D15DE55EE288E5FE428A24E80F9C47BF88E8C9FB09172D4C  
Arquivamento: ED000472 - 0000

Valéria G. M. Serra  
Secretária Geral







60

ou realizado indiretamente por meio de intermediários de, (i) qualquer agência de crédito do governo brasileiro (incluindo, sem limitação, Tesouro Nacional, Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social – BNDES, BNDES Participações S.A., Financiadora de Estudos e Projetos – FINEP e Agência Especial de Financiamento Industrial); (ii) qualquer instituição financeira oficial (incluindo, sem limitação, Banco da Amazônia S.A. – BASA e Banco do Nordeste do Brasil S.A. – BNB); (iii) qualquer banco estrangeiro oficial de importação e exportação ou seguradora oficial de crédito de importação e exportação; ou (iv) International Finance Corporation ou qualquer agência estrangeira multilateral ou patrocinada pelo governo;

- (h) por Ônus existentes sobre qualquer ativo anteriormente à aquisição de tal ativo pela Companhia, seja por meio de fusão, incorporação, compra de ativos ou de qualquer outra forma, e que não tenha sido constituído em decorrência de tal aquisição;
- (i) por Ônus constituídos sobre, ou relacionados a, qualquer ativo da Companhia não contemplado nas alíneas (a) a (h) acima, observado que o montante agregado do Endividamento garantido com base nesta alínea (i) não deverá, na data em que tal Endividamento for incorrido, exceder um montante equivalente a 10% (dez por cento) do patrimônio líquido da Companhia (calculado com base no que for mais recente entre as últimas demonstrações financeiras trimestrais não consolidadas da Companhia com revisão limitada pelo Auditor Independente (conforme definido abaixo), ou as últimas demonstrações financeiras anuais não consolidadas da Companhia auditadas pelo Auditor Independente, em ambos os casos, preparadas de acordo com a Lei das Sociedades por Ações, com os princípios contábeis geralmente aceitos no Brasil e com as regras emitidas pela CVM); ou
- (j) se tal Ônus, antes ou no momento da constituição, for também constituído igualmente e proporcionalmente em garantia das Debêntures.

6.31.3 Ocorrendo qualquer dos Eventos de Inadimplemento previstos na Cláusula 6.31.1 acima, as obrigações decorrentes das Debêntures tornar-se-ão automaticamente vencidas, independentemente de aviso ou notificação, judicial ou extrajudicial.

6.31.4 Ocorrendo qualquer dos Eventos de Inadimplemento previstos na Cláusula 6.31.2 acima, o Agente Fiduciário deverá, inclusive para fins do

Junta Comercial do Estado do Rio de Janeiro  
Empresa : VALE SA  
Nire : 33300019768  
Protocolo : 0020135543347 - 04/12/2013  
CERTIFICO O DEFERIMENTO EM 06/12/2013, E O REGISTRO SOB O NIRE E DATA ABAIXO.  
Autenticação : 482831DA32EC0A79D15DE55EE268E5FE428A24E80FBC47BF88E8C9FB09172D4C  
Arquivamento : ED000472 - 0000

33

Valéria G. M. Serra  
Secretária Geral



10/12



414

disposto nas Cláusulas 8.6 e 8.6.1 abaixo, convocar, no prazo máximo de 5 (cinco) Dias Úteis contados da data em que constatar sua ocorrência, assembleia geral de Debenturistas, a se realizar no prazo mínimo previsto em lei. Se, na referida assembleia geral de Debenturistas, Debenturistas representando, no mínimo, 2/3 (dois terços) das Debêntures em circulação, decidirem por não considerar o vencimento antecipado das obrigações decorrentes das Debêntures, ou, ainda, caso os trabalhos da referida assembleia geral de Debenturistas forem suspensos para data posterior, o Agente Fiduciário não deverá declarar o vencimento antecipado das obrigações decorrentes das Debêntures; caso contrário, ou em caso de não instalação, em segunda convocação, da referida assembleia geral de Debenturistas, o Agente Fiduciário deverá, imediatamente, declarar o vencimento antecipado das obrigações decorrentes das Debêntures.

6.31.5 Na ocorrência do vencimento antecipado das obrigações decorrentes das Debêntures, a Companhia se obriga a resgatar a totalidade das Debêntures em circulação, com o seu consequente cancelamento, mediante o pagamento do saldo devedor do Valor Nominal Unitário das Debêntures em circulação, acrescido da Remuneração aplicável, calculada *pro rata temporis* desde a Primeira Data de Integralização da respectiva série ou a data de pagamento de Remuneração aplicável imediatamente anterior, conforme o caso, até a data do efetivo pagamento, sem prejuízo do pagamento dos Encargos Moratórios, quando for o caso, e de quaisquer outros valores eventualmente devidos pela Companhia nos termos desta Escritura de Emissão, no prazo de até 5 (cinco) Dias Úteis contados da data da declaração do vencimento antecipado, sob pena de, em não o fazendo, ficar obrigada, ainda, ao pagamento dos Encargos Moratórios.

6.31.6 Na ocorrência do vencimento antecipado das obrigações decorrentes das Debêntures, os recursos recebidos em pagamento das obrigações decorrentes das Debêntures, na medida em que forem sendo recebidos, deverão ser imediatamente aplicados na amortização ou quitação do saldo devedor das obrigações decorrentes das Debêntures. Caso os recursos recebidos em pagamento das obrigações decorrentes das Debêntures, não sejam suficientes para quitar simultaneamente todas as obrigações decorrentes das Debêntures tais recursos deverão ser imputados na seguinte ordem, de tal forma que, uma vez quitados os valores referentes ao primeiro item, os recursos sejam alocados para o item imediatamente seguinte, e assim sucessivamente: (i) quaisquer valores devidos pela Companhia nos termos desta Escritura de Emissão (incluindo as despesas incorridas pelo Agente Fiduciário), que não sejam os valores a que se referem os itens (ii), (iii) e (iv) abaixo; (ii) Remuneração, Encargos Moratórios e demais encargos devidos sob as obrigações decorrentes das Debêntures; (iii) saldo devedor do Valor Nominal Unitário de cada uma das Debêntures em circulação; e (iv) remuneração



Handwritten signature



42

devida ao Agente Fiduciário. A Companhia permanecerá responsável pelo saldo devedor das obrigações decorrentes das Debêntures que não tiverem sido pagas, sem prejuízo dos acréscimos de Remuneração, Encargos Moratórios e outros encargos incidentes sobre o saldo devedor das obrigações decorrentes das Debêntures enquanto não forem pagas, declarando a Companhia, neste ato, se tratar de dívida líquida e certa, passível de cobrança extrajudicial ou por meio de processo de execução judicial.

6.31.7 Para os fins desta Escritura de Emissão:

- I. "Ativo Restrito" significa (a) a participação da Companhia em qualquer (i) propriedade de mineração ou concessão, autorização ou outro direito concedido com relação a atividades de mineração por qualquer autoridade governamental; (ii) planta industrial ou de processamento, prédio, construção ou outra instalação utilizada no processamento, refino ou produção de minérios, metais ou fertilizantes, em conjunto com o terreno sobre o qual tais ativos tenham sido construídos, assim como as benfeitorias relacionadas; ou (iii) ferrovia, terminal marítimo ou porto, que seja de propriedade da Companhia na Data de Emissão ou venha a ser adquirido ou construído posteriormente; e (b) quaisquer ações, de propriedade da Companhia, representativas do capital social de uma Controlada que possua participação nos ativos descritos nos itens (i), (ii) ou (iii) da alínea (a) acima;
- II. "Controlada" significa qualquer sociedade em que a Companhia (a) seja, direta ou indiretamente, titular de mais de 51% (cinquenta e um por cento) dos valores mobiliários com direito a voto em circulação; e (b) tenha o poder de eleger a maioria dos membros do conselho de administração ou outros órgãos de administração;
- III. "Controlada Relevante" significa, a qualquer tempo, uma Controlada na qual a participação proporcional da Companhia (incluindo eventuais participações indiretas por meio de outras Controladas) nos ativos totais consolidados da Controlada (após exclusões por conta da consolidação) exceda 10% (dez por cento) dos ativos totais consolidados da Companhia ao final do último exercício social encerrado, nos termos das práticas contábeis adotadas no Brasil;
- IV. "Efeito Adverso Relevante" significa qualquer evento ou situação que cause qualquer efeito adverso relevante na situação (financeira ou de outra natureza), nos negócios, nos bens, nos resultados operacionais e/ou nas perspectivas da Companhia que impacte a capacidade da Companhia de cumprir qualquer de suas obrigações nos termos desta Escritura de Emissão;

35

Junta Comercial do Estado do Rio de Janeiro  
Empresa: VALE SA  
Nire: 33300019786  
Protocolo: 0020135543347 - 04/12/2013  
CERTIFICADO O DEFERIMENTO EM 08/12/2013, E O REGISTRO SOB O NIRE E DATA ABAIXO  
Autenticação: 482831DA32EC0A79D15DE55EE268ESFE426A24E80F9C47BF88E8C9FB08172D4C  
Arquivamento: ED000472 - 0000

Valérie G. M. Serra  
Secretária Geral





43

V. "Endividamento" significa, com relação a qualquer pessoa, qualquer valor devido (seja diretamente de uma obrigação ou indiretamente por meio de uma garantia prestada por tal pessoa) em decorrência de (a) contrato ou instrumento envolvendo ou representando um empréstimo de moeda corrente; (b) venda ou transferência condicional com coobrigação ou com obrigação de recompra; ou (c) arrendamento com substancialmente o mesmo efeito econômico que os contratos ou instrumentos acima descritos e que, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, constituiria um *leasing* financeiro; observado, entretanto, que, conforme utilizado na Cláusula 6.31.2 acima, inciso V, "Endividamento" não inclui qualquer pagamento realizado pela Companhia em nome de uma Controlada Relevante, relativo a qualquer Endividamento de tal Controlada Relevante que se torne imediatamente devido e exigível em decorrência de um inadimplemento de tal Controlada Relevante, por força de uma garantia ou instrumento similar prestado pela Companhia em relação a tal Endividamento, desde que tal pagamento seja realizado no prazo de 5 (cinco) Dias Úteis contados da data de notificação à Companhia de que tal pagamento seja devido no âmbito de tal garantia ou instrumento similar; e

VI. "Ônus" significa hipoteca, penhor, usufruto, fideicomisso, encargo ou outro gravame, incluindo, sem limitação, qualquer equivalente aos descritos acima sob a lei brasileira ou de qualquer outra jurisdição.

6.32 *Publicidade.* Todos os atos e decisões relativos às Debêntures (sem considerar os avisos e anúncios relativos à Oferta) deverão ser comunicados, na forma de aviso, no DOERJ e nos jornais "Valor Econômico" e "Jornal do Commercio", sempre imediatamente após a realização ou ocorrência do ato a ser divulgado. A Companhia poderá alterar os jornais acima por outros jornais de grande circulação e de edição nacional que sejam adotados para suas publicações societárias, mediante comunicação por escrito ao Agente Fiduciário e a publicação, na forma de aviso, nos jornais a serem substituídos.

6.33 *Comunicações.* Todas as comunicações realizadas nos termos desta Escritura de Emissão devem ser sempre realizadas por escrito, para os endereços abaixo. As comunicações serão consideradas recebidas quando entregues, sob protocolo ou mediante "aviso de recebimento" expedido pela Empresa Brasileira de Correios e Telégrafos, nos endereços abaixo. As comunicações realizadas por fac-símile ou correio eletrônico serão consideradas recebidas na data de seu envio, desde que seu recebimento seja confirmado por meio de indicativo (recibo emitido pela máquina utilizada pelo remetente). A alteração de qualquer dos endereços abaixo deverá ser comunicada às demais partes pela parte que tiver seu endereço alterado.

36

Junta Comercial do Estado do Rio de Janeiro  
Empresa : VALE SA  
NIRE : 33300019786  
Protocolo : 0020135543347 - 04/12/2013  
CERTIFICO O DEFERIMENTO EM 08/12/2013, E O REGISTRO SOB O NIRE E DATA ANEXO.  
Autenticação : 482831DA32E0A78D15DE55EE268E5FE426A24E80F9C47BF68E8C8F08172D4C  
Arquivamento : ED000472 - 0000

Valéria G. M. Serra  
Secretária Geral



43



44 f

- I. para a Companhia:  
Vale S.A.  
Avenida Graça Aranha 26  
20030-900 Rio de Janeiro, RJ  
At.: Sr. Luciano Siani Pires  
Telefone: (21) 3814-4540  
Fac-símile: (21) 3814-9935  
Correio Eletrônico: rio@vale.com
- II. para o Agente Fiduciário:  
Pentágono S.A. Distribuidora de Títulos e Valores Mobiliários  
Avenida das Américas 4200, bloco 4, sala 514, Barra da Tijuca  
22640-102 Rio de Janeiro, RJ  
At.: Sra. Nathalia Machado Loureiro  
Sra. Marcelle Motta Santoro  
Sr. Marco Aurélio Ferreira  
Telefone: (21) 3385-4565  
Fac-símile: (21) 3385-4046  
Correio Eletrônico: backoffice@pentagonotrustee.com.br

7. OBRIGAÇÕES ADICIONAIS DA COMPANHIA

7.1 A Companhia está adicionalmente obrigada a:

- I. disponibilizar em sua página na Internet e na página da CVM na Internet e, facultativamente, fornecer ao Agente Fiduciário:
- (a) na data em que ocorrer primeiro entre o decurso do prazo legalmente estabelecido após o término de cada exercício social ou a data da efetiva divulgação, cópia das demonstrações financeiras consolidadas da Companhia auditadas por auditor independente registrado na CVM ("Auditor Independente"), relativas ao respectivo exercício social, preparadas de acordo com a Lei das Sociedades por Ações, com os princípios contábeis geralmente aceitos no Brasil e com as regras emitidas pela CVM ("Demonstrações Financeiras Consolidadas Auditadas da Companhia");
- (b) na data em que ocorrer primeiro entre o decurso do prazo legalmente estabelecido após o término de cada trimestre de seu exercício social (exceto pelo último trimestre de seu exercício social) e a data da efetiva divulgação, cópia das demonstrações financeiras consolidadas da Companhia com revisão limitada pelo Auditor Independente, relativas ao respectivo trimestre,

Junta Comercial do Estado do Rio de Janeiro  
Empresa: VALE SA  
NIRE: 33300019786  
Protocolo: 0020135543347 - 04/12/2013  
CERTIFICADO O DEFERIMENTO EM 08/12/2013, E O REGISTRO SOB O NIRE E DATA ABAIXO.  
Autenticação: 482631DA32EC0A79D15DE55EE268E5FE428A24E80F9C47BF88E8C9FB0912D4C  
Arquivamento: ED000472 - 0000

37

Valéria G. M. Serna  
Secretária Geral

37



37



45

preparadas de acordo com a Lei das Sociedades por Ações, com os princípios contábeis geralmente aceitos no Brasil e com as regras emitidas pela CVM ("Demonstrações Financeiras Consolidadas Revisadas da Companhia", sendo as Demonstrações Financeiras Consolidadas Auditadas da Companhia e as Demonstrações Financeiras Consolidadas Revisadas da Companhia, quando referidas indistintamente, "Demonstrações Financeiras Consolidadas da Companhia"); e

- (c) nos mesmos prazos previstos para o envio dessas informações à CVM, cópia das informações obrigatórias periódicas e eventuais previstas na Instrução CVM 480;

II. fornecer ao Agente Fiduciário:

- (a) no prazo de até 3 (três) Dias Úteis contados da data de em que tomar conhecimento, informações a respeito da ocorrência (i) de qualquer inadimplemento, pela Companhia, de qualquer obrigação prevista nesta Escritura de Emissão; e/ou (ii) de qualquer Evento de Inadimplemento;
- (b) no prazo de até 10 (dez) Dias Úteis contados da data de recebimento da respectiva solicitação, informações e/ou documentos que venham a ser razoavelmente solicitados pelo Agente Fiduciário;
- (c) no prazo de até 10 (dez) Dias Úteis contados da data da respectiva celebração, cópia do protocolo de apresentação desta Escritura de Emissão e de seus aditamentos perante a JUCERJA; e
- (d) no prazo de até 10 (dez) Dias Úteis contados da data da respectiva inscrição na JUCERJA, uma via original desta Escritura de Emissão e de seus aditamentos;

III. manter atualizado o registro de emissor de valores mobiliários da Companhia perante a CVM, nos termos das disposições legais e regulamentares aplicáveis;

IV. cumprir as leis, regulamentos, normas administrativas e determinações dos órgãos governamentais, autarquias ou instâncias judiciais aplicáveis ao exercício de suas atividades, exceto (a) por aqueles questionados de boa-fé nas esferas administrativa e/ou judicial; ou (b) por aqueles cujo inadimplemento não cause um Efeito Adverso Relevante;

Junta Comercial do Estado do Rio de Janeiro  
Empresa: VALE SA  
NIRE: 33300019788  
Protocolo: 0020135543347 - 04/12/2013  
CERTIFICO O DEFERIMENTO EM 08/12/2013, E O REGISTRO SOB O NIRE E DATA ABAIXO.  
Autenticação: 482831DA32EC0A79D15DE55EE268E5FE428A24E80F9C47BF68E8C97B08172D4C  
Arquivamento: ED000472 - 0000

38

10/10



Handwritten signature

Valéria G. M. Serra  
Secretária Geral



46

- V. manter sempre válidas todas as autorizações necessárias à celebração desta Escritura de Emissão e ao cumprimento de todas as obrigações aqui previstas;
- VI. contratar e manter contratados, às suas expensas, os prestadores de serviços inerentes às obrigações previstas nesta Escritura de Emissão, incluindo o Agente Fiduciário, o Escriturador, o Banco Liquidante, o Auditor Independente, os sistemas de distribuição das Debêntures no mercado primário (MDA e DDA) e os sistemas de negociação das Debêntures no mercado secundário (CETIP21 e BOVESPAFIX);
- VII. contratar e manter contratada, às suas expensas, pelo menos uma agência de classificação de risco, a ser escolhida entre a Standard & Poor's, a Fitch Ratings ou a Moody's, para realizar a classificação de risco (*rating*) das Debêntures, devendo, ainda, com relação a pelo menos uma agência de classificação de risco, (a) atualizar a classificação de risco (*rating*) das Debêntures anualmente, contado da data do respectivo relatório, até a respectiva data de vencimento; (b) divulgar ou permitir que a agência de classificação de risco divulgue amplamente ao mercado os relatórios com as súmulas das classificações de risco; (c) entregar ao Agente Fiduciário os relatórios de classificação de risco relativos às Debêntures preparados pela agência de classificação de risco no prazo de até 10 (dez) dias contados da data de sua veiculação; e (d) comunicar, no prazo de até 7 (sete) Dias Úteis, ao Agente Fiduciário qualquer alteração da classificação de risco relativa às Debêntures; observado que, caso a agência de classificação de risco contratada cesse suas atividades no Brasil, tenha seu registro ou reconhecimento, perante a CVM, para atuação como agência de classificação de risco, cancelado, ou, por qualquer motivo, esteja ou seja impedida de emitir a classificação de risco relativa às Debêntures, a Companhia deverá (i) contratar outra agência de classificação de risco sem necessidade de aprovação dos Debenturistas, bastando notificar o Agente Fiduciário, desde que tal agência de classificação de risco seja a Standard & Poor's, a Fitch Ratings ou a Moody's; ou (ii) caso a agência de classificação de risco não esteja entre as indicadas no item (i) acima, no prazo de até 15 (quinze) Dias Úteis contados da data em que tomar conhecimento do evento, notificar o Agente Fiduciário e convocar assembleia geral de Debenturistas para que estes definam a agência de classificação de risco substituta;
- VIII. utilizar os recursos líquidos obtidos com a Emissão nos termos da Cláusula 4 acima;

Junta Comercial do Estado do Rio de Janeiro  
Empresa: VALE SA  
NIRE: 33300019788  
Protocolo: 0020135543347 - 04/12/2013  
CERTIFICADO O DEFERIMENTO EM 06/12/2013, E O REGISTRO SOB O NIRE E DATA ABAIXO.  
Autenticação: 482631DA32EC0A79D15DE55EE268E5FE426A24E80F9C47BF68E8C9F809172D4C  
Arquivamento: ED000472 - 0000

39

on 3



Valéria G. M. Serra  
Secretária Geral



47

- IX. realizar (a) o pagamento da remuneração do Agente Fiduciário, nos termos da Cláusula 8.4 abaixo, inciso I; e (b) desde que assim solicitado pelo Agente Fiduciário, o pagamento das despesas razoáveis devidamente comprovadas incorridas pelo Agente Fiduciário, nos termos da Cláusula 8.4 abaixo, inciso II;
- X. notificar, na mesma data, o Agente Fiduciário da convocação, pela Companhia, de qualquer assembleia geral de Debenturistas; e
- XI. comparecer, por meio de seus representantes, às assembleias gerais de Debenturistas, sempre que solicitada.

#### 8. AGENTE FIDUCIÁRIO

8.1 A Companhia nomeia e constitui agente fiduciário da Emissão o Agente Fiduciário, qualificado no preâmbulo desta Escritura de Emissão, que assina nessa qualidade e, neste ato, e na melhor forma de direito, aceita a nomeação para, nos termos da lei e desta Escritura de Emissão, representar a comunhão dos Debenturistas, declarando que:

- I. é instituição financeira devidamente organizada, constituída e existente sob a forma de sociedade por ações, de acordo com as leis brasileiras;
- II. está devidamente autorizado e obteve todas as autorizações, inclusive, conforme aplicável, legais, societárias, regulatórias e de terceiros, necessárias à celebração desta Escritura de Emissão e ao cumprimento de todas as obrigações aqui previstas, tendo sido plenamente satisfeitos todos os requisitos legais, societários, regulatórios e de terceiros necessários para tanto;
- III. o(s) representante(s) legal(is) do Agente Fiduciário que assina(m) esta Escritura de Emissão tem(têm), conforme o caso, poderes societários e/ou delegados para assumir, em nome do Agente Fiduciário, as obrigações aqui previstas e, sendo mandatário(s), tem(têm) os poderes legitimamente outorgados, estando o(s) respectivo(s) mandato(s) em pleno vigor;
- IV. esta Escritura de Emissão e as obrigações aqui previstas constituem obrigações lícitas, válidas, vinculantes e eficazes do Agente Fiduciário, exequíveis de acordo com os seus termos e condições;
- V. a celebração, os termos e condições desta Escritura de Emissão e o cumprimento das obrigações aqui previstas (a) não infringem o estatuto social do Agente Fiduciário; (b) não infringem qualquer contrato ou instrumento do qual o Agente Fiduciário seja parte e/ou pelo qual qualquer de seus ativos esteja sujeito; (c) não infringem

Junta Comercial do Estado do Rio de Janeiro  
Empresa: VALE SA  
Nire: 33300019788  
Protocolo: 0020135543347 - 04/12/2013  
CERTIFICO O DEFERIMENTO EM 08/12/2013, E O REGISTRO SOB O NIRE E DATA ABACUO  
Autenticação: 482831DA32EC0A7BD15DE55EE268E5FE428A24E80F9C47BF88E8C9FB0172D4C  
Arquivamento: ED000472 - 0000

40

  
Valéria G. M. Serra  
Secretária Geral









48 f

qualquer disposição legal ou regulamentar a que o Agente Fiduciário e/ou qualquer de seus ativos esteja sujeito; (d) não infringem qualquer ordem, decisão ou sentença administrativa, judicial ou arbitral que afete o Agente Fiduciário e/ou qualquer de seus ativos; e (e) não infringem qualquer obrigação anteriormente assumida pelo Agente Fiduciário;

- VI. aceita a função para a qual foi nomeado, assumindo integralmente os deveres e atribuições previstos na legislação específica e nesta Escritura de Emissão;
- VII. conhece e aceita integralmente esta Escritura de Emissão e todos os seus termos e condições;
- VIII. verificou a veracidade das informações contidas nesta Escritura de Emissão, com base nas informações prestadas pela Companhia a pedido do Agente Fiduciário, sendo certo que o Agente Fiduciário não conduziu qualquer procedimento de verificação independente ou adicional da veracidade das informações apresentadas;
- IX. está ciente da regulamentação aplicável emanada do Banco Central do Brasil e da CVM;
- X. não tem, sob as penas de lei, qualquer impedimento legal, conforme o artigo 66, parágrafo 3º, da Lei das Sociedades por Ações, a Instrução CVM n.º 28, de 23 de novembro de 1983, conforme alterada, ou, em caso de alteração, a que vier a substituí-la ("Instrução CVM 28"), e demais normas aplicáveis, para exercer a função que lhe é conferida;
- XI. não se encontra em nenhuma das situações de conflito de interesse previstas no artigo 10 da Instrução CVM 28;
- XII. não tem qualquer ligação com a Companhia que o impeça de exercer suas funções;
- XIII. na data de celebração desta Escritura de Emissão, conforme organograma encaminhado pela Companhia, o Agente Fiduciário identificou que presta serviços de agente fiduciário nas seguintes emissões:

(a) na quinta emissão pública de debêntures de BNDES Participações S.A. – BNDESPAR, consistindo em 3.050.000 (três milhões e cinquenta mil) debêntures simples, não conversíveis em ações, da espécie quirografária, sem garantias, totalizando R\$2.025.000.000,00 (dois bilhões, vinte e cinco milhões de reais), na data de emissão, em três séries, sendo (i) a primeira série composta por 500.000 (quinhentos

Junta Comercial do Estado do Rio de Janeiro  
Empresa : VALE SA  
Nire : 33300019788  
Protocolo : 0020135543347 - 04/12/2013  
CERTIFICADO DE DEFERIMENTO EM 08/12/2013, E O REGISTRO SOB O NIRE E DATA ABAIXO.  
Autenticação : 4B2B31DA32EC0A78D15DE55EE268E5FE426A24E80F9C47BF88E8C9FB0417204C  
Arquivamento : ED000472 - 0000

41

Valéria G. M. Serra  
Secretária Geral



*[Assinatura]*



49 f

mil) debêntures, com vencimento em 1º de janeiro de 2014, não tendo ocorrido, com relação à primeira série, eventos de resgate, amortização, repactuação ou inadimplemento no período; (ii) a segunda série composta por 1.000.000 (um milhão) de debêntures, com vencimento em 1º de janeiro de 2014, não tendo ocorrido, com relação à segunda série, eventos de resgate, amortização, repactuação ou inadimplemento no período; e (iii) a terceira série composta por 525.000 (quinhentos e vinte e cinco mil) de debêntures, com vencimento em 15 de janeiro de 2017, não tendo ocorrido, com relação à terceira série, eventos de resgate, amortização, repactuação ou inadimplemento no período;

- (b) na sexta emissão pública de debêntures de BNDES Participações S.A. – BNDESPAR, consistindo em 2.050.000 (três milhões e cinquenta mil) debêntures simples, não conversíveis em ações, da espécie quirografária, sem garantias, totalizando R\$2.000.000.000,00 (dois bilhões de reais), na data de emissão, em três séries, sendo (i) a primeira série composta por 409.000 (quatrocentos e nove mil) debêntures, com vencimento em 1º de julho de 2016, não tendo ocorrido, com relação à primeira série, eventos de resgate, amortização, repactuação ou inadimplemento no período; (ii) a segunda série composta por 302.000 (trezentos e dois mil) debêntures, com vencimento em 1º de julho de 2016, não tendo ocorrido, com relação à segunda série, eventos de resgate, amortização, repactuação ou inadimplemento no período; e (iii) a terceira série composta por 1.289.000 (um milhão, duzentos e oitenta e nove mil) debêntures, com vencimento em 15 de maio de 2019, não tendo ocorrido, com relação à terceira série, eventos de resgate, amortização, repactuação ou inadimplemento no período;
- (c) na quinta emissão pública de debêntures de Bradespar S.A., consistindo em 100.000 (cem mil) debêntures simples, não conversíveis em ações, da espécie quirografária, sem garantias, totalizando R\$1.000.000.000,00 (um bilhão de reais), na data de emissão, em série única, com vencimento em 6 de julho de 2015, não tendo ocorrido eventos de resgate, amortização, repactuação ou inadimplemento no período;
- (d) na primeira emissão pública de debêntures de NCF Participações S.A., consistindo em 2.300 (dois mil e trezentos) debêntures simples, não conversíveis em ações, da espécie quirografária, sem garantias, totalizando R\$2.300.000.000,00

42

Junta Comercial do Estado do Rio de Janeiro  
Empresa : VALE S.A.  
NIRE : 33300019788  
Protocolo : 0020135543347 - 04/12/2013  
CERTIFICO O DEFERIMENTO EM 06/12/2013, E O REGISTRO SOB O NIRE E DATA ABAIXO.  
Autenticação : 482831DA32EC0A79D15DE55EE268E5FE428A24E80F9C47BF68E8C8F05172D4C  
Arquivamento : ED000472 - 0000

Valéria G. M. Serra  
Secretária Geral





30

(dois bilhões e trezentos milhões de reais), na data de emissão, em série única, com vencimento em 25 de maio de 2014, tendo ocorrido evento de resgate parcial no período, e não tendo ocorrido eventos de amortização, repactuação ou inadimplemento no período;

- (e) na quarta emissão pública de debêntures de MRS Logística S.A., consistindo em 30.000 (trinta mil) debêntures simples, não conversíveis em ações, da espécie com garantia flutuante, totalizando, R\$300.000.000,00 (trezentos milhões de reais), na data de emissão, em série única, com vencimento em 1º de fevereiro de 2020, tendo ocorrido evento de amortização no período, e não tendo ocorrido eventos de resgate, repactuação ou inadimplemento no período;
- (f) na quinta emissão pública de debêntures de MRS Logística S.A., consistindo em 300.000 (trezentos mil) debêntures simples, não conversíveis em ações, da espécie quirografária, sem garantias, totalizando, R\$300.000.000,00 (trezentos milhões de reais), na data de emissão, em série única, com vencimento em 18 de julho de 2018, tendo ocorrido evento de amortização no período, e não tendo ocorrido eventos de resgate, repactuação ou inadimplemento no período; e
- (g) na sexta emissão pública de debêntures de MRS Logística S.A., consistindo em 30.000 (trinta mil) debêntures simples, não conversíveis em ações, da espécie quirografária, sem garantias, totalizando R\$300.000.000,00 (trezentos milhões de reais), na data de emissão, em série única, com vencimento no prazo de 6 (seis) anos contados da data da primeira subscrição e integralização, não tendo ocorrido eventos de resgate, amortização, repactuação ou inadimplemento no período; e

XIV. tendo em vista o disposto no inciso XIII acima, assegura e assegurará, nos termos do artigo 10, parágrafo 10, da Instrução CVM 28, tratamento equitativo a todos os Debenturistas e a todos os titulares das debêntures a que se refere o inciso XIII acima.

8.2 O Agente Fiduciário exercerá suas funções a partir da data de celebração desta Escritura de Emissão ou, na hipótese de substituição, de eventual aditamento relativo à sua substituição, devendo permanecer no exercício de suas funções até a integral quitação de todas as obrigações nos termos desta Escritura de Emissão, ou até sua efetiva substituição.

Junta Comercial do Estado do Rio de Janeiro  
Empresa: VALE SA  
NIRE: 33300019766  
Protocolo: 0020135543347 - 04/12/2013  
CERTIFICO O DEFERIMENTO EM 09/12/2013, E O REGISTRO SOB O NIRE E DATA ABAIXO.  
Autenticação: 482831DA32EC0A78D15DE55EE268E5FE426A24E80F9C474488E8C9FB09172D4C  
Arquivamento: ED000472 - 0000

43

02/13



Handwritten signature

Valéria G. M. Serra  
Secretária Geral



51 f

8.3 Em caso de ausência, impedimentos temporários, renúncia, intervenção, liquidação judicial ou extrajudicial, falência, ou qualquer outro caso de vacância do Agente Fiduciário, aplicam-se as seguintes regras:

- I. é facultado aos Debenturistas, após o encerramento da Oferta, proceder à substituição do Agente Fiduciário e à indicação de seu substituto, em assembleia geral de Debenturistas especialmente convocada para esse fim;
- II. caso o Agente Fiduciário não possa continuar a exercer as suas funções por circunstâncias supervenientes a esta Escritura de Emissão, deverá comunicar imediatamente o fato aos Debenturistas, solicitando sua substituição e convocar assembleia geral de Debenturistas para esse fim;
- III. caso o Agente Fiduciário renuncie às suas funções, deverá permanecer no exercício de suas funções até que uma instituição substituta seja indicada pela Companhia e aprovada pela assembleia geral de Debenturistas e assuma efetivamente as suas funções;
- IV. serão realizadas, dentro do prazo máximo de 30 (trinta) dias, contados do evento que a determinar, assembleia geral de Debenturistas para a escolha do novo agente fiduciário, que poderá ser convocada pelo próprio Agente Fiduciário a ser substituído, pela Companhia, por Debenturistas representando, no mínimo, 10% (dez por cento) das Debêntures em circulação, ou pela CVM; na hipótese da convocação não ocorrer em até 15 (quinze) dias antes do término do prazo aqui previsto, caberá à Companhia efetuar-la, sendo certo que a CVM poderá nomear substituto provisório enquanto não se consumir o processo de escolha do novo agente fiduciário;
- V. a substituição do Agente Fiduciário (a) está sujeita à comunicação prévia à CVM e à sua manifestação acerca do atendimento aos requisitos previstos no artigo 9º da Instrução CVM 28; e (b) se em caráter permanente, deverá ser objeto de aditamento a esta Escritura de Emissão;
- VI. os pagamentos ao Agente Fiduciário substituído serão realizados observando-se a proporcionalidade ao período da efetiva prestação dos serviços;
- VII. o agente fiduciário substituto fará jus à mesma remuneração percebida pelo anterior, caso (a) a Companhia não tenha concordado com o novo valor da remuneração do agente fiduciário proposto pela assembleia geral de Debenturistas a que se refere o inciso IV acima; ou (b) a assembleia geral de Debenturistas a que se refere o inciso IV acima não delibere sobre a matéria;

Junta Comercial do Estado do Rio de Janeiro  
Empresa: VALE SA  
Nire: 3330019788  
Protocolo: 0020135543347 - 04/12/2013  
CERTIFICO O DEFERIMENTO EM 08/12/2013, E O REGISTRO SOB O NIRE E DATA ABAIXO.  
Autenticação: 482831DA32E0A79D15DE55EE288E5FE428A24E80F9C47B74E8C9F3B09172D4C  
Arquivamento: ED000472 - 000/0

44

Valéria G. M. Serra  
Secretária Geral



Handwritten signature



52

- VIII. o agente fiduciário substituto deverá, imediatamente após sua nomeação, comunicá-la à Companhia e aos Debenturistas nos termos das Cláusulas 6.32 e 6.33 acima; e
- IX. aplicam-se às hipóteses de substituição do Agente Fiduciário as normas e preceitos emanados da CVM.
- 8.4 Pelo desempenho dos deveres e atribuições que lhe competem, nos termos da lei e desta Escritura de Emissão, o Agente Fiduciário, ou a instituição que vier a substituí-lo nessa qualidade:
- I. receberá uma remuneração:
- (a) de R\$2.500,00 (dois mil e quinhentos reais) por ano, devida pela Companhia, sendo a primeira parcela da remuneração devida no 5º (quinto) Dia Útil contado da data de celebração desta Escritura de Emissão, e as demais, no mesmo dia dos anos subsequentes, até o vencimento da Emissão, ou enquanto o Agente Fiduciário representar os interesses dos Debenturistas;
  - (b) reajustada anualmente, desde a data de pagamento da primeira parcela, pela variação do IGPM, ou do índice que eventualmente o substitua, calculada *pro rata temporis*, se necessário;
  - (c) acrescida do Imposto Sobre Serviços de Qualquer Natureza – ISSQN, da Contribuição para o Programa de Integração Social – PIS, da Contribuição para o Financiamento da Seguridade Social – COFINS e de quaisquer outros impostos que venham a incidir sobre a remuneração devida ao Agente Fiduciário, nas alíquotas vigentes nas datas de cada pagamento, exceto pelo Imposto Sobre a Renda e Proventos de Qualquer Natureza – IR;
  - (d) devida até o vencimento, resgate ou cancelamento das Debêntures e mesmo após o seu vencimento, resgate ou cancelamento na hipótese de atuação do Agente Fiduciário na cobrança de eventuais inadimplências relativas às Debêntures não sanadas pela Companhia, casos em que a remuneração devida ao Agente Fiduciário será calculada proporcionalmente aos meses de atuação do Agente Fiduciário, com base no valor da alínea (a) acima, reajustado conforme a alínea (b) acima;
  - (e) acrescida, em caso de mora em seu pagamento, independentemente de aviso, notificação ou interpelação judicial ou extrajudicial, sobre os valores em atraso, de (i) juros de mora de 1% (um por cento) ao mês, calculados *pro rata temporis* desde a data de inadimplemento até a data do efetivo

Junta Comercial do Estado do Rio de Janeiro  
Empresa : VALE SA  
Nire : 33300019788  
Protocolo : 0020135543347 - 04/12/2013  
CERTIFICADO O DEFERIMENTO EM 06/12/2013, E O REGISTRO SOB O NIRE E DATA ANEXO,  
Autenticação : 482831DA32EC0A79D15DE55EE288E5FE428A24E80F9C47BF88E8C8F809112D4C  
Arquivamento : ED000472 - 0000

45

Valéria G. M. Serra  
Secretária Geral



Handwritten signature



53

pagamento; (ii) multa moratória, irredutível e de natureza não compensatória, de 2% (dois por cento); e (iii) atualização monetária pelo IGPM, calculada *pro rata temporis* desde a data de inadimplemento até a data do efetivo pagamento; e

(f) realizada mediante depósito na conta corrente a ser indicada por escrito pelo Agente Fiduciário à Companhia, servindo o comprovante do depósito como prova de quitação do pagamento;

II. será reembolsado pela Companhia por todas as despesas razoáveis que comprovadamente incorrer para proteger os direitos e interesses dos Debenturistas ou para realizar seus créditos, no prazo de até 30 (trinta) dias contados da data de entrega de cópia dos documentos comprobatórios neste sentido, desde que as despesas tenham sido, sempre que possível, previamente aprovadas pela Companhia, as quais serão consideradas aprovadas caso a Companhia não se manifeste no prazo de 10 (dez) dias contados da data de recebimento da respectiva notificação do Agente Fiduciário, incluindo despesas com:

(a) publicação de relatórios, editais de convocação, avisos, notificações e outros, conforme previsto nesta Escritura de Emissão, e outras que vierem a ser exigidas por regulamentos aplicáveis;

(b) extração de certidões;

(c) transporte, viagens entre Estados da Federação, e respectivas estadias e alimentação, desde que razoáveis, quando necessárias ao desempenho de suas funções nos termos desta Escritura de Emissão; e

(d) despesas com especialistas que sejam considerados necessários, em base razoável, tais como auditoria, fiscalização e assessoria jurídica aos Debenturistas;

III. poderá, em caso de inadimplência da Companhia no pagamento das despesas a que se referem os incisos I e II acima por um período superior a 30 (trinta) dias, solicitar aos Debenturistas adiantamento para o pagamento de despesas razoáveis com procedimentos legais, judiciais ou administrativos que o Agente Fiduciário venha a incorrer para resguardar os interesses dos Debenturistas, despesas estas que deverão ser, sempre que possível, previamente aprovadas e adiantadas pelos Debenturistas, na proporção de seus créditos, e posteriormente, ressarcidas pela Companhia, sendo que as despesas a serem adiantadas pelos Debenturistas, na proporção de seus

Junta Comercial do Estado do Rio de Janeiro  
Empresa: VALE SA  
Nire: 33300019766  
Protocolo: 0020135543347 - 04/12/2013  
CERTIFICO O DEFERIMENTO EM 08/12/2013, E O REGISTRO SOB O NIRE E DATA ABAIXO.  
Autenticação: 482831DA32EC0A79D15DE55EE268E5FE428A24E80F9C47BF86E6C9F80917D4C  
Arquivamento: ED000472 - 0000

46

Valéria G. M. Serra  
Secretária Geral





54

créditos, incluem os gastos com honorários advocatícios de terceiros, depósitos, custas e taxas judiciais nas ações propostas pelo Agente Fiduciário ou decorrentes de ações contra ele propostas no exercício de sua função, ou ainda que lhe causem prejuízos ou riscos financeiros, enquanto representante da comunhão dos Debenturistas; as eventuais despesas, depósitos e custas judiciais decorrentes da sucumbência em ações judiciais serão igualmente suportadas pelos Debenturistas bem como sua remuneração, no caso da Companhia permanecer em inadimplência com relação ao pagamento desta por um período superior a 30 (trinta) dias, podendo o Agente Fiduciário solicitar garantia dos Debenturistas para cobertura do risco de sucumbência; e

- IV. o crédito do Agente Fiduciário por despesas incorridas para proteger direitos e interesses ou realizar créditos dos Debenturistas que não tenha sido saldado na forma prevista no inciso III acima será acrescido à dívida da Companhia, tendo preferência sobre esta na ordem de pagamento.

8.5 Além de outros previstos em lei, na regulamentação da CVM e nesta Escritura de Emissão, constituem deveres e atribuições do Agente Fiduciário:

- I. responsabilizar-se integralmente pelos serviços contratados, nos termos da legislação vigente;
- II. custear (a) todas as despesas decorrentes da execução dos seus serviços, incluindo todos os tributos, municipais, estaduais e federais, presentes ou futuros, devidos em decorrência da execução dos seus serviços, observado o disposto na Cláusula 8.4 acima, inciso I, alínea (c), e na Cláusula 8.4 acima, incisos II e III; e (b) todos os encargos cíveis, trabalhistas e/ou previdenciários;
- III. proteger os direitos e interesses dos Debenturistas, empregando, no exercício da função, o cuidado e a diligência com que todo homem ativo e probo costuma empregar na administração de seus próprios bens;
- IV. renunciar à função, na hipótese de superveniência de conflito de interesses ou de qualquer outra modalidade de inaptidão;
- V. conservar em boa guarda toda a escrituração, correspondência e demais papéis relacionados com o exercício de suas funções;
- VI. verificar, no momento de aceitar a função, a veracidade das informações contidas nesta Escritura de Emissão, conforme já verificado nos termos da declaração prevista acima, diligenciando no sentido de que sejam sanadas as omissões, falhas ou defeitos de que tenha conhecimento;

47

Junta Comercial do Estado do Rio de Janeiro  
Empresa : VALE S.A.  
NIRE : 33300019788  
Protocolo : 0020135543347 - 04/12/2013  
CERTIFICO O DEFERIMENTO EM 06/12/2013, E O REGISTRO SOB O NIRE E DATA ABAIXO.  
Autenticação : 482631DA32EC0A79D15DE55EE268E5FE426A24E80F9C47BF86E8C9FB09172D4C  
Arquivamento : ED000472 - 0000

Valéria G. M. Serra  
Secretária Geral





554

- VII. promover nos competentes órgãos, caso a Companhia não o faça, a inscrição e/ou o registro desta Escritura de Emissão e as respectivas averbações de seus aditamentos, sanando as lacunas e irregularidades porventura neles existentes, o que não excluirá, em qualquer caso, a configuração de inadimplemento de obrigação não pecuniária pela Companhia para os fins desta Escritura de Emissão;
- VIII. acompanhar a observância da periodicidade na prestação das informações obrigatórias, alertando os Debenturistas acerca de eventuais omissões ou inverdades constantes de tais informações;
- IX. emitir parecer sobre a suficiência das informações constantes das propostas de modificações nas condições das Debêntures;
- X. solicitar, quando julgar necessário, para o fiel desempenho de suas funções, certidões atualizadas da Companhia, necessárias e pertinentes dos distribuidores cíveis, das varas de Fazenda Pública, cartórios de protesto, varas da Justiça do Trabalho, Procuradoria da Fazenda Pública, onde se localiza a sede do estabelecimento principal da Companhia;
- XI. solicitar, quando considerar necessário, auditoria extraordinária na Companhia;
- XII. convocar, quando necessário, assembleia geral de Debenturistas nos termos da Cláusula 9.3 abaixo;
- XIII. comparecer às assembleias gerais de Debenturistas a fim de prestar as informações que lhe forem solicitadas;
- XIV. elaborar, no prazo legal, relatório anual destinado aos Debenturistas, nos termos do artigo 68, parágrafo 1º, alínea (b), da Lei das Sociedades por Ações, que deverá conter, ao menos, as informações abaixo:
- (a) eventual omissão ou inverdade, de que tenha conhecimento, contida nas informações divulgadas pela Companhia, ou, ainda, o inadimplemento ou atraso na obrigatória prestação de informações pela Companhia;
  - (b) alterações estatutárias da Companhia ocorridas no período;
  - (c) comentários sobre as demonstrações financeiras da Companhia, com enfoque nos indicadores econômicos, financeiros e de estrutura de capital da Companhia;
  - (d) posição da Oferta ou colocação das Debêntures no mercado;

Junta Comercial do Estado do Rio de Janeiro  
Empresa : VALE SA  
Nire : 33300019786  
Protocolo : 0020135543347 - 04/12/2013  
CERTIFICO O DEFERIMENTO EM 08/12/2013, E O REGISTRO SOB O NIRE E DATA ABAIXO.  
Autenticação : 482631DA32EC0A79D15DE55EE288E5FE428A24E80F9C47BF68E8C9FB09172D4C  
Arquivamento : ED000472 - 0000

48

  
Valéria G. M. Serra  
Secretária Geral









56

- (e) resgate, amortização e pagamentos realizados no período, bem como aquisições e vendas de Debêntures realizadas pela Companhia;
  - (f) acompanhamento da destinação dos recursos captados por meio das Debêntures, de acordo com os dados obtidos com os administradores da Companhia;
  - (g) relação dos bens e valores eventualmente entregues à sua administração;
  - (h) cumprimento das demais obrigações assumidas pela Companhia nos termos desta Escritura de Emissão;
  - (i) existência de outras emissões de debêntures, públicas ou privadas, realizadas pela própria Companhia e/ou por sociedade coligada, controlada, controladora ou integrante do mesmo grupo da Companhia em que tenha atuado como agente fiduciário no período, bem como os dados sobre tais emissões previstos no artigo 12, inciso XVII, alínea (k), itens 1 a 7, da Instrução CVM 28; e
  - (j) declaração sobre sua aptidão para continuar exercendo a função de agente fiduciário;
- XV. disponibilizar o relatório a que se refere o inciso XIV acima até 30 de abril de cada ano ao menos na sede da Companhia, no escritório do Agente Fiduciário, na CVM, na CETIP, na BM&FBOVESPA e na sede do Coordenador Líder;
- XVI. publicar, às expensas da Companhia, nos termos da Cláusula 6.32 acima, anúncio comunicando aos Debenturistas que o relatório a que se refere o inciso XIV acima encontra-se à disposição nos locais indicados no inciso XV acima;
- XVII. manter atualizada a relação dos Debenturistas e seus endereços, mediante, inclusive, gestões perante a Companhia, o Escriturador, o Banco Liquidante, a CETIP e a BM&FBOVESPA, sendo que, para fins de atendimento ao disposto neste inciso, a Companhia e os Debenturistas, mediante a subscrição ou aquisição das Debêntures, expressamente autorizam, desde já, o Escriturador, o Banco Liquidante, a CETIP e a BM&FBOVESPA a atenderem quaisquer solicitações realizadas pelo Agente Fiduciário, inclusive referente à divulgação, a qualquer momento, da posição de Debêntures, e seus respectivos Debenturistas;
- XVIII. coordenar o sorteio das Debêntures a serem resgatadas de forma parcial nos casos previstos nesta Escritura de Emissão, se aplicável;

Junta Comercial do Estado do Rio de Janeiro  
Empresa: VALE SA  
Nire: 33300019798  
Protocolo: 0020135543347 - 04/12/2013  
CERTIFICO O DEFERIMENTO EM 08/12/2013, E O REGISTRO SOB O NIRE E DATA ABAIXO.  
Autenticação: 482831DA32ECA78D15DE55EE268E5FE428A24E80F9C47BF86E8C9FB09172D4C  
Arquivamento: ED000472 - 0000

49

  
Valérie G. M. Serra  
Secretária Geral







57 \$

- XIX. fiscalizar o cumprimento das cláusulas constantes desta Escritura de Emissão, inclusive (a) daquelas impositivas de obrigações de fazer e de não fazer; e (b) daquelas relativas à obrigação de manutenção da contratação de agência de classificação de risco para atualização do relatório de classificação de risco das Debêntures, e à obrigação de dar ampla divulgação da atualização do relatório de classificação de risco das Debêntures, nos termos da Cláusula 7.1 acima, inciso VII;
- XX. notificar os Debenturistas, se possível individualmente, ou, caso não seja possível, nos termos da Cláusula 6.32 acima, no prazo de até 5 (cinco) Dias Úteis contados da data em que o Agente Fiduciário tomou conhecimento, de qualquer inadimplemento, pela Companhia, de qualquer obrigação prevista nesta Escritura de Emissão, indicando o local em que fornecerá aos interessados maiores esclarecimentos, sendo que comunicação de igual teor deve ser enviada à Companhia, à CVM, à CETIP e à BM&FBOVESPA;
- XXI. divulgar as informações referidas no inciso XIV acima, alínea (i), em sua página na Internet tão logo delas tenha conhecimento;
- XXII. enviar à ANBIMA, no prazo de até 15 (quinze) dias contados da data de sua veiculação, os relatórios de classificação de risco das Debêntures elaborados pela agência de classificação de risco contratada pela Companhia, nos termos da Cláusula 7.1 acima, inciso VII; e
- XXIII. divulgar aos Debenturistas e demais participantes do mercado, em sua página na Internet e/ou em sua central de atendimento, em cada Dia Útil, o saldo devedor unitário das Debêntures, calculado pelo Agente Fiduciário em conjunto com a Companhia.
- 8.6 No caso de inadimplemento, pela Companhia, de qualquer de suas obrigações previstas nesta Escritura de Emissão, não sanado nos prazos previstos na Cláusula 6.31 acima (e subcláusulas), conforme aplicáveis, deverá o Agente Fiduciário usar de toda e qualquer ação para proteger direitos ou defender interesses dos Debenturistas, devendo para tanto:
- I. declarar, observadas as condições desta Escritura de Emissão, antecipadamente vencidas as obrigações decorrentes das Debêntures, e cobrar seu principal e acessórios;
  - II. requerer a falência da Companhia, se não existirem garantias reais;
  - III. tomar quaisquer outras providências necessárias para que os Debenturistas realizem seus créditos; e

Junta Comercial do Estado do Rio de Janeiro  
Empresa: VALE SA  
Nire: 33300019788  
Protocolo: 0020135543347 - 04/12/2013  
CERTIFICO O DEFERIMENTO EM 08/12/2013, E O REGISTRO SOB O NIRE E DATA ABAIXO.  
Autenticação: 482831DA32EC0A79D15DE55EE288E5FE428A24E80F9C47BF68E8C9FB09172D4C  
Arquivamento: ED000472 - 0000

50

Valéria G. M. Serra  
Secretária Geral



50 f

- IV. representar os Debenturistas em processo de falência, recuperação judicial, recuperação extrajudicial ou, se aplicável, intervenção ou liquidação extrajudicial da Companhia.
- 8.6.1 Observado o disposto na Cláusula 6.31 acima (e subcláusulas), o Agente Fiduciário somente se eximirá da responsabilidade pela não adoção das medidas contempladas na Cláusula 8.6 acima, incisos I a III, se, convocada a assembleia geral de Debenturistas, esta assim o autorizar por deliberação da unanimidade das Debêntures em circulação. Na hipótese da Cláusula 8.6 acima, inciso IV, será suficiente a deliberação da maioria das Debêntures em circulação.
- 8.7 O Agente Fiduciário não será obrigado a realizar qualquer verificação de veracidade de qualquer documento ou registro que considere autêntico e que lhe tenha sido encaminhado pela Companhia ou por terceiros a seu pedido, para se basear nas suas decisões, e não será responsável pela elaboração desses documentos, que permanecerão sob obrigação legal e regulamentar da Companhia elaborá-los, nos termos da legislação aplicável, exceto conforme previsto no artigo 12, inciso V, da Instrução CVM 28.
- 8.8 O Agente Fiduciário não emitirá qualquer tipo de opinião ou fará qualquer juízo sobre orientação acerca de qualquer fato da Emissão que seja de competência de definição pelos Debenturistas, nos termos da Cláusula 9 abaixo, obrigando-se, tão-somente, a agir em conformidade com as instruções que lhe foram transmitidas pelos Debenturistas, nos termos da Cláusula 9 abaixo, e de acordo com as atribuições que lhe são conferidas por lei, pela Cláusula 8.5 acima e pelas demais disposições desta Escritura de Emissão. Nesse sentido, o Agente Fiduciário não possui qualquer responsabilidade sobre o resultado ou sobre os efeitos jurídicos decorrentes do estrito cumprimento das orientações dos Debenturistas que lhe forem transmitidas conforme definidas pelos Debenturistas, nos termos da Cláusula 9 abaixo, e reproduzidas perante a Companhia.
- 8.9 A atuação do Agente Fiduciário limita-se ao escopo da Instrução CVM 28, dos artigos aplicáveis da Lei das Sociedades por Ações e desta Escritura de Emissão, estando o Agente Fiduciário isento, sob qualquer forma ou pretexto, de qualquer responsabilidade adicional que não tenha decorrido das disposições legais e regulamentares aplicáveis e desta Escritura de Emissão.
9. ASSEMBLEIA GERAL DE DEBENTURISTAS
- 9.1 Os Debenturistas poderão, a qualquer tempo, reunir-se em assembleia geral, de acordo com o disposto no artigo 71 da Lei das Sociedades por Ações, a fim de deliberarem sobre matéria de interesse da comunhão dos Debenturistas, observado que:

Junta Comercial do Estado do Rio de Janeiro  
Empresa: VALE SA  
Nire: 33300019798  
Protocolo: 0020135543347 - 04/12/2013  
CERTIFICADO O DEFERIMENTO EM 06/12/2013, E O REGISTRO SOB O NIRE E DATA ABAIXO.  
Autenticação: 482831DA32EC0A79D15DE55EE288E5FE428A24E80F8C47BF68E8C9FB09172D4C  
Arquivamento: ED000472 - 0000

51

Valéria G. M. Serra  
Secretária Geral



Handwritten signature



52

- I. quando o assunto a ser deliberado for comum a todas as séries de Debêntures, os Debenturistas de todas as séries deverão, a qualquer tempo, reunir-se em assembleia geral conjunta, de acordo com o disposto no artigo 71 da Lei das Sociedades por Ações, a fim de deliberarem sobre matéria de interesse da comunhão dos Debenturistas de todas as séries; e
  - II. quando o assunto a ser deliberado for específico a uma determinada série, os Debenturistas da Primeira Série, os Debenturistas da Segunda Série, os Debenturistas da Terceira Série ou os Debenturistas da Quarta Série, conforme o caso, poderão, a qualquer tempo, de acordo com o disposto no artigo 71 da Lei das Sociedades por Ações, reunir-se em assembleia geral, que se realizará em separado, computando-se em separado os respectivos quóruns de convocação, de instalação e de deliberação, a fim de deliberarem sobre matéria de interesse da comunhão dos Debenturistas da Primeira Série, dos Debenturistas da Segunda Série, dos Debenturistas da Terceira Série ou dos Debenturistas da Quarta Série, conforme o caso.
- 9.1.1 Para os fins desta Escritura de Emissão, o assunto a ser deliberado será considerado específico a determinada série sempre que e somente se se referir a alterações (i) da Remuneração aplicável; (ii) de quaisquer datas de pagamento de quaisquer valores previstos nesta Escritura de Emissão relativos à respectiva série; e/ou (iii) do prazo de vigência das Debêntures da respectiva série.
- 9.1.2 Os procedimentos previstos nesta Cláusula 9 serão aplicáveis às assembleias gerais de Debenturistas de todas as séries e às assembleias gerais de Debenturistas da Primeira Série, às assembleias gerais de Debenturistas da Segunda Série, às assembleias gerais de Debenturistas da Terceira Série ou às assembleias gerais de Debenturistas da Quarta Série, conforme o caso, e os quóruns aqui previstos deverão ser calculados levando-se em consideração o total de Debêntures de todas as séries ou o total de Debêntures da respectiva série, conforme o caso.
- 9.2 As assembleias gerais de Debenturistas poderão ser convocadas pelo Agente Fiduciário, pela Companhia, por Debenturistas que representem, no mínimo, 10% (dez por cento) das Debêntures em circulação ou das Debêntures da respectiva série em circulação, conforme o caso, ou pela CVM.
- 9.3 A convocação das assembleias gerais de Debenturistas dar-se-á mediante anúncio publicado pelo menos 3 (três) vezes nos termos da Cláusula 6.32 acima, respeitadas outras regras relacionadas à publicação de anúncio de convocação de assembleias gerais constantes da Lei das Sociedades por Ações, da regulamentação aplicável e desta Escritura de Emissão, ficando

Junta Comercial do Estado do Rio de Janeiro  
Empresa : VALE SA  
Nire : 33300019788  
Protocolo : 0020135543347 - 04/12/2013  
CERTIFICADO O DEFERIMENTO EM 08/12/2013, E O REGISTRO SOB O NIRE E DATA ABAIXO  
Autenticação : 482631DA32EC0A79D15DE55EE288E5FE428A24E80F9C47BF66E8C9FB09172D4C  
Arquivamento : ED000472 - 0000

52

Valéria G. M. Serra  
Secretária Geral



60

dispensada a convocação no caso da presença da totalidade dos Debenturistas ou dos Debenturistas da respectiva série, conforme o caso.

- 9.4 As assembleias gerais de Debenturistas instalar-se-ão, em primeira convocação, com a presença de titulares de, no mínimo, metade das Debêntures em circulação ou das Debêntures da respectiva série em circulação, conforme o caso, e, em segunda convocação, com qualquer quórum.
- 9.5 A presidência e a secretaria das assembleias gerais de Debenturistas caberão aos Debenturistas eleitos por estes próprios ou àqueles que forem designados pela CVM.
- 9.6 Nas deliberações das assembleias gerais de Debenturistas, a cada uma das Debêntures em circulação caberá um voto, admitida a constituição de mandatário, Debenturista ou não. Observado o disposto na Cláusula 9.1 acima (e subcláusulas), exceto pelo disposto na Cláusula 9.6.1 abaixo, todas as deliberações a serem tomadas em assembleia geral de Debenturistas, dependerão de aprovação de Debenturistas representando, no mínimo, a maioria simples das Debêntures em circulação.
- 9.6.1 Observado o disposto na Cláusula 9.1 acima (e subcláusulas), não estão incluídos no quórum a que se refere a Cláusula 9.6 acima:
- I. os quóruns expressamente previstos em outras Cláusulas desta Escritura de Emissão;
  - II. as alterações, que somente poderão ser propostas pela Companhia, que deverão ser aprovadas por Debenturistas representando, no mínimo, 90% (noventa por cento) das Debêntures em circulação, (a) das disposições desta Cláusula; (b) de qualquer dos quóruns previstos nesta Escritura de Emissão; (c) da Remuneração; (d) de quaisquer datas de pagamento de quaisquer valores previstos nesta Escritura de Emissão; (e) do prazo de vigência das Debêntures; (f) da espécie das Debêntures; (g) da criação de evento de repactuação; (h) das disposições relativas a resgate antecipado facultativo; (i) das disposições relativas a amortizações antecipadas facultativas; (j) das disposições relativas à Oferta Facultativa de Resgate Antecipado; ou (k) da redação de qualquer Evento de Inadimplemento; e
  - III. as deliberações relativas a renúncia ou a perdão temporário a um Evento de Inadimplemento (pedido de *waiver*), que deverão ser aprovadas (a) em assembleia geral de Debenturistas instalada em primeira convocação, por Debenturistas representando, no mínimo, a maioria das Debêntures em circulação; ou (b) em assembleia geral de Debenturistas instalada em segunda convocação, por

53

Junta Comercial do Estado do Rio de Janeiro  
Empresa : VALE SA  
NIRE : 33300019788  
Protocolo : 0020135543347 - 04/12/2013  
CERTIFICADO O DEFERIMENTO EM 08/12/2013, E O REGISTRO SOB O NIRE E DATA ABaixo  
Autenticação : 482631DA32EC0A79D15DE55EE2685FE426A24E80F9C47BF68E6C8FB08172D4C  
Arquivamento : ED000472 - 0000

Valéria G. M. Serra  
Secretária Geral





61

Debenturistas representando, no mínimo, a maioria simples das Debêntures em circulação.

- 9.7 Para os fins desta Escritura de Emissão, "Debêntures em circulação" significam todas as Debêntures subscritas e integralizadas e não resgatadas, excluídas as Debêntures mantidas em tesouraria e, ainda, adicionalmente, para fins de constituição de quórum, excluídas as Debêntures pertencentes, direta ou indiretamente, (i) à Companhia; (ii) a qualquer controladora, a qualquer controlada e/ou a qualquer coligada de qualquer das pessoas indicadas no item anterior; ou (iii) a qualquer diretor, conselheiro, cônjuge, companheiro ou parente até o 3º (terceiro) grau de qualquer das pessoas referidas nos itens anteriores.
- 9.8 As deliberações tomadas pelos Debenturistas, no âmbito de sua competência legal, observados os quóruns previstos nesta Escritura de Emissão, serão válidas e eficazes perante a Companhia e obrigarão todos os Debenturistas, independentemente de seu comparecimento ou voto na respectiva assembleia geral de Debenturistas.
- 9.9 O Agente Fiduciário deverá comparecer às assembleias gerais de Debenturistas e prestar aos Debenturistas as informações que lhe forem solicitadas.
- 9.10 Aplica-se às assembleias gerais de Debenturistas, no que couber, o disposto na Lei das Sociedades por Ações, sobre a assembleia geral de acionistas.

#### 10. DECLARAÇÕES DA COMPANHIA

##### 10.1 A Companhia, neste ato, declara que:

- I. é sociedade devidamente organizada, constituída e existente sob a forma de sociedade por ações, de acordo com as leis brasileiras, com registro de emissor de valores mobiliários perante a CVM;
- II. está devidamente autorizada a celebrar esta Escritura de Emissão e a cumprir todas as obrigações aqui previstas e a realizar a Emissão e a Oferta;
- III. os representantes legais da Companhia que assinam esta Escritura de Emissão têm, conforme o caso, poderes societários e/ou delegados para assumir, em nome da Companhia, as obrigações aqui previstas e, sendo mandatários, têm os poderes legitimamente outorgados, estando os respectivos mandatos em pleno vigor;
- IV. esta Escritura de Emissão e as obrigações aqui previstas constituem obrigações lícitas, válidas, vinculantes e eficazes da Companhia, exequíveis de acordo com os seus termos e condições, exceto que sua execução poderá estar limitada por leis relativas à falência,

54

Junta Comercial do Estado do Rio de Janeiro  
Empresa : VALE SA  
Nire : 33300019786  
Protocolo : 0020135543347 - 04/12/2013  
CERTIFICO O DEFERIMENTO EM 08/12/2013, E O REGISTRO SOB O NIRE E DATA ABAIXO.  
Autenticação : 482831DA32EC0A79D15DE55EE268E5FE428A24E80F8C47BF86E9C9F809172D  
Arquivamento : ED000472 - 0000

Valéria G. M. Serra  
Secretária Geral



Handwritten signature



62

- insolvência, recuperação, liquidação ou leis similares afetando a execução de direitos de credores em geral;
- V. a celebração, os termos e condições desta Escritura de Emissão e o cumprimento das obrigações aqui previstas e a realização da Emissão e da Oferta (a) não infringem o estatuto social da Companhia; (b) não infringem qualquer contrato ou instrumento do qual a Companhia seja parte; (c) não resultarão em (i) vencimento antecipado de qualquer obrigação estabelecida em qualquer contrato ou instrumento do qual a Companhia seja parte; ou (ii) rescisão de qualquer desses contratos ou instrumentos; (d) não resultarão na criação de qualquer Ônus sobre qualquer ativo da Companhia; (e) não infringem qualquer disposição legal ou regulamentar a que a Companhia esteja sujeita; e (f) não infringem qualquer ordem, decisão ou sentença administrativa, judicial ou arbitral em face da Companhia;
- VI. está adimplente com o cumprimento das obrigações constantes desta Escritura de Emissão, e não ocorreu e não existe, na presente data, qualquer Evento de Inadimplemento;
- VII. tem plena ciência e concorda integralmente com a forma de divulgação e apuração do IPCA, e a forma de cálculo da Remuneração foi acordada por livre vontade da Companhia, em observância ao princípio da boa-fé;
- VIII. as informações prestadas por ocasião do registro da Oferta pela CVM e constantes do prospecto preliminar da Oferta, que incorpora por referência o Formulário de Referência (em conjunto, "Prospecto Preliminar"), e do Prospecto Definitivo (o Prospecto Preliminar e o Prospecto Definitivo, em conjunto, "Prospectos"), são verdadeiras, consistentes, corretas e suficientes, permitindo aos investidores uma tomada de decisão fundamentada a respeito da Oferta;
- IX. os Prospectos (a) contêm, no mínimo, sem prejuízo das disposições legais e regulamentares pertinentes, todas as informações relevantes necessárias ao conhecimento, pelos investidores, da Oferta, das Debêntures, da Companhia, e de suas respectivas atividades e situação econômico-financeira, dos riscos inerentes às atividades da Companhia, e quaisquer outras informações relevantes; (b) não contêm declarações ou informações falsas ou incorretas; (c) não contêm omissões de fatos relevantes; e (d) foram elaborados de acordo com as normas pertinentes, incluindo as normas da CVM e as do Código ANBIMA;
- X. as opiniões, análises e previsões (se houver) expressas nos Prospectos foram dadas de boa-fé, consideradas todas as

55

Junta Comercial do Estado do Rio de Janeiro  
Empresa : VALE SA  
NIRE : 33300019768  
Protocolo : 0020135543347 - 04/12/2013  
CERTIFICADO O DEFERIMENTO EM 08/12/2013, E O REGISTRO SOB O NIRE E DATA ABAIXO.  
Autenticação : 482631DA32EC0A79D16DE59EE288E5FE428A24E80F9C47BF88E8C9FB0917204C  
Arquivamento : ED000472 - 0000

Valéria G. M. Serra  
Secretária Geral





63 *[assinatura]*

circunstâncias relevantes no contexto da Oferta e com base em suposições razoáveis;

- XI. as Demonstrações Financeiras Consolidadas da Companhia relativas aos exercícios sociais encerrados em 31 de dezembro de 2010, 2011 e 2012 e aos períodos de nove meses encerrados em 30 de setembro de 2012 e 2013 representam corretamente a posição patrimonial e financeira consolidada da Companhia naquelas datas e para aqueles períodos e foram devidamente elaboradas em conformidade com a Lei das Sociedades por Ações, com os princípios contábeis geralmente aceitos no Brasil e com as regras emitidas pela CVM;
- XII. está cumprindo as leis, regulamentos, normas administrativas e determinações dos órgãos governamentais, autarquias ou instâncias judiciais aplicáveis ao exercício de suas atividades, exceto (a) por aqueles questionados de boa-fé nas esferas administrativa e/ou judicial; ou (b) por aqueles cujo inadimplemento não cause um Efeito Adverso Relevante;
- XIII. está em dia com o pagamento de todas as obrigações de natureza tributária (municipal, estadual e federal), trabalhista, previdenciária, ambiental e de quaisquer outras obrigações impostas por lei, exceto (a) por aquelas questionadas de boa-fé nas esferas administrativa e/ou judicial; ou (b) por aquelas cujo descumprimento não cause um Efeito Adverso Relevante;
- XIV. inexistem (a) descumprimento de qualquer disposição contratual relevante, legal ou de qualquer ordem judicial, administrativa ou arbitral, exceto pelas contingências informadas nos Prospectos; ou (b) qualquer processo, judicial, administrativo ou arbitral, inquérito ou qualquer outro tipo de investigação governamental, em qualquer dos casos deste inciso, (i) que cause um Efeito Adverso Relevante, exceto pelas contingências informadas nos Prospectos; ou (ii) visando a anular, alterar, invalidar, questionar ou de qualquer forma afetar esta Escritura de Emissão; e
- XV. não há qualquer ligação entre a Companhia e o Agente Fiduciário que impeça o Agente Fiduciário de exercer plenamente suas funções.
- 10.2 A Companhia, de forma irrevogável e irretirável, se obriga a indenizar os Debenturistas e o Agente Fiduciário por todos e quaisquer prejuízos, danos, perdas, custos e/ou despesas (incluindo custas judiciais e honorários advocatícios) incorridos e comprovados pelos Debenturistas e/ou pelo Agente Fiduciário em razão da falsidade e/ou incorreção de qualquer das declarações prestadas nos termos da Cláusula 10.1 acima.

56

Junta Comercial do Estado do Rio de Janeiro  
Empresa : VALE SA  
Nire : 33300019769  
Protocolo : 0020135543347 - 04/12/2013  
CERTIFICADO O DEFERIMENTO EM 06/12/2013, E O REGISTRO SOB O NIRE E DATA ABAIXO.  
Autenticação : 482631DA32EC0A79D15DE5EE288E5FE426A24E80F9C47BF6E8C9FB09172D4C  
Arquivamento : ED000472 - 0000

*[assinatura]*  
Valéria G. M. Serra  
Secretária Geral

*[assinatura]*



*[assinatura]*





64

- 10.3 Sem prejuízo do disposto na Cláusula 10.2 acima, a Companhia obriga-se a notificar, na mesma data em que tomar conhecimento, o Agente Fiduciário caso qualquer das declarações prestadas nos termos da Cláusula 10.1 acima seja falsa e/ou incorreta na data em que foi prestada.

11. DESPESAS

- 11.1 Correrão por conta da Companhia todos os custos incorridos com a Oferta ou com a estruturação, emissão, registro e execução das Debêntures, incluindo publicações, inscrições, registros, contratação do Agente Fiduciário, do Escriturador, do Banco Liquidante, do Auditor Independente, da(s) agência(s) de classificação de risco e dos demais prestadores de serviços, e quaisquer outros custos relacionados às Debêntures.

12. DISPOSIÇÕES GERAIS

- 12.1 As obrigações assumidas nesta Escritura de Emissão têm caráter irrevogável e irretratável, salvo na hipótese de não preenchimento dos requisitos relacionados na Cláusula 2.1 acima, obrigando as partes e seus sucessores, a qualquer título, ao seu integral cumprimento.
- 12.2 Qualquer alteração a esta Escritura de Emissão somente será considerada válida se formalizada por escrito, em instrumento próprio assinado por todas as partes.
- 12.3 A invalidade ou nulidade, no todo ou em parte, de quaisquer das cláusulas desta Escritura de Emissão não afetará as demais, que permanecerão válidas e eficazes até o cumprimento, pelas partes, de todas as suas obrigações aqui previstas.
- 12.4 Não se presume a renúncia a qualquer dos direitos decorrentes desta Escritura de Emissão. Dessa forma, nenhum atraso, omissão ou liberalidade no exercício de qualquer direito, faculdade ou remédio que caiba ao Agente Fiduciário e/ou aos Debenturistas em razão de qualquer inadimplemento das obrigações da Companhia, prejudicará tais direitos, faculdades ou remédios, ou será interpretado como uma renúncia aos mesmos ou concordância com tal inadimplemento, nem constituirá novação ou modificação de quaisquer outras obrigações assumidas pela Companhia nesta Escritura de Emissão ou precedente no tocante a qualquer outro inadimplemento ou atraso.
- 12.5 As partes reconhecem esta Escritura de Emissão e as Debêntures como títulos executivos extrajudiciais nos termos do artigo 585, incisos I e II, da Lei n.º 5.869, de 11 de janeiro de 1973, conforme alterada ("Código de Processo Civil").

Junta Comercial do Estado do Rio de Janeiro  
Empresa : VALE SA  
Nire : 33300019788  
Protocolo : 0020135543347 - 04/12/2013  
CERTIFICO O DEFERIMENTO EM 08/12/2013. E O REGISTRO SOB O NIRE E DATA ABAIXO.  
Autenticação : 482831DA32EC0A79D15DE55EE268E5FE428A24E80F9C47BF88E8C9FB08172D4C  
Arquivamento : ED000472 - 0000

57

12/10



Handwritten signature

Valéria G. M. Serra  
Secretária Geral



65 \$

12.6 Para os fins desta Escritura de Emissão, as partes poderão, a seu critério exclusivo, requerer a execução específica das obrigações aqui assumidas, nos termos dos artigos 461, 461-A, 621, 632 e seguintes do Código de Processo Civil, sem prejuízo do direito de declarar o vencimento antecipado das obrigações decorrentes das Debêntures, nos termos previstos nesta Escritura de Emissão.

12.7 Os prazos estabelecidos nesta Escritura de Emissão serão computados de acordo com a regra prescrita no artigo 132 da Lei n.º 10.406, de 10 de janeiro de 2002, conforme alterada (Código Civil), sendo excluído o dia do começo e incluído o do vencimento, exceto quando expressamente indicado de outra forma nesta Escritura de Emissão.

13. LEI DE REGÊNCIA

13.1 Esta Escritura de Emissão é regida pelas leis da República Federativa do Brasil.

14. FORO

14.1 Fica eleito o foro da Comarca da Cidade do Rio de Janeiro, Estado do Rio de Janeiro, com exclusão de qualquer outro, por mais privilegiado que seja, para dirimir as questões porventura oriundas desta Escritura de Emissão.

Estando assim certas e ajustadas, as partes, obrigando-se por si e sucessores, firmam esta Escritura de Emissão em 3 (três) vias de igual teor e forma, juntamente com 2 (duas) testemunhas abaixo identificadas, que também a assinam.

Rio de Janeiro, 2 de dezembro de 2013.

(As assinaturas seguem nas 3 (três) páginas seguintes.)

(Restante desta página intencionalmente deixado em branco.)



10/0

20/0

Handwritten signature

58

Junta Comercial do Estado do Rio de Janeiro  
Empresa : VALE SA  
Nire : 33300019788  
Protocolo : 0020135543347 - 04/12/2013  
CERTIFICO O DEFERIMENTO EM 08/12/2013, E O REGISTRO SOB O NIRE E DATA ABAIXO.  
Autenticação : 482631DA32EC0A79D15DE55EE288E5FE428A24E80F9C47BF88E8C9FB09172D4C  
Arquivamento : ED000472 - 0000

Valéria G. M. Serra  
Secretária Geral



66

Instrumento Particular de Escritura de Emissão Pública de Debêntures Simples, Não Conversíveis em Ações, da Espécie Quirografária, da Oitava Emissão de Vale S.A., celebrado em 2 de dezembro de 2013, entre Vale S.A. e Pentágono S.A. Distribuidora de Títulos e Valores Mobiliários – Página de Assinaturas 1/3.

VALE S.A.

Nome: BRUNA BRAZ GONÇALVES BOTELHO  
Cargo: PROCURADOR

Nome: Giuliano Carlos Uzeda Leão da Silva  
Cargo: PROCURADOR

Junta Comercial do Estado do Rio de Janeiro  
Empresa : VALE SA  
Nire : 33300019766  
Protocolo : 0020135543347 - 04/12/2013  
CERTIFICO O DEFERIMENTO EM 08/12/2013, E O REGISTRO SOB O NIRE E DATA ABAIXO.  
Autenticação : 482631DA32EC0A79D15DE55EE288E5FE428A24E80F9C47BF68E8C9FB09172D4C  
Arquivamento : ED000472 - 0000

59

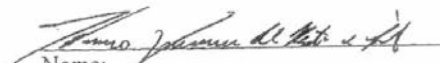
Valéria G. M. Serra  
Secretária Geral



67


Instrumento Particular de Escritura de Emissão Pública de Debêntures Simples, Não Conversíveis em Ações, da Espécie Quirografária, da Oitava Emissão de Vale S.A., celebrado em 2 de dezembro de 2013, entre Vale S.A. e Pentágono S.A. Distribuidora de Títulos e Valores Mobiliários – Página de Assinaturas 2/3.

PENTÁGONO S.A. DISTRIBUIDORA DE TÍTULOS E VALORES MOBILIÁRIOS

  
Nome: **Pedro Silva**  
Cargo: **Procurador**

Junta Comercial do Estado do Rio de Janeiro  
Empresa : VALE SA  
Nire : 33300019786  
Protocolo : 0020135543347 - 04/12/2013  
CERTIFICO O DEFERIMENTO EM 05/12/2013, E O REGISTRO SOB O NIRE E DATA ABAIXO.  
Autenticação : 492631DA32EC0A78D15DE55EE268E5FE428A24E80F9C47BF88E8C8FB09172D4C  
Arquivamento : ED000472 - 0000

60

  
Valéria G. M. Serra  
Secretária Geral





68

Instrumento Particular de Escritura de Emissão Pública de Debêntures Simples, Não Conversíveis em Ações, da Espécie Quirografária, da Oitava Emissão de Vale S.A., celebrado em 2 de dezembro de 2013, entre Vale S.A. e Pentágono S.A. Distribuidora de Títulos e Valores Mobiliários – Página de Assinaturas 3/3.

Testemunhas:

Nome: Wilson Raposo Leite  
Id.: 579.235-5 MB  
CPF/MF: 011.155.984-73

Rosilma Varguetti  
Nome: Rosilma Gonçalves Varguetti  
Id.: 13.003.899-5  
CPF/MF: 146.517.137-16

Junta Comercial do Estado do Rio de Janeiro  
Empresa: VALE SA  
Nire: 33300019788  
Protocolo: 0020135543347 - 04/12/2013  
61  
CERTIFICO O DEFERIMENTO EM 08/12/2013, E O REGISTRO SOB O NIRE E DATA ABAIXO.  
Autenticação: 482831DA32ECDA79D15DE55EE288E5FE428A24E80F8C47BF88E8C9FB09172D4C  
Arquivamento: ED000472 - 0000

Valéria G. M. Serra  
Secretária Geral

(Esta página foi intencionalmente deixada em branco)

---

**Atos Societários da Companhia Relativos à Emissão**

(Esta página foi intencionalmente deixada em branco)





CNPJ/MF 33.592.510/0001-54  
NIRE 33.300.019.766

#### EXTRATO DA ATA DA REUNIÃO ORDINÁRIA DO CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO

No dia 30 de outubro de 2013, às 9h30min., reuniram-se na sede social da Vale S.A. ("Vale"), na Avenida Graça Aranha nº 26, 19º andar, nesta Cidade do Rio de Janeiro, RJ, os membros titulares Srs. Dan Conrado – Presidente, Marcel Juvinião Barros, Robson Rocha, Renato da Cruz Gomes, José Mauro Mettrau Carneiro da Cunha e João Batista Cavaglieri, e no exercício da titularidade, os membros suplentes Srs. Hayton Jurema da Rocha, Luiz Maurício Leuzinger, Eduardo de Oliveira Rodrigues Filho e Caio Marcelo de Medeiros Melo. Secretariou os trabalhos o Sr. Clovis Torres, Consultor Geral da Vale. Assim sendo, foi deliberado, por unanimidade, o seguinte assunto: **3.2.1 EMISSÃO DE DEBÊNTURES DE INFRAESTRUTURA** – Após apresentação coordenada pelos Srs. Luciano Siani, Diretor-Executivo de Finanças e de Relações com Investidores, e Felipe Aigner, Diretor de Tesouraria, o Conselho de Administração, com os pareceres favoráveis do Comitê de Governança e Sustentabilidade e do Conselho Fiscal, este último conforme relatado pelo Conselheiro Fiscal Aníbal Moreira dos Santos, presente à reunião por força do disposto no artigo 163, § 3º, da Lei nº 6.404/1976, aprovou: **(A)** a realização da 8ª (oitava) emissão de debêntures simples, não conversíveis em ações, da espécie quirografária e no escopo da Lei nº 12.431/2011, conforme alterada ("Lei nº 12.431/2011") - debêntures de infraestrutura, nas condições abaixo ("Debêntures"), para financiamento do projeto Ramal Ferroviário Sudeste do Pará - CLN S11-D ("RFSP") ("Emissão"), a ser detalhada na competente escritura de emissão das Debêntures ("Escritura de Emissão"): **(i) Bancos Coordenadores:** Banco Bradesco BBI S.A. ("Bradesco BBI"), BB-Banco de Investimento S.A. ("BB-BI") e Banco Itaú BBA S.A. ("Itaú BBA"), e, em conjunto com o Bradesco BBI e o BB-BI, "Coordenadores"; **(ii) Colocação:** As Debêntures serão objeto de oferta pública de distribuição, nos termos da Lei nº 6.385/1976, conforme alterada, da Instrução da Comissão de Valores Mobiliários ("CVM") nº 400/2003, conforme alterada ("Instrução CVM 400") ("Oferta"), sob **(ii.1)** o regime de garantia firme de colocação, a ser prestada pelos Coordenadores de forma individual e não solidária, com relação à totalidade das Debêntures, sem considerar as Debêntures Suplementares (conforme definido abaixo) e as Debêntures Adicionais (conforme definido abaixo) e **(ii.2)** o regime de melhores esforços de colocação, com relação às Debêntures Suplementares e às Debêntures Adicionais, nos termos do contrato de distribuição das Debêntures ("Contrato de Distribuição"), com a



CNPJ/MF 33.592.510/0001-54  
NIRE 33.300.019.766

09  
PV.

intermediação dos Coordenadores, instituições integrantes do sistema de distribuição de valores mobiliários; (iii) **Coleta de Intenções de Investimento:** Será adotado o procedimento de coleta de intenções de investimento, organizado pelos Coordenadores, nos termos do artigo 23, parágrafos 1º e 2º, e do artigo 44 da Instrução CVM 400, sem recebimento de reservas, sem lotes mínimos ou máximos, para a definição, com a Companhia ("Procedimento de Bookbuilding"): (iii.1) da realização da Emissão em série única ou em 2 (duas), 3 (três) ou 4 (quatro) séries, e da emissão e da quantidade de Debêntures da Primeira Série, de Debêntures da Segunda Série, de Debêntures da Terceira Série e/ou de Debêntures da Quarta Série, observados os limites previstos no item "Quantidade de Debêntures e Número de Séries"; e (iii.2) da Remuneração da Primeira Série (conforme definido abaixo), observado o limite previsto no item "Remuneração", da Remuneração da Segunda Série (conforme definido abaixo), observado o limite previsto no item "Remuneração", da Remuneração da Terceira Série (conforme definido abaixo), observado o limite previsto no item "Remuneração", e da Remuneração da Quarta Série (conforme definido abaixo), observado o limite previsto no item "Remuneração". O resultado do Procedimento de *Bookbuilding* será ratificado por meio de aditamento à Escritura de Emissão, a ser celebrado anteriormente à data de concessão do registro da Oferta pela CVM, e será divulgado por meio do anúncio de início da Oferta ("Anúncio de Início"), nos termos do artigo 23, parágrafo 2º, da Instrução CVM 400; (iv) **Prazo de Subscrição:** Respeitados (iv.1) o atendimento dos requisitos a que se refere a Escritura de Emissão; (iv.2) a concessão do registro da Oferta pela CVM; (iv.3) a publicação do Anúncio de Início; e (iv.4) a disponibilização, aos investidores, do prospecto definitivo da Oferta, que incorpora por referência o Formulário de Referência, elaborado pela Companhia em conformidade com a Instrução CVM n.º 480/2009, conforme alterada (em conjunto, "Prospecto Definitivo"), as Debêntures serão subscritas, a qualquer tempo, em até 6 (seis) meses contados da data de publicação do Anúncio de Início; (v) **Forma de Subscrição e de Integralização e Preço de Integralização:** As Debêntures serão subscritas e integralizadas por meio (v.1) do MDA – Módulo de Distribuição de Ativos, administrado e operacionalizado pela CETIP S.A. – Mercados Organizados ("CETIP"), sendo a distribuição das Debêntures liquidada financeiramente por meio da CETIP; e (v.2) do DDA – Sistema de Distribuição de Ativos, administrado e operacionalizado pela BM&FBOVESPA S.A. – Bolsa de Valores, Mercadorias e Futuros ("BM&FBOVESPA"), à vista, no ato da subscrição ("Data de



CNPJ/MF 33.592.510/0001-54  
NIRE 33.300.019.766

Integralização"), e em moeda corrente nacional, pelo Valor Nominal (conforme definido abaixo), acrescido da Remuneração (conforme definido abaixo) aplicável, calculada *pro rata temporis* desde a 1ª (primeira) Data de Integralização da respectiva série até a respectiva Data de Integralização; (vi) **Negociação:** As Debêntures serão registradas para negociação no mercado secundário por meio (vi.1) do Módulo CETIP21 – Títulos e Valores Mobiliários, administrado e operacionalizado pela CETIP, sendo as negociações das Debêntures liquidadas financeiramente por meio da CETIP e as Debêntures custodiadas eletronicamente na CETIP; e (vi.2) do Sistema BOVESPAFIX, administrado e operacionalizado pela BM&FBOVESPA, sendo as negociações das Debêntures liquidadas financeiramente por meio da BM&FBOVESPA e as Debêntures custodiadas eletronicamente na BM&FBOVESPA; (vii) **Valor Nominal Unitário e Valor Total da Emissão:** O valor nominal unitário das Debêntures será de R\$1.000,00 (mil reais) na Data de Emissão (conforme definida abaixo) ("Valor Nominal Unitário"), e o valor total da Emissão será, inicialmente, de R\$750.000.000,00 (setecentos e cinquenta milhões de reais) ("Valor Total da Emissão"), observado que tal montante poderá ser aumentado em até 35% (trinta e cinco por cento), ou seja, em até R\$262.500.000,00 (duzentos e sessenta e dois milhões e quinhentos mil reais), em virtude da colocação de Debêntures Adicionais e/ou de Debêntures Suplementares (conforme definidas abaixo); (viii) **Quantidade de Debêntures e Número de Séries:** Serão emitidas, inicialmente, 750.000 (setecentos e cinquenta mil) Debêntures, em até quatro séries, observado que a quantidade de Debêntures poderá ser aumentada em até 35% (trinta e cinco por cento), ou seja, em até 262.500 (duzentos e sessenta e dois mil e quinhentas) Debêntures, em virtude da colocação de Debêntures Adicionais e de Debêntures Suplementares (conforme definidas abaixo); (ix) **Debêntures Suplementares:** Nos termos do artigo 24 da Instrução CVM 400, a quantidade de Debêntures inicialmente ofertada (sem considerar as Debêntures Adicionais) poderá ser acrescida em até 15% (quinze por cento), ou seja, em até 112.500 (cento e doze mil e quinhentas) Debêntures suplementares, nas mesmas condições das Debêntures inicialmente ofertadas ("Debêntures Suplementares"), destinadas a atender a um excesso de demanda que eventualmente seja constatado no decorrer da Oferta, conforme opção a ser outorgada pela Companhia aos Coordenadores no Contrato de Distribuição, que somente poderá ser exercida pelos Coordenadores em comum acordo com a Companhia até a data de conclusão do Procedimento de *Bookbuilding*. A critério dos Coordenadores e



CNPJ/MF 33.592.510/0001-54  
NIRE 33.300.019.766

da Companhia, as Debêntures Suplementares poderão ser alocadas em quaisquer das séries emitidas; **(x) Debêntures Adicionais:** Nos termos do artigo 14, parágrafo 2º, da Instrução CVM 400, a quantidade de Debêntures inicialmente ofertada (sem considerar as Debêntures Suplementares) poderá ser acrescida em até 20% (vinte por cento), ou seja, em até 150.000 (cento e cinquenta mil) Debêntures adicionais, nas mesmas condições das Debêntures inicialmente ofertadas ("Debêntures Adicionais"), que somente poderão ser emitidas pela Companhia em comum acordo com os Coordenadores até a data de conclusão do procedimento de *bookbuilding*. A critério dos Coordenadores e da Companhia, as Debêntures Adicionais poderão ser alocadas em quaisquer das séries emitidas; **(xi) Séries:** A Emissão será realizada em até 4 (quatro) séries, no sistema de vasos comunicantes, sendo que a quantidade de Debêntures a ser alocada em cada série será definida conforme o Procedimento de *Bookbuilding*, observado que o somatório das Debêntures da primeira série ("Debêntures da Primeira Série"), das Debêntures da segunda série ("Debêntures da Segunda Série"), das Debêntures da terceira série ("Debêntures da Terceira Série") e das Debêntures da quarta série ("Debêntures da Quarta Série") não poderá exceder a quantidade prevista no item "Quantidade de Debêntures e Número de Séries", sem considerar as Debêntures Suplementares e as Debêntures Adicionais; **(xii) Data de Emissão, Prazo de Vigência e Data de Vencimento:** Para todos os fins e efeitos legais, a data de emissão das Debêntures será a data de assinatura da Escritura de Emissão ou outra data a ser nela indicada ("Data de Emissão"). Ressalvadas as hipóteses de resgate antecipado das Debêntures, conforme aplicável, ou de vencimento antecipado das Debêntures e observado o disposto no inciso I do parágrafo 1º do artigo 1º da Lei nº 12.431/2011, o prazo de vigência **(xii.1)** das Debêntures da Primeira Série será de 7 (sete) anos, contados da Data de Emissão, **(xii.2)** das Debêntures da Segunda Série será de 10 (dez) anos, contados da Data de Emissão, **(xii.3)** das Debêntures da Terceira Série será de 12 (doze) anos, contados da Data de Emissão, e **(xii.4)** das Debêntures da Quarta Série será de 15 (quinze) anos, contados da Data de Emissão (com relação a cada série, a "Data de Vencimento"); **(xiii) Amortização Compulsória e Programada:** Sem prejuízo do disposto na escritura de emissão, o Valor Nominal Unitário das Debêntures, atualizado pela Atualização Monetária (conforme definido abaixo) será amortizado conforme tabela abaixo:



CNPJ/MF 33.592.510/0001-54  
NIRE 33.300.019.766

Série	Amortização
1ª	2 parcelas iguais anuais nos 6º e 7º anos
2ª	3 parcelas anuais nos 8º, 9º e 10º anos
3ª	3 parcelas anuais nos 10º, 11º e 12º anos
4ª	6 parcelas anuais nos 10º, 11º, 12º, 13º, 14º e 15º anos

(xiv) **Remuneração: Atualização Monetária.** O Valor Nominal Unitário das Debêntures será atualizado monetariamente pela variação acumulada do Índice Nacional de Preços ao Consumidor Amplo ("IPCA"), apurado e divulgado pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística ("IBGE"), desde a 1ª (primeira) Data de Integralização da respectiva série até a data de seu efetivo pagamento, sendo o produto da atualização incorporado automaticamente ao Valor Nominal Unitário das Debêntures ("Atualização Monetária"), nos termos da Escritura de Emissão. **Juros Remuneratórios.** Sobre o Valor Nominal Unitário das Debêntures, atualizado pela Atualização Monetária, incidirão juros remuneratórios correspondentes a um determinado percentual ao ano, base 252 (duzentos e cinquenta e dois) dias úteis, a ser definido de acordo com o Procedimento de *Bookbuilding*, e, em qualquer caso, limitado aos percentuais indicados abaixo, base 252 (duzentos e cinquenta e dois) dias úteis, calculados de forma exponencial e cumulativa *pro rata temporis* por dias úteis decorridos, desde a 1ª (primeira) Data de Integralização da respectiva série ou a data de pagamento de Juros Remuneratórios (conforme definido abaixo) imediatamente anterior, conforme o caso, até a data do efetivo pagamento ("Juros Remuneratórios" e, em conjunto com a Atualização Monetária, a "Remuneração").

Séries	Prazo	Taxa firme
1ª	7 anos	NTN-B 2020* + 0,40%
2ª	10 anos	NTN-B 2022* + 0,55%
3ª	12 anos	NTN-B 2024* + 0,60%
4ª	15 anos	NTN-B 2030* + 0,75%

(\*) Média aritmética das taxas internas de retorno da Nota do Tesouro Nacional, série B – NTN-B ("NTN-B"), com vencimento nos anos acima indicados, que deverão ser as cotações indicativas divulgadas pela ANBIMA – Associação Brasileira das Entidades dos Mercados



CNPJ/MF 33.592.510/0001-54  
NIRE 33.300.019.766

13

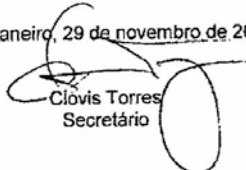
Financeiro e de Capitais, a serem apuradas no fechamento do 3º (terceiro), 4º (quarto) e 5º (quinto) dias úteis imediatamente anteriores à data de realização do Procedimento de *Bookbuilding* (excluindo-se a data de realização do Procedimento de *Bookbuilding* no cômputo de dias); **(xv) Pagamento da Remuneração:** O pagamento da Remuneração, calculada nos termos da Escritura de Emissão, será feito anualmente, a partir da Data de Emissão; **(xvi) Comissão:** **(xvi.1)** % sucesso (percentual aplicado sobre o valor presente líquido da economia gerada em relação à taxa teto (com garantia firme)): 25%; **(xvi.2)** comissão base (percentual aplicado sobre o montante emitido): 0,15%; **(xvi.3)** comissão de canal (percentual aplicado sobre prazo médio x montante emitido): 0,15%; **(xvii) Estimativa de despesas adicionais** (incluindo assessor jurídico, banco mandatário, agente fiduciário, entre outros): até R\$3.000.000,00; **(xviii) Forma e Titularidade:** nominativa, escritural e sem emissão de certificados ou cautelas; **(xix) Agente Fiduciário:** Pentágono S.A. DTVM; **(xx) Banco Escriurador/Mandatário:** Itaú Corretora de Valores S.A.; **(xxi) Destinação dos Recursos:** Os recursos a serem obtidos pela Companhia com a Oferta serão integralmente utilizados no projeto RFSP ("Projeto de Investimento"); **(xxii) Resgate Antecipado Facultativo:** Observado o disposto no item "Oferta Facultativa de Resgate Antecipado", é vedada a liquidação antecipada das Debêntures por meio de resgate ou pré-pagamento facultativo, salvo na forma que vier a ser regulamentada pelo CMN, em conformidade com o disposto no artigo 1º, parágrafo 1º, inciso II, da Lei nº 12.431/2011; **(xxiii) Amortização Facultativa:** A Companhia não poderá, voluntariamente, realizar a amortização antecipada facultativa de qualquer das Debêntures; **(xxiv) Oferta Facultativa Resgate Antecipado:** Caso seja legalmente permitido à Companhia realizar o resgate antecipado das Debêntures em circulação, nos termos das disposições legais e regulamentares aplicáveis, inclusive em virtude da regulamentação, pelo CMN, da possibilidade de resgate prevista no artigo 1º, parágrafo 1º, inciso II, combinado com o artigo 2º, parágrafo 1º, da Lei nº 12.431, a Companhia poderá, a seu exclusivo critério, realizar, a qualquer tempo, oferta facultativa de resgate antecipado, total ou parcial, das Debêntures em circulação, em geral ou por série, conforme o que for definido pela Companhia, com o consequente cancelamento de tais Debêntures, que será endereçada a todos os Debenturistas, em geral ou por série, conforme o que for definido pela Companhia, sem distinção, assegurada a igualdade de condições a todos os Debenturistas, em geral ou



CNPJ/MF 33.592.510/0001-54  
NIRE 33.300.019.766


por série, conforme o que for definido pela Companhia, para aceitar o resgate antecipado das Debêntures de que forem titulares, de acordo com os termos e condições previstos na Escritura de Emissão, podendo ser oferecido prêmio; **(xxv) Aquisição Facultativa:** É vedada a recompra das Debêntures em circulação pela Companhia e/ou por suas partes relacionadas nos 2 (dois) primeiros anos contados da Data de Emissão, nos termos do artigo 1º, parágrafo 1º, da Lei nº 12.431/2011. Após o decurso de tal prazo de 2 (dois) anos, nos termos do artigo 55, parágrafo 3º, da Lei nº 6.404/1976, é facultado à Companhia e/ou a suas partes relacionadas, a seu exclusivo critério e a qualquer tempo, adquirir as Debêntures em circulação **(xxv.1)** por valor igual ou inferior ao Valor Nominal, devendo tal fato constar do relatório da administração e das demonstrações financeiras da Companhia; ou **(xxv.2)** por valor superior ao Valor Nominal, desde que observadas as regras expedidas pela CVM. As Debêntures adquiridas pela Companhia poderão, a critério da Companhia, permanecer em tesouraria ou ser novamente colocadas no mercado. As Debêntures adquiridas pela Companhia para permanência em tesouraria nos termos deste item (xxv), se e quando recolocadas no mercado, farão jus à mesma Remuneração aplicável às demais Debêntures em circulação. Alternativamente, as Debêntures adquiridas pela Companhia nos termos deste item (xxv) poderão ser canceladas, na forma que vier a ser regulamentada pelo CMN, em conformidade com o disposto no artigo 1º, parágrafo 1º, inciso II, da Lei nº 12.431/2011; e **(xxvi) Vencimento Antecipado:** Serão hipóteses de vencimento antecipado das Debêntures aquelas habituais de mercado, nos termos e condições a serem estabelecidos na Escritura de Emissão. **(B)** a prática de quaisquer atos necessários, conexos e/ou convenientes, assim como, a celebração de qualquer contrato, instrumento ou documento, e seus respectivos aditamentos, que sejam necessários e/ou recomendáveis à implementação da Oferta e da Emissão, incluindo, sem limitação, a Escritura de Emissão e o Contrato de Distribuição; e **(C)** a delegação de poderes para a Diretoria Executiva para ratificar a taxa da Remuneração após processo de Coleta de Intenções de Investimento, observados os limites aqui previstos.". Atesto que as deliberações acima foram extraídas da ata lavrada no Livro de Atas de Reuniões do Conselho de Administração da sociedade.

Rio de Janeiro, 29 de novembro de 2013.

  
Clóvis Torres  
Secretário

00-2013/556640-1 06 dez 2013 15:57  
JUCERJA Guia: 101013048  
3330001976-6 Atos: 307  
VALE SA

Cumprir a exigência no Junta » Calculado: 430,00 Pago: 430,00  
mesmo local da entrada. DNRC » Calculado: 21,00 Pago: 21,00  
ULT. ARQ.: ED330004720000 06/12/2013 980 PRONT.: V9V

JUNTA COMERCIAL DO ESTADO DO RIO DE JANEIRO	
Nome: VALE SA	
Nire: 3330001976-6	
Protocolo: 00-2013/556640-1 - 06/12/2013	
CERTIFICO O DEFERIMENTO EM 10/12/2013, E O REGISTRO SOB O NÚMERO	
E DATA ABAIXO	
00002572409	
DATA: 10/12/2013	Valéria L. A. Serra SECRETÁRIA GERAL





15 M

CNPJ/MF 33.592.510/0001-54  
NIRE 33.300.019.766

#### EXTRATO DA ATA DA REUNIÃO ORDINÁRIA DO CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO

No dia 28 de novembro de 2013, às 9h30min., reuniram-se na sede social da Vale S.A. ("Vale"), na Avenida Graça Aranha nº 26, 19º andar, nesta Cidade do Rio de Janeiro, RJ, os membros titulares Srs. Dan Conrado – Presidente, Marcel Juviano Barros, Robson Rocha, Renato da Cruz Gomes, José Mauro Mettrau Carneiro da Cunha e João Batista Cavaglieri, e no exercício da titularidade, os membros suplentes Srs. Hayton Jurema da Rocha, Luiz Maurício Leuzinger e Eduardo de Oliveira Rodrigues Filho. Secretariou os trabalhos o Sr. Clovis Torres, Consultor Geral da Vale. Assim sendo, foi deliberado, por unanimidade, o seguinte assunto: **"3.1.32 RERRATIFICAÇÃO DA EMISSÃO DE DEBÊNTURES DE INFRAESTRUTURA – O Conselho de Administração aprovou a rerratificação da deliberação tomada na Reunião do Conselho de Administração de 30/10/2013 de forma a prever que 15/01/2014 será a data de emissão das debêntures de infraestrutura. Assim sendo, fica rerratificada: (A) a realização da 8ª (oitava) emissão de debêntures simples, não conversíveis em ações, da espécie quirografária e no escopo da Lei nº 12.431/2011, conforme alterada ("Lei nº 12.431/2011") - debêntures de infraestrutura, nas condições abaixo ("Debêntures"), para financiamento do projeto Ramal Ferroviário Sudeste do Pará - CLN S11-D ("RFSP") ("Emissão"), a ser detalhada na competente escritura de emissão das Debêntures ("Escritura de Emissão): (i) Bancos Coordenadores: Banco Bradesco BBI S.A. ("Bradesco BBI"), BB-Banco de Investimento S.A. ("BB-BI") e Banco Itaú BBA S.A. ("Itaú BBA", e, em conjunto com o Bradesco BBI e o BB-BI, "Coordenadores"); (ii) Colocação: As Debêntures serão objeto de oferta pública de distribuição, nos termos da Lei nº 6.385/1976, conforme alterada, da Instrução da Comissão de Valores Mobiliários ("CVM") nº 400/2003, conforme alterada ("Instrução CVM 400") ("Oferta"), sob (ii.1) o regime de garantia firme de colocação, a ser prestada pelos Coordenadores de forma individual e não solidária, com relação à totalidade das Debêntures, sem considerar as Debêntures Suplementares (conforme definido abaixo) e as Debêntures Adicionais (conforme definido abaixo) e (ii.2) o regime de melhores esforços de colocação, com relação às Debêntures Suplementares e às Debêntures Adicionais, nos termos do contrato de distribuição das Debêntures ("Contrato de Distribuição"), com a intermediação dos Coordenadores, instituições integrantes do sistema de distribuição de valores mobiliários; (iii) Coleta de Intenções de Investimento: Será adotado o procedimento de coleta de intenções de investimento, organizado pelos Coordenadores, nos termos do artigo 23, parágrafos 1º e 2º, e do artigo 44 da Instrução CVM 400, sem recebimento**



164

CNPJ/MF 33.592.510/0001-54  
NIRE 33.300.019.766

de reservas, sem lotes mínimos ou máximos, para a definição com a Companhia ("Procedimento de Bookbuilding"): (iii.1) da realização da Emissão em série única ou em 2 (duas), 3 (três) ou 4 (quatro) séries, e da emissão e da quantidade de Debêntures da Primeira Série, de Debêntures da Segunda Série, de Debêntures da Terceira Série e/ou de Debêntures da Quarta Série, observados os limites previstos no item "Quantidade de Debêntures e Número de Séries"; e (iii.2) da Remuneração da Primeira Série (conforme definido abaixo), observado o limite previsto no item "Remuneração", da Remuneração da Segunda Série (conforme definido abaixo), observado o limite previsto no item "Remuneração", da Remuneração da Terceira Série (conforme definido abaixo), observado o limite previsto no item "Remuneração", e da Remuneração da Quarta Série (conforme definido abaixo), observado o limite previsto no item "Remuneração". O resultado do Procedimento de *Bookbuilding* será ratificado por meio de aditamento à Escritura de Emissão, a ser celebrado anteriormente à data de concessão do registro da Oferta pela CVM, e será divulgado por meio do anúncio de início da Oferta ("Anúncio de Início"), nos termos do artigo 23, parágrafo 2º, da Instrução CVM 400; (iv) **Prazo de Subscrição:** Respeitados (iv.1) o atendimento dos requisitos a que se refere a Escritura de Emissão; (iv.2) a concessão do registro da Oferta pela CVM; (iv.3) a publicação do Anúncio de Início; e (iv.4) a disponibilização, aos investidores, do prospecto definitivo da Oferta, que incorpora por referência o Formulário de Referência, elaborado pela Companhia em conformidade com a Instrução CVM n.º 480/2009, conforme alterada (em conjunto, "Prospecto Definitivo"), as Debêntures serão subscritas, a qualquer tempo, em até 6 (seis) meses contados da data de publicação do Anúncio de Início; (v) **Forma de Subscrição e de Integralização e Preço de Integralização:** As Debêntures serão subscritas e integralizadas por meio (v.1) do MDA – Módulo de Distribuição de Ativos, administrado e operacionalizado pela CETIP S.A. – Mercados Organizados ("CETIP"), sendo a distribuição das Debêntures liquidada financeiramente por meio da CETIP; e (v.2) do DDA – Sistema de Distribuição de Ativos, administrado e operacionalizado pela BM&FBOVESPA S.A. – Bolsa de Valores, Mercadorias e Futuros ("BM&FBOVESPA"), à vista, no ato da subscrição ("Data de Integralização"), e em moeda corrente nacional, pelo Valor Nominal (conforme definido abaixo), acrescido da Remuneração (conforme definido abaixo) aplicável, calculada *pro rata temporis* desde a 1ª (primeira) Data de Integralização da respectiva série até a respectiva Data de Integralização; (vi) **Negociação:** As Debêntures serão registradas para negociação no mercado secundário por meio (vi.1) do Módulo CETIP21 – Títulos e Valores Mobiliários, administrado e operacionalizado pela CETIP, sendo as negociações das Debêntures liquidadas



174

CNPJ/MF 33.592.510/0001-54  
NIRE 33.300.019.766

financeiramente por meio da CETIP e as Debêntures custodiadas eletronicamente na CETIP; e (vi.2) do Sistema BOVESPAFIX, administrado e operacionalizado pela BM&FBOVESPA, sendo as negociações das Debêntures liquidadas financeiramente por meio da BM&FBOVESPA e as Debêntures custodiadas eletronicamente na BM&FBOVESPA; (vii) **Valor Nominal Unitário e Valor Total da Emissão:** O valor nominal unitário das Debêntures será de R\$1.000,00 (mil reais) na Data de Emissão (conforme definida abaixo) ("Valor Nominal Unitário"), e o valor total da Emissão será, inicialmente, de R\$750.000.000,00 (setecentos e cinquenta milhões de reais) ("Valor Total da Emissão"), observado que tal montante poderá ser aumentado em até 35% (trinta e cinco por cento), ou seja, em até R\$262.500.000,00 (duzentos e sessenta e dois milhões e quinhentos mil reais), em virtude da colocação de Debêntures Adicionais e/ou de Debêntures Suplementares (conforme definidas abaixo); (viii) **Quantidade de Debêntures e Número de Séries:** Serão emitidas, inicialmente, 750.000 (setecentos e cinquenta mil) Debêntures, em até quatro séries, observado que a quantidade de Debêntures poderá ser aumentada em até 35% (trinta e cinco por cento), ou seja, em até 262.500 (duzentos e sessenta e dois mil e quinhentas) Debêntures, em virtude da colocação de Debêntures Adicionais e de Debêntures Suplementares (conforme definidas abaixo); (ix) **Debêntures Suplementares:** Nos termos do artigo 24 da Instrução CVM 400, a quantidade de Debêntures inicialmente ofertada (sem considerar as Debêntures Adicionais) poderá ser acrescida em até 15% (quinze por cento), ou seja, em até 112.500 (cento e doze mil e quinhentas) Debêntures suplementares, nas mesmas condições das Debêntures inicialmente ofertadas ("Debêntures Suplementares"), destinadas a atender a um excesso de demanda que eventualmente seja constatado no decorrer da Oferta, conforme opção a ser outorgada pela Companhia aos Coordenadores no Contrato de Distribuição, que somente poderá ser exercida pelos Coordenadores em comum acordo com a Companhia até a data de conclusão do Procedimento de *Bookbuilding*. A critério dos Coordenadores e da Companhia, as Debêntures Suplementares poderão ser alocadas em quaisquer das séries emitidas; (x) **Debêntures Adicionais:** Nos termos do artigo 14, parágrafo 2º, da Instrução CVM 400, a quantidade de Debêntures inicialmente ofertada (sem considerar as Debêntures Suplementares) poderá ser acrescida em até 20% (vinte por cento), ou seja, em até 150.000 (cento e cinquenta mil) Debêntures adicionais, nas mesmas condições das Debêntures inicialmente ofertadas ("Debêntures Adicionais"), que somente poderão ser emitidas pela Companhia em comum acordo com os Coordenadores até a data de conclusão do procedimento de *bookbuilding*. A critério dos Coordenadores e da Companhia, as Debêntures Adicionais poderão ser alocadas em quaisquer das séries emitidas; (xi) **Séries:** A Emissão será



18M

CNPJ/MF 33.592.510/0001-54  
NIRE 33.300.019.766

realizada em até 4 (quatro) séries, no sistema de vasos comunicantes, sendo que a quantidade de Debêntures a ser alocada em cada série será definida conforme o Procedimento de *Bookbuilding*, observado que o somatório das Debêntures da primeira série ("Debêntures da Primeira Série"), das Debêntures da segunda série ("Debêntures da Segunda Série"), das Debêntures da terceira série ("Debêntures da Terceira Série") e das Debêntures da quarta série ("Debêntures da Quarta Série") não poderá exceder a quantidade prevista no item "Quantidade de Debêntures e Número de Séries", sem considerar as Debêntures Suplementares e as Debêntures Adicionais; (xii) **Data de Emissão, Prazo de Vigência e Data de Vencimento:** Para todos os fins e efeitos legais, a data de emissão das Debêntures será 15/01/2014 ("Data de Emissão"). Ressalvadas as hipóteses de resgate antecipado das Debêntures, conforme aplicável, ou de vencimento antecipado das Debêntures e observado o disposto no inciso I do parágrafo 1º do artigo 1º da Lei nº 12.431/2011, o prazo de vigência (xii.1) das Debêntures da Primeira Série será de 7 (sete) anos, contados da Data de Emissão, (xii.2) das Debêntures da Segunda Série será de 10 (dez) anos, contados da Data de Emissão, (xii.3) das Debêntures da Terceira Série será de 12 (doze) anos, contados da Data de Emissão, e (xii.4) das Debêntures da Quarta Série será de 15 (quinze) anos, contados da Data de Emissão (com relação a cada série, a "Data de Vencimento"); (xiii) **Amortização Compulsória e Programada:** Sem prejuízo do disposto na escritura de emissão, o Valor Nominal Unitário das Debêntures, atualizado pela Atualização Monetária (conforme definido abaixo) será amortizado conforme tabela abaixo:

Série	Amortização
1ª	2 parcelas iguais anuais nos 6º e 7º anos
2ª	3 parcelas anuais nos 8º, 9º e 10º anos
3ª	3 parcelas anuais nos 10º, 11º e 12º anos
4ª	6 parcelas anuais nos 10º, 11º, 12º, 13º, 14º e 15º anos

(xiv) **Remuneração:** Atualização Monetária. O Valor Nominal Unitário das Debêntures será atualizado monetariamente pela variação acumulada do Índice Nacional de Preços ao Consumidor Amplo ("IPCA"), apurado e divulgado pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística ("IBGE"), desde a 1ª (primeira) Data de Integralização da respectiva série até a data de seu efetivo pagamento, sendo o produto da atualização incorporado automaticamente ao



CNPJ/MF 33.592.510/0001-54  
NIRE 33.300.019.766

Valor Nominal Unitário das Debêntures ("Atualização Monetária"), nos termos da Escritura de Emissão. Juros Remuneratórios. Sobre o Valor Nominal Unitário das Debêntures, atualizado pela Atualização Monetária, incidirão juros remuneratórios correspondentes a um determinado percentual ao ano, base 252 (duzentos e cinquenta e dois) dias úteis, a ser definido de acordo com o Procedimento de *Bookbuilding*, e, em qualquer caso, limitado aos percentuais indicados abaixo, base 252 (duzentos e cinquenta e dois) dias úteis, calculados de forma exponencial e cumulativa *pro rata temporis* por dias úteis decorridos, desde a 1ª (primeira) Data de Integralização da respectiva série ou a data de pagamento de Juros Remuneratórios (conforme definido abaixo) imediatamente anterior, conforme o caso, até a data do efetivo pagamento ("Juros Remuneratórios" e, em conjunto com a Atualização Monetária, a "Remuneração").

Séries	Prazo	Taxa firme
1ª	7 anos	NTN-B 2020* + 0,40%
2ª	10 anos	NTN-B 2022* + 0,55%
3ª	12 anos	NTN-B 2024* + 0,60%
4ª	15 anos	NTN-B 2030* + 0,75%

(\*) Média aritmética das taxas internas de retorno da Nota do Tesouro Nacional, série B – NTN-B ("NTN-B"), com vencimento nos anos acima indicados, que deverão ser as cotações indicativas divulgadas pela ANBIMA – Associação Brasileira das Entidades dos Mercados Financeiro e de Capitais, a serem apuradas no fechamento do 3º (terceiro), 4º (quarto) e 5º (quinto) dias úteis imediatamente anteriores à data de realização do Procedimento de *Bookbuilding* (excluindo-se a data de realização do Procedimento de *Bookbuilding* no cômputo de dias); (xv) **Pagamento da Remuneração**: O pagamento da Remuneração, calculada nos termos da Escritura de Emissão, será feito anualmente, a partir da Data de Emissão; (xvi) **Comissão**: (xvi.1) % sucesso (percentual aplicado sobre o valor presente líquido da economia gerada em relação à taxa teto (com garantia firme)): 25%; (xvi.2) comissão base (percentual aplicado sobre o montante emitido): 0,15%; (xvi.3) comissão de canal (percentual aplicado sobre prazo médio x montante emitido): 0,15%; (xvii) **Estimativa de despesas adicionais** (incluindo assessor jurídico, banco mandatário, agente fiduciário, entre outros): até R\$3.000.000,00; (xviii) **Forma e Titularidade**: nominativa, escritural e sem emissão de certificados ou cautelas; (xix) **Agente Fiduciário**: Pentágono S.A. DTVM; (xx) **Banco Escriurador/Mandatário**: Itaú Corretora de Valores S.A.; (xxi) **Destinação dos Recursos**: Os



20 H

CNPJ/MF 33.592.510/0001-54  
NIRE 33.300.019.766

recursos a serem obtidos pela Companhia com a Oferta serão integralmente utilizados no projeto RFSP ("Projeto de Investimento"); **(xxii) Resgate Antecipado Facultativo:** Observado o disposto no item "Oferta Facultativa de Resgate Antecipado", é vedada a liquidação antecipada das Debêntures por meio de resgate ou pré-pagamento facultativo, salvo na forma que vier a ser regulamentada pelo CMN, em conformidade com o disposto no artigo 1º, parágrafo 1º, inciso II, da Lei nº 12.431/2011; **(xxiii) Amortização Facultativa:** A Companhia não poderá, voluntariamente, realizar a amortização antecipada facultativa de qualquer das Debêntures; **(xxiv) Oferta Facultativa Resgate Antecipado:** Caso seja legalmente permitido à Companhia realizar o resgate antecipado das Debêntures em circulação, nos termos das disposições legais e regulamentares aplicáveis, inclusive em virtude da regulamentação, pelo CMN, da possibilidade de resgate prevista no artigo 1º, parágrafo 1º, inciso II, combinado com o artigo 2º, parágrafo 1º, da Lei nº 12.431, a Companhia poderá, a seu exclusivo critério, realizar, a qualquer tempo, oferta facultativa de resgate antecipado, total ou parcial, das Debêntures em circulação, em geral ou por série, conforme o que for definido pela Companhia, com o consequente cancelamento de tais Debêntures, que será endereçada a todos os Debenturistas, em geral ou por série, conforme o que for definido pela Companhia, sem distinção, assegurada a igualdade de condições a todos os Debenturistas, em geral ou por série, conforme o que for definido pela Companhia, para aceitar o resgate antecipado das Debêntures de que forem titulares, de acordo com os termos e condições previstos na Escritura de Emissão, podendo ser oferecido prêmio; **(xxv) Aquisição Facultativa:** É vedada a recompra das Debêntures em circulação pela Companhia e/ou por suas partes relacionadas nos 2 (dois) primeiros anos contados da Data de Emissão, nos termos do artigo 1º, parágrafo 1º, da Lei nº 12.431/2011. Após o decurso de tal prazo de 2 (dois) anos, nos termos do artigo 55, parágrafo 3º, da Lei nº 6.404/1976, é facultado à Companhia e/ou a suas partes relacionadas, a seu exclusivo critério e a qualquer tempo, adquirir as Debêntures em circulação **(xxv.1)** por valor igual ou inferior ao Valor Nominal, devendo tal fato constar do relatório da administração e das demonstrações financeiras da Companhia; ou **(xxv.2)** por valor superior ao Valor Nominal, desde que observadas as regras expedidas pela CVM. As Debêntures adquiridas pela Companhia poderão, a critério da Companhia, permanecer em tesouraria ou ser novamente colocadas no mercado. As Debêntures adquiridas pela Companhia para permanência em tesouraria nos termos deste item (xxv), se e quando recolocadas no mercado, farão jus à mesma Remuneração aplicável às demais Debêntures em circulação. Alternativamente, as Debêntures adquiridas pela Companhia nos termos deste item (xxv) poderão ser canceladas, na forma que vier a ser

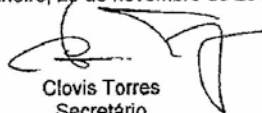


214

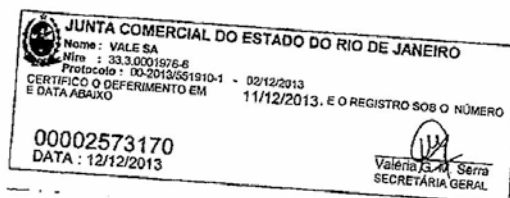
CNPJ/MF 33.592.510/0001-54  
NIRE 33.300.019.766

regulamentada pelo CMN, em conformidade com o disposto no artigo 1º, parágrafo 1º, inciso II, da Lei nº 12.431/2011; e **(xxvi) Vencimento Antecipado:** Serão hipóteses de vencimento antecipado das Debêntures aquelas habituais de mercado, nos termos e condições a serem estabelecidos na Escritura de Emissão. **(B)** a prática de quaisquer atos necessários, conexos e/ou convenientes, assim como, a celebração de qualquer contrato, instrumento ou documento, e seus respectivos aditamentos, que sejam necessários e/ou recomendáveis à implementação da Oferta e da Emissão, incluindo, sem limitação, a Escritura de Emissão e o Contrato de Distribuição; e **(C)** a delegação de poderes para a Diretoria Executiva para ratificar a taxa da Remuneração após processo de Coleta de Intenções de Investimento, observados os limites aqui previstos.". Atesto que as deliberações acima foram extraídas da ata lavrada no Livro de Atas de Reuniões do Conselho de Administração da sociedade.

Rio de Janeiro, 29 de novembro de 2013.



Clovis Torres  
Secretário



(Esta página foi intencionalmente deixada em branco)



---

**Súmulas de Classificação de Risco**

(Esta página foi intencionalmente deixada em branco)

Data de Publicação: 13 de dezembro de 2013

## Comunicado à Imprensa

### Rating 'brAAA' atribuído à proposta de emissão de debêntures senior unsecured com vencimento em 2029 da Vale S.A.

Analista principal: Rafaela Vitoria, CFA, São Paulo, 55 (11) 3039-9761; [rafaela.vitoria@standardandpoors.com](mailto:rafaela.vitoria@standardandpoors.com)

Contato analítico adicional: Diego H Ocampo, Buenos Aires, 54 (11) 4891-2124; [diego.ocampo@standardandpoors.com](mailto:diego.ocampo@standardandpoors.com)

Analista responsável pela aprovação do rating: Eduardo Uribe, Cidade do México, 52 (55) 5081-4408; [eduardo.uribe@standardandpoors.com](mailto:eduardo.uribe@standardandpoors.com)

Analista responsável pela aplicação do rating existente (Ação de Rating Vinculada\*): James Fielding, Nova York; 212-438-2452; [james.fielding@standardandpoors.com](mailto:james.fielding@standardandpoors.com)

**SÃO PAULO (Standard & Poor's), 13 de dezembro de 2013** – A Standard & Poor's Ratings Services atribuiu hoje em sua Escala Nacional Brasil o rating 'brAAA' à proposta de emissão de debêntures *senior unsecured* da **Vale S.A.** ("Vale"), com vencimento em 2029. A Vale pretende utilizar os recursos captados com esta emissão para investir em infraestrutura, melhorar seu perfil de dívida e alongar os prazos dos seus vencimentos de dívida e fortalecer mais seu perfil financeiro.

Os ratings da Vale refletem seu perfil de risco de negócios "forte" e seu perfil financeiro "modesto". Apesar de nossas expectativas de que a Vale manterá métricas de crédito adequadas para a sua categoria de rating, a perspectiva negativa nos ratings da escala global reflete o aumento substancial no risco derivado da inesperada elevação nos níveis de dívida da empresa após seu anúncio de adesão ao acordo de refinanciamento de tributos federais (REFIS) em 29 de novembro de 2013. Esperamos que a Vale mantenha sua disciplina de alocação de capital e continue a investir com prudência e a reduzir as métricas de alavancagem nos próximos 12 a 18 meses. No entanto, poderemos rebaixar os ratings na escala global se houver uma queda nos preços do minério de ferro, se a Vale aumentar os investimentos ou se experimentar redução de volumes em função de atrasos na conclusão dos seus projetos de expansão, levando a um índice de dívida líquida sobre EBITDA acima de 2,0x. A perspectiva do rating de emissor na Escala Nacional Brasil é estável.

## Critérios Relacionados

### Critérios

- Metodologia Corporativa: Índices e Ajustes, 19 de novembro de 2013.
- Metodologia de Ratings Corporativos, 19 de novembro de 2013.
- Metodologia e premissas: descritores de liquidez para emissores corporativos globais, 19 de novembro de 2013.
- Ratings Acima do Soberano - Ratings Corporativos e de Governo: Metodologia e Premissas, 19 de novembro de 2013.
- Metodologia: Risco da indústria, 19 de novembro de 2013.
- Metodologia e Premissas de Avaliação do Risco-País, 19 de novembro de 2013.
- Metodologia: Fatores de créditos relativos à administração e governança para entidades corporativas e seguradoras, 13 de novembro de 2012.

LISTA DE RATINGS	
<b>Vale S.A.</b>	
<i>Ratings de Crédito Corporativo</i>	
Escala global	
Moeda estrangeira	A-/Negativa/--
Moeda local	A-/Negativa/--
Escala Nacional Brasil	brAAA/Estável/--

Novo Rating de Emissão*	
<b>Vale S.A.</b>	
Proposta de emissão de debêntures <i>senior unsecured</i> com vencimento em 2029	brAAA

Emissor	Data de Atribuição do Rating Inicial	Data da Ação Anterior de Rating
<b>Vale S.A.</b>		
<i>Ratings de Crédito de Emissor</i>		
Escala global		
Moeda estrangeira	10 de outubro de 2005	27 de novembro de 2013
Moeda local	10 de outubro de 2005	27 de novembro de 2013
Escala Nacional Brasil	16 de novembro de 2006	27 de novembro de 2013

## Informações regulatórias adicionais

### Ação de Rating Vinculada

\*Todos os Ratings de Crédito atribuídos pela Ratings Services são determinados por um Comitê de Rating e não por Analistas individuais. Entretanto, sob certas circunstâncias, a Ratings Services atribui Ratings de Crédito que são parcial ou totalmente derivados de outros Ratings de Crédito. A este respeito, e sob determinadas circunstâncias, um Funcionário pode aplicar um Rating de Crédito de Emissão ou de Emissor, já existente, de uma entidade (previamente determinado por um Comitê de Rating) a outro Emissor e/ou Emissão (ex. Uma Ação de Rating Vinculada).

### Outros serviços fornecidos ao emissor

A Standard & Poor's Brasil tem fornecido ao emissor os serviços de "CIQ – Serviços de Informação" e SBB/Platts – Notícias". Clique [aqui](#) para mais informações.

### Atributos e limitações do rating de crédito

A Standard & Poor's Ratings Services utiliza informações em suas análises de crédito provenientes de fontes consideradas confiáveis, incluindo aquelas fornecidas pelo emissor. A Standard & Poor's Ratings Services não realiza auditorias ou quaisquer processos de *due diligence* ou de verificação independente da informação recebida do emissor ou de terceiros em conexão com seus processos de rating de crédito ou de monitoramento dos ratings atribuídos. A Standard & Poor's Ratings Services não verifica a completude e a precisão das informações que recebe. A informação que nos é fornecida pode, de fato, conter imprecisões ou omissões que possam ser relevantes para a análise de crédito de rating.

Em conexão com a análise deste (s) rating (s) de crédito, a Standard & Poor's Ratings Services acredita que há informação suficiente e de qualidade satisfatória de maneira a permitir-lhe ter uma opinião de rating de crédito. A atribuição de um rating de crédito para um emissor ou emissão pela Standard & Poor's Ratings Services não deve ser vista como uma garantia da precisão, completude ou tempestividade da (i) informação na qual a Standard & Poor's se baseou em

conexão com o rating de crédito ou (ii) dos resultados que possam ser obtidos por meio da utilização do rating de crédito ou de informações relacionadas.

#### **Fontes de informação**

Para atribuição e monitoramento de seus ratings a Standard & Poor's utiliza, de acordo com o tipo de emissor/emissão, informações recebidas dos emissores e/ou de seus agentes e conselheiros, inclusive, balanços financeiros auditados do Ano Fiscal, informações financeiras trimestrais, informações corporativas, prospectos e outros materiais oferecidos, informações históricas e projetadas recebidas durante as reuniões com a administração dos emissores, bem como os relatórios de análises dos aspectos econômico-financeiros (MD&A) e similares da entidade avaliada e/ou de sua matriz. Além disso, utilizamos informações de domínio público, incluindo informações publicadas pelos reguladores de valores mobiliários, do setor bancário, de seguros e ou outros reguladores, bolsas de valores, e outras fontes públicas, bem como de serviços de informações de mercado nacionais e internacionais.

#### **Aviso de ratings ao emissor**

O aviso da Standard & Poor's para os emissores em relação ao rating atribuído é abordado na política "[Aviso de Pré-Publicação aos Emissores](#)".

#### **Frequência de revisão de atribuição de ratings**

O monitoramento da Standard & Poor's de seus ratings de crédito é abordado em:

- Descrição Geral do Processo de Ratings de Crédito (seção de Revisão de Ratings de Crédito) <http://www.standardandpoors.com/ratings/articles/pt/la/?articleType=PDF&assetID=1245338484985>
- Política de Monitoramento <http://www.standardandpoors.com/ratings/articles/pt/la/?articleType=PDF&assetID=1245319078197>
- **Conflitos de interesse potenciais da S&P Ratings Services**
- A Standard & Poor's Brasil publica a lista de conflitos de interesse reais ou potenciais em "[Conflitos de Interesse — Instrução Nº 521/2012, Artigo 16 XII](#)" seção em [www.standardandpoors.com.br](http://www.standardandpoors.com.br).

#### **Faixa limite de 5%**

- A S&P Brasil publica em seu Formulário de Referência apresentado em <http://www.standardandpoors.com/ratings/br-disclosure/pt/la> o nome das entidades responsáveis por mais de 5% de suas receitas anuais.

Copyright© 2013 pela Standard & Poor's Financial Services LLC. Todos os direitos reservados.

Nenhum conteúdo (incluindo-se ratings, análises e dados relacionados a crédito, avaliações, modelos, software ou outra aplicativo ou resultado deste derivado) ou qualquer parte aqui indicada (Conteúdo) pode ser modificado, revertido, reproduzido ou distribuído de nenhuma forma por nenhum meio, ou armazenado em um banco de dados ou sistema de recuperação sem a prévia autorização por escrito da Standard & Poor's Financial Services LLC ou suas afiliadas (coletivamente aqui denominadas S&P). O Conteúdo não deverá ser utilizado para nenhum propósito ilegal ou não autorizado. A S&P e todos os seus provedores terceiros, bem como seus diretores, *officers*, acionistas, funcionários ou agentes (coletivamente aqui denominados as Partes da S&P) não garantem a exatidão, integridade, tempestividade ou disponibilidade do Conteúdo. As Partes da S&P não são responsáveis por erros ou omissões (por negligência ou qualquer outra causa), independentemente de sua causa, dos resultados obtidos a partir do uso do Conteúdo ou da segurança ou manutenção de qualquer dado incluído pelo usuário. O Conteúdo é fornecido em base "tal qual apresentado." AS PARTES DA S&P RENUNCIAM TODAS E QUAISQUER GARANTIAS EXPRESSAS OU IMPLÍCITAS, INCLUINDO, MAS NÃO LIMITANDO, QUAISQUER GARANTIAS DE COMERCIALIZAÇÃO OU ADEQUAÇÃO PARA UM PROPÓSITO OU USO ESPECÍFICO, LIVRE DE DEFEITOS, ERROS OU DEFEITOS DE SOFTWARE, QUE O FUNCIONAMENTO DO CONTEÚDO SERÁ ININTERRUPTO OU QUE O CONTEÚDO VAI OPERAR COM QUALQUER CONFIGURAÇÃO DE SOFTWARE OU HARDWARE. Em nenhuma circunstância, devem as Partes da S&P ser responsáveis por qualquer parte derivada de danos, custos, despesas, honorários legais ou perdas diretos, indiretos, incidentais, exemplares, compensatórios, punitivos, especiais ou consequenciais (incluindo, sem limitação, receitas perdidas ou lucros perdidos e custos de oportunidade ou perdas provocados por negligência) com relação a qualquer uso do Conteúdo mesmo se alertados sobre a possibilidade desses danos.

As análises creditícias e relacionadas e outras, incluindo ratings, e as declarações no Conteúdo que são declarações de opinião na data em que foram expressas e não declarações de fato. As opiniões, análises e decisões de reconhecimento de rating da S&P (descritas abaixo) não são recomendações para comprar, reter ou vender quaisquer títulos ou para tomar qualquer decisão de investimento e não abordam a adequação de nenhum valor mobiliário. A S&P não assume nenhuma obrigação de atualizar o Conteúdo após a publicação em qualquer forma ou formato. Não se deve depender do Conteúdo e este não é um substituto da capacidade, julgamento e experiência do usuário, de sua administração, funcionários, assessores e/ou clientes para se tomar decisões de investimento ou de outros negócios. A S&P não atua como agente fiduciário nem como assessora de investimento exceto quando está registrada como tal. Embora a S&P obtenha informações de fontes que considera confiáveis, ela não conduz nenhuma auditoria nem realiza avaliações de *due diligence* ou de verificação independente de qualquer informação recebe.

À medida que as autoridades regulatórias permitam a uma agência de rating reconhecer em uma jurisdição um rating emitido em outra jurisdição para determinados fins regulatórios, a S&P reserva-se ao direito de atribuir, retirar ou suspender esse reconhecimento a qualquer momento e a seu total critério. As Partes da S&P não assumem nenhuma obrigação proveniente da atribuição, retirada ou suspensão de um reconhecimento, bem como de qualquer responsabilidade por quaisquer danos que se aleguem como derivados em relação a eles.

A S&P mantém algumas atividades de suas unidades de negócios separadas entre si a fim de preservar a independência e objetividade de suas respectivas atividades. Portanto, algumas unidades de negócios da S&P podem ter informações que não estão disponíveis a outras de suas unidades de negócios. A S&P tem estabelecido políticas e procedimentos para manter a confidencialidade de determinadas informações não-públicas recebidas juntamente com cada um dos processos analíticos.

A S&P pode receber honorários por seus serviços de ratings e por determinadas análises, normalmente de emissores ou subscritores de títulos ou de devedores. A S&P reserva-se o direito de divulgar suas opiniões e análises. As análises e ratings públicos da S&P estão disponíveis em seus Websites: [www.standardandpoors.com](http://www.standardandpoors.com) / [www.standardandpoors.com.mx](http://www.standardandpoors.com.mx) / [www.standardandpoors.com.ar](http://www.standardandpoors.com.ar) / [www.standardandpoors.com.br](http://www.standardandpoors.com.br) (gratuitos), [www.ratingsdirect.com](http://www.ratingsdirect.com), [www.globalcreditportal.com](http://www.globalcreditportal.com) e [www.spcapitaliq.com](http://www.spcapitaliq.com) (por assinatura) e pode distribuí-los por outros meios, incluindo via as próprias publicações da S&P ou por redistribuidores externos. Informações adicionais sobre nossos honorários pelos serviços de rating estão disponíveis em [www.standardandpoors.com/usratingsfees](http://www.standardandpoors.com/usratingsfees).

**McGRAW-HILL**

**Rating Action:** Vale S.A.

**Moody's atribuiu rating na escala global e em moeda local Baa2 e Aaa.br na Escala Nacional Brasileira (NSR) para a planejada emissão de debêntures simples quirografárias da Vale; perspectiva estável**

Sao Paulo, December 13, 2013 -- A Moody's América Latina ("Moody's") atribuiu rating na escala global e moeda local Baa2 e Aaa.br na Escala Nacional Brasileira (NSR) para a planejada emissão de R\$ 750 milhões em debêntures simples quirografárias (Debêntures de Infraestrutura) da Vale S.A. As debêntures terão datas de vencimento variadas. A empresa pretende utilizar os recursos derivados da emissão para projetos de infraestrutura. Todos os outros ratings permanecem inalterados. A perspectiva é estável.

#### FUNDAMENTOS DOS RATINGS

O rating Aaa.br na escala nacional para as debêntures simples quirografárias da Vale reflete o posicionamento da qualidade de crédito da empresa em relação aos seus pares domésticos.

O rating na escala global e moeda local Baa2 da Vale reflete a base diversificada de produtos da empresa, índices fortes de cobertura, apesar da retração em 2013 por preços e fundamentos mais enfraquecidos nos seus segmentos de negócios, posição competitiva de custo e carteira substancial de ativos de longo prazo. O rating também considera a capacidade da companhia para ter bom desempenho, diante de sua base de ativos, em um ambiente de mercado em baixa e manter indicadores, em grande medida, em linha com seu rating. Enquanto a Vale tem diversificado sua abrangência geográfica por intermédio de diversas aquisições no Canadá, Austrália e em outras regiões, os principais determinantes para receita, lucros e fluxo de caixa continuam a ser suas operações de minério de ferro no Brasil e sua posição importante no mercado transoceânico de minério de ferro. (Vale, Rio Tinto e BHP Billiton têm combinadas uma participação de mercado de aproximadamente 70% a 75%). A participação da empresa (anunciada em 27 de novembro de 2013) no acordo tributário federal (REFIS), com relação aos procedimentos judiciais e litígio relativo a impostos e outros pagamentos de subsidiárias estrangeiras, é um fator favorável ao rating.

No entanto, o rating leva em consideração os desafios que continuarão a ter impacto sobre o perfil de custo operacional da empresa, particularmente mão de obra, bem como aumentos nos royalties, embora as iniciativas de redução de custos devam ajudar a minimizar o impacto do avanço dos custos. O rating também incorpora a volatilidade nos preços do minério de ferro e de metais e a sensibilidade dos lucros e fluxo de caixa às variações nos preços de seus principais minerais, particularmente minério de ferro, diante da predominância deste segmento no desempenho geral da companhia. Além disso, a empresa permanece sensível ao câmbio, particularmente o dólar norte-americano em relação ao real e ao dólar canadense. Embora a Vale tenha indicado redução nos investimentos em imobilizado (CAPEX) em 2013, em comparação a anos recentes, e um foco mais disciplinado na alocação de capital, o CAPEX, em combinação com os níveis de dividendos (US\$ 4 bilhões anunciados para 2013), permanece elevado, em nossa visão, em relação à retração nos lucros e é uma consideração no rating.

Observamos que a empresa redefiniu e moderou seus objetivos de crescimento, que incluem foco em um número menor de projetos simultâneos e projetos que são de longo prazo e baixo custo, reduzindo os gastos em pesquisa e desenvolvimento (P&D), e sendo disciplinada na gestão de sua estrutura de capital. Espera-se que estas ações resultem fluxo de caixa livre em equilíbrio ou levemente negativo nos próximos trimestres.

A perspectiva estável reflete a expectativa da Moody's de que a Vale, apesar dos preços mais fracos do minério de ferro e outras commodities nas quais a empresa tem atuação, irá continuar a apresentar índices de cobertura de dívida e desempenho dos lucros aceitáveis em relação ao seu rating Baa2 em moeda estrangeira. A perspectiva também antecipa que os preços do minério de ferro, embora ficando, na média, mais baixos do que nos anos recentes, irão permanecer em um nível que permita continuidade de boa rentabilidade, em decorrência da posição competitiva e de melhoria de custos da empresa, na medida em que produção de menor custo e conteúdo mais elevado em ferro entrarem em operação. A perspectiva também antecipa que a Vale continuará a equilibrar seus investimentos, dividendos e outros pagamentos exigidos, com sua capacidade de geração de caixa e seus níveis absolutos de dívida incorrida.

A Vale continua a manter indicadores fortes para seu rating apesar do ambiente de preços mais baixos para minério de ferro, cobre e níquel, enquanto sua participação no acordo tributário federal é positivo para o crédito, uma vez que define o tamanho do passivo. O rating da Vale poderia ser impactado favoravelmente se a empresa sustentar o índice dívida/EBITDA em não mais do que 2x, completar de forma bem-sucedida seus principais projetos de expansão de imobilizado sem estouros significativos de orçamento, mantiver fluxo de caixa operacional menos dividendos sobre dívida de pelo menos 30% e fluxo de caixa livre sobre

dívida no intervalo de 10%, no mínimo. Considerações adicionais incluiriam maior clareza sobre as políticas financeiras e estratégia de aquisições da empresa.

Diante do perfil financeiro e da posição de liquidez fortes da empresa atualmente, um rebaixamento do rating é improvável. No entanto, os ratings e/ou a perspectiva poderiam ficar sob pressão se a empresa se envolver em aquisições substanciais ou projetos de CAPEX à custa do seu perfil de crédito. Outros fatores que poderiam contribuir para pressão de rebaixamento incluiriam o aumento da dívida sobre EBITDA acima de 3,0x, fluxo de caixa operacional menos dividendos sobre dívida caindo abaixo de 25%, ou persistente geração de fluxo de caixa negativo. Os ratings também poderiam ser impactados de forma adversa se houver qualquer crise fundamental no mercado de minério de ferro, que comprima as margens EBIT em bases sustentadas.

A metodologia principal usada neste rating foi a Indústria Global de Mineração, publicada em 3 de dezembro de 2009. Consulte a página de Política de Crédito do [www.moodys.com.br](http://www.moodys.com.br) para uma cópia desta metodologia.

Os ratings em escala nacional da Moody's (NSRs) pretendem ser medidas relativas de idoneidade creditícia entre emissões e emissores de dívida dentro de um país, possibilitando aos participantes do mercado uma melhor diferenciação dos riscos relativos. OS NSRs são diferentes dos ratings da escala global no sentido de que não são globalmente comparáveis ao universo completo das entidades classificadas pela Moody's, mas apenas com outras entidades classificadas dentro do mesmo país. Os NSRs são designados por um modificador ".nn" que indica o país relevante, como ".mx" no caso do México. Para mais informações sobre a abordagem da Moody's para ratings na escala nacional, consulte a Metodologia de Ratings da Moody's publicada em outubro de 2012 sob o título "Mapeamento dos Ratings na Escala Nacional da Moody's para Ratings da Escala Global" ("Mapping Moody's National Scale Ratings to Global Scale Ratings").

Sediada no Rio de Janeiro, Brasil, a Vale está entre as maiores empresas mundiais de mineração, com posições substanciais em minério de ferro, níquel, cobre e carvão, bem como posições complementares na logística e produção de energia e posições na produção de aço. A Vale é o maior produtor mundial de minério de ferro, com aproximadamente 312 milhões de toneladas métricas de produção para os doze meses encerrados em 30 de setembro de 2013 (incluindo sua participação na Samarco) e o segundo maior produtor mundial de níquel, com cerca de 256.000 toneladas métricas produzidas no mesmo período de tempo. As principais operações de mineração da empresa estão localizadas no Brasil, Canadá, Austrália, Indonésia e Moçambique. Além disso, a companhia é ativa nas atividades de exploração em diversos países. Nos doze meses encerrados em 30 de setembro de 2013, a Vale apresentou receitas operacionais líquidas de US\$ 46,9 bilhões.

#### DIVULGAÇÕES REGULATÓRIAS

As fontes de informação utilizadas na elaboração do rating são as seguintes: partes envolvidas nos ratings, partes não envolvidas nos ratings, informações públicas, e confidenciais e de propriedade da Moody's.

A Moody's considera a qualidade das informações disponíveis sobre o emissor ou obrigação como sendo satisfatória ao processo de atribuição do rating de crédito.

A Moody's adota todas as medidas necessárias para que as informações utilizadas na atribuição de ratings sejam de qualidade suficiente e proveniente de fontes que a Moody's considera confiáveis incluindo, quando apropriado, fontes de terceiros. No entanto, a Moody's não realiza serviços de auditoria, e não pode realizar, em todos os casos, verificação ou confirmação independente das informações recebidas nos processos de rating.

O rating foi divulgado para a entidade classificada ou seu(s) agente(s) designado(s) e atribuído sem alterações decorrentes dessa divulgação.

Consulte a página de divulgações regulatórias do [www.moodys.com.br](http://www.moodys.com.br) para divulgações gerais sobre potenciais conflitos de interesse.

A Moody's América Latina Ltda pode ter fornecido Outro(s) Serviço(s) Permitido(s) à entidade classificada ou a terceiros relacionados no período de 12 meses que antecederam a ação de rating de crédito. Consulte o relatório "Serviços auxiliares e outros serviços permitidos providos a entidades com rating da Moody's América Latina, Ltda." disponível no [www.moodys.com.br](http://www.moodys.com.br) para maiores informações.

As entidades classificadas pela Moody's América Latina Ltda. (e partes relacionadas a essas entidades) podem também receber produtos/serviços fornecidos por terceiros relacionados à Moody's América Latina, Ltda. envolvidos em atividades de rating de crédito. Consulte o [www.moodys.com.br](http://www.moodys.com.br) para obter uma lista de entidades que recebem produtos/serviços dessas entidades relacionadas. Esta lista é atualizada trimestralmente.

A data da última Ação de Rating foi 29 de agosto de 2013.



Os ratings da Moody's são monitorados constantemente, a menos que sejam ratings designados como atribuídos a um momento específico ("point-in-time ratings") no comunicado inicial. Todos os ratings da Moody's são revisados pelo menos uma vez a cada período de 12 meses.

Para ratings atribuídos a um programa, série ou categoria/classe de dívida, este anúncio fornece divulgações regulatórias pertinentes a cada um dos ratings de títulos ou notas emitidas subsequentemente da mesma série ou categoria/classe de dívida ou de um programa no qual os ratings sejam derivados exclusivamente dos ratings existentes, de acordo com as práticas de rating da Moody's. Para os ratings atribuídos a um provedor de suporte, este anúncio fornece divulgações regulatórias pertinentes à ação de rating do provedor de suporte e referentes a cada uma das ações de rating dos títulos que derivam seus ratings do rating do provedor de suporte. Para ratings provisórios, este anúncio fornece divulgações regulatórias pertinentes ao rating provisório atribuído, e em relação ao rating definitivo que pode ser atribuído após a emissão final da dívida, em cada caso em que a estrutura e os termos da transação não tiverem sido alterados antes da atribuição do rating definitivo de maneira que pudesse ter afetado o rating. Para maiores informações, consulte a aba de ratings na página do respectivo emissor/entidade disponível no [www.moody.com.br](http://www.moody.com.br).

Para quaisquer títulos afetados ou entidades classificadas que recebam suporte de crédito direto da(s) entidade(s) primária(s) desta ação de rating, e cujos ratings possam mudar como resultado dessa ação, as divulgações regulatórias associadas serão aquelas da entidade fiadora. Exceções desta abordagem existem para as seguintes divulgações: Serviços Acessórios, Divulgação para a entidade classificada e Divulgação da entidade classificada.

Consulte a aba de ratings na página do emissor/entidade no [www.moody.com.br](http://www.moody.com.br) para visualizar o histórico e a última ação de rating deste emissor. A data em que alguns ratings foram atribuídos pela primeira vez diz respeito a uma época em que os ratings da Moody's não eram integralmente digitalizados e pode ser que os dados precisos não estejam disponíveis. Consequentemente, a Moody's fornece uma data que acredita ser a mais confiável e precisa com base nas informações que são disponibilizadas. Consulte a página de divulgação de ratings em nosso website [www.moody.com.br](http://www.moody.com.br) para obter maiores informações.

Consulte o documento Símbolos e Definições de Rating da Moody's ("Moody's Rating Symbols and Definitions") disponível na página de Processo de Rating do [www.moody.com.br](http://www.moody.com.br) para maiores informações sobre o significado de cada categoria de rating e a definição de default e recuperação.

As divulgações regulatórias contidas neste comunicado de imprensa são aplicáveis ao rating de crédito e, se aplicável, também à perspectiva ou à revisão do rating.

Consulte o [www.moody.com.br](http://www.moody.com.br) para atualizações e alterações relacionadas ao analista líder e à entidade legal da Moody's que atribuiu o rating.

Consulte o [www.moody.com](http://www.moody.com) para atualizações e alterações relacionadas ao analista líder e à entidade legal da Moody's que atribuiu o rating.

Consulte a aba de ratings do emissor/entidade disponível no [www.moody.com](http://www.moody.com) para divulgações regulatórias adicionais de cada rating.

Carol Cowan  
VP - Senior Credit Officer  
Corporate Finance Group  
Moody's Investors Service, Inc.  
250 Greenwich Street  
New York, NY 10007  
U.S.A.  
JOURNALISTS: 212-553-0376  
SUBSCRIBERS: 212-553-1653

Brian Oak  
MD - Corporate Finance  
Corporate Finance Group  
JOURNALISTS: 212-553-0376  
SUBSCRIBERS: 212-553-1653

Releasing Office:  
Moody's America Latina Ltda.  
Avenida Nacoes Unidas, 12.551  
16th Floor, Room 1601  
Sao Paulo, SP 04578-903  
Brazil  
JOURNALISTS: 800-891-2518  
SUBSCRIBERS: 55-11-3043-7300

© 2013, Moody's Investors Service, Inc. and/or its licensors and affiliates (collectively, "MOODY'S"). All rights reserved.

**CREDIT RATINGS ISSUED BY MOODY'S INVESTORS SERVICE, INC. ("MIS") AND ITS AFFILIATES ARE MOODY'S CURRENT OPINIONS OF THE RELATIVE FUTURE CREDIT RISK OF ENTITIES, CREDIT COMMITMENTS, OR DEBT OR DEBT-LIKE SECURITIES, AND CREDIT RATINGS AND RESEARCH PUBLICATIONS PUBLISHED BY MOODY'S ("MOODY'S PUBLICATIONS") MAY INCLUDE MOODY'S CURRENT OPINIONS OF THE RELATIVE FUTURE CREDIT RISK OF ENTITIES, CREDIT COMMITMENTS, OR DEBT OR DEBT-LIKE SECURITIES. MOODY'S DEFINES CREDIT RISK AS THE RISK THAT AN ENTITY MAY NOT MEET ITS CONTRACTUAL, FINANCIAL OBLIGATIONS AS THEY COME DUE AND ANY ESTIMATED FINANCIAL LOSS IN THE EVENT OF DEFAULT. CREDIT RATINGS DO NOT ADDRESS ANY OTHER RISK, INCLUDING BUT NOT LIMITED TO: LIQUIDITY RISK, MARKET VALUE RISK, OR PRICE VOLATILITY. CREDIT RATINGS AND MOODY'S OPINIONS INCLUDED IN MOODY'S PUBLICATIONS ARE NOT STATEMENTS OF CURRENT OR HISTORICAL FACT. CREDIT RATINGS AND MOODY'S PUBLICATIONS DO NOT CONSTITUTE OR PROVIDE INVESTMENT OR FINANCIAL ADVICE, AND CREDIT RATINGS AND MOODY'S PUBLICATIONS ARE NOT AND DO NOT PROVIDE RECOMMENDATIONS TO PURCHASE, SELL, OR HOLD PARTICULAR SECURITIES. NEITHER CREDIT RATINGS NOR MOODY'S PUBLICATIONS COMMENT ON THE SUITABILITY OF AN INVESTMENT FOR ANY PARTICULAR INVESTOR. MOODY'S ISSUES ITS CREDIT RATINGS AND PUBLISHES MOODY'S PUBLICATIONS WITH THE EXPECTATION AND UNDERSTANDING THAT EACH INVESTOR WILL MAKE ITS OWN STUDY AND EVALUATION OF EACH SECURITY THAT IS UNDER CONSIDERATION FOR PURCHASE, HOLDING, OR SALE.**

ALL INFORMATION CONTAINED HEREIN IS PROTECTED BY LAW, INCLUDING BUT NOT LIMITED TO, COPYRIGHT LAW, AND NONE OF SUCH INFORMATION MAY BE COPIED OR OTHERWISE REPRODUCED, REPACKAGED, FURTHER TRANSMITTED, TRANSFERRED, DISSEMINATED, REDISTRIBUTED OR RESOLD, OR STORED FOR SUBSEQUENT USE FOR ANY SUCH PURPOSE, IN WHOLE OR IN PART, IN ANY FORM OR MANNER OR BY ANY MEANS WHATSOEVER, BY ANY PERSON WITHOUT MOODY'S PRIOR WRITTEN CONSENT.

All information contained herein is obtained by MOODY'S from sources believed by it to be accurate and reliable. Because of the possibility of human or mechanical error as well as other factors, however, all information contained herein is provided "AS IS" without warranty of any kind. MOODY'S adopts all necessary measures so that the information it uses in assigning a credit rating is of sufficient quality and from sources MOODY'S considers to be reliable including, when appropriate, independent third-party sources. However, MOODY'S is not an auditor and cannot in every instance independently verify or validate information received in the rating process. Under no circumstances shall MOODY'S have any liability to any person or entity for (a) any loss or damage in whole or in part caused by, resulting from, or relating to, any error (negligent or otherwise) or other circumstance or contingency within or outside the control of MOODY'S or any of its directors, officers, employees or agents in connection with the procurement, collection, compilation, analysis, interpretation, communication, publication or delivery of any such information, or (b) any direct, indirect, special, consequential, compensatory or incidental damages whatsoever (including without limitation, lost profits), even if MOODY'S is advised in advance of the possibility of such damages, resulting from the use of or inability to use, any such information. The ratings, financial reporting analysis, projections, and other observations, if any, constituting part of the information contained herein are, and must be construed solely as, statements of opinion and not statements of fact or recommendations to purchase, sell or hold any securities. Each user of the information contained herein must make its own study and evaluation of each security it may consider purchasing, holding or selling.

NO WARRANTY, EXPRESS OR IMPLIED, AS TO THE ACCURACY, TIMELINESS, COMPLETENESS, MERCHANTABILITY OR FITNESS FOR ANY PARTICULAR PURPOSE OF ANY SUCH RATING OR OTHER OPINION OR INFORMATION IS GIVEN OR MADE BY MOODY'S IN ANY FORM OR MANNER WHATSOEVER.

MIS, a wholly-owned credit rating agency subsidiary of Moody's Corporation ("MCO"), hereby discloses that most issuers of debt securities (including corporate and municipal bonds, debentures, notes and commercial paper) and preferred stock rated by MIS have, prior to assignment of any rating, agreed to pay to MIS for appraisal and rating services rendered by it fees ranging from \$1,500 to approximately \$2,500,000. MCO and MIS also maintain policies and procedures to address the independence of MIS's ratings and rating processes. Information regarding certain affiliations that may exist between directors of MCO and rated entities, and between entities who hold ratings from MIS and have also publicly reported to the SEC an ownership interest in MCO of more than 5%, is posted annually at [www.moody's.com](http://www.moody's.com) under the heading "Shareholder Relations - Corporate Governance - Director and Shareholder Affiliation Policy."

For Australia only: Any publication into Australia of this document is pursuant to the Australian Financial Services License of MOODY'S affiliate, Moody's Investors Service Pty Limited ABN 61 003 399 657AFSL 336969 and/or Moody's Analytics Australia Pty Ltd ABN 94 105 136 972 AFSL 383569 (as applicable). This document is intended to be provided only to "wholesale clients" within the meaning of section 761G of the Corporations Act 2001. By continuing to access this document from within Australia, you represent to MOODY'S that you are, or are accessing the document as a representative of, a "wholesale client" and that neither you nor the entity you represent will directly or indirectly disseminate this document or its contents to "retail clients" within the meaning of section 761G of the Corporations Act 2001. MOODY'S credit rating is an opinion as to the creditworthiness of a debt obligation of the issuer, not on the equity securities of the issuer or any form of security that is available to retail clients. It would be dangerous for retail clients to make any investment decision based on MOODY'S credit rating. If in doubt you should contact your financial or other professional adviser.

## **Fitch Atribui Rating 'AAA (bra)' a Proposta de Emissão de Debêntures da Vale**

Fitch Ratings-Chicago- 16 dezembro de 2013: A Fitch Ratings atribuiu rating 'AAA (bra)' à proposta de emissão de debêntures da Vale S.A. (Vale), no valor de BRL750 milhões. Os recursos dessa emissão, que pode ser realizada em até quatro séries, devem ser utilizados para financiar o Ramal Ferroviário Sudeste do Pará (RFSP), como parte do projeto CLN S11D.

## **Principais Fundamentos do Rating**

### **Liderança em Minério de Ferro**

Os ratings da Vale se baseiam na sólida posição do negócio da companhia, em função de ser a maior produtora de minério de ferro do mundo. Em 2012, a empresa tinha participação de aproximadamente 24% no mercado transoceânico. A posição da Vale é fortalecida por seus custos de produção, estimados no quartil mais baixo da indústria, que lhe permitem continuar gerando fluxo de caixa das operações (CFFO) positivo durante ciclos de baixa do setor. A posição de mercado da Vale está sendo fortalecida por dois projetos de expansão na região de Carajás (PA), que contribuirão para aumentar a produção anual de minério de ferro da companhia de 303 milhões de toneladas, em 2012, para 450 milhões de toneladas até 2018, segundo projeção da Fitch.

### **Forte Fluxo de Caixa, Apesar de Preços de Minério de Ferro Mais Baixos**

Os ratings da Vale também refletem seu forte balanço patrimonial, sua estrutura de capital conservadora e o sólido CFFO. A empresa gerou EBTIDA de USD20,4 bilhões e CFFO de USD16,3 bilhões no período de 12 meses encerrado em setembro de 2013. Estes números são relativamente similares aos de 2012, mas abaixo dos EBTIDA e CFFO recordes de 2011, quando chegaram a USD33,8 bilhões e USD24,5 bilhões, respectivamente. A redução do fluxo de caixa se deveu, quase exclusivamente, à queda no preço médio do minério de ferro. Em 30 de setembro de 2013, o índice dívida líquida/EBTIDA da companhia era de 1,1 vez e a dívida líquida/CFFO, de 1,5 vez, ante uma média de cinco anos de 0,9 vez para dívida líquida/EBTIDA e de 1,1 vez para dívida líquida/CFFO.

### **Acordo sobre Impostos Reduz Incerteza**

Em novembro, a Vale chegou a um acordo com o governo brasileiro para pôr fim a um litígio relativo a BRL45 bilhões de impostos de renda e contribuições sociais devidos por subsidiárias estrangeiras. O pacto diminuiu a dívida para BRL22,3 bilhões e determina que a empresa efetue um pagamento inicial de BRL6,0 bilhões e parcele os BRL16,3 bilhões restantes em 15 anos. O acordo implica em um *waiver* para multas, juros e outros encargos relacionados a 2003, 2004 e 2006. Para os demais anos, as multas foram reduzidas em 80%, e os juros sobre o principal devido diminuirão 50%. Em valor presente líquido, a perda econômica associada ao acordo é de aproximadamente USD6,3 bilhões.

### **Liquidez e Alavancagem Permanecem Fortes Após Acordo**

Em 30 de setembro de 2013, a Vale apresentava dívida de USD29,8 bilhões e caixa e aplicações financeiras de USD7,2 bilhões. Este nível de caixa se compara favoravelmente em relação aos USD3,2 bilhões de dívida de curto prazo na mesma data e de amortizações programadas de USD1,3 bilhão em 2014, USD1,2 bilhão em 2015 e USD1,9 bilhão em 2016. A empresa possui linha de crédito rotativo de USD 5 bilhões, ainda não utilizada. A Vale possui várias linhas de crédito relativas a investimentos, principalmente com agências de crédito à exportação e com o Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social (BNDES). Em novembro de 2013, a companhia vendeu sua participação minoritária na Norsk Hydro por USD1,8 bilhão. Os recursos serão usados para financiar a maior parte do pagamento inicial de BRL6,0 bilhões do acordo os impostos. A Fitch acredita que a dívida líquida da Vale aumentará para aproximadamente USD29 bilhões até o final de 2013. Diante do EBITDA projetado para 2013, de cerca de USD20 bilhões, o índice dívida líquida/EBTIDA chegaria a 1,5 vez.

### **Ambiente Desafiador**

O lucro da Vale depende bastante das vendas de minério de ferro e do mercado chinês, apesar dos significativos investimentos em cobre, carvão, níquel e fertilizantes. O negócio de minerais ferrosos da companhia respondeu por mais de 90% do EBITDA em 2012, enquanto a China foi seu principal mercado, respondendo por 49% das vendas de minério de ferro. Os preços deverão se reduzir no futuro devido aos sistemáticos aumentos de capacidade de produção da Vale, BHP Billiton e Rio Tinto, que eliminarão o prêmio de escassez que existiu durante a maior parte da última década. Diante de um cenário de aumento da oferta, a demanda chinesa por minério de ferro continua aumentando, mas em menor ritmo, exacerbando ainda mais a pressão sobre os preços. Os consideráveis investimentos da Vale em níquel, carvão,

fertilizantes e cobre atenuarão apenas parcialmente o impacto do aumento global de capacidade de mineração de minério de ferro.

### **Alavancagem Projetada Para Aumentar**

A Vale respondeu ao ambiente desafiador cortando dividendos, vendendo ativos secundários e reduzindo investimentos somente a projetos com alto retorno. No entanto, pelas projeções da Fitch, a Vale registrará fluxo de caixa livre negativo nos próximos anos, já que investe pesadamente em projetos importantes, como o S11D (minério de ferro, no Brasil), Moatize II (carvão, em Moçambique), Nacala Corridor (ferrovia e terminal portuário de carvão, em Moçambique), Salobo II (cobre, no Brasil), Conceição Itabirito II (minério de ferro, no Brasil) e Cauê Itabirito (minério de ferro, no Brasil).

Em seu cenário base, a Fitch utiliza preço de minério de ferro conservador, com base no mercado, de USD120 por tonelada em 2014, de USD110 por tonelada em 2015 e de USD90 por tonelada no longo prazo. Para níquel, a agência utiliza, em seu cenário base, USD7,50 por libra peso em 2014, USD7,90 por libra peso em 2015 e USD8,62 no longo prazo. Pelas projeções da agência, a Vale deve gerar EBITDA de cerca de USD20 bilhões em 2013 e de USD22 bilhões em 2014. Com a projeção de investir USD30 bilhões neste dois anos, o fluxo de caixa livre será negativo, e a alavancagem líquida deve chegar a 1,4 vez em 2014, com o índice dívida líquida/CFFO em 1,8 vez.

### **Sensibilidades dos Ratings**

Os ratings da Vale poderão ser afetados negativamente por uma significativa redução da robusta liquidez da companhia ou por alavancagem líquida superior a 3,0 vezes, com preços do minério de ferro na faixa de USD90 por tonelada por um período sustentável. Fatores que também podem levar à consideração de rebaixamento dos ratings incluem um ambiente macroeconômico instável na China a ponto de enfraquecer a demanda pelos produtos da companhia. Qualquer mudança na estratégia da administração com respeito à conservadora estrutura de capital e/ou aumento da interferência do governo na companhia também pode ser considerada negativa. Além disso, um rebaixamento do teto país do Brasil, de 'BBB+', pode provocar ações negativas de rating.

Os ratings da Vale não deverão ser elevados até que a companhia conclua seu agressivo programa de investimentos, que deverá se estender de 2013 a 2016. As considerações sobre elevações incluiriam uma consistente melhora na capacidade de geração de fluxo de caixa livre devido aos novos projetos, aliados à manutenção de forte posição de liquidez. Um substancial aumento de capital também seria considerado favorável, assim como a elevação do rating soberano do Brasil e a solução do litígio relativo a impostos e royalties.

Contato:

Analista principal  
Joe Bormann, CFA  
Diretor-executivo

+1-312-368-3349  
Fitch Ratings, Inc.  
70 West Madison Street  
Chicago, IL 60602

Analista secundário  
Jay Djemal  
Diretor  
+1-312-368-3134

Analista terciário  
Ricardo Carvalho  
Diretor sênior  
+55-21-4503-2627

Presidente do Comitê de Rating  
Daniel Kastholm, CFA  
Diretor-executivo  
+1-312-368-2070

Relações com a Mídia: Jaqueline Ramos de Carvalho, Rio de Janeiro, Tel: +55 21-4503-2623, Email: [jaqueline.carvalho@fitchratings.com](mailto:jaqueline.carvalho@fitchratings.com).

A presente publicação é um relatório de classificação de risco de crédito, para fins de atendimento ao artigo 16 da Instrução CVM nº 521/12.

As informações utilizadas na análise desta emissão são provenientes da Vale S.A.

A Fitch utilizou, para sua análise, informações financeiras até a data-base de 30 de setembro de 2013.

Histórico dos Ratings:

Data da primeira publicação do rating em escala nacional: 13 de maio de 2003.

Data da última revisão do rating em escala nacional: 02 de julho de 2013.

A classificação de risco foi comunicada à entidade avaliada ou a partes a ela relacionadas.

Os ratings atribuídos pela Fitch são revisados, pelo menos, anualmente.

Informações adicionais estão disponíveis em '[www.fitchratings.com](http://www.fitchratings.com)'.

Metodologia Aplicada e Pesquisa Relacionada:

- 'Metodologia de Ratings Corporativos - incluindo Incluindo Ratings de Curto Prazo e Vínculo Entre Matrizes e Subsidiárias' (8 de agosto de 2012).

- 'Metodologia de Ratings Nacionais' (19 de janeiro de 2011).

(Esta página foi intencionalmente deixada em branco)

---

**Declarações de Veracidade da Companhia e do Coordenador Líder**

(Esta página foi intencionalmente deixada em branco)





**DECLARAÇÃO DA COMPANHIA  
PARA FINS DO ARTIGO 56 DA INSTRUÇÃO CVM 400**

VALE S.A., companhia aberta com sede na Avenida Graça Aranha nº 26, na Cidade do Rio de Janeiro, Estado do Rio de Janeiro, inscrita no CNPJ/MF sob o nº 33.592.510/0001-54, com seus atos constitutivos arquivados na Junta Comercial do Estado do Rio de Janeiro - JUCERJA sob o NIRE nº 33.300.019.766, neste ato representada na forma do seu Estatuto Social ("Emissora" ou "Companhia"), no âmbito do pedido de registro da oferta pública de distribuição de debêntures da 8ª (oitava) emissão, pela Companhia, de 750.000 (setecentas e cinquenta mil) debêntures simples, não conversíveis em ações, da espécie quirografária, em até quatro séries, totalizando, na data de emissão, o valor de R\$750.000.000,00 (setecentos e cinquenta milhões de reais) ("Oferta" e "Debêntures"), com valor nominal unitário de R\$1.000,00 (um mil reais) na data de emissão, vem, pela presente, apresentar a declaração de que trata o artigo 56 da Instrução da Comissão de Valores Mobiliários nº 400, de 29 de dezembro de 2003, conforme alterada ("Instrução CVM 400").

**CONSIDERANDO QUE:**

- (a) a Companhia e o Banco Bradesco BBI S.A. ("Coordenador Líder") constituíram seus respectivos assessores legais para auxiliá-los na implementação da Oferta;
- (b) para a realização da Oferta, está sendo efetuada auditoria jurídica (*due diligence*) ("Auditoria"), a qual prosseguirá até a divulgação do prospecto definitivo da Oferta ("Prospecto Definitivo");
- (c) foram disponibilizados pela Companhia, para análise do Coordenador Líder e de seu assessor legal, todos os documentos que a Companhia considera materialmente relevantes para a preparação dos documentos relacionados à Oferta;
- (d) além dos documentos acima mencionados, foram solicitados pelo Coordenador Líder documentos e informações adicionais relativos à Companhia;
- (e) a Companhia confirma ter disponibilizado todos os documentos e prestado todas as informações consideradas materialmente relevantes sobre os negócios da Companhia para análise do Coordenador Líder e de seu assessor legal, com o fim de permitir aos investidores uma tomada de decisão fundamentada sobre a Oferta; e
- (f) a Companhia, em conjunto com o Coordenador Líder, participou da elaboração do prospecto preliminar da Oferta ("Prospecto Preliminar") e participará da elaboração do Prospecto Definitivo, diretamente e por meio de seu assessor legal.

A Companhia declara, nos termos do artigo 56 da Instrução CVM 400 e em atendimento ao item 2.4 do anexo III da Instrução CVM 400, que:





- (i) é responsável pela veracidade, consistência, qualidade e suficiência das informações prestadas por ocasião do registro e fornecidas ao mercado durante a Oferta;
- (ii) o conjunto de informações prestado pela Companhia no formulário de referência, elaborado conforme o Anexo 24 da Instrução CVM nº 480, de 7 de dezembro de 2009, conforme alterada ("Formulário de Referência"), e no Prospecto Preliminar e Prospecto Definitivo, na data de sua respectiva divulgação, é verdadeiro, consistente, correto e suficiente, permitindo aos investidores uma tomada de decisão fundamentada a respeito da Oferta;
- (iii) as informações fornecidas durante todo o prazo da Oferta, inclusive aquelas eventuais e periódicas constantes da atualização do registro da Companhia, que integram o Formulário de Referência e o Prospecto Preliminar são e as que integrarão o Prospecto Definitivo serão suficientes, permitindo aos investidores uma tomada de decisão fundamentada a respeito da Oferta;
- (iv) o Formulário de Referência e o Prospecto Preliminar contém e o Prospecto Definitivo conterá, nas datas de suas respectivas divulgações, as informações relevantes necessárias ao conhecimento pelos investidores da Oferta, das Debêntures, da Companhia, suas atividades, situação econômico-financeira, dos riscos inerentes à sua atividade e quaisquer outras informações relevantes; e
- (v) o Formulário de Referência e o Prospecto Preliminar foram e o Prospecto Definitivo será elaborado de acordo com as normas pertinentes.

Rio de Janeiro, 13 de dezembro de 2013.

VALE S.A.

  
Nome: Luciano Siani  
Cargo: Diretor Executivo

  
Nome: Galib Chaim  
Cargo: Diretor-Executivo



DECLARAÇÃO

BANCO BRADESCO BBI S.A., instituição financeira com estabelecimento na Cidade de São Paulo, Estado de São Paulo, na Avenida Paulista 1450, 8º andar, inscrita no CNPJ sob o n.º 06.271.464/0073-93, neste ato representada nos termos de seu estatuto social, na qualidade de coordenador líder ("Coordenador Líder") da oferta pública de distribuição de debêntures simples, não conversíveis em ações, da espécie quirografária, em até quatro séries, da oitava emissão de VALE S.A. ("Companhia") ("Oferta"), cujo pedido de registro está sob análise da Comissão de Valores Mobiliários ("CVM"), vem, pela presente, apresentar a declaração de que trata o artigo 56 da Instrução CVM n.º 400, de 29 de dezembro de 2003, conforme alterada ("Instrução CVM 400").

CONSIDERANDO QUE:


- (i) o Coordenador Líder constituiu assessor legal para auxiliá-lo na implementação da Oferta;
- (ii) para a realização da Oferta, está sendo efetuada auditoria jurídica na Companhia e em suas subsidiárias, iniciada em 24 de setembro de 2013, a qual prosseguirá até a divulgação do prospecto definitivo da Oferta ("Prospecto Definitivo");
- (iii) por solicitação do Coordenador Líder, a Companhia contratou seus auditores independentes para aplicação dos procedimentos previstos nos termos do Pronunciamento IBRACON NPA n.º 12, com relação ao prospecto preliminar da Oferta ("Prospecto Preliminar") e ao Prospecto Definitivo;
- (iv) foram disponibilizados pela Companhia os documentos que a Companhia considerou relevantes para a Oferta;
- (v) além dos documentos a que se refere o item (iv) acima, foram solicitados pelo Coordenador Líder documentos e informações adicionais relativos à Companhia; e
- (vi) a Companhia confirmou ter disponibilizado, com veracidade, consistência, qualidade e suficiência, todos os documentos e prestado todas as informações consideradas relevantes sobre os negócios da Companhia, para análise do Coordenador Líder e de seu assessor legal, com o fim de permitir aos investidores uma tomada de decisão fundamentada sobre a Oferta;

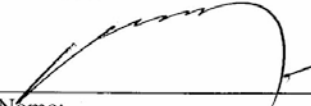


o Coordenador Líder declara que:

- (i) tomou todas as cautelas e agiu com elevados padrões de diligência para assegurar que (a) as informações prestadas pela Companhia são verdadeiras, consistentes, corretas e suficientes, permitindo aos investidores uma tomada de decisão fundamentada a respeito da Oferta; e (b) as informações fornecidas ao mercado durante todo o prazo da Oferta, inclusive aquelas eventuais ou periódicas constantes da atualização do registro da Companhia, que integram o Prospecto Preliminar e que venham a integrar o Prospecto Definitivo, são suficientes, permitindo aos investidores uma tomada de decisão fundamentada a respeito da Oferta;
- (ii) o Prospecto Preliminar contém e o Prospecto Definitivo conterá, nas datas de suas respectivas divulgações, as informações relevantes necessárias ao conhecimento, pelos investidores, da Oferta, das debêntures a serem ofertadas, da Companhia, suas atividades, situação econômico-financeira, dos riscos inerentes à sua atividade e quaisquer outras informações relevantes; e
- (iii) o Prospecto Preliminar foi e o Prospecto Definitivo será elaborado de acordo com as normas pertinentes, incluindo a Instrução CVM 400.

São Paulo, 12 de dezembro de 2013.

  
BANCO BRADESCO BBI S.A.  
Nome: José Alcides Munhoz  
Cargo: DIRETOR VICE-PRESIDENTE

  
Nome: Aurélio Conrado Boni  
Cargo: DIRETOR VICE-PRESIDENTE



---

**Estatuto Social da Companhia**

(Esta página foi intencionalmente deixada em branco)



# ESTATUTO SOCIAL

## VALE S.A.

Anexo I da Assembleia Geral  
Extraordinária de 07/05/2013



## ESTATUTO SOCIAL

### CAPÍTULO I - DA DENOMINAÇÃO, OBJETO, SEDE E PRAZO DE DURAÇÃO

**Art. 1º** - A Vale S.A., abreviadamente Vale, é uma sociedade anônima regida pelo presente Estatuto e pelas disposições legais que lhe forem aplicáveis.

**Parágrafo Único** - A Vale, seus acionistas, administradores e membros do Conselho Fiscal sujeitam-se também às disposições do Regulamento de Listagem do Nível 1 de Governança Corporativa da BM&FBovespa S.A. – Bolsa de Valores, Mercadorias e Futuro ("Regulamento do Nível 1").

**Art. 2º** - A sociedade tem por objeto:

- I. realizar o aproveitamento de jazidas minerais no território nacional e no exterior, através da pesquisa, exploração, extração, beneficiamento, industrialização, transporte, embarque e comércio de bens minerais;
- II. construir ferrovias, operar e explorar o tráfego ferroviário próprio ou de terceiros;
- III. construir e operar terminais marítimos próprios ou de terceiros, bem como explorar as atividades de navegação e de apoio portuário;
- IV. prestar serviços de logística integrada de transporte de carga, compreendendo a captação, armazenagem, transbordo, distribuição e entrega no contexto de um sistema multimodal de transporte;
- V. produzir, beneficiar, transportar, industrializar e comercializar toda e qualquer fonte e forma de energia, podendo, ainda, atuar na produção, geração, transmissão, distribuição e comercialização de seus produtos, derivados e subprodutos;
- VI. exercer, no País ou no exterior, outras atividades que possam interessar, direta ou indiretamente, à realização do objeto social, inclusive pesquisa, industrialização, compra e venda, importação e exportação, bem como a exploração, industrialização e comercialização de recursos florestais e a prestação de serviços de qualquer natureza;
- VII. constituir ou participar, sob qualquer modalidade, de outras sociedades, consórcios ou entidades cujos objetos sociais sejam direta ou indiretamente, vinculados, acessórios ou instrumentais ao seu objeto social.





**Art. 3º** - A sociedade tem sede e foro na cidade do Rio de Janeiro, Estado do Rio de Janeiro, podendo, para melhor desempenho de suas atividades, criar sucursais, filiais, depósitos, agências, armazéns, escritórios de representação ou qualquer outro tipo de estabelecimento no País e no exterior.

**Art. 4º** - O prazo de duração da sociedade é indeterminado.

## **CAPÍTULO II - DO CAPITAL E DAS AÇÕES**

**Art. 5º** - O capital social é de R\$75.000.000.000,00 (setenta e cinco bilhões de reais) correspondendo a 5.365.304.100 (cinco bilhões, trezentos e sessenta e cinco milhões, trezentos e quatro mil e cem) ações escriturais, sendo R\$45.524.788.827,91 (quarenta e cinco bilhões, quinhentos e vinte e quatro milhões, setecentos e oitenta e oito mil, oitocentos e vinte e sete reais e noventa e um centavos), divididos em 3.256.724.482 (três bilhões, duzentos e cinquenta e seis milhões, setecentas e vinte e quatro mil, quatrocentas e oitenta e duas) ações ordinárias e R\$29.475.211.172,09 (vinte e nove bilhões, quatrocentos e setenta e cinco milhões, duzentos e onze mil, cento e setenta e dois reais e nove centavos), divididos em 2.108.579.618 (dois bilhões, cento e oito milhões, quinhentas e setenta e nove mil e seiscentas e dezoito) ações preferenciais classe "A", incluindo 12 (doze) de classe especial, todas sem valor nominal.

- § 1º** - As ações são ordinárias e preferenciais. As ações preferenciais são das classes "A" e "especial".
- § 2º** - As ações preferenciais da classe especial pertencerão exclusivamente à União Federal. Além dos demais direitos que lhe são expressa e especificamente atribuídos no presente Estatuto Social, as ações preferenciais da classe especial terão os mesmos direitos das ações preferenciais classe "A".
- § 3º** - Cada ação ordinária, cada ação preferencial classe "A" e cada ação preferencial de classe especial dá direito a um voto nas deliberações das Assembléias Gerais, respeitado o disposto no § 4º a seguir.
- § 4º** - As ações preferenciais das classes "A" e especial terão os mesmos direitos políticos das ações ordinárias, com exceção do voto para a eleição dos membros do Conselho de Administração, ressalvado o disposto nos §§ 2º e 3º do **Art. 11** a seguir, bem como o direito de eleger e destituir, um membro do Conselho Fiscal e o respectivo suplente.



**§ 5º** - Os titulares das ações preferenciais das classes "A" e especial terão direito de participar do dividendo a ser distribuído calculado na forma do Capítulo VII, de acordo com o seguinte critério:

a) prioridade no recebimento dos dividendos mencionados neste §5º correspondente a (i) no mínimo 3% (três por cento) do valor do patrimônio líquido da ação, calculado com base nas demonstrações financeiras levantadas que serviram como referência para o pagamento dos dividendos ou (ii) 6% (seis por cento) calculado sobre a parcela do capital constituída por essa classe de ação, o que for maior entre eles;

b) direito de participar dos lucros distribuídos, em igualdade de condições com as ações ordinárias, depois de a estas assegurado dividendo igual ao mínimo prioritário estabelecido em conformidade com a alínea "a" acima; e

c) direito de participar de eventuais bonificações, em igualdade de condições com as ações ordinárias, observada a prioridade estabelecida para a distribuição de dividendos.

**§ 6º** - As ações preferenciais adquirirão o exercício pleno e irrestrito do direito de voto se a sociedade deixar de pagar, pelo prazo de 03 (três) exercícios sociais consecutivos, os dividendos mínimos conferidos às ações preferenciais, a que fizerem jus nos termos do §5º do **Art. 5º**.

**Art. 6º** - A sociedade fica autorizada a aumentar seu capital social até o limite de 3.600.000.000 (três bilhões e seiscentos milhões) de ações ordinárias e de 7.200.000.000 (sete bilhões e duzentos milhões) de ações preferenciais classe "A". Dentro do limite autorizado neste Artigo, poderá a sociedade, mediante deliberação do Conselho de Administração, aumentar o capital social independentemente de reforma estatutária, mediante a emissão de ações ordinárias e/ou preferenciais.

**§ 1º** - O Conselho de Administração estabelecerá as condições de emissão, inclusive preço e prazo de integralização.

**§ 2º** - A critério do Conselho de Administração, poderá ser excluído o direito de preferência nas emissões de ações, debêntures conversíveis em ações e bônus de subscrição, cuja colocação seja feita mediante venda em bolsa de valores ou por subscrição pública, nos termos estabelecidos na Lei 6.404/76.

**§ 3º** - Obedecidos os planos aprovados pela Assembléia Geral, a sociedade poderá outorgar opção de compra de ações a seus administradores e empregados, com ações em tesouraria ou mediante emissão de novas ações, excluindo o direito de preferência para os acionistas.



**Art. 7º** - A ação de classe especial terá direito de veto sobre as seguintes matérias:

- I - alteração da denominação social;
- II - mudança da sede social;
- III - mudança no objeto social no que se refere à exploração mineral;
- IV - liquidação da sociedade;
- V - alienação ou encerramento das atividades de qualquer uma ou do conjunto das seguintes etapas dos sistemas integrados de minério de ferro da sociedade: (a) depósitos minerais, jazidas, minas; (b) ferrovias; (c) portos e terminais marítimos;
- VI - qualquer modificação dos direitos atribuídos às espécies e classes das ações de emissão da sociedade previstos neste Estatuto Social;
- VII - qualquer modificação deste Artigo 7º ou de quaisquer dos demais direitos atribuídos neste Estatuto Social à ação de classe especial.

### **CAPÍTULO III - DA ASSEMBLÉIA GERAL**

**Art. 8º** - A Assembléia Geral dos acionistas reunir-se-á, ordinariamente, dentro dos quatro primeiros meses após o término do exercício social e, extraordinariamente, sempre que convocada pelo Conselho de Administração.

- § 1º - É competência da Assembléia Geral Extraordinária deliberar sobre as matérias objeto do **Art. 7º**.
- § 2º - O acionista titular da ação de classe especial será convocado formalmente pela sociedade, através de correspondência pessoal dirigida ao seu representante legal, com antecedência mínima de 15 (quinze) dias, para apreciar as matérias objeto do **Art. 7º**.
- § 3º - Em caso de ausência do titular da ação de classe especial na Assembléia Geral convocada para esse fim ou em caso de abstenção de seu voto, as matérias objeto do **Art. 7º** serão consideradas aprovadas pelo detentor da referida classe especial.

**Art. 9º** - A Assembléia Geral Ordinária ou Extraordinária será presidida pelo Presidente ou, na sua ausência, pelo Vice-Presidente do Conselho de Administração da sociedade, e



secretariada pelo Secretário do Conselho de Administração designado na forma do §14 do Art. 11.

**Parágrafo Único** - Nos casos de ausência ou impedimento temporário do Presidente ou do Vice-Presidente do Conselho de Administração, a Assembléia Geral dos Acionistas será presidida pelos seus respectivos suplentes, ou na ausência ou impedimentos dos mesmos, por Conselheiro especialmente indicado pelo Presidente do Conselho de Administração.

#### **CAPÍTULO IV - DA ADMINISTRAÇÃO**

**Art. 10** - A administração da sociedade competirá ao Conselho de Administração e à Diretoria Executiva.

- §1º - Os membros do Conselho de Administração e da Diretoria Executiva serão investidos nos seus cargos mediante assinatura de termo de posse no Livro de Atas do Conselho de Administração ou da Diretoria Executiva, conforme o caso, sendo certo que a posse de tais administradores estará condicionada à prévia subscrição do Termo de Anuência dos Administradores nos termos do disposto no Regulamento do Nível 1, bem como ao atendimento dos requisitos legais aplicáveis
- §2º - O prazo de gestão dos membros do Conselho de Administração e da Diretoria Executiva se estenderá até a investidura dos respectivos sucessores.
- §3º - Os cargos de Presidente do Conselho de Administração e de Diretor Presidente não poderão ser acumulados pela mesma pessoa.
- §4º - A remuneração global e anual dos administradores será fixada pela assembleia geral, nesta incluídos os benefícios de qualquer natureza e verbas de representação, tendo em conta suas responsabilidades, o tempo dedicado às suas funções, sua competência e reputação profissional e o valor dos seus serviços no mercado. O Conselho de Administração distribuirá a remuneração fixada pela assembleia geral entre os seus membros e os membros da Diretoria Executiva.
- §5º - O Conselho de Administração será assessorado por órgãos técnicos e consultivos, denominados Comitês, regulados conforme **Seção II – Dos Comitês** adiante.



## SEÇÃO I - DO CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO

### Subseção I - Da Composição

**Art. 11** - O Conselho de Administração, órgão de deliberação colegiada, será eleito pela assembleia geral e composto por 11 (onze) membros titulares e respectivos suplentes, sendo um deles o Presidente do Conselho e outro o Vice-Presidente.

- §1º** - Os membros do Conselho de Administração têm prazo de gestão unificado de 2 (dois) anos, permitida a reeleição.
- §2º** - Nos termos do Artigo 141 da Lei 6.404/76, terão direito de eleger e destituir 01 (um) membro e seu suplente do Conselho de Administração, em votação em separado na assembléia geral, excluído o acionista controlador, a maioria dos titulares, respectivamente:
  - I - de ações ordinárias, que representem, pelo menos, 15% (quinze por cento) do total das ações com direito a voto; e
  - II - de ações preferenciais, que representem, pelo menos, 10% (dez por cento) do capital social.
- §3º** - Verificando-se que nem os titulares de ações ordinárias e nem os titulares de ações preferenciais perfizeram, respectivamente, o quorum exigido nos **incisos I e II** do **§2º** acima, ser-lhes-á facultado agregar suas ações para elegerem em conjunto um membro e seu suplente para o Conselho de Administração, observando-se, nessa hipótese, o quorum exigido pelo **inciso II** do **§2º** deste Artigo.
- §4º** - Somente poderão exercer o direito previsto no **§2º** deste Artigo, os acionistas que comprovarem a titularidade ininterrupta da participação acionária ali exigida durante o período de 3 (três) meses, no mínimo, imediatamente anterior à realização da assembléia geral que eleger membros do Conselho de Administração.
- §5º** - Dentre os 11 (onze) membros titulares e respectivos suplentes do Conselho de Administração, 01 (um) membro e seu suplente, serão eleitos e/ou destituídos, em votação em separado, pelo conjunto de empregados da sociedade.
- §6º** - O Presidente e o Vice-Presidente do Conselho de Administração serão eleitos dentre os Conselheiros, na primeira reunião do Conselho de Administração realizada após a assembleia geral que os eleger, observado o disposto no **Art. 10, §3º**.





- §7º** - Em caso de impedimento ou ausência temporária, o Presidente será substituído pelo Vice-Presidente, o qual, no período de substituição, terá atribuições idênticas às do Presidente, cabendo, entretanto, ao membro suplente do Presidente, o exercício do direito de voto na condição de Conselheiro.
- §8º** - Ocorrendo vacância do cargo de Presidente ou de Vice-Presidente, o Conselho de Administração elegerá seus substitutos na primeira reunião a ser realizada após a vacância.
- §9º** - Em seus impedimentos ou ausências temporárias, os Conselheiros serão substituídos pelos respectivos suplentes.
- §10** - No caso de vacância do cargo de Conselheiro ou de seu suplente, o substituto poderá ser nomeado pelos membros remanescentes, e servirá até a primeira assembléia geral, que deliberará sobre a sua eleição. Se ocorrer vacância da maioria dos cargos, será convocada assembléia geral para proceder nova eleição para os cargos vagos.
- §11** - Sempre que a eleição para o Conselho de Administração se der pelo regime de voto múltiplo previsto no Artigo 141 da Lei nº 6.404/1976, a Presidência da assembléia geral deverá informar aos acionistas presentes que as ações que elegerem um membro do Conselho de Administração, utilizando o direito de votação em separado, de que tratam os §§2º e 3º deste Art. 11, não poderão participar do regime de voto múltiplo e, evidentemente, não participarão do cálculo do respectivo quorum. Após a realização da votação em separado é que apurar-se-á, definitivamente, o coeficiente para fins do procedimento de voto múltiplo.
- §12-** Com exceção dos membros efetivos e respectivos suplentes, eleitos em votação em separado, respectivamente, pelo conjunto de empregados da sociedade e pelos titulares de ações preferenciais, conforme inciso II, §2º deste Art. 11, sempre que a eleição para o Conselho de Administração for realizada pelo regime de voto múltiplo, a destituição de qualquer membro do Conselho de Administração, titular ou suplente, pela assembléia geral, implicará na destituição dos demais membros do Conselho de Administração, procedendo-se, conseqüentemente, à nova eleição; nos demais casos de vaga, não havendo suplente, a primeira assembléia geral procederá à nova eleição de todo o Conselho.
- §13-** Sempre que, cumulativamente, a eleição do Conselho de Administração se der pelo sistema do voto múltiplo e os titulares de ações ordinárias ou preferenciais ou conjunto de empregados exercerem a prerrogativa prevista nos §§ 2º, 3º e 5º acima, será assegurado a acionista ou grupo de acionistas vinculados por acordo de votos que detenham mais do que 50% (cinquenta por cento) das ações com direito de voto, o direito de eleger



conselheiros em número igual ao dos eleitos pelos demais acionistas, mais um, independentemente do número de conselheiros previsto no “**caput**” deste **Art. 11**.

- §14 -** O Conselho de Administração terá um Secretário, designado pelo Presidente do Conselho de Administração, que será, necessariamente, um empregado ou administrador da sociedade, em cuja ausência ou impedimento será substituído por outro empregado ou administrador que o Presidente do Conselho de Administração designar.

#### **Subseção II - Do Funcionamento**

**Art. 12 -** O Conselho de Administração reunir-se-á, ordinariamente, uma vez por mês e, extraordinariamente, sempre que convocado pelo Presidente ou, na sua ausência, pelo Vice-Presidente deste órgão ou ainda por quaisquer 02 (dois) Conselheiros em conjunto.

**Parágrafo Único -** As reuniões do Conselho de Administração serão realizadas na sede da sociedade, podendo, excepcionalmente, ser realizadas em local diverso, sendo facultada a participação por teleconferência, por videoconferência ou por outro meio de comunicação que possa assegurar a participação efetiva e a autenticidade do voto.

**Art. 13 -** As reuniões do Conselho de Administração somente se instalarão com a presença da maioria de seus membros e estes somente deliberarão mediante o voto favorável da maioria dos membros presentes.

- §1º -** Das reuniões do Conselho de Administração serão lavradas atas no Livro de Atas de Reunião do Conselho de Administração que, após lidas e aprovadas pelos conselheiros presentes às reuniões, serão assinadas em número suficiente por quantos bastem para constituir a maioria necessária à aprovação das matérias examinadas.
- §2º -** O Secretário será o responsável pela lavratura, distribuição, arquivamento e guarda das respectivas atas de reunião do Conselho de Administração, bem como pela emissão de extratos das atas e certificados das deliberações do Conselho de Administração.

#### **Subseção III - Das Atribuições**

**Art. 14 -** Compete ao Conselho de Administração:

- I. eleger, avaliar e destituir, a qualquer tempo, os Diretores Executivos da sociedade, e fixar-lhes as suas atribuições;



- II. distribuir a remuneração fixada pela assembléia geral entre os seus membros e os da Diretoria Executiva;
- III. atribuir a um Diretor Executivo a função de Relações com os Investidores;
- IV. deliberar sobre as políticas de seleção, avaliação, desenvolvimento e remuneração dos membros da Diretoria Executiva;
- V. deliberar sobre as políticas gerais de recursos humanos da sociedade propostas pela Diretoria Executiva;
- VI. fixar a orientação geral dos negócios da sociedade, suas subsidiárias integrais e sociedades controladas;
- VII. deliberar sobre as diretrizes estratégicas e o plano estratégico da sociedade propostos, anualmente, pela Diretoria Executiva;
- VIII. deliberar sobre os orçamentos anual e plurianual da sociedade, propostos pela Diretoria Executiva;
- IX. acompanhar e avaliar o desempenho econômico-financeiro da sociedade, podendo solicitar à Diretoria Executiva, relatórios com indicadores de desempenho específicos;
- X. deliberar sobre oportunidades de investimento e/ou desinvestimento propostas pela Diretoria Executiva que ultrapassem os limites de alçada da Diretoria Executiva definidos pelo Conselho de Administração;
- XI. manifestar-se sobre operações de fusão, cisão, incorporação em que a sociedade seja parte, bem como sobre aquisições de participações acionárias propostas pela Diretoria Executiva;
- XII. observado o disposto no **Art. 2º** deste Estatuto Social, deliberar sobre a constituição de sociedades ou a sua transformação em outro tipo de sociedade, a participação ou retirada, direta ou indireta, no capital de outras sociedades, consórcios, fundações e outras entidades, através do exercício do direito de retirada, do exercício ou renúncia de direitos de preferência na subscrição e na aquisição, direta ou indiretamente, de participações societárias, ou de qualquer outra forma de participação ou retirada admitida em lei, nela incluídas, mas não limitadas às operações de fusão, cisão e incorporação nas sociedades em que participe;
- XIII. deliberar sobre as políticas de riscos corporativos e financeiras da sociedade propostas pela Diretoria Executiva;





- XIV.** deliberar sobre a emissão de debêntures simples, não conversíveis em ações e sem garantia real proposta pela Diretoria Executiva;
- XV.** deliberar sobre as contas da Diretoria Executiva, consubstanciadas no Relatório Anual de Administração, bem como sobre as Demonstrações Financeiras, para posterior encaminhamento à apreciação da assembléia geral ordinária de acionistas;
- XVI.** deliberar sobre a destinação do lucro do exercício, a distribuição de dividendos e, quando necessário, o orçamento de capital, propostos pela Diretoria Executiva, para posterior encaminhamento à apreciação da assembléia geral ordinária de acionistas;
- XVII.** escolher e destituir os auditores externos da sociedade, por recomendação do Conselho Fiscal, em conformidade com o inciso (ii) do §1º do Artigo 39;
- XVIII.** nomear e destituir o responsável pela auditoria interna e pela ouvidoria da sociedade, os quais se subordinarão diretamente ao Conselho de Administração;
- XIX.** deliberar sobre as políticas e o plano anual de auditoria interna da sociedade, propostos por seu responsável, bem como tomar conhecimento dos seus relatórios e determinar a adoção de medidas necessárias;
- XX.** fiscalizar a gestão dos Diretores Executivos e examinar a qualquer tempo, os livros e papéis da sociedade, solicitando informações sobre contratos celebrados ou em via de celebração, e sobre quaisquer outros atos, de forma a garantir a integridade financeira da sociedade;
- XXI.** deliberar sobre as alterações nas regras de governança corporativa, que incluem mas não se limitam ao processo de prestação de contas e ao processo de divulgação de informações;
- XXII.** deliberar sobre políticas de condutas funcionais pautadas em padrões éticos e morais consubstanciados no código de ética da sociedade, a ser respeitado por todos os administradores e empregados da sociedade, suas subsidiárias e controladas;
- XXIII.** deliberar sobre políticas para evitar conflitos de interesses entre a sociedade e seus acionistas ou seus administradores, bem como sobre a adoção de providências julgadas necessárias na eventualidade de surgirem conflitos dessa natureza;



- XXIV.** deliberar sobre as políticas de responsabilidade institucional da sociedade em especial aquelas referentes a: meio-ambiente, saúde e segurança do trabalho, e responsabilidade social da sociedade propostas pela Diretoria Executiva;
- XXV.** estabelecer alçadas da Diretoria Executiva para aquisição, alienação e oneração de bens do ativo não circulante e para a constituição de ônus reais, observado o disposto no **Art. 7º** deste Estatuto Social;
- XXVI.** deliberar sobre prestação de garantias em geral, e estabelecer alçadas da Diretoria Executiva para a contratação de empréstimos e financiamentos e para a celebração de demais contratos;
- XXVII.** estabelecer alçadas da Diretoria Executiva para a celebração de compromissos, renúncia de direitos e transações de qualquer natureza, exceto quanto à renúncia aos direitos de preferência na subscrição e na aquisição de participação societária, nos termos do **inciso XII** deste **Art. 14**;
- XXVIII.** deliberar sobre quaisquer matérias que não são de competência da Diretoria Executiva, nos termos do presente Estatuto Social, bem como matérias cujos limites ultrapassem a alçada estabelecida para a Diretoria Executiva, conforme previsto neste **Art. 14**;
- XXIX.** deliberar sobre quaisquer reformulações, alterações, ou aditamentos de acordos de acionistas, ou de contratos de consórcios, ou entre acionistas ou entre consorciados de sociedades ou consórcios dos quais a sociedade participe e, ainda, a celebração de novos acordos e/ou contratos de consórcios que contemplem matérias desta natureza;
- XXX.** autorizar a negociação, celebração ou alteração de contrato de qualquer espécie ou valor entre a sociedade e (i) seus acionistas, diretamente ou através de sociedades interpostas, (ii) sociedades que participem, direta, ou indiretamente, do capital do acionista controlador ou sejam controladas, ou estejam sob controle comum, por entidades que participem do capital do acionista controlador, e/ou (iii) sociedades nas quais o acionista controlador da sociedade participe, podendo o Conselho de Administração estabelecer delegações, com alçadas e procedimentos, que atendam as peculiaridades e a natureza das operações, sem prejuízo de manter-se o referido colegiado devidamente informado sobre todas as transações da sociedade com partes relacionadas;
- XXXI.** manifestar-se sobre qualquer assunto a ser submetido à assembléia geral de acionistas;



**XXXII.** autorizar a aquisição de ações de sua emissão para manutenção em tesouraria, cancelamento ou posterior alienação;

**XXXIII.** deliberar sobre recomendações encaminhadas pelo Conselho Fiscal da sociedade decorrentes de suas atribuições legais e estatutárias.

**§1º** - Caberá ao Conselho de Administração deliberar sobre a indicação, proposta pela Diretoria Executiva, das pessoas que devam integrar órgãos da administração, consultivo e fiscal das sociedades e entidades em que a sociedade tenha participação, inclusive indireta.

**§2º**- O Conselho de Administração pode, nos casos em que julgar conveniente, delegar a atribuição mencionada no parágrafo anterior à Diretoria Executiva.

## **SEÇÃO II - DOS COMITÊS**

**Art. 15** - O Conselho de Administração, para seu assessoramento, contará, em caráter permanente, com 05 (cinco) comitês técnicos e consultivos, a seguir denominados: Comitê de Desenvolvimento Executivo, Comitê Estratégico, Comitê Financeiro, Comitê de Controladoria e Comitê de Governança e Sustentabilidade.

**§1º**- O Conselho de Administração, sempre que julgar necessário, poderá criar, ainda, para o seu assessoramento, outros comitês que preencham funções consultivas ou técnicas, que não aquelas previstas para os comitês de caráter permanente de que trata o **"caput"** deste Artigo.

**§2º**- Os membros dos comitês serão remunerados conforme estabelecido pelo Conselho de Administração, sendo que aqueles que forem administradores da sociedade, não farão jus a percepção de remuneração adicional por participação nos comitês.

### **Subseção I - Da Missão**

**Art. 16** - A missão dos comitês é assessorar o Conselho de Administração, inclusive no acompanhamento das atividades da sociedade, a fim de conferir maior eficiência e qualidade às suas decisões.



#### **Subseção II - Da Composição**

**Art. 17** - Os membros dos comitês deverão ter notória experiência e capacidade técnica em relação às matérias objeto de responsabilidade do comitê em que participam e estarão sujeitos aos mesmos deveres e responsabilidades legais dos administradores.

**Art. 18** - A composição de cada comitê será definida pelo Conselho de Administração.

- §1º** - Os membros dos comitês serão nomeados pelo Conselho de Administração e poderão ou não pertencer aos órgãos de administração da sociedade.
- §2º** - O início do prazo de gestão dos membros dos comitês se dará a partir da sua nomeação pelo Conselho de Administração, e o término coincidirá sempre com o término do prazo de gestão dos membros do Conselho de Administração, permitida a recondução.
- §3º** - Durante sua gestão, os membros dos comitês poderão ser destituídos do seu mandato pelo Conselho de Administração.

#### **Subseção III - Do Funcionamento**

**Art. 19** - As normas relativas ao funcionamento de cada comitê serão definidas pelo Conselho de Administração.

- §1º** - Os comitês instituídos no âmbito da sociedade não terão funções executivas ou caráter deliberativo e seus pareceres e propostas serão encaminhados ao Conselho de Administração para deliberação.
- §2º** - Os pareceres dos comitês não constituem condição necessária para a apresentação de matérias ao exame e deliberação do Conselho de Administração.

#### **Subseção IV - Das Atribuições**

**Art. 20** - As principais atribuições dos comitês estão previstas no **Art. 21** e subsequentes, enquanto as atribuições detalhadas serão definidas pelo Conselho de Administração.

**Art. 21** - Compete ao Comitê de Desenvolvimento Executivo:

- I** - emitir parecer sobre as políticas gerais de recursos humanos da sociedade propostas pela Diretoria Executiva ao Conselho de Administração;



- II - analisar e emitir parecer ao Conselho de Administração sobre a adequação da remuneração dos membros da Diretoria Executiva;
- III - propor e manter atualizada a metodologia de avaliação de desempenho dos membros da Diretoria Executiva; e
- IV - emitir parecer sobre as políticas de saúde e segurança da sociedade, apresentadas pela Diretoria Executiva.

**Art. 22 - Compete ao Comitê Estratégico:**

- I - emitir parecer sobre as diretrizes estratégicas e o plano estratégico da sociedade propostos, anualmente, pela Diretoria Executiva;
- II - emitir parecer sobre os orçamentos de investimentos anual e plurianual da sociedade propostos pela Diretoria Executiva ao Conselho de Administração;
- III - emitir parecer sobre as oportunidades de investimento e/ou desinvestimento propostas pela Diretoria Executiva ao Conselho de Administração;
- IV - emitir parecer sobre as operações de fusão, cisão e incorporação em que a sociedade e suas controladas sejam parte, bem como sobre aquisições de participações acionárias propostas pela Diretoria Executiva ao Conselho de Administração.

**Art. 23 - Compete ao Comitê Financeiro:**

- I - emitir parecer sobre as políticas de riscos corporativos e financeiras e sistemas internos de controle financeiro da sociedade;
- II - emitir parecer sobre a compatibilidade entre o nível de remuneração dos acionistas e os parâmetros estabelecidos no orçamento e na programação financeira anuais, bem como sua consistência com a política geral de dividendos e a estrutura de capital da sociedade.

**Art. 24 - Compete ao Comitê de Controladoria:**

- I - propor indicação ao Conselho de Administração do responsável pela auditoria interna da sociedade;





- II - emitir parecer sobre as políticas e o plano anual de auditoria da sociedade apresentados pelo responsável pela auditoria interna, bem como sobre a sua execução;
- III - acompanhar os resultados da auditoria interna da sociedade, e identificar, priorizar, e propor ao Conselho de Administração ações a serem acompanhadas junto à Diretoria Executiva.

**Art. 25 - Compete ao Comitê de Governança e Sustentabilidade:**

- I - avaliar a eficácia das práticas de governança da companhia e de funcionamento do Conselho de Administração, e propor melhorias;
- II - propor melhorias no código de ética e no sistema de gestão para evitar a ocorrência de conflitos de interesse entre a sociedade e seus acionistas ou administradores da sociedade;
- III - emitir parecer sobre potenciais conflitos de interesse entre a sociedade e seus acionistas ou administradores; e
- IV - emitir parecer sobre as políticas de responsabilidade institucional da sociedade, tais como meio-ambiente e responsabilidade social da sociedade, apresentadas pela Diretoria Executiva.

### **SEÇÃO III - DA DIRETORIA EXECUTIVA**

#### **Subseção I – Da Composição**

**Art. 26 -** A Diretoria Executiva, órgão de administração executiva da sociedade, será composta de 06 (seis) a 11 (onze) membros, sendo um deles o Diretor-Presidente, e os demais, Diretores Executivos.

- §1º -** O Diretor-Presidente submeterá ao Conselho de Administração os nomes dos candidatos à Diretoria Executiva com notório conhecimento e especialização sobre a matéria de responsabilidade de sua área de atuação, podendo, inclusive, propor ao Conselho de Administração sua destituição a qualquer tempo.
- §2º -** Os Diretores Executivos terão suas atribuições individuais definidas pelo Conselho de Administração.
- §3º -** O prazo de gestão dos membros da Diretoria Executiva é de 2 (dois) anos, permitida a reeleição.



## Subseção II – Do Funcionamento

**Art. 27** - O Diretor-Presidente e os demais membros da Diretoria Executiva responderão por suas respectivas atribuições mesmo que afastados da sede por motivo de viagem no exercício de suas funções. Nos casos de vacância, de impedimento temporário ou quaisquer outras formas de ausência por razões particulares, as substituições do Diretor-Presidente e dos demais Diretores Executivos observarão os seguintes procedimentos.

- §1º** - Em caso de impedimento temporário do Diretor-Presidente, este será substituído pelo Diretor Executivo responsável pela área de Finanças, que acumulará as atribuições e responsabilidades legais, estatutárias e regulamentares do Diretor-Presidente, substituição esta sujeita a ratificação pelo Conselho de Administração. No caso de sua ausência, o Diretor-Presidente designará o seu próprio substituto, o qual assumirá todas as suas atribuições e responsabilidades legais, estatutárias e regulamentares.
- §2º** - Em caso de impedimento temporário ou ausência de qualquer outro Diretor Executivo, este será substituído, mediante indicação do Diretor-Presidente, por qualquer um dos demais Diretores Executivos, que acumulará as atribuições e responsabilidades legais, estatutárias e regulamentares do Diretor Executivo impedido, enquanto no exercício do cargo do Diretor Executivo substituído, excluído o direito de voto nas reuniões da Diretoria Executiva.
- §3º** - Em caso de vacância no cargo de Diretor Executivo, o membro substituto será selecionado e o seu nome será submetido pelo Diretor-Presidente ao Conselho de Administração que o elegerá para completar o prazo de gestão remanescente do substituído.
- §4º** - Em caso de vacância no cargo de Diretor-Presidente, o Diretor Executivo responsável pela área de Finanças substituirá o Diretor-Presidente, acumulando as suas atribuições, direitos e responsabilidades com as do Diretor-Presidente até que o Conselho de Administração realize nova eleição para o cargo de Diretor-Presidente.

**Art. 28** - Respeitados os limites de alçada estabelecidos para cada Diretor Executivo, as decisões sobre as matérias afetas a área específica de sua atuação, desde que a matéria não afete a área de atuação de outro Diretor Executivo, serão tomadas por ele próprio ou em conjunto com o Diretor-Presidente, em matérias ou situações preestabelecidas por este último.

**Art. 29** - A Diretoria Executiva reunir-se-á, ordinariamente, pelo menos uma vez a cada quinzena, e extraordinariamente, sempre que convocada pelo Diretor-Presidente ou seu substituto, sendo facultada a participação por teleconferência, por videoconferência ou por



outro meio de comunicação que possa assegurar a participação efetiva e a autenticidade do voto.

**Parágrafo Único** - O Diretor-Presidente deverá convocar reunião extraordinária da Diretoria Executiva em virtude de solicitação de pelo menos 3 (três) membros da Diretoria Executiva.

**Art. 30** - As reuniões da Diretoria Executiva somente se instalarão com a presença da maioria dos seus membros.

**Art. 31** - O Diretor-Presidente conduzirá as reuniões da Diretoria Executiva de modo a priorizar as deliberações consensuais dentre os seus membros.

- §1º** - Não obtido o consenso dentre os membros da Diretoria, o Diretor-Presidente poderá (i) retirar a matéria da pauta, (ii) articular a formação da maioria, inclusive fazendo uso do voto de qualidade ou, (iii) no interesse da sociedade e mediante exposição fundamentada, decidir individualmente sobre matérias de deliberação colegiada, inclusive aquelas relacionadas no **Art. 32**, e não excetuadas no **§2º** a seguir.
- §2º** - As decisões relativas aos orçamentos anual e plurianual e ao plano estratégico e ao Relatório Anual de Administração da sociedade serão tomadas pela maioria dos votos, quando considerados todos os Diretores Executivos, desde que dentre os quais conste o voto favorável do Diretor-Presidente.
- §3º** - O Diretor-Presidente deverá dar ciência ao Conselho de Administração da utilização da prerrogativa de que trata o item (iii) do §1º acima, na primeira reunião do Conselho de Administração que suceder à decisão correspondente.

### **Subseção III – Das Atribuições**

**Art. 32** - Compete à Diretoria Executiva:

- I** - deliberar sobre a criação e a eliminação das Diretorias de Departamento subordinadas a cada Diretor Executivo;
- II** - elaborar e propor ao Conselho de Administração as políticas gerais de recursos humanos da sociedade, e executar as políticas aprovadas;
- III** - cumprir e fazer cumprir a orientação geral dos negócios da sociedade estabelecida pelo Conselho de Administração;





- IV -** elaborar e propor, anualmente, ao Conselho de Administração as diretrizes estratégicas e o plano estratégico da sociedade, e executar o plano estratégico aprovado;
- V -** elaborar e propor ao Conselho de Administração os orçamentos anual e plurianual da sociedade, e executar os orçamentos aprovados;
- VI -** planejar e conduzir as operações da sociedade e reportar ao Conselho de Administração o desempenho econômico-financeiro da sociedade, produzindo inclusive relatórios com indicadores de desempenho específicos;
- VII -** identificar, avaliar e propor ao Conselho de Administração oportunidades de investimento e/ou desinvestimento que ultrapassem os limites de alçada da Diretoria Executiva estabelecidos pelo Conselho de Administração, e executar os investimentos e/ou desinvestimentos aprovados;
- VIII -** identificar, avaliar e propor ao Conselho de Administração operações de fusão, cisão e incorporação em que a sociedade seja parte, bem como aquisições de participações acionárias, e conduzir as fusões, cisões, incorporações e aquisições aprovadas;
- IX -** elaborar e propor ao Conselho de Administração as políticas financeiras da sociedade, e executar as políticas aprovadas;
- X -** propor ao Conselho de Administração a emissão de debêntures simples, não conversíveis em ações e sem garantia real;
- XI -** definir e propor ao Conselho de Administração, após o levantamento do balanço, a destinação do lucro do exercício, a distribuição dos dividendos da sociedade e, quando necessário, o orçamento de capital;
- XII -** elaborar, em cada exercício, o Relatório Anual de Administração e as Demonstrações Financeiras a serem submetidas ao Conselho de Administração e, posteriormente, à assembléia geral;
- XIII -** aderir e promover a adesão dos empregados ao código de ética da sociedade, estabelecido pelo Conselho de Administração;
- XIV -** elaborar e propor ao Conselho de Administração as políticas de responsabilidade institucional da sociedade, tais como meio-ambiente, saúde, segurança e responsabilidade social da sociedade e implementar as políticas aprovadas;



- XV -** autorizar a aquisição, alienação e oneração de bens móveis ou imóveis, inclusive valores mobiliários, contratação de serviços, sendo a sociedade prestadora ou tomadora dos mesmos, podendo estabelecer normas e delegar poderes, tudo conforme as alçadas da Diretoria Executiva estabelecidas pelo Conselho de Administração;
- XVI -** autorizar a celebração de acordos, contratos e convênios que constituam ônus, obrigações ou compromissos para a sociedade, podendo estabelecer normas e delegar poderes, tudo conforme as alçadas da Diretoria Executiva estabelecidas pelo Conselho de Administração;
- XVII -** propor ao Conselho de Administração quaisquer reformulações, alterações, ou aditamentos de acordos de acionistas ou entre acionistas, ou de contratos de consórcio ou entre consorciados, de sociedades ou consórcios dos quais a sociedade participe e, ainda, propor a celebração de novos acordos e contratos de consórcio que contemplem matérias desta natureza;
- XVIII -** autorizar a criação e o encerramento de filiais, sucursais, agências, depósitos, armazéns, escritório de representação ou qualquer outro tipo de estabelecimento no País e no exterior;
- XIX -** autorizar a celebração de compromissos, renúncia de direitos e transações de qualquer natureza, exceto quanto à renúncia aos direitos de preferência na subscrição e na aquisição, nos termos do **inciso XII do Art. 14**, podendo estabelecer normas e delegar poderes, tudo conforme as alçadas da Diretoria Executiva estabelecidas pelo Conselho de Administração;
- XX -** estabelecer e informar ao Conselho de Administração os limites de alçada individual de Diretores Executivos, respeitados os limites de alçadas da Diretoria Executiva colegiada estabelecidos pelo Conselho de Administração;
- XXI -** estabelecer, a partir dos limites de alçada fixados pelo Conselho de Administração para a Diretoria Executiva, os limites de alçada ao longo da linha hierárquica da organização administrativa da sociedade.
- §1º -** Caberá à Diretoria Executiva a fixação da orientação de voto a ser seguida por seus representantes, em assembleias gerais ou equivalentes nas sociedades, fundações e outras entidades de que participa a sociedade, direta ou indiretamente, respeitadas as oportunidades de investimento da sociedade e orientações aprovadas pelo Conselho de Administração, bem como o respectivo orçamento, e observado sempre o limite de sua alçada com respeito, dentre outros, ao



endividamento, à alienação ou oneração de ativos, à renúncia de direitos e ao aumento ou redução de participação societária.

**§ 2º** - Caberá à Diretoria Executiva indicar para deliberação do Conselho de Administração as pessoas que devam integrar órgãos da administração, consultivo e fiscal das sociedades e entidades em que a sociedade tenha participação, inclusive indireta.

**Art. 33** - São atribuições do Diretor-Presidente:

- I** - presidir as reuniões da Diretoria Executiva;
- II** - exercer a direção executiva da sociedade, cumprindo-lhe, para tanto, a coordenação e a supervisão das atividades dos demais Diretores Executivos, diligenciando para que sejam fielmente observadas as deliberações e as diretrizes fixadas pelo Conselho de Administração e pela assembléia geral;
- III** - coordenar e supervisionar as atividades das áreas e unidades de negócio que lhe estiverem diretamente subordinadas;
- IV** - selecionar e submeter ao Conselho de Administração os nomes dos candidatos a cargos de Diretor Executivo, a serem eleitos pelo Conselho de Administração, bem como propor a respectiva destituição;
- V** - coordenar o processo de tomada de decisão da Diretoria Executiva, conforme disposto no **Art. 31** da **Subseção II – Do Funcionamento**;
- VI** - indicar, dentre os membros da Diretoria Executiva, os substitutos dos Diretores Executivos nos casos de impedimento temporário ou ausência destes, nos termos do **Art. 27** da **Subseção II – Do Funcionamento**;
- VII** - manter o Conselho de Administração informado das atividades da sociedade; e
- VIII** - elaborar, junto com os demais Diretores Executivos, o Relatório Anual de Administração e levantar as demonstrações financeiras;

**Art. 34** - São atribuições dos Diretores Executivos:

- I** - executar as atribuições relativas à sua área de atuação;
- II** - participar das reuniões da Diretoria Executiva, concorrendo para a definição das políticas a serem seguidas pela sociedade e relatando os assuntos da sua respectiva área de atuação;



- III - cumprir e fazer cumprir a orientação geral dos negócios da sociedade estabelecida pelo Conselho de Administração na gestão de sua área específica de atuação;
- IV- contratar os serviços previstos no §2º do Artigo 39, em atendimento às determinações do Conselho Fiscal.

**Art. 35** - A representação da sociedade, ativa e passivamente, em juízo ou fora dele, inclusive na assinatura de documentos que importem em responsabilidade para esta, deverá ser realizada sempre por 2 (dois) Diretores Executivos em conjunto, ou por 2 (dois) procuradores constituídos na forma do § 1º deste Artigo, ou por 01 (um) procurador em conjunto com um Diretor Executivo.

- § 1º - Salvo quando da essência do ato for obrigatória a forma pública, os mandatários serão constituídos por procuração sob a forma de instrumento particular, no qual serão especificados os poderes outorgados e o prazo de vigência do mandato.
- § 2º - Pode, ainda, a sociedade ser representada por um único procurador nas assembleias gerais de acionistas, ou equivalentes, de sociedades, consórcios e outras entidades das quais participe a sociedade, ou em atos decorrentes do exercício de poderes constantes de procuração "*ad judicia*" ou: (a) perante órgãos de qualquer esfera de governo, alfândega e concessionárias de serviço público para atos específicos nos quais não seja necessária ou até permitida a presença do segundo procurador; (b) na assinatura de instrumentos contratuais em solenidade e/ou circunstâncias nas quais não seja possível a presença do segundo procurador; e (c) na assinatura de documentos de qualquer espécie que importem em obrigação para a sociedade cujos limites de valores sejam estabelecidos pela Diretoria Executiva.
- § 3º - No caso de obrigações a serem assumidas no exterior, a sociedade poderá ser representada por apenas um membro da Diretoria Executiva, ou por um único procurador com poderes específicos e limitados, nos termos deste Estatuto Social.
- § 4º - As citações e notificações judiciais ou extra-judiciais serão feitas na pessoa do Diretor Executivo responsável pelas funções de Relações com Investidores, ou por procurador constituído na forma do § 1º deste Artigo.



## **CAPÍTULO V - DO CONSELHO FISCAL**

**Art. 36** - O Conselho Fiscal, órgão de funcionamento permanente, será composto de 03 (três) a 05 (cinco) membros efetivos e igual número de suplentes, eleitos pela Assembléia Geral, que fixará a sua remuneração.

**Art. 37** - Os membros do Conselho Fiscal exercerão suas funções até a primeira Assembléia Geral Ordinária que se realizar após a sua eleição, podendo ser reeleitos.

**Art. 38** - Em suas ausências, impedimentos ou nos casos de vacância, os membros do Conselho Fiscal serão substituídos pelos respectivos suplentes.

**Art. 39** - Ao Conselho Fiscal compete exercer as atribuições previstas na legislação aplicável em vigor, neste estatuto social, e regulamentadas em Regimento Interno próprio a ser aprovado por seus membros.

**§ 1º** - O Regimento Interno do Conselho Fiscal deverá regulamentar, além das atribuições já estabelecidas na Lei 6.404/76, necessariamente, as seguintes:

- (i) estabelecer procedimentos a serem utilizados pela sociedade para receber, processar e tratar denúncias e reclamações relacionadas a questões contábeis, de controles contábeis e matérias de auditoria, bem como assegurar que os mecanismos de recebimento de denúncias garantam sigilo e anonimato aos denunciante;
- (ii) recomendar e auxiliar o Conselho de Administração na escolha, remuneração e destituição dos auditores externos da sociedade;
- (iii) deliberar sobre a contratação de novos serviços passíveis de serem prestados pelos auditores externos da sociedade;
- (iv) supervisionar e avaliar os trabalhos dos auditores externos, e determinar à administração da sociedade a eventual retenção da remuneração do auditor externo, bem como mediar eventuais divergências entre a administração e os auditores externos sobre as demonstrações financeiras da sociedade.

**§ 2º** - Para o adequado desempenho de suas funções, o Conselho Fiscal poderá determinar a contratação de serviços de advogados, consultores e analistas, e outros recursos que sejam necessários ao desempenho de suas funções, observado o orçamento, proposto pelo Conselho Fiscal e aprovado pelo Conselho de Administração, sem prejuízo do estabelecido no § 8º do Artigo 163 da Lei 6.404/76.





**§3º -** Os membros do Conselho Fiscal deverão disponibilizar, com antecedência mínima de 30 (trinta) dias à realização da Assembleia Geral Ordinária, manifestação sobre o relatório da administração e as demonstrações financeiras.

## **CAPÍTULO VI - DO PESSOAL DA SOCIEDADE**

**Art. 40 -** A sociedade manterá um plano de seguridade social para os empregados, gerido por fundação instituída para este fim, observado o disposto na legislação específica.

## **CAPÍTULO VII - DO EXERCÍCIO SOCIAL E DA DISTRIBUIÇÃO DOS LUCROS**

**Art. 41 -** O exercício social coincidirá com o ano civil, terminando, portanto, em 31 de dezembro de cada ano, quando serão elaboradas as demonstrações financeiras.

**Art. 42 -** Depois de constituída a reserva legal, a destinação da parcela remanescente do lucro líquido apurado ao fim de cada exercício social (que coincidirá com o ano civil) será, por proposta da Administração, submetida à deliberação da Assembleia Geral.

**Parágrafo Único -** O valor dos juros, pago ou creditado, a título de juros sobre o capital próprio nos termos do Artigo 9º, § 7º da lei nº 9249, de 26/12/95 e legislação e regulamentação pertinentes, poderá ser imputado ao dividendo obrigatório e ao dividendo anual mínimo para as ações preferenciais, integrando tal valor o montante dos dividendos distribuídos pela sociedade para todos os efeitos legais.

**Art. 43 -** Deverá ser considerada na proposta para distribuição de lucros, a constituição das seguintes reservas:

- I. Reserva de Incentivos Fiscais, a ser constituída na forma da legislação em vigor;
- II. Reserva de Investimentos, com a finalidade de assegurar a manutenção e o desenvolvimento das atividades principais que compõem o objeto social da sociedade, em montante não superior a 50% (cinquenta por cento) do lucro líquido distribuível até o limite máximo do capital social da sociedade.

**Art. 44 -** Pelo menos 25% (vinte e cinco por cento) dos lucros líquidos anuais, ajustados na forma da lei, serão destinados ao pagamento de dividendos.



**Art. 45** - O Conselho de Administração, por proposta da Diretoria Executiva, poderá determinar o levantamento de balanços em períodos inferiores ao período anual e declarar dividendos ou juros sobre capital próprio à conta do lucro apurado nesses balanços, bem como declará-los à conta de lucros acumulados ou de reservas de lucros existentes no último balanço anual ou intermediário.

**Art. 46** - Os dividendos e os juros sobre capital próprio de que trata o Parágrafo único do Art. 42 serão pagos nas épocas e locais indicados pela Diretoria Executiva, revertendo a favor da sociedade os que não forem reclamados dentro de 3 (três) anos após a data do início do pagamento.